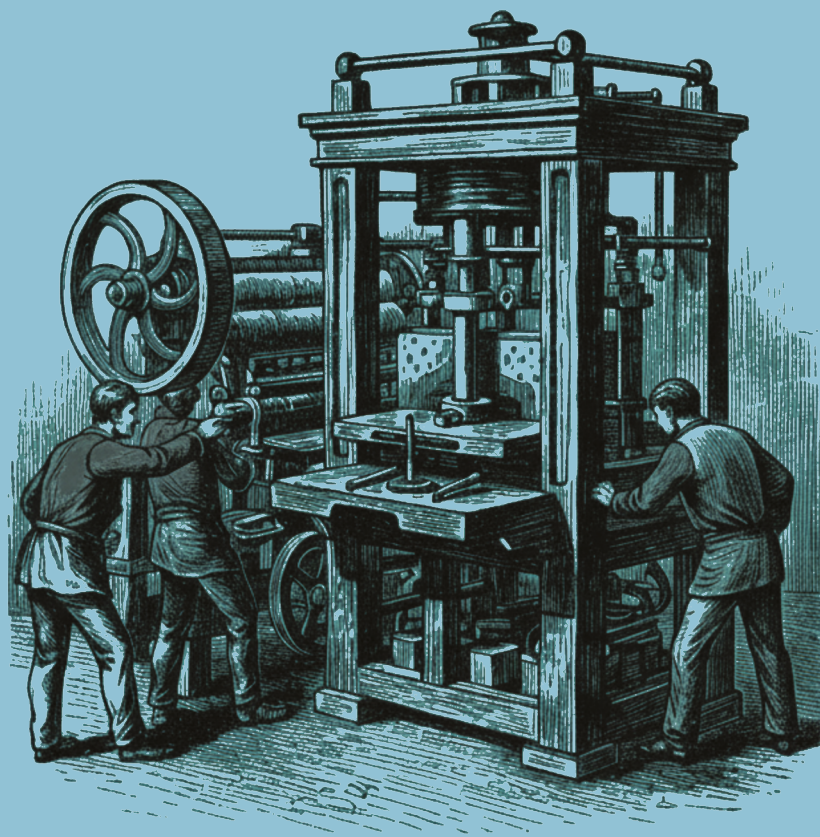


A IMPRENSA E O BRASIL IMPERIAL:

*História, Historiografia e Memória
nos século XIX e XX*

Marcelo de Sousa Neto
Roni César Andrade de Araújo
Organizadores



* * * * *

No caso brasileiro, a imprensa acompanhou e participou ativamente de todo o processo de consolidação do Estado imperial, desde os debates sobre a independência até as disputas regenciais, passando pela construção do Segundo Reinado e pelos grandes debates nacionais sobre escravidão, imigração e modernização.

A imprensa não apenas registrou estes eventos, mas funcionou como arena de debates e instrumento de mobilização da opinião pública, contribuindo decisivamente para a formação de uma esfera pública nacional.

* * * * *



EdUESPI

A IMPRENSA E O BRASIL IMPERIAL:

história, historiografia e
memória nos séculos XIX e XX

Marcelo de Sousa Neto
Roni César Andrade de Araújo
Organizadores

A IMPRENSA E O BRASIL IMPERIAL:

história, historiografia e
memória nos séculos XIX e XX



EdUESPI
2026



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Ana de Lourdes Sá de Lira **Universidade Estadual do Piauí**
Antônia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Sammy Sidney Rocha Matias **Universidade Estadual do Piauí**
Gladstone de Alencar Alves **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Pio Fontineles Filho **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor e capa**
Os autores **Revisão**
Wellington Silva **Diagramação**
Editora Silva **Impressão**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/291>

I34 A Imprensa e o Brasil Imperial: história, historiografia e memória nos séculos XIX e XX / Organizado por Marcelo de Sousa Neto e Roni César Andrade de Araújo. - Teresina: EdUESPI, 2026. 311f.

ISBN Impresso: 978-65-81376-89-5

ISBN Digital: 978-65-81376-88-8

1. História. 2. Imprensa. 3. Historiografia. 4. Cultura Política. 5. Estado Nacional. I. Sousa Neto, Marcelo de (Org.) . II. Araújo, Roni César Andrade de Araújo (Org.) . III. Título.

CDD 981.007

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
ANA ANGELICA PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3ª/1217

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)

Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

Da pena à prensa: a imprensa e a circulação de ideias no Brasil Imperial	9
--	---

Marcelo de Sousa Neto

Roni César Andrade de Araújo

A economia política nas páginas do Correio Braziliense: Hipólito da Costa e as leituras de Simonde de Sismondi (1808-1822)	23
--	----

Gabriel de Abreu M. Gaspar

“Quem não sabe que todos os brasileiros outra coisa não querem que o Sistema jurado e a inviolabilidade dessa Constituição de que ele é o Autor?”: os limites do republicanismo no Primeiro Reinado	51
---	----

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho

Cipriano Barata: trajetória prisional e luta política no Primeiro Reinado (1823-1830)	77
---	----

Leonardo Lima Breda

Em torno de uma “grande contenda”: a contrarrevolução portuguesa nos periódicos do Brasil (1820-1834)	99
---	----

Nívea Carolina Guimarães

A circulação de notícias sobre a Confederação do Equador na imprensa americana durante a Era das Revoluções Atlânticas (1823-1825)	125
--	-----

Vinícius Carneiro de Albuquerque

Produção e circulação de rumores na imprensa brasileira do Primeiro Reinado: considerações teórico-metodológicas e notas de pesquisa (1824-1826) 155

Fabíula Paulo de Freitas Manhães

“Laço[s] de comunicação”: a imprensa, os correios e a circulação de notícias no Brasil imperial (1820-1840) 175

Raphael Guilherme Santorio Silva

Bibliotecas populares nas páginas dos periódicos cariocas (1870 – 1889) 201

Marcelo A. M. Domingues

A guerra contra o Paraguai: narrativas, imagens e cultura visual 229

Álvaro Saluan da Cunha

A imprensa maranhense e a efeméride do centenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil 257

Lucas Gomes Carvalho Pinto

A contestação do patriarca da Independência: Joaquim Gonçalves Ledo, por Aurino Maciel (1923) 283

Lucas Cabral da Silva

Sobre os autores..... 305

Da Pena à Prensa: a imprensa e a circulação de ideias no Brasil Imperial

Marcelo de Sousa Neto – UESPI

Roni César Andrade de Araújo – UFMA

A trajetória da imprensa brasileira tem encontrado, nas últimas décadas, terreno fértil para investigações que ultrapassam os limites rígidos da análise documental. O que outrora era visto apenas como suporte informativo tornou-se objeto privilegiado de pesquisa histórica, capaz de problematizar não apenas os fatos que pretendeu registrar, mas também os processos de construção social da realidade, as disputas discursivas e as estratégias de poder que marcaram o Brasil imperial e seus desdobramentos republicanos.

Nesse mesmo sentido, como observa Galves:

Novidades no campo teórico-metodológico conviveram com o movimento contínuo de compilação de informações que pudessem compor uma “história da imprensa no Brasil”, pretensão de raízes oitocentistas, renovada pelo novo patamar que os impressos começavam a ocupar na pesquisa histórica. Tais novidades abrangiam a possibilidade de pensá-los também como objeto de pesquisa, componente de um campo difuso à época, entre uma antiga História da Cultura e a reflexão sobre uma sociedade a partir dos seus circuitos de comunicação (2021, p. 472).

Esta perspectiva renovada encontra suas bases teóricas em contribuições fundamentais da historiografia internacional e nacional. Robert Darnton (2010), já alertava para a necessidade de compreendermos os sistemas de comunicação como elementos constitutivos da própria experiência histórica, não meros reflexos de processos sociais dados a priori. O contato com a palavra impressa, para Darnton, afetou o pensamento e o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos, organizados em circuito de comunicação, em que “o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento” (2010, p. 111).

Nesse mesmo sentido, Roger Chartier (1998), nos convida a pensar as práticas de leitura e os processos de apropriação cultural como elementos centrais da análise histórica e nos ensina que entre o texto e o leitor existe um espaço de negociação onde se constroem significados, perspectiva, a nosso ver, essencial para compreendermos como a imprensa imperial participou da formação dos imaginários sociais e políticos brasileiros.

A partir da década de 1970, o debate acerca do uso de jornais e folhetos pelo historiador integrou-se ao amplo processo de transformação da historiografia brasileira, marcado pela redefinição do conceito de documento histórico e pela revisão das bases teóricas e metodológicas que, até então, orientavam a prática da pesquisa em História (Galves, 2015), momento em que no Brasil os periódicos passam a ser tratados, simultaneamente, como fonte e objeto de pesquisa histórica.

Os periódicos passaram a ser tomados não apenas como repositórios de informações sobre o passado, mas como agentes históricos dotados de materialidade própria, inseridos em redes complexas de produção, circulação e recepção.

Como observam Ana Maria Martins e Tânia de Luca, “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. (...) Os impressos que por aqui circularam em 200 anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país” (2012, p. 8). Esta dupla dimensão, como fonte e objeto, revela-se particularmente importante para o estudo do período imperial brasileiro, momento em que a imprensa desempenhou papel crucial na conformação do espaço público nacional e na articulação entre as diferentes províncias do vasto território brasileiro.

É precisamente neste contexto historiográfico renovado que se insere a presente coletânea, «A Imprensa e o Brasil imperial: história, historiografia e memória nos séculos XIX e XX», obra que representa um esforço coletivo de investigação que dialoga criativamente com essas tradições teóricas, propondo abordagens originais para questões centrais da formação do Estado nacional brasileiro e da construção de suas memórias coletivas.

Entendemos que o século XIX foi marcado por uma “revolução gráfica” e pela expansão do mercado editorial, que também afetou o Brasil, e transformou profundamente a relação entre imprensa, leitura e sociedade, tornando os jornais um espaço de circulação ampla de informações e debates públicos.

No caso brasileiro, a imprensa acompanhou e participou ativamente de todo o processo de consolidação do Estado imperial, desde os debates sobre a independência até as disputas regenciais, passando pela construção do Segundo Reinado e pelos grandes debates nacionais sobre escravidão, imigração e modernização. A imprensa não apenas registrou estes eventos, mas funcionou como arena de debates e instrumento de mobilização da opinião pública, contribuindo decisivamente para a formação de uma esfera pública nacional (Martins; Luca, 2012).

O recorte temporal proposto pela coletânea – que abrange tanto o período imperial quanto seus desdobramentos republicanos – permite compreender a imprensa como elemento de continuidade e transformação na cultura política brasileira. Esta perspectiva de longa duração revela-se fundamental para analisarmos como determinadas representações do período imperial foram sendo reelaboradas ao longo do século XX, participando da construção de uma memória nacional que ainda hoje influencia nossa compreensão do passado brasileiro.

A pluralidade temática dos capítulos atesta a vitalidade das pesquisas contemporâneas sobre história da imprensa. Desde as análises sobre o papel dos periódicos na construção da identidade nacional até as investigações sobre censura e liberdade de expressão, passando pelas representações de diferentes atores sociais e pelas estratégias discursivas em torno das comemorações cívicas, os estudos reunidos demonstram como a imprensa oitocentista foi simultaneamente arena de disputas políticas e instrumento de construção de consensos sociais.

Particularmente relevante é a atenção dispensada às celebrações cívicas e aos marcos históricos registrados pela imprensa. Estes eventos, longe de serem meras formalidades protocolares, constituíram momentos privilegiados de negociação entre diferentes projetos de nação e de afirmação de identidades coletivas. A análise da cobertura jornalística dessas celebrações permite compreender como se articularam, no Brasil imperial, as dimensões local e nacional da experiência política, processo fundamental para a integração das províncias ao projeto nacional brasileiro.

A atenção aos periódicos provinciais e às especificidades regionais da imprensa imperial representa outro mérito desta coletânea. Ao superar abordagens excessivamente centralizadas na Corte, os estudos apresentados revelam a diversidade e a riqueza dos impressos que circularam pelas diferentes regiões do Império, demonstrando como

a construção da nacionalidade brasileira constituiu-se em processo complexo e multifacetado.

O diálogo estabelecido pela obra entre história, historiografia e memória constitui-se também como uma de suas contribuições. Ao investigar não apenas como a imprensa imperial registrou os acontecimentos de seu tempo, mas também como esses registros foram posteriormente mobilizados na construção de memórias coletivas, os colaboradores da coletânea oferecem instrumentos valiosos para compreendermos os processos de construção de tradições nacionais que marcaram a experiência brasileira.

A análise da imprensa estrangeira e de suas representações sobre o Brasil imperial acrescenta dimensão transnacional às investigações, permitindo compreender como o país foi se inserindo nos circuitos mundiais de informação e como as imagens do Brasil foram sendo construídas e difundidas além de nossas fronteiras. Esta perspectiva enriquece significativamente nossa compreensão dos processos de formação da identidade nacional brasileira, revelando sua inserção em contextos mais amplos de circulação de ideias e representações.

A Coletânea e seus capítulos

A organização dos estudos reunidos nesta coletânea obedece a uma divisão temática que busca contemplar as múltiplas dimensões da imprensa brasileira oitocentista e seus desdobramentos no século XX. As duas seções propostas refletem diferentes, mas complementares, abordagens analíticas que emergiram das pesquisas contemporâneas sobre história da imprensa no Brasil imperial.

A primeira seção concentra-se no papel da imprensa como espaço privilegiado de debates políticos e instrumento fundamental na construção do Estado nacional brasileiro. Os estudos aqui reunidos demonstram como os periódicos funcionaram como arena de disputas

ideológicas, veículos de circulação de ideias políticas e econômicas, e instrumentos de resistência e contestação aos poderes constituídos. Esta perspectiva analítica permite compreender a imprensa não apenas como registro dos acontecimentos políticos, mas como agente ativo na formação da cultura política brasileira e na definição dos rumos do processo de independência e consolidação nacional.

A segunda seção, por sua vez, explora a imprensa em sua dimensão cultural e seu papel na construção da memória nacional e das identidades coletivas. Os capítulos desta seção investigam os processos de circulação cultural, as práticas de leitura, as representações visuais e as comemorações cívicas, discutindo como os periódicos participaram ativamente da formação de imaginários sociais e da integração simbólica do território nacional. Esta abordagem revela a imprensa como elemento constitutivo da cultura brasileira oitocentista e como instrumento fundamental na construção de tradições e memórias que transcenderam o período imperial.

Seção I: A Imprensa como Arena Política e Formação do Estado Nacional

A dimensão política da imprensa no processo de formação do Estado brasileiro é explorada inicialmente em “A economia política nas páginas do Correio Braziliense: Hipólito da Costa e a leitura de Simonde de Sismondi (1808-1822)”, de autoria de Gabriel de Abreu Machado Gaspar, que examina como as ideias de Simonde de Sismondi sobre economia política foram recebidas por Hipólito da Costa através da seção “Literatura e Ciências” do Correio Braziliense, revelando um diálogo mais amplo e complexo com correntes da economia política além de Adam Smith e Jean-Baptiste Say.

Na mesma perspectiva de análise dos debates políticos fundamentais, “Quem não sabe que todos os Brasileiros não querem

que o Sistema jurado e a inviolabilidade dessa Constituição de que ele é o autor?": os limites do republicanismo no Primeiro Reinado, de Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho, analisa através da imprensa os motivos pelos quais os brasileiros não proclamaram a forma republicana de governo em 1831, examinando as discussões em torno do conceito de soberania e os impasses que limitaram as expectativas republicanas no período.

Complementando essa análise das tensões políticas, o estudo "Cipriano Barata: trajetória prisional e luta política no Primeiro Reinado (1823-1830)", de Leonardo Lima Breda, acompanha a trajetória carcerária de Cipriano José Barata de Almeida através de ampla documentação pessoal que circulou na imprensa da corte, contextualizando as disputas das elites políticas, os diferentes liberalismos e sua luta jurídica pela vida e liberdade durante a crise do Primeiro Reinado.

Expandindo o olhar para as conexões internacionais, "Em torno de 'uma grande contenda': a contrarrevolução miguelista nos periódicos do Brasil (1828-1834)", de Nívea Carolina Guimarães, discute as formas de abordagem da contrarrevolução miguelista em periódicos brasileiros, especialmente através dos jornais O Cruzeiro e Abelha Pernambucana, rastreando as inserções do tema do governo absolutista de D. Miguel nos debates jornalísticos e sua conexão com o contexto político brasileiro.

Ainda no âmbito das conexões atlânticas, "A circulação de notícias sobre a Confederação do Equador na imprensa americana durante a Era das Revoluções Atlânticas (1823-1825)", de Vinícius Carneiro de Albuquerque, analisa a circulação de informações sobre a Confederação do Equador em periódicos americanos, especialmente dos Estados Unidos e México, demonstrando como os eventos políticos brasileiros projetaram-se em um espaço atlântico vasto e contribuindo para a compreensão da importância da imprensa periódica na constituição de diversos espaços relacionados ao movimento.

Finalizando esta seção com uma reflexão metodológica, “Produção e circulação de rumores na imprensa brasileira do Primeiro Reinado: considerações teórico-metodológicas e notas de pesquisa (1824-1826)”, de Fabíula Manhães, discute aspectos teóricos e metodológicos do estudo histórico de rumores produzidos e veiculados pela imprensa oitocentista, compreendendo-os como recursos de ação comunicacional utilizados em cenários críticos, especialmente durante o contexto permeado por crises políticas e transitoriedade do Primeiro Reinado.

Seção II: Imprensa, Circulação Cultural e Construção da Memória Nacional

O papel da imprensa na integração territorial e cultural do país é examinado em “Laço[s] de comunicação”: a imprensa, os correios e a circulação de notícias no Brasil imperial (1820-1840)”, de Raphael Guilherme Santorio Silva, que investiga os meios de difusão de impressos com foco na função desempenhada pelos sistemas postais, analisando como os produtos culturais impressos auxiliaram na superação de percalços espaciais e temporais, funcionando como instrumento de integração territorial no processo de estruturação das bases do Estado brasileiro.

Em perspectiva complementar sobre cultura e educação, “Bibliotecas populares nas páginas dos periódicos cariocas (1870-1889)”, de Marcelo Augusto Mendonça Domingues, realiza um levantamento e análise de diferentes gêneros textuais sobre bibliotecas populares veiculados nos periódicos cariocas durante o período de ascensão e declínio dessa tipologia de biblioteca, buscando compreender a opinião pública sobre sua criação e importância para a sociedade carioca da época.

Explorando a dimensão visual da imprensa na construção da memória nacional, “Um conflito em imagens e textos: a cobertura da

guerra contra o Paraguai pela imprensa ilustrada através de Henrique Fleiuss e Angelo Agostini (1864-1870) e a coleção Quadros históricos da guerra do Paraguai (1871)”, de Álvaro Saluan da Cunha, investiga como a guerra contra o Paraguai foi representada visualmente pela imprensa ilustrada brasileira, analisando as produções de Henrique Fleiuss e Angelo Agostini e demonstrando como a visualidade do conflito serviu como dispositivo de disputa ideológica e consolidação de um imaginário nacional heroico.

Já no contexto das comemorações cívicas e da memória regional, “A imprensa maranhense e a efeméride do centenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil”, de Lucas Gomes Carvalho Pinto, investiga como os principais periódicos maranhenses do início do século XX – *Diário de S. Luiz*, *Pacotilha* e *Folha do Povo* – abordaram as comemorações do centenário da adesão do Maranhão à Independência do Brasil, demonstrando como estes veículos midiáticos foram essenciais para construir a narrativa de que o Maranhão sempre esteve inserido na realidade brasileira.

Por fim, encerrando a coletânea com uma reflexão sobre as disputas de memória histórica, “A contestação do patriarca da Independência: Joaquim Gonçalves Ledo, por Aurino Maciel (1923)”, de Lucas Cabral da Silva, analisa como Aurino Maciel incorporou a discussão sobre a elevação de Joaquim Gonçalves Ledo como verdadeiro patriarca da Independência em detrimento de José Bonifácio, contextualizando essa interpretação no âmbito das comemorações do Centenário e ilustrando uma apologia à memória de Gonçalves Ledo.

Após essa singela apresentação dos capítulos, destacamos que a presente coletânea insere-se em movimento mais amplo de renovação da historiografia brasileira, que tem encontrado na história da imprensa terreno privilegiado para investigações sobre formação do Estado nacional, construção de identidades coletivas e processos de modernização social e cultural. Ao reunir pesquisadores de diferentes

instituições e regiões do país, a obra demonstra a vitalidade e a diversidade das pesquisas contemporâneas sobre o tema, contribuindo decisivamente para o avanço de nosso conhecimento sobre o período imperial brasileiro.

Os estudos apresentados oferecem instrumentos teóricos e metodológicos valiosos para futuras investigações, estabelecendo diálogos produtivos com a historiografia internacional e propondo abordagens inovadoras para questões centrais da experiência histórica brasileira. A atenção dispensada às práticas de leitura e aos processos de recepção dos impressos imperiais representa avanço significativo em relação a abordagens mais tradicionais, que privilegiavam exclusivamente os aspectos da produção jornalística.

Em tempos de profundas transformações nos sistemas de comunicação e de questionamentos sobre o papel da imprensa na vida democrática (Castells, 2000), esta coletânea oferece perspectiva histórica fundamental para compreendermos as raízes de dilemas contemporâneos. A análise das relações entre imprensa, poder e opinião pública no Brasil imperial ilumina aspectos duradouros da cultura política brasileira, contribuindo para debates atuais sobre liberdade de expressão, construção de consensos sociais e formação de identidades coletivas.

Por fim, a obra se apresenta aos leitores como um esforço coletivo em contribuir não apenas para especialistas em história da imprensa ou do período imperial, mas para todos aqueles interessados em compreender os processos de formação da sociedade brasileira moderna. Ao demonstrar como os periódicos oitocentistas participaram ativamente da construção do Brasil como comunidade imaginada, os estudos reunidos oferecem chaves interpretativas para a compreensão de nossa experiência histórica.

Convidamos os leitores a mergulharem nesta rica documentação e nas análises originais aqui apresentadas, que certamente contribuirão

para ampliar nossa compreensão sobre as complexas relações entre imprensa, política e cultura no Brasil imperial. Que esta coletânea possa inspirar novas investigações e fortalecer os diálogos entre história, historiografia e memória, fundamentos de toda reflexão histórica consistente sobre a formação da nação brasileira.

Referências

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: Imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826). São Luís: Editora UEMA / Café e Lápis, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche. O primeiro periódico, a primeira tipografia e os espaços públicos de representação política na província do Maranhão (1821-1823). In: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *A Construção da(s) Liberdade(s)*. Porto: U. Porto Press, 2021, v. 1, p. 471-484.

MARTINS, Ana Maria; LUCA, Tânia de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

Seção I

A Imprensa como Arena Política e Formação do Estado Nacional

A economia política nas páginas do *Correio Braziliense*: Hipólito da Costa e as leituras de Simonde de Sismondi (1808-1822)

Gabriel de Abreu M. Gaspar

A partir de 1816, Hipólito da Costa passou a imprimir na seção “Literatura e Ciências” do seu periódico *Correio Braziliense* dezenas de capítulos da tradução da obra *De La Richesse Commerciale*, publicada em Genebra no ano de 1803 pelo economista suíço Jean Charles Simonde de Sismondi (1773-1842). O presente capítulo tem como objetivo examinar a influência e impacto das ideias e princípios econômicos de Sismondi no pensamento político e econômico de Hipólito da Costa. Para tanto, investigam-se os modos de difusão de suas ideias no mundo luso-brasileiro, bem como as concepções acerca da Economia Política expressas pelo redator do *Correio Braziliense* em matéria econômica e política. A aproximação entre ambos permite aprofundar a compreensão dos sentidos atribuídos à Economia Política no contexto das Luzes e do liberalismo luso-brasileiro em princípios do Oitocentos.

Nas tramas da Economia Política

Por décadas, a historiografia do pensamento econômico privilegiou a obra dos “grandes economistas clássicos”, como A. Smith (1723-1790), Th. Malthus (1766-1834), D. Ricardo (1772-1823) e,

de certa maneira, J.-B. Say (1767-1832), em virtude de suas inovações para a teoria econômica. Outros autores, responsáveis pela difusão dos princípios da economia política e do próprio credo smithiano pela Europa, foram relegados a segundo plano. Processo semelhante se observou nos estudos sobre a Ilustração luso-brasileira em sua conexão com as correntes do liberalismo e da economia política. Não são raras as referências à assimilação de Adam Smith por personagens célebres como Rodrigo de Sousa Coutinho e José da Silva Lisboa. Como bem salientou António Almodovar,

são justamente esses outros autores – Cobden, Torrens e McCulloch, Rossi e Dunoyer, Sismondi, Ray e Herrenswand, e muitos outros – aqueles que importa ter em consideração quando nos interessa identificar as vias de difusão social da mensagem smithiana ou da mensagem clássica¹.

Nesse sentido, além das figuras célebres, outro pensador encontrava difusão, ainda que tímida, em Portugal: Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi. Nascido em Genebra em 1773, apenas três anos antes da publicação de *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, Sismondi pertencia a uma família protestante de origem italiana emigrada após a revogação do Edito de Nantes (1685). Depois da Revolução Francesa, sua família exilou-se na região da Toscana na Península Itálica. Retornou a Genebra no ano de 1792 e realizou sua primeira visita à Inglaterra dois anos depois. Em 1803, publicou seu primeiro trabalho econômico, a obra *De la richesse commerciale*, na qual se ocupava da legislação econômica a partir dos princípios de Adam Smith. Entre 1807 e 1818 se dedicou ao estudo histórico dos regimes políticos italianos, do que resultou sua *Histoire des républiques italiennes du Moyen Âge*. Após ser convidado a escrever o verbete “Political Economy” para a *Edinburgh Encyclopædia*

1 ALMODOVAR, António. Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil. In: CARDOSO, José Luís (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 117.

(1817), publicou os *Nouveaux principes d'économie politique* (1819), que consolidava sua crítica aos pressupostos da economia clássica. Entre Genebra, Paris, Londres e outras cidades europeias, Sismondi travou contato com personagens como Benjamin Constant e a Madame de Staël, a quem acompanhou nas suas viagens na Itália e Alemanha. Até seu falecimento em junho de 1848, escreveu outros livros como *Études sur les constitutions des peuples libres* (1836), no qual expunha suas visões políticas e fazia uma distinção entre o republicanismo e democracia².

Alguns elementos sugerem a presença de suas obras no mercado livreiro do mundo luso-brasileiro. O catálogo de livros da Loja da Viúva Bertrand e Filhos publicado no *Jornal de Coimbra* de novembro de 1813 anunciava a venda na seção Jurisprudência: “Simonde. De la richesse commerciale, ou principes d'économie politique appliqués à la législation du commerce. 8^o. 2. Vol. Gêneve, 1803 – 2\$880 em broch.”³. A obra também se encontrava disponível aos leitores no Brasil. Em junho de 1812, o periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, publicado em Salvador, apresentava uma “Relação dos Livros vindos ultimamente de Inglaterra para a Livraria Pública”, na qual constava “La Richesse Commerciale, par Simonde”⁴.

Além da oferta de livros e impressos escritos por Sismondi, suas obras foram citadas e comentadas por alguns personagens de relevo naquele contexto político. Rodrigo de Sousa Coutinho, o mais importante representante do reformismo ilustrado luso-brasileiro, fazia referência às ideias de Simonde de Sismondi em uma memória sobre os Tratados de Aliança e Amizade assinados entre Portugal e Inglaterra em 1810, transcrita integralmente no próprio *Correio Braziliense* de abril de 1812.

2 TUAN, Mao-Lan. Simonde de Sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 18-26. Para uma biografia clássica do autor, consultar: SALIS, Jean de Rodolphe de. *Sismondi, 1773-1842. La vie et l'œuvre d'un cosmopolite philosophe*. Paris: Librairie de la Société de l'Histoire de France, 1932.

3 *Jornal de Coimbra*, vol. V, n. XXIII, novembro de 1813, p. 271.

4 *Idade d'Ouro do Brazil*, n. 48, 16 de junho de 1812. Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, p. 4.

Ao comentar um dos artigos do tratado que dispunha sobre o comércio na Ásia, o ministro afirmava

quanto (...) à ruína das fábricas do Reino, creio como Smith e Simonde, que só cairão aquelas que se sustentarem à força de privilégios; pois que seguindo V. A. R. o sistema de não taxar as manufaturas do Reino, vem elas a ter 12 por cento, e demais a serem isentas as matérias primeiras, necessárias para as mesmas fábricas; donde crescendo a prosperidade do Reino há de necessariamente resultar o serem elas favorecidas, e não deprimidas pelo novo sistema, que acrescentando a riqueza nacional, deve dar meios para que as mesmas artes prosperem⁵.

Continuava ainda defendendo o fim de “todos aqueles privilégios mal-entendidos, que Antonio de Araujo fez continuar às fiações d’algodões, para os segurar à sua nova fábrica”. Esta medida, justificava D. Rodrigo, ia de encontro ao “que se acha luminosamente exposto nas obras de Smith e de Simonde”⁶.

Nas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* (1808), José da Silva Lisboa também fazia referência à obra de Sismondi, especificamente àquela que seria alguns anos depois traduzida por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Com o objetivo de justificar a importância do comércio inglês para Portugal e Brasil naquele momento, o futuro Visconde de Cairu argumentava para sua relevância em outras nações: “até a mesma França não pôde passar sem o comércio Inglês”. Como evidência, sugeria: “leia-se a Mr. Simonde, Economista Francês deste Século, na sua Obra da *Riqueza Comercial*. Ele é Membro de um Tribunal de comércio daquele país, e não é crível que exagerasse os fatos, e faltasse à verdade”. O autor revelava conhecimento sobre o teor da obra que leu e consultou: “Ali afirma, que, não obstante as mais severas proibições do contrabando Inglês, que já estava reduzido à um comércio regular a abrigo dos seguros

5 MEMÓRIA apresentada pelo Conde de Linhares a S. A. R. o Príncipe regente de Portugal, sobre o projecto do tractado com a Inglaterra. CB, vol. VIII, n. 47, p. 460-461.

6 MEMÓRIA apresentada pelo Conde de Linhares a S. A. R. o Príncipe regente de Portugal, sobre o projecto do tractado com a Inglaterra. CB, vol. VIII, n. 47, p. 461.

simulados. Por este, várias fábricas da França arruinadas começavam a reviver”⁷.

Francisco Solano Constâncio, com quem Hipólito travou debates em suas análises na seção *Literatura e Ciências* do periódico, também se mostrou receptivo às ideias de Simonde de Sismondi. Era nesse universo de ideias econômicas e políticas que Hipólito da Costa procurava intervir ao traduzir e publicar trechos da obra de Sismondi em seu periódico.

Simonde de Sismondi traduzido por Hipólito

“Livres, em cerro grau, dos sobressaltos da guerra, a das negociações políticas, que se lhe seguiram, e que a deixaram sopita, posto que não extinta”, escrevia Hipólito da Costa em abril de 1816, “aproveitaremos este intervalo, voltando-nos para os cuidados da paz”. Chegava o tempo, para o redator, do governo recuperar “as forças perdidas na sanguinosa luta passada”, reavaliar os erros e corrigir “aqueles defeitos de administração e de economia política”. Em sua percepção, as guerras napoleônicas, que abalaram a Europa desde a década anterior, haviam descortinado as deficiências e fragilidades da nação portuguesa. A guerra, em suas palavras, “nos achou desprovidos, e, em todos os respeitos, dependentes da caridade e da proteção estrangeira”, referência clara ao auxílio inglês na defesa de Portugal e na escolta para a fuga de D. João e seu séquito para América. O redator receava o futuro e intencionava preparar o império português. Afinal, “se o vulcão rebentar de novo, tenhamos abrigo próprio a que recorrer, e possamos trabalhar na sua extinção com a força nossa, dignidade e independência que nos compete, e com que, até um certo tempo, nos apresentamos sempre na fileira das nações”⁸.

Nesse sentido, avaliava Hipólito, “a melhor via” para alcançar “o bem da nação” e recuperar a dignidade portuguesa era “divulgar, por

7 OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 74, grifos no original.

8 *Correio Braziliense*, doravante CB, vol. XVI, n. 95, p. 338.

meio do nosso jornal, os princípios da boa economia política, pela qual se tornam fortes e ricas as nações, e, em direta proporção, respeitáveis e independentes”. Imbuídos de tais ideais, Hipólito da Costa passaria a oferecer aos leitores na seção *Literatura e Sciencias* do *Correio Braziliense* a tradução de capítulos e extratos da obra “*Princípios de Economia Política applicados à Legislação do Commercio* de J. C. L. Simonde, membros do Conselho do Commercio, Artes e Agricultura, do Léman, etc. etc. 2 tom. Impressos em Genebra, em 1813”⁹. Segundo ele,

Esta obra é elementar; e feita sobre os admiráveis princípios que o ilustre Inglês *Adam Smith* estabeleceu primeiro, mas obscuramente; e o nosso autor desenvolveu e dispôs com clareza e método, destinando-a particularmente à França; e por isso, nos extratos, que daremos, traduzidos neste Jornal, atenderemos somente aos princípios de aplicação universal, e conformes as circunstâncias de todos os países, e do que disser particularmente respeito à França (que ainda assim não é muito) referiremos somente o que também, por algum respeito, nos convier saber¹⁰.

Hipólito ainda descrevia a organização da obra e qualificava a Economia Política como “parte da ciência do governo reduzida a princípios”. Em virtude de seu recente desenvolvimento, o tradutor afirmava que “o autor, na sua Introdução, acautela os leitores da oposição que hão de fazer os sectários dos mal-entendidos sistemas (econômico, e mercantil) até aqui seguidos, e de que hão sofrido muito as nações”. Por esse motivo, a obra original contava com “a definição das palavras científicas” utilizadas por Sismondi “na exposição do seu sistema científico” de modo a “evitar, no decurso da obra, outras palavras e frases que não fossem de sentido óbvio e inteligível, porque todos entendam e aproveitem”¹¹.

9 CB, vol. XVI, n. 95, p. 338-339, grifos no original.

10 CB, vol. XVI, n. 95, p. 339, grifos no original.

11 CB, vol. XVI, n. 95, p. 339.

Na breve apresentação que antecede os primeiros trechos traduzidos, Hipólito demonstrava pleno domínio acerca do contexto intelectual e político que circunscrevia a publicação da obra, inserindo-a no interior da própria economia política, especialmente no que se refere à adoção dos princípios smithianos por Simonde de Sismondi em 1803, ano correto de impressão do livro, cujo conteúdo será examinado adiante. O excerto revela, ademais, os critérios e princípios que guiaram a sua prática tradutória. Ainda que esta não seja a perspectiva eleita neste trabalho, é fundamental assinalar que o redator do *Correio Braziliense* procedeu a numerosas supressões em sua tradução¹². A seleção dos trechos traduzidos, conforme admitido pelo próprio Hipólito, baseou-se na relevância dos princípios expostos para outras realidades nacionais, em especial a portuguesa. Por isso, as passagens que se restringiam ao contexto francês, objeto primário de análise de Sismondi, foram incluídos somente na medida em que pareciam, aos olhos do tradutor, pertinentes. Desde o princípio se evidenciava um traço importante do pensamento de Hipólito da Costa: a defesa reiterada de uma apropriação pragmática dos saberes e princípios advindos da economia política, que deveriam ser mobilizados pelos ministros e governantes para uma intervenção racional na vida pública.

No Prefácio da obra traduzida, Simonde de Sismondi explanava, em linhas gerais, suas concepções acerca da Economia Política. A ciência do governo, afirmava Sismondi, em virtude da “importância e universalidade do seu objeto” e da “íntima conexão com todos os interesses da vida”, havia interessado e atraído o interesse de muitos homens. O objetivo dos governos deveria ser “o bem dos povos que lhe estão sujeitos”. “portanto, a ciência do Governo, a ciência de fazer os homens felizes”, que devia assegurar “aos Povos a maior massa de

12 Cf. GASPAR, Gabriel de Abreu M. “*Em Inglês brilhaste, em Português agora brilhas*”: tradução e circulação das obras de Alexander Pope no mundo luso-brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

liberdade, de segurança, e de tranquilidade, e de virtude; de riquezas, de saúde, e de forças, que for possível que eles gozem simultaneamente”¹³.

Esta ciência do governo estaria dividida em “dois ramos importantes”, subdivididos em “ramos menores”. A primeira parte dizia respeito à administração da nação, ao governo e, por isso, dependia “da própria constituição do Soberano”. “Esta parte constitui o que se chama propriamente política” e tinha por objetivos o “estabelecimento da verdadeira liberdade” e a elevação do cidadão à virtude¹⁴. O segundo ramo da ciência se relacionava com a necessidade do governo de conduzir seus cidadãos e a própria nação na busca pela riqueza:

Eis aqui a *Economia Política*, ciência de uso mais geral, se bem que não seja de maior interesse que a mesma política, porque se pode sem diferença pôr em prática em todos os tempos e lugares. O Governo que adota os seus princípios, tira dela igual vantagem, seja qual for a base em que estiver fundado: a sua riqueza e o seu poder serão sempre o resultado da riqueza e da população dos seus Estados, que ela ensina a aumentar¹⁵.

Na perspectiva de Sismondi, a Economia Política enquanto ciência apresentava as regras para “aumentar as riquezas” e “multiplicar as possessões, pô-las ao alcance do maior número de indivíduos, estendê-las ainda mais”. O autor suíço argumentava que este ramo do conhecimento se materializava de forma concreta na vida cotidiana dos cidadãos. Não se tratava, assim, de uma ciência distante da própria realidade. Ao contrário, inspirado em Adam Smith, sentenciava que “nada se vende, nada se compra, nada se troca, sem que nas condições do mercado se sinta mais ou menos a influência das leis sobre aquela parte”. Afinal, os princípios da economia política regulavam “a renda das terras do cultivador e do proprietário, o rendimento dos fundos do

13 CB, vol. XVI, n. 95, p. 339-340.

14 CB, vol. XVI, n. 95, p. 340.

15 CB, vol. XVI, n. 95, p. 340-341, grifos no original.

capitalista, os lucros do comércio, os salários dos jornaleiros, as despesas de todos os membros da sociedade, e as comodidades que eles obtêm em troca”¹⁶.

Neste prefácio, Sismondi ainda destacava a questão dos estudos preparatórios da economia política, que não era composta por “cálculos áridos”, “teoremas, deduzidos de axiomas obscuros, dados por verdades incontestáveis”. Ao contrário, a economia política era fundada “sobre o estudo do homem e dos homens”. Por isso, era preciso um conhecimento sobre “a natureza humana, o estado e a sorte das sociedades em diferentes tempos e lugares”, construído a partir da consulta a “historiadores e [...] viajantes”. Não importavam apenas as leis e “registros de exportação e importação” de um país, mas igualmente como elas eram executadas. O sistema político também era fundamental, pois devia-se observar a “largueza ou opressão que existe à massa do povo”. Por tudo isso, Sismondi acreditava que a Economia Política era fundada sobre uma “grande arte de observar” a realidade, aliada ao conhecimento sobre “diversas faculdades do entendimento”¹⁷.

Ao tratar especificamente da obra que prefaciava, Sismondi declarava que havia se dedicado a apenas uma das partes da Economia Política, “a saber, a sua aplicação à legislação do comércio”. A inspiração no escocês Adam Smith era frontalmente assumida pelo autor:

Temo, por outro lado, que aqueles, que já conhecem esta ciência, e que a tem bebido nas boas fontes, se não aborreçam da leitura dos três primeiros capítulos, pois não contém quase ideia alguma verdadeiramente nova, para quem tiver estudado bem Adam Smith: até muitas destas ideias tem sido comentadas depois dele, e representadas de mil modos¹⁸.

16 CB, vol. XVI, n. 95, p. 341.

17 CB, vol. XVI, n. 95, p. 342-343.

18 CB, vol. XVI, n. 95, p. 344.

Tal filiação à perspectiva smithiana acerca da Economia Política foi apontada por diversos historiadores e pesquisadores da história econômica como característica principal da obra escolhida por Hipólito da Costa para apresentar aos leitores luso-brasileiros do *Correio Braziliense*. Em *De la richesse commerciale: principes d'économie politique appliqués à la législation du commerce*, sua primeira obra econômica, Sismondi “mostrou-se, nesta obra em dois volumes, um zeloso discípulo de Adam Smith”¹⁹.

A teorização acerca dos objetivos e procedimentos da ciência econômica foi uma das características distintivas do pensamento econômico a partir de meados do século XVIII. Segundo Schumpeter, “all the definitions of the period emphasize the autonomy of economics as against the other social or moral sciences – which is, of course, perfectly compatible with the recognition of close relations. Most of them emphasize its analytic (scientific) character”. A exceção, registrada pelo autor em uma nota de rodapé, seria justamente Sismondi, que mantinha “the old practice” de definir a economia a partir de um “practical aim”. Mesmo assim, para o autor, parte considerável das obras de Adam Smith e outros economistas clássicos continuavam a oferecer ao público “value judgments and to recommend policies in spite of their definitions”²⁰. Ainda que não considere Sismondi como o único a expressar uma concepção prática da economia política, Schumpeter o destacava, sem dúvida, como um dos autores que expressava uma opinião dissonante.

Ao analisar o lugar ocupado pelas ideias de liberdade no sistema econômico de Sismondi, H. O. Pappé também chamava atenção para essa concepção pragmática da economia política do autor:

19 No original: “showed himself in this two-volume work to be a zealous disciple of Adam Smith”. TUAN, 1968, p. 27.

20 SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Oxfordshire: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2006 [1954]. p. 509-510.

Sismondi was not a genius in the romantic sense. In Diderot's terminology he was a Locke rather than a Shaftesbury, one of Bacon's bees who uses and transforms truth rather than presuming to invent it. The peculiar gift of Sismondi was to coordinate, simplify, and unify areas of thought which were fragmented or had merely reached the classificatory stage²¹.

Na afirmação, o autor utilizava da terminologia de Denis Diderot (1713-1784) para qualificar Sismondi. Enquanto Locke (1632-1704) representava um pensador empírico e mais pragmático, Shaftesbury (1671-1713) foi, como descreveu Franco Venturi, “o escritor que mais que qualquer outro contribuiu para transmitir a ética dos *commonwealthmen*” pois foi “um dos primeiros a se retirar da luta política e, livre da pressão dos acontecimentos, a transpor para o plano filosófico aqueles ideais que inspiraram os seus amigos Toland, Trenchard, Malesworth”²². Nesse sentido, Pappé descrevia Sismondi como um observador da realidade social e econômica, tal como as abelhas na metáfora de Bacon, que coletavam materiais da natureza e os transformavam em algo novo e útil. Portanto, a ciência econômica defendida por Sismondi tomava em alta conta as experiências históricas e econômicas.

A História ocupava um lugar importante na construção deste conhecimento da realidade na visão do autor suíço. Não por acaso, após a publicação em 1803 da obra traduzida por Hipólito, ele se afastaria de escritos doutrinários da Economia Política e se dedicaria à escrita e publicação dos volumes de sua obra *Histoire des Républiques Italiennes du Moyen Âge* (1807-1817), nos quais abordava os diversos regimes republicanos da Península Itálica. Neste processo, segundo Jean-Jacques Gislain, Sismondi passaria a compreender os *atos econômicos* como *atos históricos*:

21 PAPPÉ, H. O. Sismondi's System of Liberty. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979. p. 252.

22 VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 141.

Doravante, essas lições da história e seu estudo sistemático inclinarão Sismondi a compreender os fatos econômicos como fatos históricos, estes últimos inseridos em um processo de experimentação histórica, no qual os princípios da filosofia racional, e em particular os princípios da economia política, só têm valor se esses princípios corresponderem efetivamente à realidade dos fatos históricos observados²³.

Essa transformação em seu pensamento, qual seja, a adoção de um estudo histórico acerca dos fatos econômicos, encontraria maior acabamento durante a redação do artigo *Political Economy* para a *Edinburgh Encyclopædia* publicado em 1817. Os resultados teóricos de tal transformação metodológica operada por Sismondi seriam expostos de forma mais completa em seus *Nouveaux principes d'économie politique*, saídos a luz em 1819²⁴. Ainda que tenha confessado a adoção de uma postura “rebelde” em relação aos princípios de Adam Smith, Sismondi mantinha certa fidelidade à sua concepção de economia política exposta em 1803. “A maior parte da nação parece esquecer, tal como os filósofos, que o objetivo da economia política não é o aumento da riqueza, mas”, afirmava o autor, “o meio de que ela dispõe para alcançar a felicidade de todos”²⁵.

A historiografia consagraria tal ruptura com os pressupostos da Economia Clássica como a “conversão” de Simonde de Sismondi. A reflexão acerca da pretensa “conversão” de Sismondi foi mais recentemente aprofundada por Jean-Jacques Gislain. Segundo o autor, a definição de Economia Política apresentada por Sismondi no verbete

23 No original: “Dorénavant, ces leçons de l'histoire et leur étude systématique inclineront Sismondi à appréhender les faits économiques comme des faits historiques, ces dernier s'inscrivant dans uns processus d'expérimentation historique où les principes de la philosohpie rationnelle, et en particulier les principes de l'économie politique, n'ont de valeur que si ces principes correspondent effectivement à la réalité des faits historiques observés”. GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d'Économie Politique*, no. 64, 2013. p. 118.

24 Cf. GISLAIN, 2013. p. 124.

25 SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)*. Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009. p. 26.

de 1817 e nos *Nouveaux principes* de 1819 se inseriam na tradição que ele próprio havia inaugurado com a obra *De La Richesse Commerciale* editada em 1803 e traduzida por Hipólito da Costa a partir de 1816²⁶. No âmbito da ciência do governo, tal como descrevia Sismondi em 1803, estava a economia política enquanto “ciência do legislador”. Em 1819, ele reiterava esta posição central do governante e do legislador na implementação dos pressupostos da Economia Política para o alcance do objetivo final das sociedades: a felicidade dos povos e bem-estar da nação. Em suas palavras,

Em nenhuma das ciências políticas devemos perder de vista o duplo objetivo a que deve se dedicar o legislador, isto é, ele deve cuidar, ao mesmo tempo, do máximo de felicidade que o homem pode alcançar pela organização social e da participação equitativa de todos nesta felicidade²⁷.

Nesse sentido, não parecia para Gislain que a “conversão” de Sismondi tenha se processado em sua concepção sobre a economia política. Não somente os objetivos da economia política, como a felicidade e o bem-estar, mantiveram-se os mesmos entre 1803 e 1819, como também a sua percepção como “ciência do legislador”. Por isso, o autor concluía que

Se, pela ‘conversão’ de Sismondi, entende-se o abandono de seus princípios fundamentais, tal conversão simplesmente não existe. Sismondi sempre defendeu as mesmas concepções fundamentais da sociedade e permaneceu fiel à sua concepção de economia política como Ciência do legislador a serviço do ótimo demo-econômico²⁸.

26 GISLAIN, 2013.

27 SISMONDI, 2009. p. 34.

28 No original: “Si, par ‘conversion’ de Sismondi, il s’agit de l’abandon de ses principes fondamentaux, cette conversion n’existe tout simplement pas. Sismondi a toujours défendu les mêmes conceptions fondamentales de la société et est resté fidèle à sa conception de l’économie politique comme Science du législateur au service de l’optimum demo-économique”. GISLAIN, 2013, p. 124.

Em clássico artigo, William Rappard havia sugerido que as concepções de Economia Política expressas em *De la richesse commerciale* já em 1803 não agradariam a Adam Smith. “Je doute fort qu’Adam Smith, s’il eût vécu, eût été entièrement satisfait de ces définitions”, afirmava o autor²⁹. Afinal, ainda que Smith concedesse que o crescimento da riqueza era o grande objetivo da economia política de todas as nações, suas ambições e objetivos eram mais acadêmicos e filosóficos do que políticos. As liberdades individual e política seriam consequências do desenvolvimento econômico: “Mais c’était là un corollaire politique de la science économique et non point son objet propre”. Sismondi, por outro lado, ao qualificar a Economia Política como “ciência do legislador” buscava prescrever as regras e leis que os governos deveriam adotar para atingir o principal objetivo das nações: a felicidade dos povos³⁰. Nas palavras de Rappard,

Dès l’origine, donc, le moraliste Genevois assignait à la science économique, comme du reste aussi à l’histoire et au droit public, un but et une mission nettement politiques. (...) A cet égard, si l’auteur de la Richesse commerciale n’a jamais été un disciple vraiment fidèle de celui de la Richesse des nations, il est demeuré pleinement fidèle à lui-même en rédigeant les Nouveaux principes. Ce n’est donc nullement sur sa conception de l’objet et du but de la science qu’a porté sa conversion³¹.

Ao tratar da percepção de Sismondi como “ciência do legislador”, Mao-Lan Tuan identificou duas influências teóricas importantes. A primeira decorria dos estudos históricos e filológicos do suíço e considerava a “Economia Política” a partir da interpretação da etimologia grega οἰκονόμος, que significava “regras” ou “leis” de administração da “casa” ou do “lar”. A segunda influência vinha dos autores italianos que

29 RAPPARD, 1943, p. 201.

30 RAPPARD, 1943, p. 202.

31 RAPPARD, 1943, p. 202.

discutiam acerca da economia política não como uma ciência isolada, mas como uma ciência da administração³². Ainda que não tenha sido referenciado pelo autor, é possível aproximarmos tal perspectiva daquela exposta por Gaetano Filangieri (1753-1788) nos volumes de *La scienza della legislazione*, publicados em Nápoles entre 1780 e 1785³³. O objetivo da ciência da legislação de Filangieri era “the preservation and the tranquility of human Society”. Segundo Marcello Maestro, “Filangieri states that, besides the means of subsistence, all citizens should have a minimum of comfort and happiness; therefore, the preservation of society requires an equitable distribution of wealth”³⁴.

No que tange à relação entre as linguagens políticas expressas por Hipólito da Costa e o pensamento econômico de Sismondi, a questão da “conversão” deste último é fundamental. Alguns historiadores têm interpretado a tradução de Sismondi no *Correio Braziliense* como indício de uma ruptura entre o redator do periódico e o grupo liderado pelo ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, tradicionalmente associado à difusão do pensamento de Adam Smith no mundo luso-brasileiro. Nesse sentido, Milena Fernandes Oliveira afirma que “Hipólito da Costa não seguiu os preceitos de Adam Smith, como teria feito D. Rodrigo de Souza Coutinho”, sendo antes inspirado “pela economia política de Sismondi, cuja obra traduziu e publicou nos últimos volumes do Correio Braziliense, do que pela do filósofo escocês”³⁵. Ainda que essa leitura

32 Cf. TUAN, 1968, p. 63.

33 Para uma visão da obra de Filangieri, consultar: FERRONE, Vincenzo. *The Politics of Enlightenment. Constitutionalism, Republicanism, and the Rights of Man in Gaetano Filangieri*. London: Anthem Press, 2012. Sobre a difusão de Filangieri no mundo ibérico, especialmente na monarquia espanhola, ver, dentre outros: ASTIGARRAGA, Jesús. Political Economy and Legislation. The great success of Filangieri’s *Scienza dela legislazione* in Spain (1780-1839). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Colóquios, 2006.

34 MAESTRO, Marcello. Gaetano Filangieri and His Science of Legislation. *Transactions of the American Philosophical Society, New Series*, Vol. 66, No. 6, 1976, p. 11.

35 OLIVEIRA, Milena Fernandes. Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d’O Correio Braziliense. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, 2017. p. 118.

destaque o papel da obra de Sismondi na reflexão crítica do pensamento econômico de Hipólito, ela tende a superestimar a dissidência teórica entre os envolvidos.

A própria historiografia, como sugerem os trabalhos de Alexandre Mendes Cunha e José Luís Cardoso, tem demonstrado as múltiplas referências teóricas presentes no pensamento de Rodrigo de Sousa Coutinho, o qual não se limitava a uma adesão irrestrita às ideias de Smith. Em vista disso, a escolha de Hipólito da Costa pela leitura e tradução de Sismondi não constitui evidência suficiente para uma ruptura categórica com o pensamento político e econômico do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro tal como imaginado por Sousa Coutinho³⁶. Ao contrário, tal escolha parece refletir uma apropriação pragmática das ferramentas da economia política em função de um projeto reformista que compartilhava com o próprio D. Rodrigo o desejo de transformação do Império luso-brasileiro, ainda que divergissem quanto aos caminhos e ritmos de tal mudança.

A aplicação da Economia Política

Ao longo de sua vida, como já observaram diversos biógrafos e outros estudiosos, Hipólito da Costa não chegou a elaborar uma obra sistemática ou propriamente doutrinária dedicada à economia política. Nesta área, talvez seu esforço mais consistente tenha sido a tradução de *A Riqueza Comercial* de Simonde de Sismondi. Tal circunstância impõe

36 Cf. Ver, dentre outros, CARDOSO, José Luís. A política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, vol. 17, n. 31, 2011. CUNHA, Alexandre Mendes. Cameralist Ideas in Portuguese Enlightened Reformism. The Diplomat Rodrigo de Souza Coutinho and His Circuits of Intellectual Exchange. In: NOKKALA, Ere & MILLER, Nicholas B. (Eds.). *Cameralism and the Enlightenment. Happiness, Governance and Reform in Transnational Perspective*. New York: Routledge, 2019.

desafios metodológicos ao historiador que se propõe a investigar suas concepções e seus posicionamentos sobre a economia política, o lugar ocupado por esta ciência em seu pensamento político e o modo como pode ter se apropriado do pensamento do economista suíço. Diante disso, a alternativa mais promissora parece ser aquela que se baseia na mais vasta obra do ilustrado luso-brasileiro refugiado em Londres: as dezenas de volumes do *Correio Braziliense*, que articulavam observações críticas, comentários políticos e análises sobre as obras publicadas na época.

Ao comentar a situação do Erário Régio em outubro de 1815, o redator criticava o Tesoureiro-mor, Francisco Bento Maria Targini (1756-1827), que somente devia saber “ler, escrever e contar; porque tem servido de escrevente nesta mesma repartição do Erário, aonde essas qualificações são necessárias”. Era falso, contudo, afirmar que Targini “saiba mais coisa alguma, nem que tenha a menor pretensão a possuir os conhecimentos necessários em economia política, essenciais a quem deve arranjar os planos de finanças de um Estado”. Afinal, “para ser escrevente ou contador, em qualquer repartição do Erário, basta, com um talento medíocre, o conhecimento prático da escrituração dos livros de contas”; porém,

nunca se pode supor, que um mero contador, por melhor que saiba o seu ofício, é só por isso capaz de ser promovido à administração geral do ramo das Finanças, porque para isso é sempre necessário o conhecimento dos elementos de que se compõem a complicada ciência da economia política, tão aperfeiçoada nos nossos tempos.

Hipólito ainda citava exemplos de situações concretas da política econômica que demandavam tal conhecimento: “Para provar isto basta lembrar, que pertence a este ramo do Governo a imposição dos direitos d’alfândega na importação dos gêneros estrangeiros”. Diante disso, a solução não era simples, uma vez que deveria favorecer a indústria

nacional e o desenvolvimento do comércio, mas sem incentivar o contrabando causado por direitos altos demais. “Ora, como se pode dizer, que é capaz de conhecer destas matérias, qualquer indivíduo, só porque sabe bem a prática da escrituração de um jogo de livros de contas no Erário?”³⁷.

Ao adiantar os argumentos contrários, o redator assumia ter conhecimento que acima do cargo ocupado de Tesoureiro-mor ocupado por Targini, havia ainda o Presidente do Erário Régio e um Conselho da Fazenda. Contudo, a existência do Presidente, por exemplo, não solucionava a falta de conhecimentos sobre a Economia Política. O cargo, segundo Hipólito, era concedido a um nobre, que raramente demonstrava algum conhecimento de economia que poderia ser reconhecido em suas gestões dos próprios recursos. Nas palavras de Hipólito, “a economia política, que estuda esta classe da nação Portuguesa, não deverá talvez ser avaliada, pelo que se observa na maior parte dos fidalgos, no que respeita sua economia doméstica; casas empenhadas, falta de crédito, etc. etc.”. Ora, ainda que possa se argumentar que os nobres podem ser “maus economistas domésticos” e ter conhecimento de economia política, o redator questionava, então, como o Soberano mediria tais estudos e conhecimento. Afinal, como ele salientava, “[p]or mais respeito, que tenhamos ao Soberano, ainda nós não capacitamos, que tenha um Espírito Santo ao ouvido, que lhe ensine a adivinhar”³⁸.

Essa ignorância relativa aos assuntos e princípios da economia política clássica pelos ministros e funcionários régios foi tema recorrente de críticas de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Em abril de 1820, ao comentar sobre a proibição da entrada de carregamentos de favas e de trigo estrangeiros em Portugal, ele chamava atenção para a inobservância dos princípios da liberdade econômica defendidos pelos economistas clássicos por parte dos governantes. A concessão do

37 CB, vol. XV, n. 89, p. 544.

38 CB, vol. XV, n. 89, p. 545.

monopólio do trigo aos nacionais geraria um encarecimento do produto, uma “decidida injustiça para favorecer uma classe” em detrimento de toda a população que consome o alimento. Por isso, ainda que “os lavradores, que desejam ver aumentados os seus lucros, ou que ignoram os princípios de Economia Política” requeressem tal monopólio, era obrigação do governo, no entender de Hipólito, proibi-lo para não “matar a gente à fome”³⁹.

Logo, parecia “imperdoável” aos olhos do redator que os administradores desconhecessem tais ideias da Economia Política sobre os efeitos negativos dos privilégios no comércio. “Que os Governadores do Reino, ou seu Secretário ignorem os princípios de Economia Política, que os devia guiar nestes casos, talvez não seja culpa deles; porque ninguém é obrigado a saber o que não estudou” sentenciava Hipólito⁴⁰. Alguns meses depois, em setembro de 1820, demonstrava novamente sua insatisfação com os governadores do reino, que, por portaria de agosto daquele ano, haviam reduzido os direitos sobre a exportação do Sal, aumentados por um Alvará de 1818. Para Hipólito, a medida demonstrava justamente a mesma falta de conhecimento do caso anterior:

A portaria dos Governadores de Portugal (...) prova indubitavelmente a ignorância dos princípios de Economia Política, com que aqueles Senhores obram na imposição dos direitos; pois ali confessam, que foi necessário a experiência dos fatos, para se enganarem do mais óbvio princípio nesta parte da legislação⁴¹.

Hipólito não concebia que o problema da diminuição do comércio estrangeiro do sal causado pelos altos tributos cobrados por Portugal tenha sido resolvido somente “quando a lição da experiência chega”, não tendo “lugar para o remédio” e “restando somente um arrependimento

39 CB, vol. XXIV, n. 143, p. 425.

40 CB, vol. XXIV, n. 143, p. 426.

41 CB, vol. XXV, n. 148, p. 346-347.

infrutífero”. Eram “os princípios teóricos necessários” da Economia Política que deveriam auxiliar na solução de tais questões concretas⁴².

A percepção de Hipólito de imputar a responsabilidade das decisões equivocadas ou a má condução dos negócios econômicos de Portugal aos ministros e governantes buscava salvaguardar o já monarca D. João VI de críticas. No contexto da Revolução do Porto e do fortalecimento de grupos contrários à permanência do rei no Brasil, Hipólito destacava que os problemas que se atribuíam a tal distância do monarca da Europa, eram, na verdade, frutos da ignorância da Economia Política. É evidente, por exemplo, quando ele criticava diretamente a proibição do corte de sobreiros, uma das espécies de árvores mais comuns em Portugal, e a exportação de suas cascas, que produziam as cortiças. Em suas palavras,

Entregue em tais mãos a prosperidade da Nação, não era preciso ser adivinhador para prognosticar o seu fim. Ora é preciso conceder, que esta supressão da indústria, pela mais crassa ignorância dos princípios de Economia Política, não tem nada de comum com a residência d'El Rei no Brasil, no que se tem concentrado todas as queixas⁴³.

Em outra ocasião Hipólito também refutou, com base na ciência econômica, o argumento frequentemente utilizado dos prejuízos econômicos da permanência de D. João no Brasil. Em julho de 1820, ele transcreveu alguns trechos da obra *Des trois derniers mois de l'Amérique méridionale et du Brésil* (1817), nos quais o célebre Abade De Pradt (1759-1837), um dos precursores das ideias de emancipação do Brasil, tratava dos efeitos da migração da Corte para o Rio de Janeiro⁴⁴. Nas palavras do francês, traduzidas por Hipólito,

42 CB, vol. XXV, n. 148, p. 347.

43 CB, vol. XXV, n. 148, p. 348.

44 Sobre a influência das obras de De Pradt no processo de independência do Brasil, ver: MOREL, Marco. O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira. *Almanack*, Guarulhos, n. 13, 2016.

El Rei está ausente, e deixou de ser Português para ser Brasileiro. Já não pode voltar à Europa, sob pena de perder o Brasil. Consequentemente Portugal está já para sempre abandonado por seu Soberano; e, como tal, condenado a sofrer uma regência eterna. Todo o dinheiro de Portugal vai agora para o Brasil, quando d'antes do Brasil vinha a Portugal⁴⁵.

Dentre outras críticas do redator, ele discutia a questão das transações comerciais entre Portugal e Brasil que independiam, conforme os princípios da economia política, do local de residência do monarca:

Não sabemos quais foram os cálculos estatísticos, em que Mr. De Pradt fundamentou esta asserção; mas, racionando pelos princípios gerais da economia política, a saída do dinheiro de Portugal para o Brasil, ou do Brasil para Portugal, não deve depender do lugar onde El Rei reside, mas sim da natureza das transações mercantis entre aqueles dois Estados.

Nesse sentido, na visão do redator, eram os princípios da Economia Política que deviam orientar a legislação, sobretudo econômica, do Império português, como se tornava evidente nos comentários do autor sobre um decreto que proibia o uso da moeda provincial nas transações comerciais entre o Rio de Janeiro e outras capitanias, como Pernambuco, Bahia e Maranhão, por exemplo. Em substituição, deviam ser utilizadas letras de prêmio emitidas pelo Banco do Brasil, a ser sacadas sem lucros de câmbio. No *Correio Braziliense* de maio de 1819, Hipólito acreditava que “geralmente falando estas proibições nunca produzem bom efeito”, pois como eram executadas “plenamente” acabavam por privilegiar os contrabandistas em detrimento dos negociantes legais⁴⁶.

Além disso, o redator achava “injusto” e “absurdo” que o Governo proibisse “o prêmio nas letras de câmbio”; afinal, “a diferença do câmbio,

45 CB, vol. XXV, p. 71.

46 CB, vol. XXII, n. 132, p. 531.

exprime sempre a relação das necessidades de remessa, que existem entre duas praças”. Tal diferença variava de acordo com as mercadorias envolvidas e por isso parecia “impossível que o Governo possa prescrever taxa ao câmbio”. Havia ainda a questão do prejuízo às capitanias que deixavam de receber a moeda provincial, como Pernambuco, que possuía, nas relações comerciais com a Inglaterra, favorecimento, pois exportava mais algodão do que recebia de mercadorias inglesas. Situação diferente do Rio de Janeiro, que recebia mais mercadorias inglesas do que exportava seus produtos. Para Hipólito, bastava que o débito do Rio de Janeiro pudesse ser pago com o montante devido pelos ingleses em Pernambuco. Esta transação seria realizada com a moeda advinda do Rio de Janeiro. Por tudo isso, era opinião do redator que o decreto criava um “transtorno do comércio” e gerava ainda mais escassez de moeda no Rio de Janeiro, que continuava a pagar aos ingleses pelas mercadorias compradas. A origem destes males era, uma vez mais, a ignorância, afinal, “todas as leis, que se não fundarem nestes claros princípios de Economia Política, ou tenderão à ruína do país, ou serão meras palavras sem efeito”⁴⁷.

Portanto, a economia política, para Hipólito, representava um conhecimento fundamental para os ministros, funcionários e oficiais régios, principalmente para aqueles que ocupavam posições superiores na hierarquia das instituições de governo, como no caso do Tesoureiro-mor. Por isso, defendia a importância do estudo e do ensino da ciência nas universidades. Em janeiro de 1819, o redator lamentava a proibição dos estudos de economia política na Universidade de Coimbra: “Os estudos de economia política são proibidos na Universidade de Coimbra, e não sabemos que haja no Reino outras escolas, em que se aprendam”. Tal fato tinha consequências nocivas para Portugal, uma vez que

47 CB, vol. XXII, n. 132, p. 532-533.

Não há tribunal, nem pessoa, a quem pertença preparar todos os anos um relatório do estado atual do Reino. Os Secretários de Estado têm ocupação bastante, na rotina ordinária do despacho de suas respectivas repartições; e como não tem de dar contas a ninguém, pelo que deixam de fazer ou lembrar a bem do Estado, fica tudo sepultado no esquecimento, e coberto com o nome do Rei, envolto no misterioso segredo do que chama governo⁴⁸.

Situação diferente acontecia no reino vizinho da Península Ibérica. No ano seguinte, Hipólito noticiava a criação de uma cadeira de Economia Política pela *Real Sociedad Económica Matritense* em virtude de Ordem Régia de 1º de dezembro de 1819. O redator descrevia as três etapas do concurso realizado para ocupação da cadeira, sendo uma delas um exercício sobre o “tratado de Economia Política de João Batista Say, edição de Madrid”⁴⁹.

Finalmente, há um único caso encontrado ao longo desta investigação no qual Hipólito da Costa utilizava-se da obra de Sismondi para resolução de um caso concreto que se apresentava no início da década de 1820. Desde o número de agosto de 1821, o redator já dava conta das discussões ocorridas nas Cortes portuguesas acerca da interpretação de alguns artigos do Tratado de Comércio e Navegação assinado com a Inglaterra em 1810, que resultaram na aprovação de um parecer na sessão de 7 de julho de 1821. O artigo 26 do Tratado estipulava a validade do antigo Tratado de Methuen de 1703 acerca das taxas pagas pelos vinhos portugueses na Inglaterra e os panos ingleses em Portugal. O parecer, transcrito integralmente no *Correio Braziliense*, argumentava que tal tratado não estipulava, “contudo, direito algum certo, e determinou somente para os vinhos de Portugal os mesmos direitos que pagassem os vizinhos de França nos portos da Grã-Bretanha com o abatimento de um meio”. Por isso, na interpretação da Comissão de Comércio, os produtos de lã ingleses “ficaram estas por consequência, e como de justiça, sujeitas pelo mesmo tratado, a todos e quaisquer

48 CB, vol. XXII, n. 128, p. 86.

49 CB, vol. XXIV, p. 138-139.

direitos, que em Portugal se lhes quiserem impor”⁵⁰. Ao mesmo tempo, a Comissão buscava argumentar que a tarifa de 15% para os gêneros de manufatura e indústria estipulada pelo artigo 15 do Tratado de 1810 não se aplicava aos produtos de lã da Inglaterra, uma vez que o artigo 26 determinava justamente uma “mais óbvia e justa” exceção. Em vista disso, se fixava a interpretação de que era “injusta a redução dos direitos sobre as fazendas de lã em Portugal” e que deveriam ser restabelecidas “em todas as alfândegas os mesmos direitos de 30 por cento como d’antes”⁵¹.

Ao comentar a decisão, alguns meses depois em outubro de 1821, Hipólito louvava que assuntos importantes como as finanças do país estivessem sendo discutidas “fora do misterioso segredo do gabinete”. Ele transcrevia uma carta publicada na gazeta inglesa *Morning Chronicle* de 13 de outubro daquele ano que justificava legalmente a cobrança de 30% sobre as fazendas de lã. O redator da gazeta inglesa consultada por Hipólito, ainda que concordasse com o autor da carta, de que “a resolução das Cortes foi exatamente na conformidade dos tratados”, acreditava que tal decisão não coadunava com os “princípios da sã política”. Afinal, segundo ele, “um tributo de 30 por cento na importação de manufaturas estrangeiras, não é capaz de proteger as fábricas do país, e tornar o país fabricante”. Diante de duas opiniões conflitantes, de um lado, a das Cortes e do escritor da carta; de outro, aquela do redator da *Morning Chronicle*, Hipólito procurou embasar sua posição justamente na obra de Simonde de Sismondi, que havia traduzido no *Correio Braziliense* entre 1816 e 1820. “Se houvéramos de decidir a questão, sem dúvida nos inclináramos a esta parte, pelos princípios tão bem desenvolvidos por Simonde na sua Economia Política, de que temos dado uma tradução em vários números deste periódico”, escrevia ele.

Inspirado em Sismondi, Hipólito se revelava então contrário às políticas protecionistas de imposição de alta tributação sobre produtos

50 CB, vol. XXVII, p. 127-128.

51 CB, vol. XXVII, p. 129-130.

estrangeiros. Na tradução de Hipólito, o autor, ainda partidário das ideias de Adam Smith em 1803, se colocava frontalmente contrário a qualquer tipo de monopólio no comércio de uma nação. Afinal “a concorrência a mais livre é a base do preço relativo”, uma vez que

Todas as vezes que esta concorrência é oprimida, existe um princípio de monopólio, se a Lei afasta somente os Negociantes e os capitais estrangeiros, dá aos Negociantes e aos capitais nacionais um monopólio contra os consumidores, e fá-lo pelos regulamentos das Alfândegas⁵².

Na análise do autor suíço, a legislação de comércio da Europa movia-se no sentido da “criação de diferentes monopólios” que provinha “da mania de quase todos os Legisladores de quererem dirigir o comércio” e da insistência de controle dos “interesses particulares, que, quando são livres, tendem sem nenhum esforço ao bem geral”⁵³. Nesse sentido, Sismondi destacava quais eram as funções do legislador, bem orientado pela economia política:

O que ele deve fazer é promulgar leis claras e exatas, pelas quais os processos sejam menos frequentes, menos longos e menos dispendiosos; deve ter sempre as mãos sobre a execução de todas as convenções, a que o comércio der origem; deve enfim ter os olhos abertos para prevenir e dissolver todas as combinações, que algum interesse particular possa formar contra o interesse geral, e destruir todos os monopólios em vez de os criar e de os manter⁵⁴.

Ainda que o caso analisado por Hipólito se tratasse antes do aumento da tributação sobre os produtos têxteis ingleses do que da proibição da entrada destas mercadorias em Portugal, Sismondi considerava que a própria alfândega poderia funcionar como um monopólio que prejudicava tanto os cidadãos e consumidores, quanto

52 CB, vol. XXII, p. 282-283.

53 CB, vol. XXIII, p. 36.

54 CB, vol. XXIII, p. 42.

o próprio Estado⁵⁵. Por isso, o monopólio causava uma perda real nas finanças da nação e devia ser abolido imediatamente. “No momento em que abolirmos o monopólio”, escrevia ele, “nós diminuiremos as nossas despesas, aumentaremos as nossas rendas, atrairemos capitais estrangeiros, e despertaremos a emulação dos nossos artistas”⁵⁶. Inspirado por tais ideias, Hipólito se posicionava acerca do restabelecimento da tarifa de 30% sobre os panos ingleses aprovada pelas Cortes em Lisboa:

Mas se isto é um erro (como pensamos que é) assaz desculpa têm as Cortes de Portugal em seguir o exemplo da Inglaterra, em pontos de economia política no ramo comercial, que se supõem mais bem entendido aqui, do que em nenhuma outra parte do Mundo⁵⁷.

Embora considerasse direito de uma nação aumentar as tarifas como bem entendesse, Hipólito lembrava a importância da prudência nas negociações internacionais: “ainda que todos os homens tenham iguais direitos, a prudência pede que um homem de poucas posses não vá pôr uma demanda a outro homem, que é poderoso, sem primeiro tentar recuperar o que pretende ser seu, por vias amigáveis”⁵⁸. Afinal, era, “portanto, mais honroso, que essas coisas se acomodem, antes do que se disputem”⁵⁹.

Tal episódio evidenciava de forma concreta o papel central atribuído à aplicação dos princípios da economia política no enfrentamento das complexas questões políticas e financeiras que assolavam o Império luso-brasileiro no atribulado contexto do primeiro quartel do século

55 Cf. CB, vol. XXIII, p. 239. Esta ideia é desenvolvida no Capítulo II “Da influência das alfândegas nas manufacturas Francezas” do Livro III “Dos Monopólios”. Nas palavras de Sismondi, “começarei pelo resumo da teoria da liberdade do comércio, a fim de apresentar em um só ponto de vista as consequências do monopólio criado pela alfândega, tanto a respeito do consumidor como do Estado” (p. 239).

56 CB, vol. XXIII, p. 243.

57 CB, vol. XXVII, p. 336.

58 CB, vol. XXVII, p. 337.

59 CB, vol. XXVII, p. 338.

XIX. Ao mesmo tempo, ilustrava o uso das ideias e teorias de Simonde de Sismondi pelo redator do *Correio Braziliense*. Diante de uma questão concreta de natureza econômica, como o debate a propósito do aumento dos tributos sobre os produtos estrangeiros e a aplicação do Tratado de 1810, Hipólito da Costa, mobilizou os argumentos contidos na obra que ele próprio traduzira e publicara em seu periódico. Nesse sentido, as concepções de economia política que permeavam a linguagem e a reflexão política de Hipólito articulavam-se a um horizonte pragmático. Estes princípios buscavam a superação dos entraves e obstáculos à efetivação da liberdade econômica, ao mesmo passo que visavam orientar a nação portuguesa em direção à felicidade pública, nos moldes dos ideais das Luzes.

A presença das ideias de Simonde de Sismondi nas páginas do *Correio Braziliense* evidencia o intenso processo de mediação levado a cabo por Hipólito da Costa em seu periódico. Ao traduzir a obra *De La Richesse Commerciale*, o redator não somente divulgou aos leitores uma obra fundamental no debate da economia política no início do Oitocentos, como também operou escolhas e supressões que carregam significados oriundos tanto do tradutor quanto do contexto que o inspirava. Ao traduzir a obra e ao comentar os numerosos casos em que o conhecimento acerca da economia política se mostrava necessário, Hipólito buscava ajustar a nascente ciência econômica às urgências de um Império luso-brasileiro em busca de caminhos para a reforma e sobrevivência política e econômica.

Essa prática revela um traço essencial do seu pensamento: a economia política, longe de ser um exercício de abstração, aparecia como ciência aplicada, destinada a orientar governantes e legisladores na condução dos povos rumo à felicidade. Nesse ponto, Hipólito encontrava afinidade com Sismondi, cuja obra não se restringia a fórmulas técnicas e se erguia como reflexão sobre a prosperidade, a

liberdade e a felicidade social. Ambos partilhavam a convicção de que o conhecimento econômico não podia ser apartado da moral e da política, sob pena de perder sua verdadeira razão de ser.

A tradução de Sismondi não representava, pois, uma ruptura com a tradição reformista iluminista que animara a geração de Rodrigo de Sousa Coutinho. Ao contrário, tratava-se um novo modo de enunciar antigas preocupações diante de transformações mais amplas no cenário europeu e atlântico. Sismondi figurava nas páginas do *Correio Braziliense* como fonte de autoridade e como vocabulário econômico e político de um projeto que buscava conciliar o progresso aos princípios da economia política e do liberalismo. Assim, as leituras de Sismondi feitas por Hipólito podem ser percebidas a partir de um horizonte compartilhado: o da economia política concebida como ciência do legislador e instrumento do bem comum. O *Correio Braziliense* aparece, nesse sentido, como espaço privilegiado de circulação de livros e ideias, em que a palavra impressa se tornava estímulo à transformação.

“Quem não sabe que todos os brasileiros outra coisa não querem que o Sistema jurado e a inviolabilidade dessa Constituição de que ele é o Autor?”: os limites do republicanismo no Primeiro Reinado

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho

O título do presente artigo foi extraído do jornal *Astréa* e revela o desejo de vários envolvidos na vida política do Primeiro Reinado: a efetivação dos direitos previstos pela Constituição. No caso em questão, um correspondente respondia às denúncias do *Gazeta do Brasil* sobre a existência de uma conspiração contra o Imperador e a monarquia constitucional. Além de ofenderem D. Pedro I, elas eram muito graves por não serem verídicas: “Quem não sabe que não há no Rio de Janeiro, nem Clubs, nem Republicanos, nem Demagogos”¹. A persistência dessa visão durante todo período levou os brasileiros a não cogitar a adoção da forma republicana de governo ao longo da crise responsável pela Abdicação.

No final do século XVIII, os limites impostos à república durante a Idade Média e a Época Moderna foram rompidos. Nos termos de Reinhart Koselleck, o conceito de república não remetia mais às categorias aristotélicas do governo misto associáveis a todas as formas

¹ *Astréa*, nº 220, 6/12/1827

de governo, e sim a uma forma de governo específica totalmente oposta à monarquia. Além disso, ele transformou-se numa expectativa conhecida como republicanismo. Em outras palavras, os homens deviam tornar a república uma realidade através da ação política². No Brasil, a mudança descrita pelo historiador alemão, porém, não ocorreu. Christian Lynch e Heloísa Starling nos mostram como, após o fracasso da experiência regencial, a monarquia passou a encarnar as qualidades do governo republicano: o bem comum e o interesse público³. Em outras palavras, não existia a oposição entre monarquia e república destacada por Koselleck.

O artigo visa, ainda que parcialmente, analisar o motivo do conceito de república não ter se transformado numa expectativa entre 1822 e 1831 a partir dos debates ocorridos na imprensa. Ao analisar a importância dos jornais para a Revolução Francesa, Jeremy Popkin nos lembra que eles eram os únicos instrumentos capazes de instituir a soberania do povo. Para tal, conduziam o debate público, transmitiam a opinião do povo aos eleitos e esclareciam os eleitores acerca de seus direitos⁴. Além disso, por serem o “pão de cada dia da política contemporânea”, revelam as inflexões e a conjuntura de uma determinada época e refletem as relações entre as ideias e a sociedade⁵.

Apesar de a república não gozar da simpatia dos envolvidos na vida política do período, ela não deixou de ser objeto de debates.

2 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-Rio, 2006, p. 325.

3 STARLING, Heloísa M. e LYNCH, C. E. C. República. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014, p. 204.

4 POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 199.

5 WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2003, p. 282.

Antes mesmo da Independência, o periódico baiano *Semanário Cívico*, contrário à separação do Brasil de Portugal, criticou D. Pedro por apoiá-la e o equiparou a Oliver Cromwell (1599-1658) e Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (1758-1794), líderes, respectivamente, da Revolução Inglesa (1640) e da Francesa (1789). Além disso, o Príncipe Regente era enganado, pois a existência de um partido republicano indicava que vários brasileiros “não querem Rei, nem cá, nem lá, desejam somente estabelecer no Brasil o Governo *Democrático Federativo*, como nos Estados Unidos da América do Norte”⁶. Na visão do redator, eles trabalhavam em prol desse objetivo desde a Inconfidência Mineira (1789). Para sua infelicidade, sua previsão não se cumpriu. Todos os envolvidos na aclamação de D. Pedro I em 12 de outubro de 1822 escolheram a monarquia constitucional como forma de governo. Mesmo João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro* e um dos jornalistas mais radicais do período, abraçava a monarquia constitucional desde que ela respeitasse a soberania do legislativo, a rotatividade dos mandatos e das eleições e preservasse o monarca como símbolo da nação⁷. Após a aclamação, os brasileiros, na visão de *O Regulador Brasileiro*, podiam “esperar que acabem os seus sonhos Democráticos”. As qualidades do novo Imperador impediam a adoção de toda a forma de governo que não fosse a monarquia constitucional: “Como poderão haver ideias Democráticas em uma Nação, que não tem motivos para arrancar o cetro das mãos daquele que é tão digno, que sempre será digno de o empunhar?”⁸. Além disso, uma oração proferida por causa da aclamação de D. Pedro I e transcrita pelo mesmo jornal revelava o peso da religião no nascente Império, pois todos os espectadores presenciaram “a

6 *Semanário Cívico*, nº 79, 5/09/1822. Grifos do autor.

7 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *O Correio do Rio de Janeiro* e o debate em torno do governo constitucional. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 34.

8 *O Regulador Brasileiro*, nº 13, 16/10/1822.

Imagem de um Deus viajando sobre a terra e que se haviam renovado esses tempos heroicos em que os Deuses baixavam do Olimpo para felicitarem os mortais”⁹.

Segundo Lúcia Bastos, a força da religião ficou muito evidente quando o novo Imperador agendou sua coroação e sagração para 1º de dezembro de 1822. A soberania da nação não era a responsável pela legitimidade do governante, e sim a religião. Assim sendo, D. Pedro I se aproximava muito do absolutismo ilustrado e, conseqüentemente, sua soberania sobrepunha-se à da nação. A nova constituição era fruto somente de sua generosidade e ele podia vetá-la se ela não o agradasse¹⁰. Os debates na Assembleia Constituinte, no entanto, revelaram que o Imperador não ia conseguir impor sua preeminência por causa dos intensos debates sobre o lócus da soberania¹¹. Conforme lembra Pierre Nora, a defesa da soberania da nação representa o germe e a essência de uma ordem republicana¹². Os deputados, porém, não estavam interessados nela. Na sessão de 17 de maio de 1823, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, durante uma discussão se um deputado eleito por Pernambuco podia tomar posse em razão de ter defendido a forma republicana de governo, asseverou que um povo “criado no seio da monarquia absoluta não tem a frugalidade e temperança e amor da igualdade, condições insupríveis das formas republicanas”¹³.

O irmão de José Bonifácio possuía familiaridade com o republicanismo por ter participado da Revolução Pernambucana em

9 *O Regulador Brasileiro*, nº 14, 23/10/1822.

10 NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2003, p. 410-411.

11 SLEMIAN, Andrea. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2009, p. 92.

12 NORA, Pierre. Soberania. In: FURET, François ; OZOUF, Mona (dir.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 828.

13 *Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 57.

1817. Convertido à monarquia constitucional ou receoso de novas represálias, sua visão sobre a república mostra as limitações dessa forma de governo, pois ela ainda era associada aos valores do humanismo cívico. Além disso, conforme demonstra Pedro Henrique Carvalho em sua dissertação de mestrado, nem mesmo os mais radicais, como frei Caneca, acreditavam na viabilidade política da forma republicana de governo. A defesa desta não era resultado de uma aversão à monarquia, e sim de um constitucionalismo intransigente¹⁴. De fato, o frade pernambucano, às vésperas da Confederação do Equador, ainda confiava em D. Pedro I e nutria esperanças de reverter a crise aberta pela dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823.

Nós esperamos em Deus podermos dizer do Imperador, como de Agrícola disse o Tácito: *Tudo o que amamos de Agrícola, tudo que nele admiramos, subsiste e subsistirá no coração dos homens, na eternidade dos tempos, nos anais do universo. Muitos heróis antigos, desconhecidos e sem glória, são sepultados no esquecimento; Agrícola por sua história viverá na posteridade*¹⁵.

Para a infelicidade do frade, D. Pedro I não recuou na repressão aos rebeldes pernambucanos. Na visão de Roderick Barman, a vitória do Imperador sacramentou os conflitos em torno da distribuição do poder no nascente Império¹⁶. Seus aliados na imprensa, por sua vez, aproveitaram a oportunidade para reforçar os preconceitos existentes contra a forma republicana de governo. A Confederação do Equador havia transformado liberal em sinônimo de anarquista e o exercício da

14 CARVALHO, P. H. D. F. *“A linguagem deste século tem sido empregada em política”: a linguagem política de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, capítulo 3.

15 CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *O Typhis Pernambucano*, nº XXIII, 24/06/1824. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 481. Grifos do autor.

16 BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 123.

soberania popular aumentou a rejeição à democracia. Na visão de um deles, a república

ao muito só pode ter lugar, e por pouco tempo, em pequenos e pobres estados, cujos laboriosos habitantes já conhecedores dos limites de uma justa e razoável liberdade, se não entreguem aos frenesins revolucionários, que por vergonha, e horror da humanidade, tantas vezes têm regado a terra com o sangue de seus habitantes¹⁷.

No mesmo número, o redator fez elogios ao sistema absolutista de governo. Na sua visão, o sistema de governo não era importante se os governantes fossem capazes de assegurar a felicidade dos cidadãos. No entanto, constituições se faziam necessárias por causa dos maus reis. Apesar da ausência de uma oposição nos espaços públicos ter permitido ao Imperador e aos seus aliados mais próximos moldar a monarquia de acordo com suas convicções, não parecia haver espaço para um retorno ao absolutismo. Em 10 de maio de 1825, o periódico baiano *Grito da Razão* publicou uma correspondência cujo autor atribuía a nulidade dos direitos previstos na Constituição à falta de leis regulamentares. Sem elas, o Imperador pouco podia fazer para remediar os abusos denunciados pelos cidadãos.

Esperemos pois que a convocação da Câmara dos Deputados e Senadores seja reunida na Capital do Império debaixo dos Auspícios de S. M. o Imperador, e logo teremos protetores que velem sobre a observância do Código Sagrado, que nesta Cidade foi solenemente jurado a 3 de maio do ano passado. Que cautelosos em sua conduta Pública não serão os funcionários, quando um Deputado, ou Senador na sua respectiva Câmara tiver a liberdade de levantar a voz contra suas prevaricações¹⁸!

Antes da reunião da Assembleia Geral, a Coroa foi obrigada a assistir ao surgimento de uma oposição efêmera nos espaços

17 *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*, nº 1, 23/02/1825.

18 *Grito da Razão*, nº 26, 10/05/1825.

públicos. Segundo Octávio Tarquínio de Sousa, a forma como se dera o reconhecimento da Independência não agradara a todos e os insatisfeitos recorreram aos impressos para manifestar suas críticas¹⁹. O governo, porém, não precisava temê-las. O *Atalaia da Liberdade*, um dos novos jornais, associava o conceito de república ao ideal de governo da lei. Em um comentário sobre a situação política do Paraguai, questionou: “Será por ventura *República* o país aonde só é Lei a vontade de um *déspota*?”²⁰. Além disso, considerava que a “*liberdade absoluta* é uma quimera”²¹. O apreço por D. Pedro I ficou evidente numa correspondência publicada pelo *O Verdadeiro Liberal*. Algumas pessoas sabotavam a reunião da Assembleia Geral com medo de ela provocar desordens. Ao longo do processo de Independência, muitos receios também vieram à tona, mas

o grande Príncipe que nos concedeu a Providência, se pôs à frente dos liberais, e deu uma Constituição, onde se admite o cardeal princípio dos Governos livres, a saber, o da Soberania da Nação: S. M. I., como inspirado pelo Céu para ficar entre nós, soube com destreza firmar uma nova ordem de coisas, sem aparecerem as horríveis cenas de sangue, que costumam acompanhar as mudanças de governo²².

Ciente do constitucionalismo do Imperador, o redator não hesitou em subordiná-lo à opinião pública. Para um monarca ser adorado, não bastava “ser absoluto, e dizer *tal é a nossa vontade* ou *Eu o Rei*; é preciso conformar-se com o espírito do tempo, com as necessidades da Nação, marchar a par das novas ideias, para colocar-se dignamente à frente dos homens do século”²³. Os aliados de D. Pedro I não viam a ideia com bons olhos e eles não estavam muito interessados em conquistar a opinião pública. Em 7 de abril, um deles publicou um panfleto no qual reconhecia os benefícios da liberdade de imprensa, mas quando ela “se desmanda

19 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editores, 1972, p. 202.

20 *Atalaia da Liberdade*, nº 2, 15/02/1826. Grifos do autor.

21 *Atalaia da Liberdade*, nº 4, 24/02/1826. Grifos do autor.

22 *O Verdadeiro Liberal*, nº 4, 9/03/1826.

23 *O Verdadeiro Liberal*, nº 15, 4/04/1826. Grifos do autor.

em personalidades e malfeitorias, ela tolhe ao povo a reverência aos constituídos em dignidade e faz logo afrouxar a obediência, e subordinação; cujo resultado vem a ser por fim ódios, insultos motins, preliminares de Revoluções”. Além disso, todas as demandas dos críticos do governo eram rejeitadas pelos cidadãos.

Os Brasileiros sabem que verdadeira república existe em toda a forma de governo onde há espírito público e constante respeito à Religião e à Moral, que constituem os cidadãos capazes de intenso amor à pátria e de heroicos feitos. Isto se acha nas Monarquias Legítimas e ainda é mais de esperar nas melhoradas com Liberal Constituição²⁴.

O governo conseguiu silenciar os seus críticos com sucesso, mas não voltou a restringir a discussão nos espaços públicos. A reunião da Assembleia Geral ocorreu normalmente em 5 de maio. Na imprensa, o *Astréa* louvou a criação do poder Legislativo por ter dissipado as desconfianças de governantes e governados. Estes estavam certos de que suas denúncias chegariam aos ouvidos das autoridades e aqueles poderiam contar com a obediência dos cidadãos em razão de eles serem bem governados. No entanto, esse equilíbrio, tão fundamental no governo constitucional, não existia no Brasil. A balança do poder favorecia o governo e a oposição era nula. A solução dependia da cooperação entre o ministério e a Câmara dos Deputados, mas ela era um sonho distante.

As Câmaras têm manifestado boas intenções; marchando, porém, com passos tímidos e sem guia, no labirinto atual não pode avançar. O ministério talvez se prepare para de uma vez apresentar os seus planos combinados e fazer uso da iniciativa indireta que lhe dá a Constituição e como a quem cumpre saber todos os males da nação, e está mais ao fato de conhecer o remédio: mas estas esperanças estão ao presente envolvidas em mistério²⁵.

A situação denunciada pelo jornal não mudou muito ao longo de 1826. Os esforços da Câmara dos Deputados não conseguiram alterar

24 IMPERALISTA FIRME (pseud.). *Contradicta a Mr. Chapuis*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1826, p. 24.

25 *Astréa*, nº 7, 6/07/1826.

o estado do país ao longo da sessão ordinária e ela pediu ao Imperador a prorrogação de seus trabalhos. A reação do cônsul da Áustria em ofício enviado ao Imperador com data de 25 de agosto revela como a desconfiança ainda imperava. Inicialmente, os ministros não deviam comparecer à Câmara dos Deputados, pois a maioria dela reprovava as ações do poder Executivo e uma concessão por parte deste somente aumentaria a audácia dos críticos do governo. Demiti-los era ainda pior em razão de significar uma vitória da oposição. Somente a estabilidade conferia força aos governos. Se D. Pedro I cedesse, ele ia abrir uma caixa de Pandora²⁶.

Possivelmente, as preocupações do representante diplomático eram exageradas. Um correspondente do *Astréa* denunciou ter sido acusado de defender princípios demagógicos, anárquicos e republicanos por advogar ideias presentes na Constituição. Ele era somente um cidadão interessado em discutir os assuntos públicos: “Pois o cidadão que toma interesse pela causa pública sem ofender nenhuma lei, é por isso demagogo e anarquista, e há de aí tirar sua ruína?”. Além disso, republicano não era o partidário da forma republicana de governo, e sim “aquele que como eu deseja se façam públicas as coisas da Nação, mas não consinto que com semelhante apelido se possam combinar os de *demagogo e anarquista*”²⁷. Em outras palavras, república era sinônimo de governo da lei e apreço pela coisa pública, pois os governos foram formados para cuidarem dela. O próprio autor da correspondência reconheceu isso, pois ele era um republicano e não um democrata. O verbete de um dicionário publicado pelo mesmo jornal, por sua vez, definia republicano da seguinte forma: “Delirante de virtude – Estrangeiro em uma monarquia, mas que é fácil naturalizar, quando o Povo aí é livre, os poderes equilibrados e o rei magistrado”²⁸.

26 Arquivo Histórico do Museu Imperial – Maço 59, doc. 3027.

27 *Astréa*, nº 43, 3/10/1826. Grifos do autor.

28 *Astréa*, nº 53, 26/10/1826.

Conforme procurei demonstrar até agora, não era fácil transformar a república numa expectativa. De um lado, o conceito estava associado às experiências republicanas da Antiguidade Clássica. Do outro, as categorias usadas para se pensar a república e os valores dessa forma de governo podiam ser aplicados à monarquia. Em 1827, o contexto político começou a mudar lentamente. Conforme lembra John Armitage, as derrotas na Guerra da Cisplatina e os erros da administração no plano interno favoreceram a formação de uma oposição na Câmara dos Deputados²⁹. Já a reunião regular do poder Legislativo introduziu um novo espaço para o jogo político. Como deputados e senadores não podiam ser punidos por suas falas, a Assembleia Geral transformou-se num espaço onde as discussões eram livres³⁰. As crescentes críticas ao governo criaram condições para a transformação do conceito de república numa expectativa?

Inicialmente, a resposta é negativa. Logo em seu segundo número, *O Farol Paulistano* publicou um longo discurso de um autor não-identificado sobre a monarquia constitucional para convencer seus leitores dos benefícios dessa forma de governo. Ele não perdeu tempo em condenar o exercício direto da soberania pelos cidadãos: “Sempre que o povo quis *reger* por si mesmo, houve completa anarquia. A ação direta do poder não deve estar senão nas mãos de um homem ou de alguns homens; é fisicamente impossível que esteja nas mãos de todos”. Isso, no entanto, não significava negar ao cidadão participação nos assuntos públicos, pois

29 ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey* [1831]. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 148.

30 NEVES, Lúcia M. Bastos P. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *História do Brasil Nação. Volume 1. Crise colonial e Independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 106-107.

é necessário para que o Estado seja feliz, para que os cidadãos sejam livres, que o povo exerça uma ação e, poderosa sobre o governo; mas é necessário que ela seja indireta e consista na manifestação livre de seus desejos e de suas queixas, na censura das leis e procedimento dos governantes; é necessário que o povo aprove e reprove e que não podendo castigar os que delinquirem, os possa acusar, opor seus mandatários e magistrados de sua escolha, ou pelo grito da opinião pública.

A monarquia constitucional era uma forma de governo capaz de cumprir a exigência, pois nela “acha-se o poder de *todos* na *opinião* e nas *eleições*; o poder de *muitos* nos mandatários – *legisladores* – e nos *magistrados municipais*; enfim o poder de *um só* no *monarca*”³¹. Em outras palavras, cabia à monarquia dar vida ao ideal republicano do governo de todos³². Apesar disso, alguns defensores mais ardorosos do Imperador não viam com bons olhos a expansão do debate público na Assembleia e nos jornais. Na visão do *Gazeta do Brasil*, os cidadãos não podiam ignorar “o progresso que nestes últimos tempos tem feito entre nós o espírito revolucionário”. O pedido de demissão de alguns ministros feito por alguns deputados era um acinte. Como a prerrogativa não estava prevista na Constituição, ele significava “o primeiro e funesto exemplo de menoscabo à Constituição e põem o pé no sanguinolento terreno do JACOBINISMO; sim do JACOBINISMO”³³. A apreensão do redator, porém, não possuía justificativa. Conforme lembra Pasquale Pasquino, o sucesso da monarquia constitucional dependia da aceitação de uma certa autonomia do poder régio³⁴. Os deputados discutiram a questão na sessão de 21 de julho de 1827 quando se debruçaram sobre um

31 *O Farol Paulistano*, nº 2, 14/02/1827. Grifos do autor.

32 CARDOSO, Sérgio. Por que república? Notas sobre o ideal republicano e democrático. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2004, p. 59.

33 *Gazeta do Brasil*, nº 1, 30/05/1827.

34 PASQUINO, Pasquale. Sur la théorie constitutionnelle de la monarchie de Juillet. In: VALENSISE, Marina (éd). *François Guizot et la culture politique de son temps*. Paris: Gallimard-Seuil, 1991, p. 120.

projeto referente à organização das secretarias de Estado. Apesar de divergentes, as posições de Lino Coutinho e Nicolau Vergueiro revelam o prestígio de D. Pedro I. Na visão do primeiro, o Imperador não devia se envolver em assuntos da administração e o governo devia ser atribuído aos ministros em razão daquele ser uma divindade inacessível. De fato, o representante da província da Bahia não possuía instrumentos mentais para lidar com um monarca ativo no governo, pois “quando o chefe supremo se embaraça em medidas particulares da administração pública, não sei como se possa chamar o ministro responsável, nem sei como a divindade sagrada, um Deus se possa meter nos negócios dos homens”. Em certa medida, a posição protegia D. Pedro I. Caso o monarca participasse ativamente do governo, ele poderia ser responsabilizado pelos erros da administração. Vergueiro, por sua vez, defendeu a ativa participação do Imperador nos assuntos do governo. Na sua visão, Lino Coutinho anulava D. Pedro I e ele não podia conformar-se

com isto, suposto que o sistema constitucional faça o monarca inviolável, contudo não lhe dá essa nulidade, e desgraçada aquela nação, onde o monarca constitucional for uma perfeita nulidade; se bem que não tenha responsabilidade e seus atos sejam sempre além do governo, ele é quem promove e confirma a nossa felicidade, porque nos ministros de estado não havemos de ter aquela confiança, que temos no monarca sobre todos os interesses; não tem a glória de fazer a felicidade da nação o monarca constitucional, que não tenha parte na direção dos negócios³⁵.

O apreço pelo Imperador, contudo, não impediu o desenvolvimento de uma oposição cada vez mais exigente e atenta aos erros do governo. D. Pedro I parecia estar ciente disso. Em 20 de novembro, ele formou um ministério com vários membros oriundos da Câmara dos Deputados para gozar do apoio do poder Legislativo e governar com mais facilidade³⁶. O

35 *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1827. Tomo Terceiro.* Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C^a 1875, p. 228.

36 LEME, Marisa Saenz. *O Império do Brasil e o Primeiro Reinado, 1822-1831.* In:

sucesso da medida não era garantido. Na visão de *O Farol Paulistano*, o ministério anterior não deixara saudades, mas não confiava cegamente no novo. Alguns membros oriundos da Câmara dos Deputados mereciam

a maior confiança e bem fundadas esperanças. Dos outros Snr. nada diremos, bem que em boa conta os tenhamos. Só nos resta uma dúvida: não sabemos se a vasilha em que caíram foi bem lavada e bem escaldada, pois há tanto tempo avinagrada, bem pode avinagrar quanto se lhe deitar Dios la depare buena.

Em outras palavras, as relações entre o governo e poder Legislativo podiam voltar a desandar se os novos ministros reproduzissem os vícios de seus antecessores. O Imperador, no entanto, não corria perigo. A Fala do Trono proferida no encerramento dos trabalhos da Assembleia Geral deixou a nação muito contente e “faz finalmente muita honra e glória ao Grande Monarca, que a proferiu”. Como não pairavam dúvidas acerca do constitucionalismo de D. Pedro I, a cooperação entre o monarca e a Câmara dos Deputados possuía todas as condições para prosperar.

A Fala de S. M. I. encheu de contentamento e entusiasmo aos honrados e livres Cidadãos Brasileiros, os quais têm nela mais uma prova da Constitucionalidade do Seu Imperante, e por isso mais firmes esperanças da perfeita e cabal consolidação do sistema Monárquico Representativo, sendo que de outro modo muito arriscado fora que um dos dois únicos elementos, que felizmente o compõe, excluísse ao outro, se em luta entrassem com desgraça certa e grande do Brasil. A Constituição sentada no mesmo Trono do Monarca apoia o Monarca e o Monarca mantém a Constituição em pró seu e da Nação, cujo primeiro Representante é, resultando desta feliz união a liberdade e, por conseguinte, a prosperidade da nossa digna Pátria³⁷.

Por isso, o correspondente do *Astréa*, conforme demonstrado no início, negava a existência de conspirações contra a Constituição e em prol

PIMENTA, João Paulo (org.). *E deixou de ser colônia: uma história da independência do Brasil*. São Paulo: Edições 70, 2022, p. 193-194.

37 *O Farol Paulistano*, nº 69, 5/12/1827.

do republicanismo. Os defensores do absolutismo deviam abandonar seus planos, pois todos estavam cientes do constitucionalismo de D. Pedro I e dos desejos da nação. Aquele havia enfeixado o amor dos brasileiros em suas mãos e esta queria a inviolabilidade da Constituição e o respeito ao sistema político criado por ela³⁸. No entanto, não era fácil para o Imperador manter seu prestígio. Conforme lembra Roderick Barman, a aproximação com a Câmara dos Deputados não floresceu por dois motivos: D. Pedro I rejeitava a submissão aos ministros e os deputados ainda desconfiavam muito do governo³⁹.

As apreensões deste e da oposição não eram infundadas. A notícia de uma suposta conspiração republicana no Maranhão acirrou ainda mais os ânimos. Na visão de Marcelo Galves e Roni Araújo, o episódio resumiu-se aos indícios coletados pelo presidente da província referentes à existência de uma ameaça revolucionária⁴⁰. Mesmo assim, os críticos do governo denunciaram os abusos cometidos pelas autoridades provinciais e o presidente da província, em ofício enviado à Assembleia Geral para explicar a situação, alertou o governo do perigo da difusão de ideias revolucionárias nas demais províncias do Império. Para a infelicidade do governo, a previsão estava correta. Em 6 de fevereiro de 1829, o presidente da província de Pernambuco denunciou uma aglomeração de rebeldes no interior com o objetivo de “instalar um Governo rebelde concitando os Povos a desobedecerem e desconhecere[m] a Soberana Autoridade de sua Majestade Nosso Imperador Constitucional”⁴¹. Conhecido como “República dos Afogados”, o episódio e sua pronta repressão foram informados pelo presidente da província à Corte em 12

38 *Astréa*, nº 220, 6/12/1827.

39 BARMAN, 1988, p. 149.

40 GALVES, Marcelo Cheche; ARAÚJO, Roni César Andrade de. Repercussão do republicanismo de 1824 no Maranhão de 1828: a República de Pastos Bons. In: SOUZA, George F. Cabral de; MARCUS J. M. de. (orgs.) *Confederação do Equador: a luta pela cidadania na construção do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2022, p. 662.

41 Arquivo Nacional/Fundo: Confederação do Equador – BR RJ ANRIO 1N.CAI.0.74201006.

de fevereiro. A tranquilidade com que o movimento foi desbaratado não era surpreendente, pois

à exceção de uma grande quantidade de pasquins coincidentemente aparecidos na Praça com expressões sacrílegas dirigidas contra o Imperante da Nação e contra a forma de governo estabelecida, o que pode ser obra de algum faccioso tão ignóbil, como os outros da pandilha, nenhum outro sintoma se tem manifestado de haver plano combinado para um tão temerário rompimento⁴².

Na sessão de 26 de fevereiro, os conselheiros de Estado manifestaram seu descontentamento com a explicação. Ao associarem o episódio às duras críticas feitas ao governo na Corte e nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, o enxergaram como “um sintoma manifesto, de que tenham entre si uma criminosa correspondência, dispondo o espírito público para seus sinistros fins, sendo, portanto, indispensável que se tomassem medidas enérgicas para atalhar os males que de tais tentativas se podem reproduzir”⁴³. D. Pedro I atendeu ao pedido e, no dia seguinte, emitiu dois decretos sobre a questão. O primeiro suspendeu as liberdades constitucionais em Pernambuco e o segundo determinou a criação de uma comissão militar para punir os envolvidos no episódio. Em Pernambuco, a autoridade judicial responsável pela investigação do ocorrido, a despeito de chamá-lo de “comédia republicana”, confessou ao ministro da Justiça em 30 de março a importância das medidas repressivas adotadas em razão de “vários presos estarem envolvidos nas passadas revoluções e apontados pela voz geral como perturbadores do sossego público”⁴⁴.

O governo, porém, não devia se preocupar com os distúrbios provocados por alguns rebeldes. Em resposta datada de 2 de abril a

42 Biblioteca Nacional/Seção de Manuscritos, II – 32, 34, 40.

43 RODRIGUES, José Honório (dir.). *Atas do Conselho de Estado*. Volume II. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 68.

44 Biblioteca Nacional/Seção de Manuscritos, II – 32, 34, 42.

uma consulta feita pelo Imperador, o Barão de Inhomirim, ao contrário de outros aliados do governo, não acreditava na existência de uma ameaça iminente, pois “uma revolução permanente, combinada, bem dirigida e teimosa em seu projeto não deve recluir-se por ser constante pela observação que faltam os verdadeiros e únicos elementos das Revoluções”. O problema eram as críticas injustas ao governo, pois a insatisfação era produzida pelos “periódicos chamados da oposição, que com poucas exceções deveriam chamar-se jornais dos famintos”⁴⁵. A adoção de uma postura mais violenta por parte das autoridades, porém, devia ser evitada. A insatisfação relatada pelo Barão de Inhomirim também se estendia à Assembleia Geral. D. Pedro I convocara uma sessão extraordinária para tratar de assuntos financeiros, mas não deixou de fazer críticas ao poder Legislativo. Estas, por sua vez, não foram bem recebidas. Na sessão de 6 de abril, Bernardo Pereira de Vasconcelos deixou claro quem era o responsável pela péssima situação do país: “Os nossos ministros cortam-nos as pernas e acusam-nos perante o Brasil e o mundo de não correremos”⁴⁶.

Entre abril e julho, a situação se agravou por causa dos debates sobre as medidas adotadas pelo governo para combater os rebeldes pernambucanos ao ponto de a oposição pedir a acusação dos ministros da Justiça e da Guerra. A questão era muito delicada para D. Pedro I. Se o rei era o titular do poder Executivo e o responsável pela escolha e demissão dos ministros, como responsabilizar estes por seus erros sem implicar a figura do monarca⁴⁷? Vasconcelos não lidou com a questão na sua defesa da acusação do ministro da Justiça. Na sua visão, as justificativas apresentadas pelos defensores do governo para se oporem

45 Arquivo Histórico do Museu Imperial – Maço 86, doc. 3864.

46 *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1829. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877, p. 13.

47 FREDERKING, Bettina. «Vive le roi quand meme»: pouvoir royal et responsabilité ministerielle sous la Restauration. In: BECQUET, Hélène; FREDERKING, Bettina (dir.). *La dignité de roi. Regards sur la Royauté au premier XIX siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 79.

à acusação não eram válidas. Era vergonhoso acreditar na existência de uma conspiração republicana. Na verdade, tudo não passava de um plano para escusar os ministros por terem violado a Constituição, pois eles “têm figurado no Brasil a existência de um vasto plano republicano, cuja origem e desenvolvimento, eles, eles só, perfeitamente conhecem, a fim de se fazerem necessários”. Eles, no entanto, não precisavam temer a Câmara dos Deputados, pois o único objetivo dela era preservar a monarquia.

Salvemos o trono constitucional, senhores, salvemos a glória de legar à geração vindoura este rico presente de moral e felicidade pública, ainda que nos custe sacrifícios e perigos, e lembremo-nos de que não podemos conseguir tão interessantes resultados senão por meio da observância da lei⁴⁸.

Na Corte, os debates em torno da acusação dos ministros da Guerra e da Justiça não desgastaram D. Pedro I. Em Pernambuco, a situação era mais delicada. Conforme lembra Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, a “República dos Afogados” estava intimamente associada à memória da Confederação do Equador e às disputas doutrinárias dos jornais da província⁴⁹. Após refletir sobre a questão da soberania, o redator do *Diário de Pernambuco* revelou possuir instrumentos para defender a adoção da forma republicana de governo, pois concluiu o seguinte:

Ora, se na Nação existe esta Soberania pela reunião da VONTADE e do PODER supremo, Ela pode escolher a forma de governo que melhor lhe convier e podia aceitar uma forma de governo que lhe fosse oferecida se nela visse a sua melhor conveniência, obrando nisso mesmo Soberanamente⁵⁰.

48 *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1829. Tomo Terceiro.* Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877, p. 68.

49 FONSECA, Silvia C. P. Brito. *A ideia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 332.

50 *Diário de Pernambuco*, nº 127, 15/06/1829.

No caso do Brasil, a importância da Independência impôs a necessidade de um rei: “para uma revolução de tanto peso, era mister um Chefe e um Defensor: as virtudes, filantropia e heroico denodo do Magnânimo Sr. Pedro preencheram seus desejos. Ela O Elegeram seu Defensor Perpétuo e simultaneamente seu Imperador Constitucional”. Os cidadãos estavam satisfeitos com a escolha. Na visão de um correspondente do mesmo jornal, a província de Pernambuco, manchada pelo republicanismo por rebeliões anteriores, aceitava somente a forma de governo determinada pela Constituição.

É verdade que uma facção do partido Liberal do Brasil degenerou por excessos de exaltação em Democrático; as suas revoluções, porém, têm sido efêmeras e os seus últimos arrancos têm sido o completo delírio do frenesim; nunca o sistema democrático progrediu no Brasil, porque em verdade nunca os seus extintos ou deportados Corifeus tiveram talento revolucionário nem virtudes republicanas⁵¹.

Conforme coloquei anteriormente, a associação da ideia de democracia/república aos valores do humanismo cívico era um obstáculo recorrente ao desenvolvimento do republicanismo ao longo do Primeiro Reinado. No século XVIII, a república dos gregos e romanos passou a pertencer a um passado acessível somente através dos livros⁵². Os brasileiros, entretanto, continuavam a associar a república à liberdade dos antigos. *O Cruzeiro* não enxergava o governo popular com bons olhos. Os cidadãos não deveriam exercer a soberania, pois não possuíam as virtudes para tal. Assim sendo, a república estava condenada ao facciosismo.

Nas repúblicas, suposto pareça haver consideração àqueles atributos; todavia, não são garantidos de uma forma que assegure a sua persistência, porque o coração humano, sempre sujeito à fraqueza,

51 *Diário de Pernambucano*, nº 128, 16/06/1829.

52 GOULEMOT, Jean-Marie. Du républicanisme et l'idée republicaine au XVIII^e siècle. In: FURET, François; OZOUF, Mona (dir.). *Le siècle de l'avènement républicain*. Paris: Gallimard, 1993, p. 44-45.

facilmente se corrompe e, uma vez corrompido, perde-se a virtude sem a qual não há república. A liberdade então degenera em licença; a licença conduz à escravidão; o valor transforma-se em fraqueza, a generosidade em profusão, a economia em avareza; a justiça em tirania. Finalmente, supor homens numa constante e permanente pureza de costumes é mesmo que negar-lhe sujeição às enfermidades físicas e morais, o que é um absurdo⁵³.

As tensões em Pernambuco não eram pequenas. As elites locais e a Coroa não foram capazes de assegurar seu predomínio nas eleições para a segunda legislatura da Assembleia Geral. Após a apuração das urnas, metade dos eleitos criticava o domínio exercido por algumas famílias na província e os abusos cometidos pelo governo na Corte. Assim sendo, não havia perspectiva de conciliação entre os diferentes grupos envolvidos na vida política⁵⁴. As disputas, porém, não desembocaram em república. Esta, na visão de *O Constitucional*, possuía as mesmas qualidades da monarquia constitucional. Caso alguém buscasse convencer um cidadão das vantagens da forma republicana de governo, ele devia responder.

Nós não invejamos o vosso Governo: o nosso é mais venturoso. Vós sois cidadãos? Nós também somos. Escolheis os vossos Representantes? Também nós os escolhemos. Tendes Assembleias consultivas em vosso[s] distritos? Nós igualmente as temos. Possuis a liberdade de imprensa e o Júri? Nós cá possuímos tudo. Vós tendes um Chefe eletivo para cuja nomeação passais por mil cabalas e sedições? Nós temos um Chefe nato, um Imperador Imortal, que é o Pai comum e o fiel Executor e Guarda das Leis que Ele e nós a contento recíproco fizemos⁵⁵.

Não foram abertos processos de responsabilidade contra os ministros da Justiça e da Guerra e o prestígio de D. Pedro I parecia preservado. No entanto, a intervenção da Coroa em prol dos ministros intensificou o conflito entre governo e oposição ao ponto de o Imperador formar um novo gabinete para reduzir a hostilidade da Câmara dos

53 *O Cruzeiro*, nº 47, 6/07/1829.

54 CARVALHO, Marcus J. M. de. “Aí vem o Capitão-Mor”: as eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. *Tempo*, Niterói, vol. 7, nº 13, 2002, p. 178.

55 *O Constitucional*, nº 29, 8/10/1829.

Deputados⁵⁶. Os conselhos dados aos ministros revelam um Imperador disposto a agir de acordo com os preceitos da Constituição, pois um deles recomendava uma postura menos ofensiva aos membros do poder Executivo. Eles não deviam jogar “a espada preta com as Câmaras sem serem provocados”⁵⁷.

A adoção de uma postura mais moderada por parte do governo vinha em bom momento. De um lado, ele atendia ao pedido da maioria da população: “Nada de jacobinismo de qualquer cor. Nada de excessos. A linha está traçada, é a da Constituição”. De fato, o principal esforço dos liberais era “Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel”⁵⁸. Do outro, impedia o desenvolvimento de posições mais exaltadas como a crítica do *Voz Fluminense* aos defensores da moderação. Recomendá-la moderação a um país numa situação política tão delicada significava “querer levá-lo ao abismo do tûmulo ou conservá-lo em uma falsa existência tão insuportável pela dor como pelo vilipêndio e infâmia”⁵⁹. Seu radicalismo, porém, não caminhou em direção à república. Um dos motivos era o prestígio do Imperador. Em 1º de fevereiro de 1830, o Conselho Geral de Província de São Paulo congratulou D. Pedro I por ter salvo o trono e a nação dos absolutistas e reforçado a aliança entre o monarca e os cidadãos. Apesar das constantes manifestações de lealdade ao Brasil e à Constituição por parte de D. Pedro I, a província devia aplaudir

os meios tão simples quanto eficazes com que Vossa Majestade desfez trama liberticida antes que um pingo de sangue dos malvados poluísse o terreno da liberdade. Eles não privam que os paulistas bem digam a Vossa Majestade por ter arredado de si homens, que, por sua conduta inequívoca e suspeita de convivência, tenham incorrido na indignação pública e com isto dissipou-se a tempestade⁶⁰.

56 MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Vol. 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 167.

57 Arquivo Histórico do Museu Imperial – Maço 85, doc. 3818.

58 *A Aurora Fluminense*, nº 276, 9/12/1829.

59 *Voz Fluminense*, nº 39, 18/01/1830.

60 Biblioteca Nacional/Seção de Manuscritos, I – 35, 21, 034.

Outro era a capacidade da monarquia constitucional, mais uma vez, possuir os valores da república. Na visão do *Nova Luz Brasileira*, a única diferença entre as duas formas de governo era quem ocupava o cargo de chefe de Estado.

O que é = Governo Misto = ou Popular, ou Monarquia Liberal = É aquele Governo que participa da Monarquia e da República; é aquele que tem poderes divididos, que se dirige por meio de uma Constituição, que dá ao povo representação, influência, e parte em os negócios públicos, de tal modo que o governo por um lado é Monárquico, e por outro é Republicano, sendo o seu chefe Rei ou Imperador hereditário⁶¹.

Apesar disso, a ameaça republicana ainda pairava no ar. Em 8 de março, um cidadão enviou uma correspondência ao Imperador para alertá-lo dos perigosos desdobramentos do assassinato do presidente da província da Bahia. Na sua visão, o episódio compunha um plano maior contra a pessoa do monarca. Os responsáveis pela trama espalharam um boato sobre o desejo do Imperador de proclamar o absolutismo e ele “é acreditado pela canalha e, infelizmente, por gente que não devia misturar-se com a canalha e, como esta é a que se reúne, trabalha com plano, corresponde-se com a canalha das outras províncias, consegue os seus fins”. D. Pedro I não podia perder a questão de vista, pois os liberais “querem a Constituição de Manoel de Carvalho, querem Constituição com República”⁶². Os liberais exaltados, por sua vez, se esforçavam para não serem associados à república. Em 30 de março, o *Nova Luz Brasileira* louvou as instituições imperiais quando denunciou os vícios da aristocracia: “Viva a nossa Monarquia moderada, ou mista! Viva a nossa

61 *Nova Luz Brasileira*, nº 17, 5/02/1830.

62 Arquivo Histórico do Museu Imperial – Maço 91, doc. 4129. Motivado ou não por questões políticas, o assassinato do Visconde de Camamu revelava, segundo John Armitage, a insatisfação da nação com o governo, pois as mudanças “de sistema eram contudo lentas e incertas em seus efeitos, ao mesmo tempo que os excessos da imprensa, e a consequente exasperação nas províncias, iam tocando à metamorfose que só podia ser reprimido por medidas enérgicas”. Cf. ARMITAGE, 1981, p. 199.

Constituição livre! E viva o nosso Imperador Constitucional”⁶³. Alguns dias depois, o *Luz Brasileira* voltou a apontar as sutis diferenças entre a república e a monarquia constitucional.

Diga-nos, sr. estrangeiro, o que é governo Republicano, e o que é governo Constitucional? O governo das repúblicas dos Estados Unidos do Norte é Constitucional, ou não? Qual é a diferença, sr. Belgicano, que há entre eles, e nós? Não é terem eles um Presidente, e nós um Imperador, e ser o nosso Governo Monárquico Constitucional⁶⁴.

Se os governistas acreditavam cegamente na existência de uma conspiração republicana, o *Nova Luz Brasileira* a atribuía aos erros do governo, pois “quem pode Revolucionar os Povos em todo o Mundo, não são as ideias de republica; são o mau governo”⁶⁵. O problema foi não ter ocorrido uma defesa da forma republicana de governo, pois a tensão entre governo e oposição se agravou nos meses seguintes. A demissão do marquês de Barbacena do ministério formado no final de 1829 e a recepção das notícias da Revolução de 1830 praticamente sepultaram o governo. A primeira decisão revelou a intenção de D. Pedro I de não dividir a soberania com ninguém e a queda de Carlos X alimentou as esperanças da oposição por ter estimulado os brasileiros a seguir o exemplo dos franceses e ensinar aos reis a política dos governos modernos⁶⁶. No entanto, a república, mais uma vez, não foi concebida como uma alternativa política viável. Nos últimos meses do Primeiro Reinado, diversos jornais defendiam o direito de os cidadãos escolherem uma nova forma de governo quando o governo não cumpria os pactos firmados, mas ninguém estava disposto a dar esse passo. O

63 *Nova Luz Brasileira*, nº 32, 30/03/1830.

64 *Luz Brasileira*, nº 43, 3/04/1830.

65 *Nova Luz Brasileira*, nº 44, 11/05/1830.

66 PEIXOTO, Rafael Cupello. *O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, p. 220; LUSTOSA, Isabel. Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 176 (466): 61-86, jan./mar. 2015, p. 71-72.

Nova Luz Brasileira não desejava mudanças abruptas, pois “em tempo de revoluções há sempre desordens, quer a revolução seja para o absolutismo, quer para a democracia”⁶⁷. Na visão do mesmo jornal, os brasileiros podiam adotar a forma republicana de governo por causa dos abusos cometidos pelo governo. Eles, porém, não a proclamavam por acreditarem que “a Federação Monárquica-Constitucional é bastante e suficiente garantia para a nossa Liberdade e Independência tão ameaçada”⁶⁸. Como bem lembrava o *A Aurora Fluminense*, existiam várias insatisfações no país, mas a maioria da população desejava a preservação da monarquia constitucional.

Embora, com efeito, exista um partido que pretende ir além da Constituição e propende às claras para a democracia da ex-América Espanhola, esse partido não é grande e só os erros, os desvarios e imoralidade de quem governa lhe podem dar força e torná-lo formidável. Os gritos de um e outro periódico exagerado, por violentos que sejam, as sugestões deste ou daquele ambicioso que desgraça os desejos do seu engrandecimento pessoal com a capa de um patriotismo sem limite não bastam para revolucionar os povos e para fazer que deixem o repouso, o abrigo das Leis e se lancem no vórtice da guerra civil⁶⁹.

O ministro do Império, no entanto, ainda estava muito preocupado com a situação política do país. Em 26 de março, ciente das disputas existentes na Corte, ele recomendou ao presidente da província de São Paulo a adoção de “todas as cautelas que julgar conveniente para prevenir semelhantes predisposições de partidos exaltados, tanto de um como de outro extremo”⁷⁰. O agravamento da crise nos dias

67 *Nova Luz Brasileira*, nº 114, 28/01/1831.

68 *Nova Luz Brasileira*, nº 123, 4/03/1831.

69 *A Aurora Fluminense*, nº 460, 11/03/1831.

70 Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo: Secretaria de Governo da Província - Correspondência recebida pelo Presidente da Província de São Paulo (seleção de ofícios diversos). Teor: Ordena que se tomem providências para impedir a perturbação da ordem por partidários radicais. Período: 26/03/1831.

seguintes é inquestionável. Todavia, não existia uma predisposição para a república. Ciente do desafio enfrentado, D. Pedro I buscou apaziguá-la com a convocação extraordinária da Assembleia Geral em 3 de abril. Na visão de *O Republico*, somente esta podia melhorar a situação do país. A importância do Imperador, porém, não ficava em segundo plano: “Inda continuaremos a viver na vicissitude de só o Imperador conhecer o mal da nação quando já ela estiver a bordo do abismo? Não, porque o nosso Defensor Perpétuo agora se enganará para sempre de que só nos pode governar com a Constituição”⁷¹.

D. Pedro I, no entanto, optou por renunciar no dia seguinte. Testemunha dos acontecimentos, John Armitage relatou a indecisão dos envolvidos no episódio em torno da forma de governo a ser adotada: república ou monarquia constitucional. O inglês comemorou o fato de os brasileiros terem escolhido a segunda⁷². Cristiano Benedito Ottoni, outra testemunha dos acontecimentos, endossou a interpretação do momento feita pelo inglês na escrita de sua autobiografia.. Existiam defensores da monarquia constitucional entre os responsáveis pela Abdicação, mas os republicanos formavam a maioria. O resultado do episódio, no entanto, não colocou os brasileiros no caminho da república: “É certo, porém, que tendo ela sido promovida pelos mais exaltados democratas, os moderados monarquistas se apoderaram da situação e logo cuidaram nos meios de consolidar a monarquia”⁷³. Abordar um tema como o republicanismo nunca é tarefa fácil. Apesar disso, as reflexões apresentadas ajudam a compreender os obstáculos impostos à transformação do conceito de república numa expectativa nos primeiros anos do Império do Brasil. A dificuldade de compreensão das diferenças entre as formas de governo, a associação da ideia

71 *O Republico*, nº 53, 6/04/1831.

72 ARMITAGE, 1981, p. 222.

73 OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia* [1870]. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 45.

de república aos valores da Antiguidade Clássica e a capacidade da monarquia emular os valores republicanos revelam como o conceito de república, para usar os termos de Reinhart Koselleck, estava preso ao “espaço de experiência”.

Cipriano Barata: trajetória prisional e luta política no Primeiro Reinado (1823-1830)

Leonardo Lima Breda¹

Entre os novos escritores liberais que surgiram durante a década de 1820, no Brasil, destacamos a figura do baiano Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838), que alcançaria grande notoriedade política e intelectual ao se contrapor ao grupo governista de d. Pedro I e de seu projeto político imperial.

Nascido em 1762, em Salvador, na Bahia, Cipriano Barata era filho de um tenente português com mãe brasileira. Foi o filho do meio de uma família de três irmãos. Em sua historiografia, acompanhamos o contato de Cipriano com as tensões políticas e sociais de sua época, desde a prisão de seu irmão mais novo, pelas forças do regime absolutista, até

¹ Leonardo Lima Breda é Mestre em História Política pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi membro do corpo editorial da Revista Faces da História (e-ISSN: 2358-3878 - Qualis B1) entre os anos de 2020-2022 e da Revista História e Cultura (ISSN: 2238-6270 - Qualis A3), em 2024, ambas revistas discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Está cursando o Doutorado em História Política pela mesma universidade. É bolsista Capes-DS desde 2024, atuando como pesquisador das seguintes áreas: História do Brasil (Império) com enfoque em História da Imprensa, História dos Intelectuais e História da Independência do Brasil. Detém especial interesse pelo pensamento político de Cipriano Barata e de outros intelectuais brasileiros da primeira metade do século XIX. Email: leonardo.breda@unesp.br

o contexto de massacre e perseguições a trabalhadores escravizados e indígenas na região soteropolitana, o que pode ter lhe originado um primeiro sentimento nativista, ou anti-colonialista, ligado à presença de uma “nacionalidade emergente”, como bem caracterizou Rogério Forastieri da Silva².

Barata, em sua juventude, assim como outros estudantes brasileiros da época, teve a oportunidade de se formar sob a Luzes européias. Seria na Universidade de Coimbra que ingressaria nos recém-inaugurados cursos de Filosofia, Medicina e Matemática, a partir de 1786³, retornando ao Brasil em 1790, após o falecimento de seu pai. Residiu em Salvador, onde atuou como professor de letras clássicas e lavrador arrendatário de terras na região de Abrantes, formando parceria com Luís Ignácio da Siqueira Bulcão, herdeiro das elites baianas ligadas aos engenhos de cana-de-açúcar.⁴

Em seus diversos contatos com Bulcão, Barata discursaria sobre os destinos da Europa e sobre as teses iluministas que fizeram parte de sua formação, o que lhe permite adentrar as fileiras da sociedade secreta dos Cavalheiros da Luz, envolvidos com o movimento republicano de 1798 (Conjuração Baiana). Naquele contexto, Barata seria preso, acusado de ser o autor de “papéis incendiários”, espalhados entre os revoltosos. Por falta de provas, é solto em 1800 pelos agentes da Devassa, mas não sem antes ver a sua biblioteca pessoal apreendida.⁵

Após anos de relativa obscuridade, Barata ressurgiu politicamente em 1817, apoiando os integrantes da Revolução Pernambucana, organizando um comitê de anistia para presos políticos com sede na

2 SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 83.

3 CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

4 MOREL, Marco. *Cipriano Barata: uma trajetória rebelde na independência do Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2022, p. 34.

5 Idem, *Ibidem*, p. 46-50.

Bahia. Suas atividades lhe rendem frutos, e, em 1821, é eleito deputado constituinte às cortes portuguesas, onde empreende ampla cruzada em favor da independência brasileira. Seria eleito ainda para a assembleia constituinte do Rio de Janeiro, de 1823, como o deputado mais bem votado de todo o território nacional.⁶

Nesse período, destacou-se não apenas nos debates políticos, mas também como editor de uma série de periódicos, as chamadas “*Sentinellas da Liberdade*”. Preso em 1823 por suas opiniões na imprensa, passou sete anos encarcerado. Mesmo privado de sua liberdade, continuou sua atuação editorial das cadeias onde esteve preso, além de retomar a publicação das *Sentinellas* a partir de 1831, quando se vê livre das garras do poder imperial.

Arriscando-se, primeiramente, como redator da *Gazeta Pernambucana*, de Frei Caneca, entre fevereiro e março de 1823, após sua fuga com outros deputados brasileiros das cortes de Lisboa, sabemos que Cipriano adquire, semanas depois, uma tipografia em Recife, no Pernambuco. Ressaltamos que o seu intuito era o de retornar à Bahia, mas foi impossibilitado pelo desenrolar dos conflitos das guerras de Independência naquela província.⁷

Barata lançou a sua primeira gazeta, a *Sentinella da liberdade na guarita de Pernambuco* (1823), em início do mês de abril. Com ela, ganhou notoriedade, angariou uma rede de aliados ao passo em que também fez inimigos entre os ministros do imperador d. Pedro I, incluindo o seu ex-colega de estudos em Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva, agora, um dos mais importantes ministros do novo império.

O caso do sucesso de Cipriano Barata é condizente com o contexto de surgimento dos “escritores públicos” no Brasil, atrelados ao nascimento da imprensa brasileira durante o início da década de 1820, onde seus artigos de opinião se alinhavam a pautas ideológicas de seu

6 Idem, *Ibidem*, p. 162.

7 Idem, *Ibidem*, p. 136.

tempo, que ressoavam com os interesses das elites luso-brasileiras. Segundo Marco Morel:

O aparecimento da imprensa de opinião produzida no Brasil a partir de 1821 fez entrar em cena um novo tipo de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado na época de redator, gazeteiro ou escritor público. Entre as mutações culturais vindas com a modernidade política ocidental, surge este homem de letras em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações políticas.⁸

No dia 9 de abril de 1823, em Recife, no Pernambuco, inaugura-se o primeiro número da gazeta de Cipriano Barata, um periódico de combate político e defesa do ideal da Independência, que se preocupava em edificar as ideias de “pátria” e “povo brasileiro”, diante das intransigências e ameaças de Portugal sobre uma possível invasão do Brasil, em vista de uma “re-colonização”.

Em seu periódico, Cipriano Barata acompanhou os conflitos pela Independência, principalmente na Bahia, sua terra natal, assim como noticiou matérias política do Brasil, da Europa, dos Estados Unidos e da América espanhola. Em finais do ano, entrou em um embate ferrenho contra os ministros do imperador, além de redigir uma ampla crítica ao texto constitucional que estava em discussão na assembleia do Rio de Janeiro.

Impresso na tipografia de Cavalcanti e Cia., a *Sentinella da liberdade na guarita de Pernambuco* possuía o formato de 4 páginas, custando 40 réis. Saía à luz nas quarta-feiras e aos sábados, e sempre que necessário, era acompanhada de suplementos curtos, de 2 a 4 páginas, elevando o

8 Idem, *Ibidem*, p. 151.

custo do periódico, que passava então a uma média de 60 a 80 réis por edição suplementada.

Em Recife, a sua *Sentinella da liberdade* rumou para uma posição política de oposição ao monarca e ao “partido do rei”, e, de certo modo, foi responsável pelo incentivo à mobilização armada e táticas de guerrilha empregadas pela elite nortista durante o ano de 1824, na Confederação do Equador. De fato, se Barata não pôde participar da Confederação, por já estar encarcerado no Rio de Janeiro durante o deflagrar da rebelião, não podemos deixar de notar a presença de sua influência entre os líderes confederados.⁹

Sua *Sentinella da liberdade na guarita de Pernambuco*, de longe é o seu periódico de maior importância, extensão e alcance. Em suas edições, acompanhamos cartas de leitores que nos revelam sua permeabilidade extra-provincial. Em nosso rastreo, percebemos sua circulação em, no mínimo, sete regiões distintas (Pernambuco, Bahia, Paraíba, Piauí, Ceará, Alagoas e Rio de Janeiro).

Na visão de Marco Morel, “a *Sentinela* teve expressiva repercussão e era lida em todas as regiões do país com ênfase nas então chamadas Províncias do Norte”, onde até mesmo periódicos tributários de suas ideias começaram a surgir em regiões afastadas de Pernambuco, mantendo-se o mesmo nome original. Nesse sentido, é singular o caso da *Sentinela da liberdade à beira mar da Praia Grande* (1823), do italiano Giuseppe Grondona, assim como outras, que despontaram durante a década de 1830 em diante.¹⁰

Ao pensarmos na função exercida pelos escritores da imprensa no Brasil, entre os anos de 1821-1823, percebemos Cipriano Barata como um caso exemplar que, através de suas ideias e de suas relações interpessoais, entra em consonância com a prática política da época, onde a imprensa abre portas para a tribuna, em um universo de debates

9 Idem, *Ibidem*, p. 173-174.

10 Idem, *Ibidem*, p. 154-155.

de ideias que ressoava com a significativa circulação de impressos, entre as Províncias e a corte do Rio de Janeiro, inserindo-se, assim, em um novo espaço de discussões públicas no país recém-independente.¹¹

Apesar de ser eleito como deputado para a constituinte de 1823, Barata não assume o cargo, alegando perseguição de seus opositores. Por meio de seu periódico, defendeu o seu modelo de governo ideal para aquele momento (a monarquia liberal-constitucional), aproveitando para atacar aos “maus portugueses” (chamados de “marotos”), aos absolutistas, déspotas do sistema antigo e tiranos. Nesse rol, Barata distribuía acusações contra uma vasta gama de sujeitos ligados à corte *áulica* de d. Pedro I. O estopim para sua prisão, de fato, se dá pelas críticas ao texto constitucional e suas desavenças com o grupo político do Apostolado.¹²

A oposição à sua figura pública, que partiu do ministério chefiado pelos irmãos Andrada, realizou ataques ao seu periódico, além de promover recompensas por sua cabeça, avaliada em cerca de 400 réis. Estes mesmos opositores ocasionariam a substituição de seu nome na constituinte pelo de seu suplente, José da Silva Lisboa, investido nobre em 1825, com o título de Visconde de Cairu.

Ao nos aproximarmos de finais do ano de 1823, acompanhamos o duro golpe desfechado contra sua pessoa. O grupo do Apostolado arquiteta a sua prisão durante a madrugada do dia 16 de novembro. Em sua residência na Rua Nova, nas margens do Rio Capibaribe, Barata relata que se viu acordado por uma forte movimentação de tropas do lado de fora, por volta das 2 horas da manhã. Ao amanhecer o dia, um oficial, identificado pelo nome de Francisco José Martins, à frente de um destacamento de 150 soldados, que se denominavam “Força Armada

11 Idem, *Ibidem*, p. 157.

12 Idem, *Ibidem*, p. 164-169.

Reunida”, não só prende Cipriano como prontamente o remetem a um pacote, de nome *Triunfo*, com destino ao Rio de Janeiro.¹³

Sobre os motivos de sua prisão, a Força Armada Reunida relataria que, através de um abaixo-assinado, diversos pernambucanos exigiam que Cipriano Barata, além de outros deputados, fossem tomar assento na assembleia constituinte. E assim foi o Barata ao Rio de Janeiro, forçado a embarcar contra a sua vontade, para um lugar onde temia pela sua vida. Desse modo, entre os anos de 1823-1831, Cipriano veria “o Primeiro Reinado detrás das grades”¹⁴, por ser defensor de ideias que iam na contra-mão dos planos centralizadores do Rio de Janeiro.

Iniciaremos acompanhando as disputas políticas entre as elites nortistas de Pernambuco, para depois seguirmos com a experiência de Barata nos cárceres imperiais e, por fim, sua árdua luta jurídica que rende frutos somente durante a crise do Primeiro Reinado.

O cenário de liberdade de imprensa no Brasil da primeira metade do século XIX é permeado por tensões e disputas entre a atividade editorial de escritores políticos e o poder imperial centralizador emanado do Rio de Janeiro. Durante esse período, estes redatores buscaram o acesso à opinião pública de seus leitores, denunciando os abusos constitucionais do novo país em formação, mesmo sob o risco de censura e repressão.

Com o Decreto de 2 de março de 1821, houve uma breve suspensão das antigas predisposições da censura prévia do Estado português.¹⁵ No contexto das discussões constituintes de Lisboa, um espaço foi aberto para a circulação livre de ideias liberais, inspiradas pelo Iluminismo europeu do século anterior e pelos ecos da Revolução Francesa (1789). Contudo, esse momento de efervescência foi efêmero e passageiro.¹⁶ A

13 Idem, *Ibidem*, p. 170-173.

14 Idem, *Ibidem*, p. 187.

15 COLEÇÃO das Leis do Brasil de 1821. *Decreto de 2 de março de 1821*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 2, 1889, p. 25.

16 Nunes, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo:

liberdade de imprensa seria novamente cerceada com o Decreto de 22 de novembro de 1823, promulgado por d. Pedro I, que criminalizou uma recém-surgida imprensa de oposição ao seu governo, sob o pretexto de combater a anarquia e garantir a estabilidade do Estado.¹⁷

Nesse ambiente instável e ambíguo, surgiram figuras políticas de peso em meio aos periódicos de oposição monárquica, como é o caso de Cipriano Barata, um intelectual formado pelos cursos de Filosofia e Matemática da Universidade de Coimbra e influenciado pelos ideais iluministas, que se tornou um dos principais redatores da imprensa liberal *radical*. Sua trajetória o insere diretamente na disputa entre o projeto liberal-constitucional e os interesses absolutistas de grupos ligados ao poder central fluminense, como o chamado “Apostolado”, sociedade secreta chefiada à época por José Bonifácio de Andrada e Antônio Carlos de Andrada. Sua prisão, que se deu em 16 de novembro de 1823, marcou o início de uma longa jornada de lutas contra o regime e contra a morte.

A imprensa, portanto, aparece como um campo estratégico de disputa ideológica e institucional, sendo ao mesmo tempo palco de libertação e alvo da repressão governamental. Entre esses extremos, Cipriano Barata ergue-se como símbolo de resistência através das suas gazetas, as *Sentinellas da Liberdade* (1823;1831-1835), onde consolidou sua posição como escritor público e intelectual liberal, em um império em formação, dividido entre a crítica às medidas despóticas do Absolutismo antigo e o desejo por liberdade e modernidade política.

Quando acompanhamos a sua formação iluminista, que se inicia a partir de 1786, onde ingressou na Universidade de Coimbra, dentro da nova estrutura curricular pós-período pombalino, vemos o modo como

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, 2010, p. 37-38.

17 INDICE dos Decretos, Cartas e Alvarás de 1823. *Decreto de 22 de novembro de 1823*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 2, 1889, p. 89.

Barata encarava os espectros políticos de seu tempo, detendo uma visão de mundo jusnaturalista e racionalista, que o aproximou das ideias liberais contratualistas que circulavam pela Europa naquele contexto.¹⁸

Ao retornar ao Brasil em 1790, devido ao falecimento de seu pai, passou a lecionar aulas de grego e latim e a atuar como lavrador arrendatário de terras na região de Abrantes, na Bahia, adquirindo escravos, se lançando ao plantio das lavouras de mandioca e de cana-de-açúcar e estabelecendo parcerias com membros influentes da elite local, como o senhor de engenhos Luís Ignácio da Siqueira Bulcão, que se torna seu cúmplice e protetor.¹⁹ Foi nesse ambiente que se envolveu com a sociedade secreta dos Cavalheiros da Luz, associada ao grupo de Bulcão e ligada aos eventos futuros da Conjuração Baiana, de 1798. Acusado de produzir e distribuir panfletos entre os revolucionários, foi preso e libertado apenas em 1800, após ter sua biblioteca pessoal confiscada pelas autoridades da Devassa.²⁰

Politicamente, Barata reaparece apenas em 1818, como apoiador da Revolução Pernambucana e organizador de comitês de anistia para presos políticos daquela insurreição. Ganhando o capital político necessário para se lançar à vida pública, é eleito em 1821 como deputado às cortes constituintes de Lisboa, pela Bahia, se destacando por seus discursos “montenhescos” e inflamados em defesa da causa da independência brasileira. Em 1823, foi novamente eleito, agora como o deputado mais votado da assembleia constituinte do Rio de Janeiro, consolidando um caráter de liderança política nacional.²¹

Além de parlamentar, Barata assumiu papel central como escritor político, fundando a *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, periódico iniciado em abril de 1823 e que seguiria até novembro do

18 CARVALHO, 2007, p. 67-68.

19 MOREL, 2022, p. 34.

20 Idem, Ibidem, p. 46-50.

21 Idem, Ibidem, 2022, p. 162.

mesmo ano. O jornal, de cunho combativo e patriótico, fez ampla defesa da constituição, da independência e da pátria brasileira idealizada, além de denunciar os abusos do poder imperial e criticar severamente a possibilidade de uma “recolonização” portuguesa ou a volta do que caracterizava como “despotismo” e o “Absolutismo antigo”.

Apesar de eleito, Barata recusou-se a tomar assento na constituinte de 1823, alegando perseguição por parte do grupo político do Apostolado, ligado ao imperador d. Pedro I e aos irmãos Andrada (José Bonifácio e Antônio Carlos). Em seu periódico, atacou os absolutistas e os ministros imperiais, defendendo um projeto de monarquia liberal e constitucional. Seu embate direto com o governo se desdobrou nas duras críticas ao texto constitucional em elaboração no Rio de Janeiro, o que culminou, como já exposto, em recompensas por sua cabeça e na substituição de seu nome na Constituinte pelo de seu suplente, José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu.

A prisão de Cipriano Barata que ocorreu na madrugada de 16 de novembro de 1823, em sua residência na Rua Nova, em Recife, onde residia com sua família foi defendida pelos seus detratores como uma medida legal para se fazer cumprir uma solicitação popular, via abaixo-assinado, para que Barata e outros deputados liberais assumissem seus cargos de deputados constituintes (em uma assembleia que já havia sido dissolvida!). Os oficiais, sob liderança do capitão Martins, assessorados pelo então presidente da Província, Francisco Paes Barreto, conduziram Barata à força ao navio *Triunfo*, que partiu rumo ao Rio de Janeiro, durante o mês de dezembro de 1823.

Preso sem mandado judicial, acusado informalmente de instigar desordem e resistir ao governo imperial, seu encarceramento marcou o início de uma longa reclusão, que se estenderia até 1830, e que representou o ápice da repressão à imprensa e aos opositores do regime imperial. Tornando-se um símbolo da resistência à tirania monárquica, Barata transforma-se no “jornalista do cárcere”, que mesmo privado

de liberdade, continuou a lutar, por meio da palavra escrita, contra os abusos do poder imperial.

A partir da edição de número 66 da *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, escrita por Cipriano Barata logo após sua prisão em 16 de novembro de 1823, compreende-se a teia de perseguições que o envolveu. Barata narra os motivos de sua detenção, anunciando o endurecimento do regime imperial sob d. Pedro I e aproveitando-se do espaço daquela edição como local de despedida aos seus aliados. Em suas correspondências enviadas à assembleia do Rio de Janeiro, Barata já expressava temores por sua segurança, recusando-se a tomar assento na constituinte.²²

Ao solicitar exílio voluntário à Bahia, Barata teve sua petição negada pelo governo de Pernambuco. Sua prisão, realizada quatro dias após o fechamento da assembleia do Rio de Janeiro, fundamentou-se na alegação de que o deputado deveria assumir seu posto, uma justificativa usada pelos seus opositores para removê-lo da cena política pernambucana. Isolado e sem comunicação, Barata passou a ser retratado como um agitador popular perigoso. A promulgação do Decreto de Liberdade de Imprensa, em 23 de novembro de 1823, selou a criminalização de seus escritos e forneceu pretexto legal para sua detenção e futura condenação, a partir da abertura do processo de Devassa, que deveria ser tirada em Pernambuco, sob os auspícios da Confederação do Equador.

Os motivos da prisão de Barata, no entanto, remontam a uma disputa mais profunda entre dois grupos políticos que atuavam em Pernambuco: de um lado, o Apostolado, de outro, um núcleo liberal distinto, que mais tarde seria protagonista dos eventos da Confederação. Em seu manuscrito de defesa, *o Motivos da minha perseguição e desgraça, em Pernambuco e Rio de Janeiro, ou breve e curiosa memória e relação de*

22 *Sentinella da Liberdade na guarita de Pernambuco*. Recife, 1823, n. 66, p. 2-3, 19/nov.

acontecimentos interessantes ao bem do Brasil, para no caso de que eu faleça, servir “in perpetuum rei memoriam”, e enquanto vivo, para minha defesa, escrito em 1825, de dentro de sua cela no insalubre e mortificante Forte da Laje, no Rio de Janeiro, Barata relata o contexto e a ordem dos eventos que o acometeram.

Meses antes de sua detenção, foi enviado pela corte imperial com destino ao Pernambuco o diplomata Antônio Teles da Silva, que realizou uma sequência de jantares políticos em Recife, durante o ano de 1823, visando aliciar lideranças locais, inclusive o próprio Barata, para a criação e estabelecimento de uma célula do Apostolado na província. Em um destes encontros, cargos e funções administrativas da províncias foram distribuídos em meio a juramentos à nova sociedade secreta, numa clara tentativa de articular um governo paralelo.

Barata comenta em seu manuscrito, que a todo momento ele e mais alguns presentes se recusaram a participar dessa sociedade, denunciando-a publicamente em edições sucessivas de sua *Sentinella*, o que provocou enorme repercussão na imprensa e na opinião pública de Pernambuco. Seu combate frontal ao Apostolado acirrou tensões, e, com a chegada do novo governador das armas, Joaquim José de Almeida, o Apostolado articula um plano para silenciá-lo. A reação popular, no entanto, foi imediata. Descoberta a trama absolutista, uma comoção popular em Recife tratou de expulsar o novo governador de armas da província, gerando um abalo político que culminou na prisão de Barata como ato estratégico para retomar o controle do governo local.²³

Após tentativas frustradas de assassinato por mercenários franceses, alertado por aliados na maçonaria, Barata foi vítima de uma nova ofensiva do Apostolado. Com apoio da elite governista local, liderada por Francisco Paes Barreto, o capitão Francisco José Martins realizou a sua captura e remessa imediata ao Rio de Janeiro. Junto a

23 BARATA, Cipriano, 1825, p. 21-30.

Barata, outros 36 liberais seriam alvos da perseguição do Apostolado em Recife.²⁴

A repressão provocou reação em diversas províncias. No interior de Pernambuco, a Câmara da Vila de Goiana repudiou a prisão, enviando uma deputação à Junta de Governo exigindo explicações. A resposta oficial foi evasiva, justificando a detenção como medida de segurança, baseada na “perigosidade” de Barata e seus escritos. A Junta chegou a acusar a imprensa baratista de fomentar a deposição de governadores, atribuindo-lhes influência direta em levantes populares recentes.²⁵

Mesmo com a dissolução da constituinte e a inconstitucionalidade da prisão, a Junta manteve a posição, e Cipriano Barata foi enviado ao Rio de Janeiro. Seu embarque, feito sem acusação formal ou julgamento, gerou indignação entre liberais, sobretudo em seus aliados entre a família Paes de Andrade. Francisco de Carvalho Paes de Andrade exigiu explicações, acusando a Junta de golpe político, mas sua voz foi desconsiderada pelas autoridades imperiais.²⁶

Em 13 de dezembro de 1823, Manoel de Carvalho Paes de Andrade retorna a Pernambuco, vindo da corte imperial, e depõe a Junta. Já no cargo, envia ofício ao imperador d. Pedro I exigindo a soltura de Cipriano Barata, responsabilizando o Apostolado pela sua prisão arbitrária. Mas já era tarde. Barata havia chegado ao Rio de Janeiro em 4 de dezembro, sendo recolhido à Fortaleza de Santa Cruz, depois para o Forte da Laje, onde ficou incomunicável com o mundo exterior.²⁷

A repercussão de sua prisão foi intensa. No Ceará, o *Diário do Governo* exigiu sua libertação, e outras províncias ecoaram essa

24 Idem, *Ibidem*, p. 30-32.

25 ARQUIVO Nacional do Brasil, Fundo: Diversos - SDH Caixas (2H). *Diploma de Deputação da Câmara da Vila de Goiana e Ofício da Excelentíssima Junta em resposta acerca da prisão de Cipriano Jose dAlmeida Barata*, 1823.

26 ARQUIVO Nacional do Brasil, Fundo: Diversos - SDH - Caixas (2H), *Circular as Ilustríssimas Camaras da Província de Pernambuco*, 1823, p. 1

27 VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 471.

indignação, confirmando sua ascensão como figura política de alcance nacional. Como afirmou Marco Morel, Cipriano Barata, já em 1823, havia deixado de ser uma liderança apenas baiana, tornando-se um símbolo do liberalismo e da resistência ao autoritarismo no Brasil recém-independente.²⁸

Mesmo sem ter participado diretamente da Confederação do Equador de 1824, por se ver encarcerado no Rio de Janeiro, sua atuação na imprensa, seus textos combativos e sua rede de aliados foram fundamentais na formação do movimento. Frei Caneca, seu colaborador anterior, assumiu a vanguarda da imprensa liberal local com o *Tífis Pernambucano*, considerado por Hélio Vianna como herdeiro direto do periódico baratista. Barata, por sua vez, enfrentava o início de uma dura batalha pessoal contra o isolamento, a doença e a morte nos cárceres da corte imperial.²⁹

Preso no Rio de Janeiro em dezembro de 1823, Cipriano Barata permaneceu encarcerado mesmo após a dissolução da Constituinte para a qual fora enviado, evidenciando o caráter político de sua detenção. A ele foi imposta uma incomunicabilidade absoluta, reforçada por condições degradantes de reclusão na masmorra do Forte da Laje, descrita por Barata como um “túmulo de pedra”, úmido, abafado e quase sem circulação de ar, projetado mais para provocar a morte do que para custodiar um preso civil.³⁰

Mesmo preso, Barata manteve sua postura combativa. Rejeitou o imperador d. Pedro I ao virar-lhe as costas durante uma visita, recusou o contato com carcereiros, protestou com gestos e palavras e se declarou líder de um exército liberal.³¹ Em 23 de agosto de 1824, com auxílio de seu advogado, Miguel Borges de Castro Azevedo e Melo, enviou uma

28 MOREL, 2022, p. 173.

29 VIANNA, 1945, p. 472.

30 MOREL, 2022, p. 190.

31 Idem, Ibidem, p. 188-193.

petição ao imperador, na qual denunciava a ilegalidade de sua prisão e a violação dos direitos previstos no artigo 179 da Constituição de 1824.³² A petição foi ignorada, e Barata seguiu transferido de forma suspeita entre as prisões de Villegagnon, Santa Cruz e novamente à Laje, num padrão já imposto anteriormente a seu irmão, que tinha o objetivo de degradar a sua saúde.

A devassa política que fundamentaria juridicamente sua pena só foi retomada após o fim da Confederação do Equador, entre outubro e dezembro de 1824. Finalmente, o Decreto de 25 de fevereiro de 1825, assinado pelo imperador d. Pedro I, o condenava à prisão perpétua, acusado de incitar rebeliões com escritos “incendiários” que atentavam contra a autoridade imperial.³³

Em resposta, Cipriano Barata redigiu, naquele mesmo ano, o manuscrito “*Motivos da minha perseguição e desgraça em Pernambuco e Rio de Janeiro...*”, já citado. Miguel Borges de Castro, seu advogado, lançou na imprensa da corte imperial a *De feza do Bacharel Cipriano Barata*, e fez circular cópias de acórdãos da Casa de Suplicação, denunciando a Devassa como uma “monstruosa farsa jurídica”. A imprensa liberal da corte tomou conhecimento do caso. Enquanto isso, os aliados de Barata em Pernambuco, como o padre Luís José de Albuquerque e o frei Joaquim do Amor Divino Caneca foram perseguidos pelo Apostolado. Frei Caneca seria fuzilado durante os eventos finais da Confederação do Equador, revelando a gravidade da repressão aos círculos baratistas nas Províncias do Norte.³⁴

Apesar da condenação, Barata conseguiu uma pequena vitória jurídica: em julho de 1826, obteve o direito de sair da cela subterrânea

32 ARQUIVO do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Lata 69, Pasta 3, *Petição de Cipriano José Barata de Almeida ao Imperador para ser posto em liberdade*, 1824.

33 VIANNA, 1945, p. 472.

34 MOREL, 2022, p. 195.

em que se encontrava na Laje, para banhos de sol em horários restritos.³⁵ A virada de sua situação ocorreu em 1827, com o início da primeira legislatura do Parlamento imperial. Nesse contexto, Barata redige um *Requerimento à Câmara dos Deputados*, de 15 de junho, impresso pela Tipografia da Astréia, jornal liberal do deputado Vieira Souto.³⁶

O documento denunciava uma série de quebras à Constituição de 1824, além dos maus tratos que Barata vinha sofrendo nos cárceres. Em fevereiro de 1827, o Marquês de Nazaré, encarregado da pasta da Justiça, revogou a medida após a pressão parlamentar dos deputados Lino Coutinho, Souza França e outros liberais, restabelecendo o contato de Barata com seus aliados, como o padre José Custódio Dias e o maçom e futuro senador Nicolau Vergueiro.³⁷

Estabelecida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o intuito de visitar a Laje, foi reconhecida a inconstitucionalidade da prisão de Cipriano Barata. Em sessão de 5 de julho de 1827, os deputados Lino Coutinho, Souza França e Almeida Torres defenderam o direito de Barata a uma prisão civil e à comunicação com o mundo externo, baseando-se no Artigo 179 da Constituição de 1824³⁸, especialmente seu Inciso 21³⁹, que exigia cadeias limpas, seguras e arejadas para presos civis. A Câmara

35 ARQUIVO Nacional do Brasil, Fundo: Confederação do Equador (1N), *Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Império*, 21 de setembro de 1826.

36 MOREL, 2022, p. 195.

37 Idem, *Ibidem*, p. 201-203.

38 Art. 179 da Constituição de 1824: “A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império”. Cf. Constituição Política do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824. Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acessado em: 09.05.2025.

39 Art. 179, Inciso 21 da Constituição de 1824: “As Cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réus, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes”, Constituição Política do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de Março de 1824. Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acessado em: 09.05.2025.

aprovou o parecer recomendando providências urgentes ao governo imperial.⁴⁰

O Ministro da Justiça, por ordem do imperador, respondeu em 2 de outubro de 1827, defendendo a prisão na Laje como “a melhor possível” e se recusando a autorizar a sua transferência para uma prisão de caráter civil. Ainda assim, cedeu parcialmente: autorizou visitas e ordenou melhorias estruturais no cárcere de Barata, que deveriam ser supervisionadas pelo Governador daquela fortaleza.⁴¹

A partir de então, Barata reativa sua estratégia de combate pela escrita. Em maio de 1828, a Astréa, de Vieira Souto, passou a publicar seus relatos, denúncias e memórias, expondo o seu sofrimento nos cárceres e polemizando com o Governador da Laje, José dos Santos de Oliveira, chamado por Barata pela pecha de “masmorreiro-mor”. Em resposta, o Governador da Laje publicou uma certidão de defesa pessoal, em 14 de maio, tentando desmentir as acusações, que já haviam ganhado o espaço da opinião pública da corte imperial.⁴²

As denúncias repercutiram fortemente no Parlamento. Em 20 de maio de 1828, o deputado Souza França defendeu Barata, relativizando sua pena como perseguição política.⁴³ Em 2 de junho, Lino Coutinho atacou diretamente o Governador da Laje, acusando-o de despotismo e violação de garantias constitucionais.⁴⁴ A pressão parlamentar e da imprensa forçou nova abertura institucional: Barata passou a receber visitas de seus aliados políticos por meio de embarcações disponibilizadas pela própria fortaleza.

O ápice dessa campanha ocorre em julho de 1828, quando Barata finalmente foi transferido do Forte da Laje para a mais convidativa e

40 *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1827, tomo 3, 2/jul a 6/jul.

41 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1827, tomo 5, 2/out., p. 93.

42 [s.n.]. *Certidão que o Governador da Fortaleza da Laje passou, e fez entregar ao preso Cypriano José Barata de Almeida*. Rio de Janeiro, 1828, 14/mai.

43 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1828, tomo 1, 20/mai., p. 121.

44 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1828, tomo 2, 2/jun., p. 6.

arejada Fortaleza de Santa Cruz, onde havia estado brevemente em 1824.⁴⁵ A mudança representa não apenas um alívio físico, mas a vitória de sua resistência jurídica, institucional e simbólica contra o arbítrio imperial. Contudo, sua luta pela liberdade definitiva ainda levaria alguns anos para ser vitoriosa.

Após sua transferência para a Fortaleza de Santa Cruz, Cipriano Barata vê a melhoria de sua condição humanitária, além de restabelecer o contato com seus aliados políticos. Ali, naquela fortaleza, conheceu Urbano Gondim, jovem potiguar de família influente, que no futuro acolheria Barata, sua esposa e filhas na cidade de Natal. A filha de Urbano, a professora Isabel Urbana Gondim, mais tarde se tornaria uma das primeiras pessoas a biografar a vida de Cipriano Barata, ainda no século XIX.⁴⁶

O contexto político da época era turbulento. Vindo de uma amarga derrota na Guerra da Cisplatina (1825-1828), somado ao aumento da inflação e crise dos preços de exportação de produtos brasileiros no mercado internacional, além do colapso de regimes absolutistas europeus, como no caso da deposição de Carlos X, na França, que gerou ampla repercussão entre a oposição liberal no Brasil, uma articulação política buscou alinhar os interesses da oposição liberal, que passaram a minar, principalmente pela imprensa, a autoridade e a figura pública do imperador d. Pedro I. Neste novo cenário, marcado pela crise do Primeiro Reinado (1829-1831), a luta jurídica de Barata ganhou força.

Atuando como autor de novos textos incendiários, divulgados pela imprensa da corte imperial, como em sua *Dissertação abreviada sobre a horrível masmorra chamada Presiganga*, Barata denunciava a crueldade das prisões imperiais e alertava a população para as intransigências do regime monárquico brasileiro.⁴⁷

45 MOREL, 2022, p. 206.

46 Idem, Ibidem, p. 345.

47 MOREL, Marco. *Sentinella da liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 627-645.

Na Câmara dos Deputados, entre os anos de 1829 e 1830, observou-se duras críticas ao autoritarismo do imperador, onde os parlamentares disputavam com o monarca os limites estabelecidos pela Lei de Liberdade de Imprensa, de 1823. Através da *Fala do Trono*, de 12 de maio de 1829⁴⁸, o imperador pedia apoio ao seu Parlamento na contenção ao que considerava “abusos de liberdade de imprensa”, o que provocou reações de indignação entre os deputados Limpo de Abreu, Lino Coutinho, Souza França e Vasconsellos. Nessas discussões, o nome de Cipriano Barata tornou-se recorrente, como um caso exemplar de um jornalista brasileiro injustiçado e perseguido.⁴⁹

A mobilização parlamentar se intensificou durante o ano de 1830. Lino Coutinho, por exemplo, denunciou os abusos cometidos por ministros ligados ao imperador, como o então falecido Marquês de Nazaré, e descreveu com detalhes chocantes as condições desumanas da prisão da Laje, onde Barata havia estado por mais de quatro anos.⁵⁰ O deputado propôs, inclusive, inspeções médicas e vistorias às cadeias imperiais a fim de se averiguar a condição carcerária do império. Outros deputados, como Ferreira de Mello e Rebouças, destacaram a necessidade da aprovação de uma Lei de Responsabilidades que tornaria possível a condenação de ministros e magistrados que cometessem quebras à Constituição de 1824. Se aprovada, a referida Lei poderia anular a sentença condenatória de Cipriano Barata.⁵¹

Em paralelo, o advogado de Cipriano, Miguel Borges de Castro, articulou uma defesa decisiva, aproveitando a criação do Supremo Tribunal de Justiça, ainda em 1830. Através da publicação da *Alegação em defesa do réu Cipriano José Barata de Almeida*, Miguel Borges de

48 *Falas do Trono, desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 148.

49 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1829, tomo 2, 12/mai., p. 56.

50 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1830, tomo 1, 5/jun., p. 331.

51 *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1830, tomo 1, 16/jun. e 17/jun., p. 424-425.

Castro recriava a representação de Cipriano Barata como o “campeão” da independência brasileira nas cortes constituintes de Lisboa, em 1821, com o intuito de influenciar a opinião pública da corte imperial a favor de seu cliente. A estratégia empregada pela defesa de Barata teve grande repercussão no Rio de Janeiro. Soma-se a isso, a ampla cruzada jornalística movida pela imprensa liberal, que não só obrou pela construção de uma figura pública de Cipriano como a de um “Mártir da Pátria”⁵², mas também seguiu na denúncia dos abusos do “despotismo” imperial de d. Pedro I.

Finalmente, em 20 de abril de 1830, o Supremo Tribunal de Justiça se reuniu para votar a revisão da sentença condenatória à prisão perpétua do réu. Em sessão “lotada e concorrida”, os magistrados anularam, por 6 votos a 3, a sentença de 25 de fevereiro de 1825, fruto da Devassa tirada em Pernambuco. Contudo, ainda restava o parecer do Tribunal de Relação da Bahia, que chegaria apenas durante o mês de setembro, e que também foi favorável à sua liberdade, dando o caso por encerrado.⁵³

Com a decisão dos tribunais, Barata já havia de ser posto em liberdade, mas, por algum motivo, o governo imperial hesitou em cumprir a decisão, gerando novos protestos no Parlamento. Em 23 de setembro de 1830, os deputados Rebouças e Muniz Barreto aprovaram um requerimento exigindo o imediato cumprimento da decisão judicial. Dois dias depois, em 25 de setembro, Cipriano Barata foi finalmente libertado, após sete anos de reclusão inconstitucional.⁵⁴ Sua soltura foi recebida como um verdadeiro evento político na corte imperial. Por meio da imprensa liberal, observamos o desembarque de Cipriano na Baía da

52 A caracterização de Cipriano Barata como “mártir da pátria” aparece em diversas folhas do liberalismo *exaltado* da Corte durante a década de 1830. Dentre outros, cf. *Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro, 1830, 28/set., p. 3; *Tribuna do Povo*, Rio de Janeiro, 1831, 4/jun., p. 3; *O Filho da Terra*, Rio de Janeiro, 1831, 14/out., p. 9; *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 1832, 7/fev., p. 8; *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro, 1833, 28/set., p. 2.

53 MOREL, 2022, p. 211.

54 Idem, *Ibidem*, p. 211.

Guanabara, vindo da Fortaleza de Santa Cruz, saudado por uma multidão de pessoas, entre salvas de canhões daquela fortaleza anunciando a sua partida e manifestações públicas de apoio ao líder político.⁵⁵

Após se estabelecer entre seus aliados, Cipriano Barata hospedou-se por dois meses na casa de seu companheiro de prisão, João Mendes Viana, que morreria logo após o seu julgamento, vitimado por um quadro de tuberculose, doença adquirida nos cárceres do Forte da Laje. Barata foi o herdeiro de seus bens e recebeu um anel de diamantes como símbolo de amizade e solidariedade política.

Já em liberdade, e ainda no Rio de Janeiro, Barata ajudou a fundar e se tornou presidente honorário de uma nova sociedade secreta, cujo objetivo obscuro seria o de derrubar o monarca d. Pedro I. O *Clube de Amigos Unidos*, como ficou conhecido, era formado por uma ala dos liberais *radicais* (também chamados de *exaltados*), ligados à imprensa de oposição, além de contar com a presença de liberais *moderados* e membros da maçonaria fluminense, que conspiravam pela deposição do imperador.⁵⁶

Cipriano Barata viveu seus últimos anos na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, sob a proteção e patrocínio da família de Urbano Gondim, falecendo em 1838, aos 76 anos de idade. Sua trajetória, marcada pela combatividade intelectual, resistência física e moral e uma fé inabalável na liberdade e independência do Brasil, o consagrou como um dos maiores símbolos do liberalismo radical brasileiro do século XIX.

55 Os relatos sobre sua soltura e o evento emblemático de sua volta à terra firme, além da categorização de Cipriano Barata como um “mártir da Pátria” podem ser acompanhados pelo periódico *Nova Luz Brasileira*, cujo redator, Ezequiel Correia dos Santos, era um dos seguidores de Cipriano Barata. Cf. *Nova Luz Brasileira*. Rio de Janeiro, 1830, 28/set., p. 3.

56 O grupo teria sua lista de membros revelada, posteriormente, por Teófilo Ottoni, nos anos 1860. Cf. BASILE, Marcello. *A politização das ruas: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências*. vol. 1. Brasília: Edição do Senado Federal, 2022, p. 22.

Em torno de uma “grande contenda”: a contrarrevolução portuguesa nos periódicos do Brasil (1820-1834)

Nívea Carolina Guimarães

A luta dos dois princípios, o progressivo e do retrocesso, observa-se a um tempo na Europa, e na América; uma parte mesmo da África e da Ásia não é estranha a esta grande contenda.¹

O periódico *A Aurora Fluminense*, de onde extraímos a passagem, é conhecido por representar os liberais moderados e utilizava seu discurso de combate aos extremos políticos para colocar em foco a relação entre o progresso e o retrocesso. Essa relação, evidenciada pelo periódico, pode ser traduzida em outras oposições comuns nos debates que o jornal travava com as folhas de seu tempo: restauradores e liberais, absolutistas e constitucionalistas. Estes conceitos estavam mesmo no centro de “grandes contendas” que atravessaram o mundo político nas primeiras décadas do século XIX, de forma bem mais complexa do que a divisão maniqueísta que o jornal apresentava, mas com a amplitude contextual que “*A Aurora Fluminense*” nos aponta.

¹ *A Aurora Fluminense*, 29 de janeiro de 1834, n.868, p.3712.

É possível, portanto, indicar um contexto abrangente de discussões da revolução e reação, onde a expressão contrarrevolucionária da reação surgia como um modelo político estruturado nos anos vinte do século XIX, tendo como seus principais exemplos Portugal e Espanha. Como lembra Maurice Agulhon, “analisada em termos mais gerais esta história encontra-se por toda a Europa sob formas e circunstâncias tão diversas quanto o eram, e ainda são, as culturas e as linguagens”.² Esta história de Portugal no reinado de D. Miguel não é “tão singular” se entendermos o miguelismo e, no caso espanhol, o carlismo, no quadro amplo das reações à revolução na Europa, que poderia se evidenciar em resistências ao liberalismo. Ao partir para o estudo das repercussões da contrarrevolução no contexto brasileiro, tema deste texto, busca-se contribuir para os estudos voltados aos projetos políticos em disputa na formação do estado e da nação, e ampliar um pouco mais as análises sobre a contrarrevolução para além da Europa.

Entre as reações à Revolução Liberal do Porto (1820), revela-se uma tendência que se orienta pela manutenção de elementos da sociedade de Antigo Regime. Tal tendência fundamenta-se enquanto projeto político na crise dinástica que se inicia em Portugal após a morte de D. João VI, em 1826, definida pela disputa entre D. Pedro I e seu irmão mais novo, D. Miguel. O desenrolar da crise culmina no golpe de D. Miguel em 1828 e no retorno de D. Pedro I a Portugal, a fim de liderar a ala liberal. No período em que D. Miguel esteve no poder, de 1828 a 1834, ocorreram perseguições, prisões e mortes aos inimigos do rei, acompanhadas de censura aos periódicos e suspensão de garantias constitucionais. Essa conjuntura não passou despercebida aos periódicos brasileiros que, além de noticiarem os eventos da antiga Metrópole, pautaram o tema

2 AGULHON, Maurice. Prefácio. In: FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Afrontamento, 2002.

da ascensão de um governo de cariz absoluto sob a ótica da política brasileira.

A circulação dos escritos de José Agostinho de Macedo no Brasil

Escrever sobre a contrarrevolução em Portugal é também abordar a trajetória de um de seus principais ideólogos: José Agostinho de Macedo (1761-1831). A sua biografia vai do compromisso com a Ordem dos Gracianos, seguida de uma expulsão, à posterior readmissão na carreira religiosa. Existem aspectos polêmicos que emergem na escrita de seus biógrafos, como acusações de furto, arrombamento e da boemia nas vielas do Bairro Alto.³ O que há de mais consensual, diz respeito à sua vasta produção bibliográfica que engloba críticas literárias, libelos políticos e poemas. Em 1831, o periódico *Defeza de Portugal* enumera setenta e seis obras de Macedo, ressaltando que faltavam muitas outras ao catálogo, pela sua raridade.⁴

José Agostinho de Macedo, com os seus panfletos, evidenciou as ideias da contrarrevolução, em circulação na Europa e, deste modo, ressignificou a oposição à Revolução Francesa, conforme a história portuguesa. Em suas “Considerações políticas sobre o estado de decadência de Portugal, e absoluta necessidade do seu remédio” (1820) Macedo argumenta que o momento que marcou a ruptura com o passado glorioso de Portugal foram as invasões francesas, “a data da nossa primeira desgraça, ou a primeira fonte daquele mal voluntário que nós agora desejamos remediar”. Para o autor, desde então a política portuguesa passou a vivenciar um momento de decadência. De maneira teleológica, Macedo elenca os eventos que exemplificam seu argumento

3 CORREIA, Rita. *Nota biográfica de José Agostinho de Macedo*. Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/recursosinformativos/biografias/Textos/JAMacedo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

4 *Defeza de Portugal*, 22 de outubro de 1831, n.8, p.11.

de declínio do Reino, tais como a “Abertura dos Portos do Brasil a todas as Nações Europeias”, e que encontram sua conclusão nos movimentos constitucionalistas de 1820.⁵

Mas é em outro libelo produzido por Macedo, que podemos observar melhor suas percepções sobre o tempo histórico e de como os eventos do passado pareciam perder, para o autor, a sua capacidade de instrução para a ação no presente. Ainda em 1820, o padre escreve um “Parecer sobre a maneira mais fácil, simples e exequível da convocação das cortes gerais do reino no atual sistema político da Monarquia representativa, e constitucional.” Logo na introdução do documento, o autor demonstra as dificuldades em propor analogias entre a “crise da monarquia” e os eventos do passado interpretados como desafios ao poder do rei em Portugal, como no período de “domínio de Castela”. Tratava-se de um problema novo, que exigia novas propostas de intervenção em um cenário de transformações. Enquanto ação contrarrevolucionária, Macedo propunha a convocação das Cortes Gerais do reino, composta pelo Povo, Clero e Nobreza, mas adaptadas, “já que as presentes Cortes não conservam nem podem conservar semelhança alguma com as convocadas até aqui, tanto pela extensão do seu poder, como pela diversidade do seu objeto, também a sua convocação deve ser diversa, e diversa a qualidade dos Membros que as devem compor”.⁶

Demarcando seu lugar político, entre as mudanças adotadas estaria o aumento no número de representantes do clero e da nobreza, seguindo o argumento do crescimento populacional. Para Macedo, não era mais possível tratar da questão com base na “restauração”, mas a partir de um projeto de “regeneração” comprometido com a tradição.

5 MACEDO, José Agostinho. *Considerações políticas sobre o estado de decadência de Portugal, e absoluta necessidade do seu remédio, trazido pela nova ordem do presente governo supremo*. Lisboa: Impr. Regia, 1820. p.7,8,17.

6 MACEDO, J.A *Parecer sobre a maneira mais fácil, simples e exequível da convocação das cortes geraes do reino no actual systema político da Monarchia representativa, e constitucional*. Lisboa: Lacerdina, 1820, p. 2.

Comprometimento que, a depender do contexto, poderia se acentuar. Nesse último caso, é interessante notar que, diante de um cenário político favorável às ideias contrarrevolucionárias, a aclamação de D. Miguel deveria ocorrer ao “modo antigo”, segundo as normativas das Cortes, algo que não ocorria desde os finais do século XVII.

No início do século XIX, José Agostinho de Macedo publicou parte das memórias para a “História do Jacobinismo” de Augustin de Barruel (1741-1820). O extenso nome da obra de Macedo, traduz seus objetivos com aquela publicação, trata-se de “O Segredo Revelado ou Manifestação do Sistema dos Pedreiros Livres, e Iluminados, e sua influência na fatal Revolução Francesa, obra extraída Das memórias para História do Jacobinismo do Abbade Barruel, e publicada em português para confusão dos Ímpios, e cautela dos verdadeiros amigos da Religião, e da Pátria” (1810). As ideias de Barruel sobre as influências dos jacobinos na Revolução Francesa perfazem um histórico de conspirações que remonta desde os filósofos iluministas aos pedreiros-livres, isto é, às sociedades maçônicas. Os objetivos desta conspiração seriam a derrubada da religião cristã, dos reis e, por fim, de toda a sociedade civil. Em 1825, nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, o livreiro Jeronino Gonçalves Guimarães anunciava a chegada em sua loja do “Segredo Revelado”, por José Agostinho de Macedo.⁷ No Brasil, o livro parece ter alcançado certa popularidade, já que anos seguintes, vê-se no Diário de Pernambuco o anúncio de sua venda na “Loja de Livros defronte da Igreja do Colégio”, já em seu sexto volume.⁸

Ainda no Diário de Pernambuco, um leitor que se identificou apenas com as siglas I.A. lançou luz sobre o anúncio do livro de Macedo, “de mistura com outras obras acreditadas”. O leitor intitula a sua crítica por “Macedo maçada”, que ocupou duas edições do Diário, se dizendo inicialmente preocupado por “certa classe de gente” que,

7 *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de julho de 1825, n.22, p.86.

8 *Diário de Pernambuco*, 31 de março de 1827, n. 70, p.281.

em Pernambuco, buscava a referida obra. Mas antes de pontuar as contradições, o leitor registra, em nota, que havia de reconhecer o vasto conhecimento bibliográfico de Macedo, além de sua escrita “cadente e harmoniosa”. Sobre isso, poucos contestam e talvez aí mesmo residisse o perigo de seus livros e panfletos. Quanto à tradução da obra de Barruel, o leitor diz que Macedo:

excedeu o modelo donde copiara – exauriu o fel da malignidade – Imitando foi original (...). A revelação pretendida do misterioso segredo, não é mais, que uma repetição nauseativa dos desatinos do Abade Barruel (...) Prescindindo de trivialidades, que, de fato, nada significam, duas são as grandes, AS FORMIDÁVEIS TESES – que o A. estabelece, e pretende provar em sua obra de – palha - . 1ª É mã a seita dos Pedreiros Livres, porque é oculta. 2ª É criminosa, e deve ser proscrita, porque constantemente maquina contra o Altar, e o Trono.⁹

Por último, o leitor I.A. recorre a argumentos pessoais para fazer a sua oposição, instruindo ao padre Macedo que ao admitir a postura de acusador, se lembrasse da parábola que ensinava aos que “tem telhado de vidro não atira pedradas”, pois que o padre: “(...) expulso do Convento por suas escandalosas irregularidades, suspenso do Santo Sacrifício da Missa por seus flagícios; que o libertino autor do infame, e imoralíssimo Poema dos – Burros (...) seja o acusador de Homens, cujas virtudes, ou crimes, desconhece é, com efeito o cúmulo do desaforo (...)”.¹⁰

Os escritos de José Agostinho de Macedo ajudaram a formar a plataforma de propagação da doutrina contrarrevolucionária em Portugal e terão significativa representatividade no golpe de D. Miguel, assim como nas tentativas de fundamentação de sua legitimidade. O campo doutrinário da contrarrevolução utilizou-se amplamente do formato impresso, através dos periódicos e folhetos, para divulgar os seus temas. Assim, compreendemos como textos doutrinários uma série de impressos que dispõem sobre a contrarrevolução e que pretendem

9 *Ibid.*, 11 e 12 de abril de 1827, n.79-80, p.317 e 319, grifos do autor.

10 *Ibid.*, 12 de abril de 1827, n.80, p.321.

persuadir e convocar o leitor para a ação política, para tanto se utilizam de uma linguagem polemista e violenta.

No recorte temático do movimento vintista luso-brasileiro, Basile denomina de “rede transatlântica de debates”, a intensa produção e circulação de impressos entre Portugal e Brasil.¹¹ Nos anos de 1820 a 1822 nota-se um aumento substancial no número de publicações nos dois contextos, impulsionados pelas leis de liberdade de imprensa e pelo desenvolvimento das tipografias. E para tratar dos variados temas que permeavam a política da conjuntura, Basile destaca os folhetos, por serem mais ágeis e versáteis que os jornais, em sua capacidade de intervenção pública: “Caracterizados pelo discurso polêmico, doutrinário e didático, exerciam uma pedagogia cívica que visava instruir, persuadir e mobilizar a propalada opinião pública, assim como aqueles que estavam à frente das decisões políticas”. Basile analisa 18 folhetos que abordam o tema da “praga” ou “peste periodiqueira”. O autor busca extrair daquela abordagem não somente a crítica ao jornalismo, mas chegar às questões relativas ao lugar da imprensa e dos publicistas na sociedade, seus limites e funções.¹²

O tópico da crítica ao periodismo pode ser analisado sob o ponto de vista do encontro entre o movimento contrarrevolucionário miguelista e a modernidade, essa última representada pela imprensa, enquanto o espaço onde transcorre a própria política. O já citado periódico *A Defeza de Portugal*, de certa forma, sintetizou o que os contrarrevolucionários miguelistas pensavam sobre os jornais: “Quer o Mundo paz? Não tenha periódicos”.¹³ Mas recusar a imprensa, significava

11 BASILE, Marcello. A praga periodiqueira: liberdade de imprensa, protocolos de escrita e ação política na época da Independência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 937-959, set./dez. 2022, p.938. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02305113>. Acesso em 25 ago. 2025.

12 *Ibid.*, p. 939.

13 *A Trombeta Final*, 14 de julho de 1828, p. 391. *Apud*: GUIMARÃES, Nívea C. *O movimento miguelista nas páginas d'Aurora Fluminense* (1828-1834). Mestrado em História. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

rejeitar a luta pelo poder político e para continuar nesse campo de batalhas os contrarrevolucionários lançaram mão de estratégias coerentes com a forma como concebiam a política: fizeram a divisão entre a “boa” e a “má” imprensa e, assim sendo, transformaram aquela atividade em uma espécie de missão de expurgo que cabia somente a eles desempenharem, convertendo as “balas de chumbo” em “tipos”.¹⁴

Entre os impressos escolhidos por Basile, encontram-se os folhetos “Cordão da peste, ou medidas contra o contagio periodiqueiro” e “Reforço ao cordão da peste”, ambos de autoria de José Agostinho de Macedo, mas publicados de forma anônima, em 1821. Macedo utiliza de um temor coletivo para mobilizar os seus leitores ao evocar os chamados “cordões”, barreiras que buscavam impedir a proliferação da peste. Ao longo do texto, Macedo não economiza nas metáforas entre a peste e a imprensa, chamando os portugueses a se manterem vigilantes frente às ameaças por ele identificadas. Esses folhetos são reveladores dos embates entre as ideias alinhadas ao Antigo Regime e a modernidade, crise que se acentua no tempo e que terá lugar nos dois lados do Atlântico, conforme explica Basile:

Em meio a essas ambiguidades e convergências, um dos principais temas abordados foi a questão da liberdade e dos limites da imprensa, defendida por aqueles publicistas identificados com os novos preceitos liberais, atacada por outros mais afeitos ao espírito contrarrevolucionário que logo irá fomentar o miguelismo, em Portugal, e os áulicos do Primeiro Reinado, no Brasil (LOUSADA, 1989; BASILE, 2012).¹⁵

A imprensa periódica nos oferece a possibilidade de rastrear as interfaces entre as conjunturas portuguesa e brasileira, que parecem

14 “Se, pois, como demonstrado fica, os malévolos se têm servido até aqui da imprensa para desmoralizar os povos, e atrair os incautos, cumpre rechaçá-los com as mesmas armas. Não será a vez primeira que as balas de chumbo convertidas em tipos tenham paralisado os esforços de falanges aguerridas” *O Realista Portuense*, 02 de setembro de 1828, n.1, p.1.

15 Basile, 2022, p. 954.

compartilhar de leituras similares da contrarrevolução, mas que irão inspirar movimentos distintos. Basile estuda, por exemplo, o folheto “Novo Mestre Periodiqueiro, ou dialogo de hum Sebastianista, de hum doutor, e hum hermitão” (1821). O conteúdo do diálogo gira em torno da novidade do periodismo como forma de rendimento financeiro. No texto, elaborado de forma satírica há um personagem crítico do monarquismo e do clero, que apresenta estratégias para a garantia dos lucros. No lado oposto, é apresentado um personagem ponderado que desvela essas estratégias para ludibriar os possíveis leitores.¹⁶ O tradicionalista, Frei José Machado (1755(?)-1833), é o autor do folheto que deu ensejo a uma segunda parte. Poucos anos depois, em 1825, percebe-se que a querela talvez não tenha se arrefecido, já que o “Novo Mestre Periodiqueiro, ou Diálogo de um Sebastianista, um Doutor, e um Hermitão...” é anunciado para venda no Diário do Rio de Janeiro, ao lado do “Sebastianista desenganado” (1823), comédia de José Agostinho de Macedo.¹⁷ Aliás, os libelos literários de Macedo também circularam no Brasil, a exemplo de sua “Lira anacreôntica” (1819), anunciada duas vezes ao longo do ano de 1828 no Diário do Rio de Janeiro,¹⁸ uma delas à venda na loja de livros de Evaristo Ferreira da Veiga, o jornalista que irá liderar o grupo liberal moderado no Brasil, fazendo frente às decisões de D. Pedro I.

“Miguelistas no Recife de Pernambuco!! Quem tal diria!”: as elaborações periódicas sobre a contrarrevolução miguelista

Não demorou para que as ideias contrarrevolucionárias, representadas por Macedo e por outros ideólogos, se encontrassem com

16 Novo Mestre Periodiqueiro, ou Dialogo de hum Sebastianista, de hum Doutor, e hum Hermitão Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência* (1820-1823), v. 3. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

17 *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1825, n.3, p.40.

18 *Ibidem*, 17 de maio de 1828, n.15, p.57.

as questões da política interna brasileira, instigando as disputas entre as folhas e dando novos contornos ao que se entendia por contrarrevolução. O primeiro passo no campo das estratégias retóricas foi o da acusação, pautada na associação direta entre as ideias contrarrevolucionárias e os grupos restauradores no Brasil. Entre os periódicos que estiveram no centro desses embates, destaca-se “O Cruzeiro” (Pernambuco), cujo principal redator era o vigário Francisco Ferreira Barreto (1790-1851). Ferreira Barreto nasceu em Pernambuco e cresceu em volta das agitações daquela província e aos 23 anos já havia se ordenado padre. Também redigiu o periódico “O Relator Verdadeiro”, que circulou entre os anos de 1821 e 1822. A mais conhecida notícia desse periódico foi publicada em janeiro de 1822, prestando apoio à Junta pernambucana, criada pelas cortes, quando essa agiu para a expulsão do denominado “Batalhão dos Algarves”, exército português que sustentou as ações de repressão do general Luís do Rego Barreto quando da Revolução Pernambucana de 1817. Segundo Cabral, a “notícia de certa maneira tinha a intenção de sossegar os ânimos e evitar falatórios”.¹⁹ O apoio dos portugueses ao Batalhão era fonte de muitos conflitos, àquela altura as dissensões entre portugueses e brasileiros, se misturavam à dicotomia entre corcundas e constitucionais.²⁰

19 CABRAL, Flavio José Gomes. O povo nas ruas: cultura, disputas e alianças políticas em Pernambuco (1820-1822). *Almanack*, Guarulhos, n. 30, ed00322, 2022, p.18. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463330ed00322>. Acesso em: 29 ago. 2025.

20 “Corcunda” ou também “carcunda” era um termo corrente do vocabulário político dos anos de 1820-1823, utilizado para designar de forma ofensiva os indivíduos que se opunham aos ideais constitucionais e que eram mais favoráveis às propostas do modelo político absolutista. NEVES, Lucia Maria Bastos P. Despotismo, Corcundas e Empenados: a perspectiva dos panfletos políticos (1820-1823). In.: *Guerra das Penas: os Panfletos Políticos da Independência (1820-1823)*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-das-penas-os-panfletos-politicos-da-independencia-1820-1823/um-vo-vocabulario-politico-1820-1823/despotismo-corcundas-e-empenados-a-perspectiva-dos-panfletos-politicos-1820-1823/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Em 1822, somente um mês após a Independência, a *Gazeta Universal* (Lisboa) reproduz “Entre vários impressos vindos de Pernambuco”, um soneto de Francisco Ferreira Barreto, onde declama a liberdade do Brasil: “Longe, longe de nós, fados escuros:/ Já és livre, oh Brasil! Tremei, Perjuros! (...)”.²¹ A reprodução ganhava tons de denúncia, já que um dos colaboradores da “*Gazeta Universal*” era José Agostinho de Macedo. Uma conexão aparentemente controversa, como veremos, mas apenas ao leitor presente. Francisco Barreto também foi eleito deputado da Assembleia Geral Constituinte (1823), sendo difícil rastrear seu posicionamento a respeito das pautas discutidas, devido à sua ausência em parte das sessões, justificada por doença.²²

Ao que tudo indica, o padre Ferreira Barreto esteve, de início, alinhado às cortes vintistas e depois às lutas pela Independência na província. Colocar-se contrário às ações do governador Luís do Rego Barreto, por exemplo, pode nos dizer algo sobre sua posição em âmbito local. O grupo que organizou a resistência ao governador era composto por sujeitos que se envolveram ativamente no movimento de 1817, com seus ideais republicanos. A demanda por uma Junta Provisória que se submeteria apenas às ordens das cortes, chegou à deputação de Pernambuco nas Cortes Gerais, o resultado foi a exoneração do governador, em dezembro de 1821, sobre quem recaía acusações de despotismo.²³ Todavia, a relação de proximidade com as cortes de Lisboa terá curta duração, já que as questões envolvendo a autonomia da província entrarão neste jogo de forças. Nem todos que partiram em defesa da Junta Governativa seguiram em apoio a D. Pedro, já que o problema permanecia sendo a autonomia provincial. Ocorreu, portanto, uma divisão entre aqueles que tinham o governador por inimigo comum

21 *Gazeta Universal*, 12 de outubro de 1822, n.226, p.911-912.

22 Assembleia Constituinte do Império do Brasil, Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162>. Acesso em 25 set. 2025.

23 CABRAL, 2022, p.13.

e, a partir daqui, Ferreira Barreto assume o projeto de centralização do poder no Rio de Janeiro.

Mas o que poderia significar, naqueles primeiros anos após a Independência, defender a centralização? Em especial, na província de Pernambuco, fortemente marcada em seu histórico por movimentos de oposição às decisões da Metrópole? Como explica Carvalho, a escolha pelo projeto centralista não se resume ao simples “corcundismo”, mas passa por questões de ordem prática, contar com a defesa militar vinda do Rio de Janeiro era uma delas.²⁴ O apoio a D. Pedro I também pode estar associado a projetos pessoais de ascensão social, capazes de promover a influência local. Francisco Barreto foi condecorado pela ordem militar portuguesa, como Cavaleiro da Ordem de Cristo. Para além de todas as formalidades a que estavam implicados os seus membros, os condecorados tinham lugar de privilégio nas procissões, em relação às demais ordens. O padre também recebeu a comenda da Ordem do Cruzeiro, criada no momento da coroação de D. Pedro I, que a utilizou para aproximar cada vez mais as lideranças de seu projeto político. No caso dos padres, tal lógica ganhava ainda mais relevância pela capacidade de disseminação de seus discursos em sociedades fortemente religiosas.²⁵

Buscaremos nos aproximar do posicionamento político de Francisco Barreto, pela perspectiva do seu jornal *O Cruzeiro*. O prospecto de 4 de maio de 1829 anuncia a intenção do periódico de “instruir a Nação e dirigir a opinião dos povos”, com a devida prudência, “em uma Província,

24 CARVALHO, Marcus J.M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, 18(36), 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>. Acesso em: 02 set. 2025.

25 SILVA, Camila Borges da. “Com a benção de Deus”: os padres nas ordens de Cristo e do Cruzeiro. *Antíteses*, Londrina, v.15, n. Especial: A independência do Brasil - 200 anos, p.233-262, Nov 2022, p.236-237. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2022v15nEspecialp233-262>. Acesso em: 02 set.2025.

reduzida aos últimos estragos pelas concussões políticas.”²⁶ Para isso, propunha aos seus subscritores uma edição diária. E, novamente, a atividade periódica é vista como uma missão a ser desempenhada apenas pelos “bons redatores”:

O Redator deve igualmente possuir um grande fundo de probidade, solidez de princípios, conhecimentos úteis e agradáveis a fim de que possa falar deleitando. – Uma folha pública deve ser um Catecismo de moral, a fim de guiar os homens para o bem – Um semelhante Periódico, todos convirão comigo, é, não só útil, mas necessário em qualquer país, e muito principalmente em um como o nosso.²⁷

Ao enunciar diretamente os jornais aos quais fazia oposição, o Diário de Pernambuco e A Abelha Pernambucana, o redator do Cruzeiro deixava evidente que os considerava o resultado do abuso à liberdade de imprensa, fundamentada na Carta Constitucional. O legislador da Carta, argumenta o redator, não tivera entre seus objetivos criar a desordem por meio do prelo.²⁸ D. Pedro I é visto como a principal vítima daquela liberdade que ele mesmo havia concedido ao povo. Trata-se de uma perspectiva derivada da ideia de soberania, sustentada pelo grupo representado pelos jornais da linha do Cruzeiro. A defesa da Constituição, neste caso, não se confunde com o liberalismo, como explica Morel. A Carta de 1824, para esse grupo, realizou a mediação “renovada” do pacto tradicional entre o povo e o soberano. Para Morel, “este constitucionalismo que oscilava entre a negação do liberalismo ou sua aceitação, desde que com o reforço do poder do monarca, é uma das chaves para compreender a tendência restauradora no Brasil pós-Independência”.²⁹ E apesar da aproximação de ideias entre o periódico

26 *O Cruzeiro*, 4 de maio de 1829, n.1, p.1.

27 *Ibid.*, 6 de maio de 1829, n.3, p.9-10.

28 *Ibid.*, 5 de maio de 1829, n.2, p.6.

29 MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a Nação: O Partido Caramuru nos anos 1830. JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003, p.417.

de Ferreira Barreto e José Agostinho de Macedo relativas à imprensa, nota-se uma diferença fundamental quanto ao constitucionalismo, que no rol da ideologia representada por José Agostinho de Macedo, não lhe oferecerá qualquer recepção.

No periódico de Ferreira Barreto, é possível perceber o esforço em coadunar as novas tendências relativas à soberania da nação com o reforço do poder do Imperador. Para diferenciar o absolutismo da forma de governo que defendiam, Ferreira Barreto recorre à ideia de vontade parcial, enquanto ato individual, a partir do qual todos os sujeitos podem ser responsabilizados pelas derivações de seus atos. Essa vontade parcial não existe no absolutismo. E no caso do “estado constitucional”, a vontade parcial reside no Imperador que a concede, sendo das “atribuições mais Sagradas, e as mais altas regalias do Perpétuo Imperador marcadas na Magna Carta”.³⁰

Conforme *O Cruzeiro*, a garantia do poder do Imperador estaria na defesa de um projeto centralizador, que não concorresse com as esferas representativas, como o Conselho Geral de Província. O Conselho, instituído pela Constituição de 1824, teve sua primeira eleição protelada para o ano de 1829. Tratava-se de um tema de primeira ordem e por isso tão debatido, visto que as questões de interesse da província seriam discutidas no âmbito dos conselhos e depois enviadas em forma de projetos de lei à Assembleia Provincial. As manobras argumentativas feitas pelo redator a fim de enquadrar o constitucionalismo no panorama de uma monarquia centralizada, nos colocam diante da complexidade de figuras como Ferreira Barreto, um dos participantes da sociedade secreta “Colunas do Trono”.

O termo “coluna”, em Pernambuco, integra o vocabulário político como sinônimo de absolutista, ou seja, daqueles que representavam o projeto de derrubada da Constituição que, no entanto, como se vê

30 *O Cruzeiro*, 18 de maio de 1829, n.13, p.50-51.

nas considerações do Cruzeiro, não se traduzia exatamente dessa forma. De acordo com Ariel Feldman, a extrema polarização da política em Pernambuco entre os anos de 1829 e 1831 criou um ambiente de acusações entre os jornais. Ao passo em que se intitulavam como “moderados”, utilizavam com frequência do recurso ao “extremo” para tipificar seus opositores.³¹ De um lado, o despotismo e do outro a anarquia, representados pelo absolutismo e pelo republicanismo, por exemplo.

As escassas informações sobre a sociedade Colunas do Trono nos fazem recorrer justamente às fontes da oposição. Em 4 de maio de 1829, o periódico A Aurora Fluminense publica uma correspondência com notícias a respeito de “umas reuniões, ou clubes secretos” que tinham lugar em Pernambuco e que umas delas se intitulava “Colunas do Trono”. O texto se refere à existência de quatro destas organizações, dirigidas por autoridades locais.³² A carta foi reproduzida naquele mesmo mês na folha A Abelha Pernambucana de Antônio Borges da Fonseca, paraibano também ligado à formação de outra sociedade secreta, Jardineira ou Carpinteiros de São José, que ocupou o lugar político oposto à sociedade Colunas do Trono.

Logo em seu primeiro número, O Cruzeiro coloca-se em debate com A Abelha Pernambucana, envolvendo os rumores em torno da “Coluna do Império Constitucional”. Para A Abelha, tratava-se de uma “sociedade secreta que se dividia em vários clubes” para “proclamar o Governo Absoluto”. Mas voltava a atenção, sobretudo, para a sua difusão pela província, contando com a participação de figuras de notoriedade e, tudo isso, parecia se dispor com o conhecimento das autoridades.³³ Para fundamentar os argumentos de que a dita sociedade não cumpria

31 FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional. *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.39-58, 1º semestre de 2014, p.42.

32 *Aurora Fluminense*, 4 de maio de 1829, n.185, p.767.

33 *A Abelha Pernambucana*, abril de 1829, n.2, p.6.

os requisitos para o seu exercício legal, nas páginas seguintes, o jornal reproduziu a lei de 20 de outubro de 1823. A lei considerava sociedades secretas todas as reuniões que não apresentassem aos órgãos governamentais, como a Intendência Geral da Polícia, seus objetivos, datas e locais de seus encontros, os nomes de seus participantes e a declaração formal de que não se “opõem à Ordem Social, ao Sistema Constitucional estabelecido neste Império, à Moral, e à Religião Cristã”.³⁴ O Cruzeiro, por outro lado, se utilizou da própria argumentação de seu opositor, dizendo que se a sociedade era tão frequentada e de amplo conhecimento das autoridades, ela, portanto, não seria ilegal.

Ademais, recaíam sobre as sociedades colunas as acusações de organização de atentados contra os publicistas liberais. Por vezes, há informações sobre as datas e locais das reuniões, denunciadas nos periódicos na seção de correspondências. Após contar sobre mais um desses encontros, A Abelha Pernambucana, já em tom extenuado e utilizando-se da carga negativa que a evocação dos contrarrevolucionários portugueses possuía àquela altura, declarou: “Mas nada é para admirar que assim procedam com os Constitucionais Brasileiros os *Miguelistas do Recife*. MIGUELISTAS NO RECIFE DE PERNAMBUCO!!QUEM TAL DIRIA!”.³⁵

E entre um debate e outro com os periódicos da oposição, O Cruzeiro resgatava de forma saudosa o passado da então capitania, em especial, o tempo do governador Caetano Pinto, deposto pelos revolucionários de 1817:

A quem deve mais Pernambuco ao criador D. Thomaz José de Mello, ao honradíssimo Caetano Pinto de Miranda Montenegro, digamos mesmo a Luiz do Rego, ou aos Governos Liberais, que temos de novo experimentado? Longe de mim o pretender endeusar a Luiz do Rego.

34 Assembleia Constituinte e Legislativa do império do Brasil. *Carta de Lei que revoga o Alvará de 30 de Março de 1818, e dá novas providências para se evitarem os danos, que resultam das Sociedades Secretas*. Lei de 20 de outubro de 1823.

35 A Abelha Pernambuca, 15 de maio de 1829, n.7, p.27.

Tinha uma alma caridosa, era ativíssimo; alguns dos que o cercavam eram maus, perderam-no.³⁶

Ferreira Barreto cita Luiz do Rego, talvez ciente de que se tratava de uma menção que instigaria mais polêmicas. Ao resguardar a imagem daquele a quem foi atribuída a tarefa de reprimir e desarticular a Revolução de 1817, o redator do *Cruzeiro* ofertava aos seus opositores a oportunidade das especulações. Assim o fez um dos correspondentes do *Diário de Pernambuco*, ao comparar o padre Ferreira Barreto ao contrarrevolucionário José Agostinho de Macedo:

A Vileza teu mérito gradua,
E as colunas de lama te incorpora;
Tua pluma, ó Barreto, é torpe escora
Do Cetro cativo à imagem nua.

Se Macedo na Lysia o perpetua.
No Brasil tua infâmia o condecora;
O que ele disse então, dizes agora;
Não lhe cedas baixeza, é toda tua!³⁷

O soneto faz parte da resposta a um possível poema de Ferreira Barreto dedicado aos feitos de Luiz do Rego. Entretanto, este não era o único motivo a sustentar as comparações com o contrarrevolucionário português, pelo menos para o *Diário*, segundo o qual: “Tudo quanto o debochado literato José Agostinho de Macedo tem produzido, tem sido copiado quase de *verbo ad verbum* pelo *Cruzeiro*.”³⁸

Apesar de não encontrarmos transcrições diretas dos textos de Macedo no *Cruzeiro*, há indícios de que Ferreira Barreto era um leitor do contrarrevolucionário. Não somente o jornalista, como é provável a existência de outros leitores que tinham uma “identidade de opiniões”

36 *O Cruzeiro*, 11 de dezembro de 1829, n.173, p.694.

37 *Diário de Pernambuco*, 5 de dezembro de 1829, n.263, p.1053.

38 *Ibid.*, 7 de dezembro de 1829, n.264, p.1057.

com o contrarrevolucionário, já que a circulação de seus textos era notável no Brasil. Para além dos libelos anteriormente citados, temos outro exemplo fornecido pelo jornal “Astréa”, de 1827, de uma possível cópia do Poemas dos Burros (1812) que circulava manuscrita:

Um artigo extraído das Cartas do notório Padre José Agostinho de Macedo, é a primeira peça que se lê no dito N., depois do contingente com que concorreu o Snr. Promotor. O Padre José Agostinho de Macedo é de certo o autor mais digno de ser citado pela *Sucia gazeteira*; porque é tal a identidade de manhas e opiniões que eles se notam, que não nos admira essa predileção pelo Padre, tão miúda quão solenemente desmascarado pelas folhas periódicas publicadas em Portugal em diversas épocas. Não gastaremos, pois, nem um momento com esse enxovalhado da Nação Portuguesa, só o nome de José Agostinho de Macedo, basta para tornar desprezível qualquer opinião por ele emitida. Desejamos, contudo, que para divertimento de seus subscritores a *Gazeta Costa* publique copiando do *Poema dos Burros* obra do seu dileto, alguns retratos de certos Colaboradores dessa mesma Gazeta; são tiradas de um bom Poeta, e por isso devem circular: e se bem que não corre impresso esse Poema, contudo sabemos que nesta Corte existe uma cópia, manuscrita que deve merecer muita fé aos da Sucia, e [a] qual com *summa facilidade* se podem aproveitar.³⁹

O texto de que nos fala a Astréa é um conjunto de poemas, originalmente manuscrito, onde Macedo já identificava os pedreiros livres e a revolução como os inimigos daquele início de século. Se a popularidade de Macedo entre os brasileiros pode ser atestada por aqueles que lhe tinham uma certa “predileção”, é possível dizer que ele não era menos conhecido pelos críticos.

As concepções de José Agostinho de Macedo a respeito do Brasil o tornavam uma figura, no mínimo, questionável no interior do acirrado debate que dividia portugueses e brasileiros. Macedo realizava a separação entre os nascidos em Portugal e no Brasil, quando esta distinção nem era tão evidente por aqui, como ele mesmo reconhece: “E

39 *Astréa*, 18 de dezembro de 1827, nº 224, p.925-926, grifos do autor.

há Portugueses, que se queiram naturalizar Brasileiros? Isso é indispor aquela Nação contra mim! Disso gosto eu muito.⁴⁰ E para mostrar o quanto não considerava os brasileiros, lançava mão da linguagem racista e eurocêntrica, em um exemplo, escrevia: “(...) e podem dizer os Brasileiros que estão tão separados de Portugal, que até a sua língua não é a nossa, e tem razão, porque parece assim uma coisa por modo de língua de Preto!”.⁴¹ As folhas brasileiras prontamente reagiram, embora a resposta viesse em retórica semelhante pelo Diário de Pernambuco:

No estúpido conceito deste Padreco é o Brasil a habitação de selvagens, e povoado somente de Africanos, e dos seus descendentes (...). Todas as composições, que temos lido, deste Padreco não encontramos uma só em que ele não dissesse, e se não contradissem; e que não como besta esfolada, mas sim como besta de arreata. (...) Finalmente concluíamos, concedendo licença ampla ao Padre Macedo para dizer, e escrever tudo quanto lhe vier a cabeça contra o Brasil. Pode dar coices próprios de besta manhosa de arreata, e não de besta esfolada, nos Brasileiros. Que dano nos pode vir disso? Mal estava o Brasil se o Padre José Agostinho de Macedo fosse o seu Panegirista.⁴²

As referências a Macedo e às suas ideias surgem nos periódicos liberais brasileiros diretamente atreladas aos conflitos antilusitanos. Ao compreendermos a identidade enquanto processo histórico, é possível perceber que o “ser brasileiro” e o “ser português”, são antes uma construção que se modifica ao longo do tempo, do que identidades que nascem prontas.⁴³ Em determinado momento, travou-se um certo combate envolvendo o contrarrevolucionário e os periódicos brasileiros da linha liberal, revelando-se a circulação dos periódicos entre os dois lados do Atlântico. Macedo sabia que era lido no Brasil, já que também,

40 *A Besta Esfolada*, n.21, 24 de julho de 1829, p.3.

41 *A Besta Esfolada*, n.19, 24 de junho de 1829, p.14.

42 *Diário de Pernambuco*, 28 de novembro de 1829, n.258, p.1034.

43 RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

de forma mais uma vez irônica, demonstrava seu interesse pelas folhas daqui:

Terão razão os meus Leitores, e até os meus soletradores, de me perguntarem que tineta é esta agora minha com o Brasil, e com os Brasileiros? Ah! Mal sabem eles o que vai; mas hão de saber, porque hei de pôr tudo em pratos limpos. Aqui está ao pé de mim um molho de Gazetas, e papéis do Rio; nunca as mãos doam a quem me mandou este inapreciável presente.⁴⁴

Na sequência deste excerto, Macedo faz referência direta ao periódico *A Malagueta*, fundado por Luiz Augusto May, atuante na política luso-brasileira como diplomata, deputado e redator. Defensor da monarquia constitucional e da liberdade de imprensa, além de crítico da política ministerial dos Andrada, Augusto May veio a sofrer dois atentados físicos relacionados à sua posição política, o que interferiu diretamente na regularidade de suas publicações. Assim diz Macedo sobre o periódico de Augusto May:

No Periódico – *Malagueta* Nº86, 7 de Abril de 1829, sou eu coberto de boldões, sou chamado danado inimigo do Brasil, que estou insinuando de contínuo ao Governo de S. Majestade o Senhor D. Miguel 1º, a reconquista do Brasil, como coisa muito fácil; que estou ministrando armas aos degenerados Brasileiros, que são Anti-Imperatoriais (sic), engrossando o seu partido, descobrindo no perspicacíssimo, e apimentado *Malagueta* certas coincidências com os discursos daqueles monstros infernais, que maquinam a ruína daquele tão seguro, e vastíssimo Império. Tudo isto, e muito mais me chama; paciência, seja em desconto dos meus pecados.⁴⁵

No citado número da *Malagueta*, o jornalista indica a sua preocupação com as influências de Macedo no Brasil, já que “tem aqui muito confrades”. Mas em quais termos ocorreriam tais influências? O

44 *A Besta Esfolada*, 24 de julho de 1829, n.21, p.8.

45 *A Besta Esfolada*, 2 de agosto de 1829, n.22, p.12.

editor da *Malagueta* transcreve uma passagem da *Besta Esfolada*, na qual Macedo aborda o “projeto quixotesco?” de reconquista do Brasil por Portugal. A empreitada não demandaria tantos esforços, para o contrarrevolucionário, já que metade do Batalhão de portugueses do Algarve fora responsável pelo fim da revolução de Pernambuco.⁴⁶ Essa alegação, somada à latente questão da vinda dos emigrados portugueses em 1829, colaborou para a construção do argumento de oposição da *Malagueta* à presença desses portugueses. A oposição ou a defesa dos periódicos à recepção dos emigrados liberais por parte do governo brasileiro foi pauta recorrente dos periódicos e compôs os debates que tratavam dos conflitos antilusitanos. Trata-se de aspecto interessante, visto que aqueles que foram exilados sob a acusação de liberais são identificados, pelos periódicos liberais, como potenciais “agentes do despotismo” nas circunstâncias da política interna brasileira.⁴⁷

É preciso lembrar que Augusto May nasceu em Portugal, todavia nessa intrincada construção identitária, considera-se um “brasileiro de lá”:

(...) que será feito de mim que sendo também Brasileiro de lá por adoção da Constituição, não tenho nem o alto merecimento, nem as proteções e eminência granjeadas pelos seus bons serviços? A nossa posição é melindrosa: os elementos que nos rodeiam são da natureza dos turbilhões; e só a sagacidade, a penetração a lisura, a constância, e a boa fé nos podem franquear segura vereda. Malditas sejam, pois, as vias ordinárias quando se trata da união de todos os Bons Brasileiros de cá e de lá à roda da Constituição, e do Trono Constitucional (...).⁴⁸

Na concepção do autor da passagem, a Constituição, apenas, não era suficiente para se considerar um português um “brasileiro por adoção”. Pois alguns portugueses, especialmente aqueles que ocupavam cargos

46 *A Malagueta*, 7 de abril de 1829, n.86, p.231.

47 GUIMARÃES, 2016, p.44.

48 *A Malagueta*, 30 de setembro de 1828, n.35, p.17.

de relevância nas províncias, demonstravam em suas ações que não pactuavam com a Independência. Conforme a lógica do “portuguesismo”, até mesmo um brasileiro nato poderia ser considerado “português”. O embate entre Macedo e May pode ser interpretado, portanto, como parte do movimento de deterioração da ideia de fraternidade entre as duas nações, dando lugar a oposição entre as identidades.⁴⁹

Para A Malagueta, as palavras do “Corifeu de D. Miguel” estavam alinhadas à disposição dos portugueses emigrados de restabelecer os laços entre as duas Coroas e que não podiam ser indiferentes à crise sucessória portuguesa, mesmo no Brasil. Mas quanto ao projeto apresentado por Macedo, em seu sentido prático, o redator da Malagueta se mostrava menos preocupado e nem sequer chega a citar um plano de investida por parte de D. Miguel, fazendo referência ao seu “Gabinete”, ou ao próprio Macedo. A inquietação do redator voltava-se, principalmente, à forma como os argumentos de Macedo poderiam recair sobre aqueles que, na Corte, concordavam com as ideias de “atraso do Brasil” em relação à Europa.

Quanto à perspectiva do padre Ferreira Barreto relativa às considerações de José Agostinho de Macedo, elas pouco ou nada ajudavam a desconstruir as associações feitas pelos críticos entre o padre brasileiro e o contrarrevolucionário. Em resposta ao “Sonâmbulo” pseudônimo de Lopes Gama (1793-1852), Ferreira Barreto colocou-se efetivamente em defesa de José Agostinho de Macedo.⁵⁰ Logo no

49 RIBEIRO, 2002, p.110.

50 Miguel do Sacramento Lopes Gama nasceu em Recife e teve sua formação voltada à carreira religiosa, na ordem beneditina. Nos momentos que precederam à Independência, publicou o “Conciliador Nacional”, que perdurou até 1823. Neste periódico, foi crítico das cortes de Lisboa e, posteriormente, ao ministério Andrada. Aderiu à Constituição de 1824, distanciando-se do grupo que, em Pernambuco, ofereceu resistência à outorga da Carta. Como nota, Ariel Feldman, Lopes Gama e Ferreira Barreto estiveram no mesmo lado político no início da década. A partir de 1829, quando há uma nítida polarização política expressa nos periódicos da província, se distanciam. Além da publicação do periódico “Constitucional” (1829-1831), Lopes Gama também teve colaborações no jornal Diário de Pernambuco.

início do artigo, “O Acordado”, provável pseudônimo de Ferreira Barreto, esclarece que não tratará do tema tão caro ao “Sonâmbulo”, a soberania dos povos, questão que os colocava em lugares opostos no campo político. O que não poderia deixar passar era a ousadia do “Sonâmbulo” em “insultar o homem mais literato da Nação Portuguesa; um dos gênios mais ilustres, que enobrecem e esmaltam o Século presente; um Escritor atilado, e de profundíssimo saber, cujo Critério, e cujas ideias filosóficas ressumbram de todas as suas produções (...)”.⁵¹ Para além de todos esses elogios, é possível perceber que o periódico O Cruzeiro não se limita ao aspecto da erudição e transpõem a sua admiração às ideias filosóficas.

Com o argumento de que os brasileiros também insultavam os europeus, “o Acordado” acaba por justificar a postura de Macedo em relação aos brasileiros. Sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses o artigo do Cruzeiro tenta evidenciar como as atitudes de Lopes Gama, por exemplo, tiveram consequências maiores quando comparadas “a quatro ou doze palavras de José Agostinho de Macedo”.⁵² As atitudes as quais o autor faz menção dizem respeito à Confederação do Equador (1824), referenciada no texto como “rebelião medonha” e “ensanguentada revolução”. De inspiração republicana, a ideia de uma Confederação partiu de Pernambuco com a finalidade de integrar as províncias do Norte e lhes oferecer maior autonomia em alternativa ao modelo político centralizador vindo da Corte. O movimento foi fortemente reprimido e seus líderes condenados à morte.

O artigo do Cruzeiro continua com as tentativas de convencimento do leitor de que a atividade jornalística de Lopes Gomes era mais

Neles, também teceu críticas à oposição, em que se destaca “O Cruzeiro”, acusando-o de absolutista. FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)*. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26032013-123713/>. Acesso em: 15 set. 2025.

51 O Cruzeiro, 27 de outubro de 1829, n.137, p.547-548.

52 *Ibid.*, 27 de outubro de 1829, n.137, p.548.

perigosa à ordem social do que a do padre Macedo, já que o primeiro incitava a revolução, enquanto o outro lutava justamente contra ela. E deste modo, Ferreira Barreto chega ao ápice de suas considerações sobre Macedo: “Quem tem se conservado mais imóvel, e mais petrificado, do que o Padre Macedo? Tem arrostado todos os perigos e todas as revoluções com a firmeza de alma de um Herói. Alagado de injúrias há mais de vinte anos pelos farroupilhas da Europa (...)”.⁵³

Daquele modo, Ferreira Barreto colocava a Confederação do Equador no quadro das revoluções que Macedo tanto combatia e chega a comparar as ofensas remetidas a D. Pedro em 1824, com os ataques a D. Miguel feitas pelas “folhas liberais” em 1830.⁵⁴ Essa comparação faz parte de uma sequência de argumentos favoráveis aos emigrados portugueses, que se pautava na sobredita contradição dos liberais em rechaçar os emigrados, de acordo com o “Cruzeiro”:

os Emigrados de Portugal pensaram que, por serem constitucionais, encontrariam amparo nos Brasileiros, que se denominam constitucionais por excelência. Quanto se enganaram! Estes são inimigos de toda Constituição *Monárquica*! (...) Quem, por mais cego que seja, não distingue por entre a grande nuvem dos vossos incensos, as setas envenenadas, que vão ferir ao Sr. D. Miguel, somente por ser Príncipe da Casa de Bragança, e não por motivos políticos, de que vos armais defensores? Quem vos não vê a sanha, com que falais neste objeto?⁵⁵

Ferreira Barreto, na contramão dos conflitos antilusitanos, afastava as diferenças entre as “pátrias” e acusava os liberais de não se pautarem na questão dinástica, mas no critério do “ser português” para eleger os seus inimigos. Deste modo, colocava-se a favor da vinda dos emigrados e, se não defendia D. Miguel, também não lhe fazia críticas. Fossem por essas e outras reflexões, como aquelas relativas ao padre

53 *O Cruzeiro*, 27 de outubro de 1829, n.137, p.548.

54 *Ibid.*, 2 de setembro de 1830, n.97, p. 387.

55 *Ibid.*, grifos do autor.

José Agostinho de Macedo, o redator passou a ser acusado de “trabalhar em prol da causa miguelina”.⁵⁶ E entre réplicas e tréplicas, Ferreira Barreto respondia em dupla negação: “Nego-lhe, que elogios ao Sr. D. Miguel, jamais apareceram em nossas folhas.” E sintetiza a grande dificuldade de realizar tal defesa no Brasil: “Pois como é isto, queremos um Reino só, com dois Reis sendo um efetivo, e outro agregado?”⁵⁷ De fato, seria inviável colocar-se a favor da “causa miguelina” no que diz respeito ao Império do Brasil. E por isso, Ferreira Barreto cruzou o Atlântico.

Encontramos o registro de saída de Francisco Ferreira Barreto, no dia vinte e quatro de maio de 1831, com destino a Lisboa pelo Bergantim Triunfo Americano.⁵⁸ Entre os motivos pelos quais teria deixado Pernambuco, convém mencionar a desarticulação da sociedade secreta Colunas do Trono da qual, provavelmente, fazia parte. Ele foi para Lisboa em um momento de acirramento das disputas entre liberais e contrarrevolucionários. No mês de agosto de 1831, ocorre um pronunciamento constitucional, em Lisboa, logo reprimido pelas forças miguelistas. Três dias após a deflagração do movimento, um “Conselho de Guerra” condena à morte dezoito dos seus participantes.⁵⁹ As referências a Ferreira Barreto, enquanto este esteve em Portugal, dizem respeito à sua produção literária. Salienta-se, por exemplo, o registro dos “Sonetos na morte memorável do grande orador, grande escritor, grande poeta José Agostinho de Macedo”, impressos em Lisboa, em 1831. O libelo contém três poemas, dois de Ferreira Barreto e o outro de autoria de José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832).⁶⁰ Os elogios

56 *Ibid.*, 20 de março de 1830, n.248, p. 995.

57 *Ibid.*, 20 de março de 1830, n.248, p. 995.

58 *Diário de Pernambuco*, 30 de maio de 1831, nº114, p. 484.

59 BRANDÃO, Fernando de Castro. *O Liberalismo e a Reação (1820-1834)* – uma cronologia. Lisboa: Europress, 1990, p.139.

60 Biblioteca da Assembleia da República. Sonetos na morte memorável do grande orador, grande escritor, grande poeta José Agostinho de Macedo, Lisboa: na Impressão Régia, 1831. Disponível em: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/289786>. Acesso em: 26 set. 2025.

a Macedo, feitos de associações com os filósofos da Grécia antiga, dariam aos periodistas brasileiros, provas suficientes para sustentar as comparações entre os padres.

As pesquisas sobre as relações entre Brasil e Portugal após a Independência, demonstram a permanência destes laços, sustentados, principalmente, pela circulação de ideias e pessoas.⁶¹ O caso de Francisco Ferreira Barreto se alinha a estes estudos uma vez que coloca em evidência os debates dos periódicos brasileiros que tematizaram a contrarrevolução miguelista. A circulação dos escritos de José Agostinho de Macedo também indica que as ideias contrarrevolucionárias não se limitaram ao contexto europeu, sendo lidas e ressignificadas na conjuntura política brasileira.

61 Para trabalhos que focalizam as relações entre Brasil e Portugal após a Independência, ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. Cartas ao Pará: vida privada, cotidiano e política na correspondência pessoal do negociante Antônio José de Miranda (Portugal, 1828-1831). *Tempo* (Niterói. Online), v. 28, p. 1-24, 2022. OLIVEIRA, Kelly. E. M. Brazilian students in Coimbra: The Academic volunteer Battalion and the defense of liberalism in Portugal (1826-1828). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, p. 1-13, 2024. SILVA, Luiz Gustavo Martins. *Da Europa, Ásia e Estados Unidos para o Brasil: o Exílio Global Português e Os Refugiados Liberais no Contexto da Contrarrevolução Miguelista (1823-1840)*. 2025. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto.

A circulação de notícias sobre a Confederação do Equador na imprensa americana durante a Era das Revoluções Atlânticas (1823-1825)

Vinícius Carneiro de Albuquerque¹

Derrotada a Confederação do Equador em setembro de 1824, no rastro das destruições e mortes, ocorreram prisões, julgamentos em Comissões Militares em Pernambuco e Ceará e começaram as punições dos culpados sendo diversos deles condenados à pena capital. As execuções públicas nas províncias do Norte do Império principalmente em 1825, atraíram a atenção de habitantes de Recife e Fortaleza, mas também de marinheiros e comerciantes de passagem que tornaram-se testemunhas que relatavam em cartas e periódicos a maneira como o Império do Brasil promovia sua ordem social e política.

As cenas das execuções relatadas em colunas de diversos periódicos circularam em territórios americanos e europeus, com descrições de acontecimentos que depois eram replicados em outros jornais, contribuindo para que as notícias chegassem a pontos muito distantes no espaço que consideramos parte do mundo atlântico na

¹ Doutorando em História Social, Departamento de História – FFLCH Universidade de São Paulo.

Era das Revoluções. Os fuzilamentos de Frei Caneca e Padre Mororó, em Recife e Fortaleza, por exemplo, tornaram-se mais notórios na imprensa nacional da época mas outras execuções também foram objeto de atenção e ganharam destaque nos periódicos internacionais. Temos conhecimento de publicações relevantes na Europa em lugares da Inglaterra, França, Escócia, Irlanda, Espanha e Portugal, mas nosso espaço aqui será a margem ocidental atlântica em territórios americanos para além do Brasil.

A prisão do norte-americano J. Rodgers no Recife foi noticiada em periódicos nos Estados Unidos e no México e sua execução foi apresentada com minúcias e dramaticidade que, ao invés de apenas descrever a morte de um condenado indicava a existência de eventos políticos revolucionários contrários à ordem imperial. Nesses relatos observa-se a existência de experiências políticas alternativas à ordem imperial em construção e que, em que pese seu fracasso, são indicativos de alternativas e da existência de múltiplas experiências e projetos políticos em coexistência, ou em confronto direto, no então Norte do Brasil primeiro quartel do século XIX.

As tensões políticas que culminaram em 1824 na Confederação do Equador têm raízes complexas e originadas em processos políticos que se desenvolveram alguns anos antes,

Vários desdobramentos ocorreram após a outorga da Constituição de 1824, o maior deles tendo sido a revolução republicana que envolveu todo o Nordeste, a Confederação do Equador. Nesse movimento liberal radical destacaram-se líderes como Frei Caneca e Paes de Andrade. Após alguns meses, a revolução foi vencida, tendo sido oito pessoas executadas no Recife, dentre eles Frei Caneca e o norte-americano Jones Heide Rodgers, mais seis revolucionários no Ceará e na Paraíba e três no Rio de Janeiro. À execução destes últimos, os republicanos e maçons Silva Loureiro, Metrovich e Ratcliff, seguiram-se manifestações de capitães de navios americanos, estacionados no porto, em homenagem aos mortos. A notícia de tais eventos repercutiria na Áustria, tendo o secretário de Metternich, Gentz, declarado oficialmente ao ministro brasileiro Antônio Teles da Silva,

a 18 de novembro de 1824, o desagrado do governo austríaco ante o ocorrido”².

No caso do norte-americano J. Rodgers, executado juntamente com outros dois brasileiros, o relato inclui manifestações de capitães de navios americanos, fundeados no porto do Recife, que utilizaram seus navios e bandeiras para homenagearem os mortos – não sem consequências, que fique registrado. As notícias de tais eventos repercutiriam na Europa e nas Américas, de Norte a Sul.

Desde 1808, passando pela Revolução de 1817, pelo Vintismo, pela Independência do Brasil e pelo fechamento da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro em 1823, foram publicadas notícias, cartas, proclamações e relatos em diversos veículos europeus e americanos até chegarmos à Confederação do Equador. A crise deflagrada com o fechamento da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro em novembro de 1823 e a posterior outorga da Carta de 25 de março de 1824 relaciona-se diretamente com a Confederação do Equador mas é possível verificar a manifestação de descontentamentos e reações na região norte do Brasil alguns anos antes e que foram publicados em periódicos europeus e americanos.

Inicialmente é importante informar que são raras as menções diretas ao termo Confederação do Equador na imprensa estrangeira ocorrendo poucas vezes em periódicos europeus, sendo mais frequente a referência aos eventos de enfrentamento entre as forças imperiais e os rebeldes, ou ainda a figuras de destaque como Lorde Cochrane, Lima e Silva e o líder da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

Un bâtiment arrivé de Paraiba à Liverpool a apporté des lettres de Fernambone du 17 juillet. La tranquillité regnait dans cette ville, mois

2 OVAIS, Fernando A. e MOTA, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 59

les républicains s'occupaient toujours du projet qu'ils ont conçu de séparer les provinces septentrionales du Brésil de l'empire. Carvalho, président de Fernambouc, avait publié deux proclamations, l'une pour abolir la traite des nègres, et l'autre pour engager les provinces septentrionales à se joindre à celle de Fernambouc, afin de former une republique sous le titre de Confédération de L'Equateur³.

Referência tão direta ao nome do movimento, a um possível ideal separatista das províncias setentrionais sob a presidência de Manuel de Carvalho, suas proclamações, a abolição do tráfico de escravizados e a formação de uma república denominada Confederação do Equador definitivamente não é o padrão nos periódicos. Prevalcem indícios dos movimentos, disputas, enfrentamentos que apesar de relacionarem-se ao movimento de 1824 não são explicitamente nominados, acarretando a necessidade de desvelar mais e mais camadas de informações, além do fato de que as grafias dos nomes das localidades e dos envolvidos apresenta variedade bastante expressiva pois Carvalho torna-se Carvallo, Recife pode ser grafado como Ruife, o Ceara surge como Siara ou Searras, além de Fernambuco e Boalista no lugar de Boa Vista.

Na perspectiva adotada aqui a elaboração e circulação de notícias sobre o Brasil em sua porção Norte inserem-se em debates atlânticos, sendo objeto de discussões na Europa mas também em periódicos dos Estados Unidos e México. Reiteramos que no presente artigo conscientemente não enfatizamos a produção de periódicos europeus ou brasileiros, apesar de fazermos em alguns momentos referências a eles, escolhemos delimitar a análise a alguns espaços americanos nos quais foram produzidos e circularam periódicos sobre os eventos que consideramos relacionados à Confederação do Equador⁴. Esse recorte

3 Le Constitutionnel, Journal du Commerce, Politique et Littéraire, 14/9/1824 in https://www.retronews.fr/journal/le-constitutionnel/14-septembre-1824/1/e71ca996-8c90-4070-a973-c1bbdbca857c?utm_source=referrer&utm_medium=embed-externe acesso 05/04/2023

4 Em minha dissertação ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. *Ceará: 1824. A Confederação das Províncias Unidas do Equador contra o Império do Brasil*.

busca compreender a existência de uma espacialidade atlântica⁵ na Era das Revoluções da qual consideramos parte a Confederação do Equador.

Adotamos em nossa análise a perspectiva da existência de uma politização que precisa ser compreendida dentro de um processo espacialmente amplo, relacionado a diversas condicionantes históricas em uma visão de processo e relacional tomando como referência o trabalho de João Paulo Pimenta, *Tempos e Espaços das Independências* e a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830),

Concebemos que a Independência do Brasil é resultado de uma experiência histórica; isto é, que resulta de um conjunto de elaborações realizadas por meio de leituras da história, de leituras do mundo, que forneceram aos partícipes daquele processo - e não apenas aos seus protagonistas mais destacados - parâmetros de ação, inspirações, paradigmas negativos ou positivos, indicaram caminhos e possibilidades, ensinaram a rejeitar condutas, criaram temores de excessos e subsidiaram expectativas⁶”.

Compreender a existência da circulação de pessoas e informações é importante em nossa perspectiva para analisar processos⁷ e espaços

Dissertação - FFLCH-USP, São Paulo, 2006 constatei a importância da dimensão espacial para a eclosão da Confederação do Equador, ainda que inicialmente as pesquisas fossem restritas ao espaço regional abrangendo as províncias e, portanto, circunscrito ao Estado Nacional.

5 Para pensar o Atlântico e as revoluções como problema historiográfico ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Um oceano de revoluções. História e historiografia do Atlântico e de suas revoluções nos séculos XVII e XVIII in SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. LEÃO, Karl Schurster Veríssimo de Sousa. *Atlântico a história de um oceano*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

6 PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 11 e seguintes.

7 Para discutir a diferenciação entre evento e processo histórico ver OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles *Ideias em confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022. Texto este problematizado no artigo ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. A contribuição da leitura da obra “*Ideias em Confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*” para a diferenciação entre evento e processo histórico na Independência do Brasil In: MARQUESE, Rafael de Bivar et al. (org.). *Sistemas, tempos e espaços: o Lab-*

sendo constituídos pela experiência política no Brasil, da qual a Confederação do Equador é parte e que o próprio Brasil estava e mesmo inserido em um conjunto de fenômenos – eventos, processos, relações históricas – a aproximarem-no de outros quadrantes daquele contexto revolucionário geral e tornarem esse Brasil, em última instância, e com toda a sua variedade interna, mais um desses quadrantes⁸.

A perspectiva adotada busca ampliar o olhar do regional, das partes, do Estado nacional e também de contatos externos envolvendo a Confederação do Equador e para isso é preciso proceder a um considerável alargamento temporal e não restringir a 1824 a compreensão do movimento.

A leitura das fontes e da historiografia nos leva a questionar a ideia de um espaço de referência apenas nacional dada a circulação de pessoas e notícias nas primeiras décadas do século XIX. Os periódicos, produzidos sob diferentes circunstâncias e com intenções as mais variadas, possibilitam desenvolver uma análise sobre sua circulação que, em minha perspectiva, pode melhorar a compreensão da espacialidade da experiência⁹ histórica da Confederação do Equador.

Os sentidos polissêmicos dos termos utilizados nas notícias precisam ser questionados e situados nas disputas em que estavam envolvidos. Marco Morel ressalta que o século XIX não é fácil de ser compreendido. Ao mesmo tempo próximo e distante de nós, gerou instituições, vocabulários e valores que semelhantes ao atuais, são também bastante diferentes¹⁰.

Marialva Barbosa complementa afirmando que, “entretanto, olhando mais detidamente esses impressos, pode-se observar que

Mundi em dez anos de fazer historiográfico. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024.

8 PIMENTA, 2017. p. 7.

9 Sobre a noção de eventos e experiências ver PIMENTA, 2017. Para discutir a diferenciação entre evento e processo histórico ver OLIVEIRA, 2022.

10 BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. Prefácio de Marco Morel. p. 9.

essa divisão não é tão rígida. Um olhar mais acurado mostra ainda o quanto vale a divulgação de fatos e informações já transmitidas por outros periódicos: todos copiam notícias já publicadas em outros lugares e países e, dessa forma, podem também se autodenominar “compiladores” ou “recompiladores”¹¹. Movimento esse bastante frequente nas publicações que noticiam a respeito do Brasil desde 1808 até 1825-1826.

Sobre as relações entre imprensa e história nos lembra Flávio GARCIA que,

La prensa y el periodismo ofrecen valores imponderables para la formulación, repaso y revisión del conocimiento histórico. Sus editoriales y artículos, información y miscelánea, campañas y publicidad, suponen inapreciables huellas, detectables e interpretables en forma especialísima, cuidadosa y prevenida. En su objetividad y espontaneidad; pasión y dirigismo; lucidez o desubicación; desprendimiento o intereses; en sus más variadas formas, importan para el esclarecimiento del acontecer de su contemporaneidad. Por lo que dicen; por la manera de expresarlo; por su silencio, deliberado o impotente; por su acierto o por su error; por su verdad o media verdad, mentira o media mentira, deslizada involuntariamente o por cálculo. (...) A su través es posible seguir buena parte de lo material y evidenciable de los protagonistas y de los acontecimientos; las transacciones, los vaivenes, las vacilaciones, los cambios, la evolución progresiva o regresiva; antes de su concreción registrable y en su ingreso inmediato a la Historia. Lo que es más importante para la comprensión vital del hombre y sus actitudes, la certeza de su dinámica y de su ritmo, acompasados o determinantes de su hacer y de su tiempo¹².

A utilização dos periódicos com diversas referência tem como objetivo analisar a espacialidade das experiências políticas para além do norte do Brasil sem, no entanto, desconsiderar suas características

11 BARBOSA, 2010. p.22

12 GARCIA, Flávio. Los Acontecimientos De 1825 En La Provincia Oriental A Traves De La Prensa Rioplatense. Tomo I E Tomo II. Publicaciones de la Comisión Nacional de Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Históricos de 1825: Montevideo, 1976. p. 11

e assim a reorganização da pesquisa apresentada neste relatório surgiu da necessidade de ampliar a análise espacial originalmente proposta no projeto de pesquisa passando de um espaço provincial, regional e nacional para o espaço atlântico¹³ procurando, também, estabelecer uma nova geografia política em interface com as ideias de trajetória pública¹⁴ de alguns dos envolvidos na Confederação do Equador e inseridos em um contexto mais amplo profundamente revolucionário também conhecido como a Era das Revoluções¹⁵ relacionando-se com questões locais mas, também, de dimensões oceânicas constituindo um ‘espaço de experiência revolucionário moderno’¹⁶.

Neste artigo apresentarei referências desde 1808, chegando à eclosão da Confederação do Equador e abordando as consequências de sua derrota. Em 1808 já encontramos notícias sobre o Brasil na imprensa estrangeira americana. Em 16 de abril de 1808, o *The Enquirer* (Richmond, Virgínia)¹⁷ noticiava “From South-America. Boston, April 14. Capt. Lee arrived here Yesterday from the coast of Patagonia, touched at Pernambuco, Where he learnt, that the Portuguese fleet from Lisbon,

13 Para pensar o Atlântico e as revoluções como problema historiográfico ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Um oceano de revoluções. História e historiografia do Atlântico e de suas revoluções nos séculos XVII e XVIII in SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. LEÃO, Karl Schurster Veríssimo de Sousa. Atlântico a história de um oceano. 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

14 Para melhor observar a importância do estudo da trajetória pública ver FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2017.

15 SCHULTZ, Kirsten. *A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)* in MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira. Novas dimensões*. São Paulo, FGV Editora. 2006. SILVA, Luis Geraldo. *Negros de Cartagena e Pernambuco na era das revoluções atlânticas: trajetórias e estruturas (1750-1840)* Ahsc vol. 40, nº 2 - jul. - dic. 2013 Colômbia. págs. 211-240 e HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789 - 1848*. 3 edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

16 PIMENTA, 2017. p. 9

17 *The Enquirer* (Richmond, Virgínia), 26 de abril de 1808 in https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_loons_ver01/data/sn84024736/00414183815/1808042601/0459.pdf acesso: 04/08/2024

with the royal Family of the house of Braganza on board, had arrived at Rio Janairo, about the Middle of January, and were cordially received”. Em pequenas notas ou em colunas mais extensas, pode-se observar a presença de notícias denotando um interesse comercial e político crescente. No mesmo ano, no *The Enquirer* (Richmond, Virgínia), de 1º de julho¹⁸, foi publicada uma carta originária da França, sobre a permanência da Corte do príncipe Don João no Rio de Janeiro “Then the Brazils, exhausted by the expences of the court, oppressed by favorites and mistresses, will remain, what wich all the Portuguese monarchy, they have hitherto been, na English colony. England will have gained nothing; she will receive directly from the Brazils the gold and the diamonds wich she received by the way of Lisbon”. Em seguida apresenta condições econômicas do comércio, observações sobre pontos vulneráveis da costa, notas sobre a população do Brasil e então

“France, on the contrary, stands in no need of the friendship of the Brazils, either to extend her empire to the borders of the Ganges, or to turn all Africa into sugar and coffee plantations, far superior to the plantation of the New World. And who can calculate beforehand Where the energy of a nation, as is were, raised from the dead, will stop? Who will seccure the English from the consequences of the clashing of their colonial interests with the interests of Brazil? The new empire, by its competition, would crush the little sugar islands wich form on of the two resources of British trade”.

Dessa maneira pode-se observar o desenvolvimento de circulações e interesses mais complexos que transcendem o Império Português para mobilizar interesses na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, dentro do complexo mundo do Atlântico na Era das Revoluções. Ainda em 1808, o *National Intelligencer & Washington*

18 *The Enquirer* (Richmond, Virgínia), 1º de julho de 1808 - 1ª página in https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_loons_ver01/data/sn84024736/00414183827/1808070101/0075.pdf acesso: 04/08/2024

Advertiser (Washington City [DC]) de 8 de julho¹⁹, traz notícias recebidas de Londres, sobre a Corte no Brasil, a passagem do Príncipe Regente D. João pela Bahia e sua partida para o Rio de Janeiro e no The Enquirer (Richmond, Virgínia), de 14 de outubro²⁰, foi publicado “Extract of a letter received by a gentleman of Portsmouth from Brazils. Pernambuco, July 28. The commerce of the Brazils being now open to all states in amity with the crown of Portugal, induces me to take the liberty of proffering you my best servives here, and at the same time to hand you the state of our market for American produce.” A mesma notícia já havia sido publicada em 10 de outubro²¹, no Alexandria Daily Gazette, Commercial & Political indicando, assim uma crescente circulação de informações relativas ao comércio ou às suas possibilidades futuras. Dessa maneira pode-se observar uma nova forma de comércio com o Brasil na qual se vislumbram possibilidades para os norte-americanos. A circulação de pessoas e informações em diversos espaços americanos se intensifica e é registrada nos periódicos²². Os relatos ao mesmo tempo em que noticiam os eventos nos dão uma dimensão importante de circulação indicando que podemos compreender os eventos e contextos de

19 National Intelligencer & Washington Advertiser (Washington City [DC]) de 08-07-1808. https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/dlc/batch_dlc_exotic_ver01/data/sn83045242/print/1808070801/0003.pdf acesso:04/08/2024

20 The Enquirer (Richmond, Virgínia), 14-10-1808 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_loons_ver01/data/sn84024736/00414183827/1808101401/0195.pdf acesso:04/08/2024

21 10 de outubro de 1808, Alexandria Daily Gazette, Commercial & Political https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_flyingsquirrels_ver03/data/sn84024013/00414216080/1808101001/0439.pdf acesso: 04/08/2024

22 É importante mencionar que a pesquisa utilizando periódicos pode ser realizada nas bases digitais de hemerotecas nacionais, ou seja, os acervos até o presente digitalizados são disponibilizados aos pesquisadores em diferentes condições. Para os casos da Biblioteca do Congresso Americano e da Hemeroteca Nacional Digital do México, o acesso é aberto e gratuito, sem limitações. No caso de algumas bases de dados europeias, como na Inglaterra e na França, os acessos iniciais são abertos mas uma pesquisa com maior demanda, com mais demandas necessita de assinaturas. Vale ressaltar que em ambos cenários, o uso das bases de dados digitais possibilita acesso a uma lista bastante significativa de periódicos.

maneira mais ampla e para além e considerá-los meramente assuntos nacionais.

A Revolução de 1817²³ também despertou interesses externos com a circulação de informações sobre o Brasil nos Estados Unidos apresentando aspectos econômicos e políticos constantemente e sendo frequente que os periódicos que tratavam dos assuntos políticos também apresentassem informações econômicas sobre fluxo de navios e cargas. Em alguns momentos mais simbólicos, de Revolução, os relatos trataram de eventos Pernambuco e outras províncias sob o título de ‘Revolution in Brazil’, como foi o caso do *The Telescope* (Warren, RI), de 3 de maio de 1817²⁴, “By a gentleman who arrived here in the brig Herald, from Barbadoes, we are informed that the Province of Pernambuco (in Brazil) had revolted, and declared itself independant of the Brazilian Government”. Segue o mesmo periódico com o relato sobre forças militares do movimento de 6 de março, o embarque do governador no dia 9 de março para o Rio de Janeiro e também que “On Friday the 7th of March a Provisional Government was adopted, consisting of five distinct executive departments, viz. one for the Judiciary one for Commerce, one for Agriculture, one for Military, and one for Ecclesiastical Affairs; the chiefs of these departments having the title ‘Patriotic Governours.’” A

23 A historiografia para 1817 é vasta e recomendamos especialmente BERNARDES, Denis Antônio De Mendonça. *1817* in DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, Motins, Revoluções: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo. Alameda, 2011; LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife 1988; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a. 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. Rev. Bras. Hist. 18 (36), 1998. Ferraz, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX* / Socorro Ferraz. 2. ed. Recife, PE: Cepe, 2022. ANDRADE, Breno Gontijo. *A revolução de 1817: discursos, esquecimentos e lembranças*. 1ª. Ed. Divinópolis, MG : Adelante, 2021.

24 *The Telescope* (Warren, RI), 3 de maio de 1817 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/rp/batch_rp_invisiblestalker_ver01/data/sn83021531/00516991720/1817050301/0304.pdf acesso 04/08/2024

instalação do que será considerado o tempo da pátria, em Pernambuco, foi acompanhada e reverberada em diversos pontos e essa referência indica a circulação das notícias por locais bastante distantes dos seus lugares originários.

O Daily National Intelligencer (Washington City [DC]), de 2 de maio de 1817²⁵, em sua segunda página, publicou documentos promulgados pelo ‘Provisional Government of Pernambuca [sic], originários do Baltimore Patriot e após longo relato dos sucessos políticos termina com ‘long live the country! Long live the patriots! Down Forever with royal tyranny! Martins, Montenegro, Araugo, Mendosa’. [sic]. Após o relato vem o documento da proclamação de 12 de março aos “Inhabitants of Pernambuca!”[sic] solicitando tranquilidade, defesa do patriotismo e afirmando “You are her sons, the descendentes of the valiant Lusitanians. You are Portuguese, Americans, Brazilians, and inhabitants of Pernambuca[sic]”. O mesmo teor aparece em outros veículos como o Alexandria Gazette, Commercial and Political (Alexandria [Va.]), de 2 de maio de 1817²⁶. O Portland Gazette e Maine Advertiser (Portland, Maine), de 6 de maio de 1817²⁷, em sua segunda página, publica notícia recebida em 25 de abril de Norfolk, chama o processo de inicialmente de ‘Revolt in Brazil’ e afirma que “passengers from the Brazils, announce the occurrence of an unexpected event at Pernambuco, the capital of one of the Portuguese Northern provinces” mencionando os 5 poderes executivos organizados para revolta, mas no lugar de Military traz War. No decorrer da notícia utiliza termos como Revolutionists e Revolution,

25 Daily National Intelligencer (Washington City [DC]), 2-05-1817 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/dlc/batch_dlc_camilla_ver01/data/sn83026172/print/1817050201/0002.pdf acesso 04/08/2024

26 Alexandria Gazette, Commercial and Political (Alexandria [Va.]), 02-05-1817 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_greenjackets_ver02/data/sn84024014/00414216225/1817050201/0715.pdf

27 Portland Gazette e Maine Advertiser (Portland, Maine), 6 de maio de 1817 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/me/batch_me_indianisland_ver01/data/sn83016082/00332895096/1817050601/0455.pdf acesso: 04/08/2024

quando despachos teriam sido enviados para Londres e Washington e informa que a região de vai do Rio Grande até o Rio de São Francisco – até então pertencente a Pernambuco – área que se estenderia por 330 milhas com cerca de três milhões de habitantes, ‘It is the most valuable part of the Brazils’. Informações que também aparecem no *The Rhode-Island American, and general advertiser* [RI]), de 06 de maio de 1817²⁸, também em sua segunda página, apresentam-se as mesmas informações.

Com essas publicações definitivamente se constata a atenção dada aos assuntos no Brasil e as publicações não ficaram restritas aos momentos de conflagração passando pelo Vintismo e pela Revolução de Independência do Brasil e chegando ano de 1823, no qual ocorreu uma retomada das publicações mencionando a situação política no Brasil. Estas publicações eram especialmente relacionadas a crise de novembro²⁹ que culminou com a dissolução³⁰ da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil no Rio de Janeiro.

Na perspectiva de circulação aqui adotada é possível considerar a existência de conexões em diferentes espaços atlânticos que podem contribuir para melhor compreendermos a inserção do Brasil, em sua porção norte, em circuitos que se não foram criados na Era das Revoluções,

28 *The Rhode-Island American, and general advertiser* [RI]), https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/rp/batch_rp_gorgon_ver01/data/sn83025442/00513689093/1817050601/0981.pdf acesso 04/08/2024

29 Sobre a importância dos debates sobre a Constituição, a construção do novo pacto político, a importância da Revolução do Porto o ideário liberal no Brasil, e da Assembleia Legislativa, sua dissolução e outorga da Carta Constitucional além da organização dos governos provinciais ver SLEMIAN, Andrea. *Sob o Império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009.

30 Para mencionar apenas alguns dos periódicos que noticiaram fora do Brasil a Dissolução da Assembleia no Rio de Janeiro no espaço Atlântico temos *Alexandria Gazette & Advertiser* (Alexandria [D.C.]), 2/9/1825; *Caledonian Mercury*, 26/1/1824; *Cumberland Pacquet, And Ware's Whitehaven Advertiser*, 2/2/1824; *Diario Balear* (Espanha), 28/2/1824; *Galignani's Messenger* 28/1/2024; *La France Chrétienne - Journal Religieux, Politique Et Littéraire*, 15/4/1826; *Representative* 1826 - Wednesday 31/5/1826 e *Sun* (London), 24/1/1824.

foram fundamentalmente afetados pelas mudanças trazidas por uma época de caracterizada pela erosão de formas de sociabilidade de tipo de Antigo Regime e pela necessidade de rearticulação de experiências em novos padrões³¹.

Os estudos de Caitlin Fitz³² tem auxiliado na compreensão que como se davam contatos entre brasileiros e norte-americanos, como eram essa circulação, interesses em disputa e também quem se envolveu em movimentos revolucionário e foi executado por isso. Vale lembrar, também de Emiliano Mundrucu, de Cruz Cabugá ou de Manuel de Carvalho Paes de Andrade que têm também suas vidas ligadas diretamente às experiências nos Estados Unidos. Assim, a trajetória nas notícias sobre a Confederação do Equador parece relacionar-se com outras circunstâncias mundiais e podem receber novas abordagens. Não aparece irrelevante que a imprensa estadunidense, e não apenas ela, tenha se ocupado da execução de Rodgers, ou que na Recife da Confederação do Equador estiveram presentes comissários comerciais³³ dos Estados Unidos, revelando outros circuitos que agora começam a ser mais bem explicados na historiografia que busca analisar experiências

31 Podemos ressaltar a modificação das estruturas políticas era percebida, por diversos agentes, como um indício de crise que, no limite, possibilitaria a emergência de projetos alternativos. JANCSÓ István e PIMENTA, João Paulo G “*Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira)*”. In: Carlos G. Mota (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000.

32 Caitlin Fitz apresentou um artigo sobre Joseph Ray intitulado FITZ, Caitlin. A Stalwart Motor of Revolutions: An American Merchant in Pernambuco, 1817-1825, na revista *The Americas*, Cambridge, n. 65, p.35-62. Outro trabalho da mesma autora é *Our Sister Republics. The United States in a Age of American Revolutions*. New York: Liveright Publishing Corporation, 2017. Em 2025 seu artigo *A Stalwart Motor of Revolutions: An American Merchant in Pernambuco, 1817-1825* foi publicado em português com o título “*Um acérrimo motor de revoluções: um comerciante norte-americano em Pernambuco, 1817-1825*” in SOUZA, George F. Cabral de Souza e CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de (org.) *Confederação do Equador: a luta pela cidadania na construção do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2025.

33 Ver FITZ, 2008 e FITZ, 2014 e para o artigo traduzido FITZ, 2025.

políticas em diversos por onde circularam norte-americanos, sul-americanos, caribenhos, africanos e europeus.

A trajetória de Joseph Ray, comerciante branco originário da Filadélfia, cônsul no Recife, mas palavras de Caitlin Fitz,

centro da agitação antimonárquica no Brasil, o Recife vivenciou duas importantes revoltas em apenas oito anos, e Ray esteve envolvido em ambas. Sua história é perpassada pelas ideias de riqueza, republicanism e raça, e de como o pensamento em torno desses temas circulou entre dois lugares distantes no início do século XIX. As inclinações revolucionárias de Ray encontraram uma recepção ambígua. Por um lado, ele colocou em risco as monarquias portuguesa e depois brasileira por conectar replicanos e capital cruzando fronteiras nacionais. (...) Viviam-se a era de formação dos Estados, e atores não-estatais, como Joseph Ray, podiam quase por definição ameaçar as novas nações. (...) é certo que a atuação de Ray nas revoltas brasileiras ultrapassou aquilo que a maioria dos norte-americanos estava disposta ou era capaz de fazer³⁴.

Consideramos essencial estabelecer a perspectiva atlântica nas pesquisas sobre a Confederação do Equador, aspecto este ainda muito pouco explorado pela historiografia sobre o movimento. Na perspectiva de Caitlin Fitz os conflitos políticos e problemas do Recife – e em nossa concepção, de Pernambuco, e das demais províncias envolvidas nos movimentos revolucionários entre 1817 e 1824, tinham origem em eventos desencadeados do outro lado do Atlântico, desde a invasão napoleônica de Portugal, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro passaram a ocorrer transformações expressivas pois a Corte, “o Rio sugava dinheiro dos cofres reais mais rapidamente do que as minas e plantações Brasileiras podiam repor.”³⁵ Podemos considerar que conexões atlânticas foram observados pela historiografia pois a circulação de pessoas e notícias ocorria entre áreas distantes mas também no interior dos países. Nas palavras de um editor de Boston

34 FITZ, 2025, p. 252-253

35 FITZ, 2025, p. 256

- e também dos editores de Chillicothe, Newark e Washington que republicaram seu texto - 'a revolução em Pernambuco [tinha] um brilho muito superior a qualquer outra que tenha ocorrido até agora na América do Sul'³⁶ e indica haver correspondência de Cruz Cabugá a Manuel de Carvalho Paes de Andrade em 03 de março de 1818³⁷. As conexões com os Estados Unidos continuaram a tal ponto que o enviado brasileiro a Washington, José Silvestre Rebello, em 3 de fevereiro de 1825 aleta ao governo brasileiro que estavam em Nova York e Filadélfia doze escapados de Pernambuco que ele ainda não sabia os nomes.

O Richmond Enquirer, de 23 de outubro de 1821³⁸, relata a chegada em Pernambuco das mudanças provocadas pelo Vintismo e Constitucionalismo indicando que se os patriotas ganharem Pernambuco, a revolução se espalhará por todo o país, do Maranhão ao Rio da Prata. Em 9 de novembro de 1821, no mesmo Richmond Enquirer³⁹ apareceram informações já publicadas no Daily National Intelligencer (Washington City DC, de 02 de novembro de 1821) porém no Daily National Intelligencer a proclamação de Luiz do Rego Barreto foi suprimida e no Richmond Enquirer de 9 de novembro de 1821 ela foi publicada conjuntamente com observações sobre o comércio. Colunas também surgiram no Edwardsville Spectator (Illinois), de 13 de novembro 1821 apresenta tais relatos acrescentando existirem na província diversas pessoas inclinadas ao constitucionalismo. Uma versão muito sumária dessa nota foi publicada no The Arkansas Gazette⁴⁰ (Arkansas

36 FITZ, 2025, p. 258 citando Boston Patriot, 17/05/1817 (citação), reproduzido em Weekley Recorder de Chillicothe, 11/06/1817, Centinel of Freedom de Newark, 03/06/1817 e National Intelligencer de Washington, 22/05/1817.

37 FITZ, 2025, p. 258, nota 8 indicando correspondência no Itamaraty, 196/4/1.

38 Richmond Enquirer - Ter, 23 de outubro de 1821 - Página 2 - <https://www.newspapers.com/image/884881220/?match=1&terms=Nymph> acesso 05/08/2024

39 Richmond Enquirer (Richmond, Virgínia), 9-11-1821 - <https://www.loc.gov/resource/sn84024735/1821-11-09/ed-1/?sp=1&q=recife> acesso 05/08/2024

40 The Arkansas Gazette (Arkansas Post, Ark. Ter.) de 29 de dezembro de 1821 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/arhi/batch_arhi_epidote_ver01/data/sn82016482/00516990612/1821122901/0422.pdf acesso 05/08/2024

Post, Ark. Ter.) de 29 de dezembro de 1821 e na mesma data o periódico *Alexandria Gazette & Daily Advertiser*⁴¹ (Alexandria [Va.]), relatando com muito mais detalhes as disputas envolvendo o governo da Junta Provisória quando Pau d'Alho, Limoeiro e Goiana instalaram o governo jurando fidelidade a ele, recendo adesão do restante da província, com exceção do Recife, que esboçou resistência mas que, ao fim, para evitar derramamento de sangue foi assinada uma convenção entre as partes em disputa esperando as ordens de Sua Majestade e das Cortes relatando que a província da Paraíba seria garantidora do cumprimento do que se acordava pois do contrário empregaria suas forças na repressão e assim estabeleceu-se uma anistia geral buscando obter uma pacificação da província.

O periódico norte-americano *Richmond Enquirer*, publicado na Virginia, de 9 de novembro de 1821 trouxe um longo relato que ocupou quase duas colunas completas, das seis existentes na primeira página, quando sob o título *South America*, em destaque, informando ser a fonte o *Philadelphia Gazette*, passa a descrever as informações obtidas com a chegada do brigue *Nymph*, que saíra de Pernambuco em 23 de setembro. Após descrever as disputas pernambucanas em torno das Juntas de Governo, apresenta uma Proclamação de Luiz do Rego Barreto aos habitantes de Recife and Olinda – Recife e Olinda, na qual termina saudando “The madmen – they possess neither valor, force, nor reason – the cause of the nation and of the King, is our cause. Live the Nation, the Cortes, the King, and the brave defenders of Pernambuco. Session of the Gubernatorial Constitutional Junta of the Province, September 22d, 1821. (Signed) Luiz do Rego Barretto, Pres. Gen. and Com. in Chief⁴², sendo que a referida coluna indica que trataria de assuntos políticos e

41 *Alexandria Gazette & Daily Advertiser* (Alexandria [Va.]), 29 de dezembro de 1821 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_hops_ver01/data/sn83026170/00414216304/1821122901/0491.pdf acesso 05/08/2024

42 *Richmond Enquirer* (Richmond, Virgínia), 9-11-1821 <https://www.loc.gov/resource/sn84024735/1821-11-09/ed-1/?sp=1&q=recife> acesso 05/08/2024

comerciais, o que de fato apresenta. Chama a atenção na leitura de outro periódico, o Daily National Intelligencer, de Washington, publicado a 2 de novembro de 1821⁴³, que a mesma notícia foi dada com o título LATEST FROM PERNAMBUCO, mas com a proclamação de Luiz do Rego Barreto suprimida e sem abordar a parte comercial, como se fez no Richmond Enquirer. Em relato presente no Richmond Enquirer de 23 de outubro de 1821⁴⁴, foi indicado detalhadamente eventos políticos relacionados às Cortes e como foram recebidos em Pernambuco, com as reações locais. Vale ressaltar que cada veículo fazia seus recortes e ênfases importando perceber por onde as notícias circulavam, o tempo entre a ocorrência e sua publicização e como foi aparecendo em outros veículos em tempos próximos não sendo, portanto, restrita a notícia a uma cidade e um periódico.

As disputas entre as Cortes e o Brasil também mereceram atenção e o The Alexandria Herald⁴⁵ (Alexandria [Va.]), de 18 de setembro de 1822, informava que os relatos de Portugal eram de desaprovação pelo rei português dos atos do príncipe regente no Brasil que, contrariando as bases da Constituição e as determinações das Cortes Portuguesas, decretou a convocação dos Representante do Brasil além de noticiar que alguns portos seriam ‘Portos de Entrada Livre’ em Belém no Pará, São Luís do Maranhão, Vila da Fortaleza no Ceará, Natal no Rio Grande do Norte, Paraíba, Recife em Pernambuco, Macaccin Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio Janeiro, Santos, Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de S. Pedro, S. João da Pernaba e Portalegre, N.Y.Com.Adv.[sic]⁴⁶.

43 Daily National Intelligencer (Washington City [DC]), 2-11-1821. https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/dlc/batch_dlc_eel_ver01/data/sn83026172/print/1821110201/0002.pdf acesso 05/08/2024

44 Richmond Enquirer - Ter, 23 de outubro de 1821. <https://www.newspapers.com/image/884881220/?match=1&terms=Nymph> acesso 02/09/2025

45 The Alexandria Herald (Alexandria [Va.]), 18-09-1822 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_otters_ver02/data/sn84024513/00414184145/1822091801/0119.pdf acesso 05/08/2024

46 The Enquirer (Richmond, Virgínia), 14-10-1808 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_loons_ver01/data/sn84024736/00414183827/1808101401/0195.pdf acesso 05/08/2024

Em que pese a preocupação central seja com a circulação de informações sobre Confederação do Equador, os momentos anteriores e posteriores devem ser observados posto que havia conexões entre ideias e anseios locais antes e depois de 1824. Além disso, o reconhecimento da circulação dessas informações permite entender que havia uma dimensão de experiência história atlântica que transcendia o espaço do que hoje é o Estado Nacional brasileiro nas décadas iniciais do século XIX.

Considerando assuntos mais especificamente relacionados à Confederação do Equador e a Era das Revoluções⁴⁷ podemos indicar que a crescente agudização da crise teve manifestações que mobilizaram episódios que provocaram medo entre grupos de proprietários de terras escravistas e habitantes de Recife, por exemplo, quando em crise em Pernambuco, sob o governo de Manuel de Carvalho Paes de Andrade⁴⁸, em 1824, as forças imperiais, comandadas pelo almirante Taylor, bloquearam o porto do Recife visando confrontar a escolha local de Paes de Andrade para governar a província. O resultado imediato foi pânico, tumultos, saques e mortes frente à iminente invasão então começaram a circular versos que se tornam frequentes na historiografia,

“Qual eu imito a Cristovam,
esse imortal haitiano.
Eia! Imitai a seu povo,
Oh, meu povo soberano!⁴⁹”

47 Ver HOBBSAWM, 1981 e GODECHOT, Jacques. *As revoluções: 1770-1799*. São Paulo: Pioneira, 1976.

48 ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. *Manuel de Carvalho Paes de Andrade – verbete in OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. PIMENTA, João Paulo Pimenta (org.). Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2022

49 CARVALHO, Marcus J. M. *Negros armados por brancos e suas independências*. In JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p.900 citando Pereira da Costa. *Anais*, vol. 9, p. 90; FITZ, 2008, pp. 35-62. FITZ, 2014, p.73. Marcus Carvalho (2005, p. 900, nota 31) explica que alguns autores imputaram a maior do batalhão dos pardos, Emílio Filipe Benício Mundrucu,

Naquele contexto as notícias das revoltas de escravizados e impactavam diversas sociedades e no caso mexicano, o periódico *El Sol*⁵⁰, de 16 de novembro de 1824, informa na primeira página,

RIO JANEIRO. El Capitan Chandler del bergantín Torpedo en treinta y cinco dias de rio Janeiro llegó á Baltimore y asegura que el 25 de julio hubo una rigorosa leva de marineros en aquel puerto y el 27 se puso embargo á todos los buques del puerto porque la escuadra del Brasil estaba á punto de hacerse á la vela para bloquear á Pernambuco, y el 2 de agosto lo verifíco escoltando 611 hombres de tropas. El 8 se levanto el embargo. El 21 pasó el Torpedo a cuatro millas distancia de la escuadra que bloqueaba á Pernambuco y consistia en un navio de 74, dos fragatas y un bergantin.

Apesar de informar a ação militar não esclarece motivações, sendo publicadas no dia 18 de novembro de 1824⁵¹,

NOTICIAS ESTRANGERAS New-York, Septiembre 18. Brasil. Alfredo P. Edwards Esq. pasajero en la Sultana de Rio de Janeiro, esportador de despachos para el gobierno y para el encargado de negocios del Brasil, salió de Janeiro el 8 de agosto y representa el estado político de aquel pais como nada fijo y seguro. Ningun partido tiene confianza en el emperador. Los antiguos portugueses residentes en el Brasil se han concentrados todos en Rio, y son los principales sostenedores y consejeros del emperador á quien consideran sin embargo como á un renegado; pero por especulación política hacce uso de él para sus miras. Los brasilienses han perdido toda confianza en él porque juzgan que su conducta anterior acabará en someter el pais á su padre y que siempre

a responsabilidade por essa tentativa de saque. Mas, anos depois do episódio, o próprio major rebateu esta visão, arrolando testemunhas em seu favor. Capturado por Labatut depois da derrota da Confederação do Equador, Mundrucu conseguiu escapar, reaparecendo entre as tropas de Paez na Independência da Venezuela citando IAHGPE (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife): Resposta do major Emílio Felipe Benício Mundrucu a um artigo no Diário de Pernambuco (Recife) de 20/2/1837.

50 *El Sol* (México). 16/11/1824. Vale ressaltar que o periódico foi lido numa plataforma espanhola - <https://hemerotecadigital.bne.es> - fazendo parte de um acervo europeu.

51 *El Sol* (México) 18/11/1824. In <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446> acesso 15/03/2025

que se presenten una escuadra ó tropas portuguesas sobre aquellas costas de competente fuerza, lo intentará. El no omite esfuerzo alguno para borrar esta impresion por proclamas y otros actos públicos, pero sin efecto⁵².

O polo irradiador no caso é Nova Iorque e a notícia da situação no Brasil vem acompanhada de um juízo que indica a existência de desconfiança em relação ao imperador e que ele busca, utilizando proclamações, modificar essa percepção relacionada ao receio de que Portugal volte a controlar o Brasil e continua,

Todas las provincias del Norte desde las Amazonas hasta Bahia son hostiles al emperador y no quieren reconocer su constitucion. El general Carvallo, governador de la provincia de Pernambuco reputado por hombre de talento y de firmes principios republicanos, se halla al frente del partido de oposicion. Recientemente ja recomendado al pueblo la convocacion de una convencion en un punto central con objeto de formar una constitucion. El emperador se ha asegurado de la confianza de la marina y del ejército cerca de su persona que consiste de unos 7000 hombres (en el mayor número negros) teniendolos bien vestidos y regularmente pagados⁵³.

Interessa aqui a referência direta ao fato de que as províncias do Norte não reconhecerem a constituição e que “El general Carvallo[sic], governador de la provincia de Pernambuco reputado por hombre de talento y de firmes principios republicanos, se halla al frente del partido de oposicion.” Afirma-se, ainda que uma reunião no interior foi convocada para a elaboração de uma constituição por esse grupo de republicanos. Apesar de não especificar o nome da revolta, de não mencionar a Confederação do Equador, aponta que o motivo das lutas é a recusa da Constituição, tratando-se de uma oposição republicana e que os planos são fazer as próprias leis.

52 El Sol (México) 18/11/1824 in <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446> acesso 15/03/2025

53 El Sol (México) 18/11/1824 in <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446> acesso 15/03/2025

Diversos circuitos relacionados às informações parecem ter sido envolvidos - criados, recriados ou mobilizados - nas publicações sobre a Confederação do Equador, revelando a existência de fluxos econômicos intensos no Atlântico, e nas Américas, que se relacionavam eles mesmos nas questões políticas. Ao que parece é bastante difícil dissociar os espaços da política e dos confrontos militares no contexto abordado sendo uma linha muito incerta a que separa os dois campos, considerando que essa separação exista pois se observamos a ordem das notícias em diversos periódicos os campos se relacionam e se seguem alternadamente.

Os assuntos políticos envolvendo o Brasil, e a Confederação do Equador, podem vir logo depois de notícias sobre as lutas de Bolívar e San Martin na América do Sul, próximas aos debates políticos em países europeus, por vezes estrategicamente situados antes deles ocupando inclusive o lugar de destaque como primeira notícia em algumas ocasiões para só depois se tratar dos assuntos que podemos genericamente apontar como domésticos. Dessa maneira, além de localizar as referências espaciais à Confederação do Equador - e à política brasileira dentro das balizas apontadas - na redação final do estudo está planejado tabular as inserções para procurar aferir quantas vezes foram destaque e em quais circunstâncias. Importa menos se apareceram muitas vezes mas é especialmente relevante, em nosso entendimento, terem ocupado tais lugares nos jornais mas também como notícias em diversas praças espalhadas pelas Américas e pela Europa.

Em 23 de novembro de 1824, no Alexandria Gazette & Advertiser (Alexandria [DC])⁵⁴, temos a republicação da notícia do Philadelphia National Gazette com informações “Extract of a letter to a gentleman in this city, dated Pernambuco, Sept, 22, 1824”, relatando o bloqueio do porto imposto por Lorde Cochrane e os esforços para a submissão da província rebelde ao Governo Imperial do Rio de Janeiro. Relata a

54 Alexandria Gazette & Advertiser (Alexandria [DC]), 23-11-1824 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_hops_ver01/data/sn85025001/0041421633A/1824112301/0526.pdf acesso 05/08/2024

derrota do exercício rebelde em 16 de setembro e a entrada em Recife das forças imperiais comandadas pelo brigadeiro Lima e Silva após o bombardeio da cidade pelas forças do Almirante da Armada Imperial. Após relato detalhado das lutas e das forças em oposição informa a fuga de Manuel de Carvalho na fragata inglesa Tweed e os ataques ocorridos pela cidade, inclusive ao estabelecido de Joseph Ray, importante consul norte-americano no Recife. A calma que começava a se estabelecer após derramamento de sangue, confusão e pilhagem e a desolação do cenário as tropas pernambucanas dispersas como palha diante do vento, mosquetes, baionetas, caixas de cartuchos, etc. são apanhados em todas as direções. Philad Nat. Gaz. Notícia essa replicada no Constitutional Whig. Democracy, the Constitution, and the State Rights (Richmond, Virginia) de 26 de novembro de 1824⁵⁵.

Em 30 de novembro de 1824, no Rhode Island American (Providence [RI]), republicava-se informações do The New-york Mercantile Advertiser, as mesmas circunstâncias são abreviadamente relatadas mas acrescenta a informação relevante de que J. Rodgers, originário de Nova York, foi feito prisioneiro e temia-se que sua punição fosse muito severa pois ele pertencia a uma família muito respeitável daquele lugar. A mesma informação foi republicana no The Virginian (Lynchburg [Va.]) em 30 de novembro de 1824.

O Martinsburgh Gazette (Martinsburgh, Va. [W. Va.]⁵⁶), de 2 de dezembro de 1824 informava From Brazil, Nov. 16. Arr. brig Nancy, Broughton, 46 days from Pernambuco. E afirmava que desde 15 de setembro as forças imperiais retomaram o Recife e 'Governor escaped on board the English', o relato é breve mas indica, mais uma vez a circulação das informações.

55 Constitutional Whig. Democracy, the Constitution, and the State Rights Richmond, Virginia, Friday, November 26, 1824. https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/vi/batch_vi_naturals_ver01/data/sn83045110/00414184522/1824112601/0325.pdf acesso 05/08/2024

56 Martinsburgh Gazette (Martinsburgh, Va. [W. Va.]), de 2 de dezembro de 1824 https://tile.loc.gov/storage-services/service/ndnp/wvu/batch_wvu_boros_ver02/data/sn84038455/00393348914/1824120201/0408.pdf acesso 05/08/2024

As informações sobre execuções começam a circular e no Daily National Intelligencer (Washington City [DC]), de 20 de dezembro de 1824, foi informado que relatos foram recebidos em Nova Iorque de Pernambuco e que após a captura da cidade[sic] líderes da insurreição foram executados e que Lord Cochrane seguiria de Pernambuco para o Maranhão e Pará para sujeitar esses lugares à autoridade do Imperador.

A derrota militar da Confederação do Equador ocorreu em setembro de 1824, com a vitória do Exército da Boa Ordem, comandando pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva – futuro barão da Barra Grande, sobre as forças rebeldes em Pernambuco e no Ceará. Seguiram-se prisões e as Comissões Militares sentenciaram à pena capital vários réus e, em 1825, ocorreram as execuções dos condenados. Nessas ocasiões foram produzidos relatos que circularam em diversos periódicos que publicaram e republicaram notícias de execuções em praças públicas e cujos relatos circularam pelo Brasil e pelo exterior. A execução do comandante de artilharia Agostinho Bezerra Cavalcanti foi noticiada, no México, em diferentes periódicos

NOTICIAS ESTRANGERAS. El 21 de marzo del presente año fue ejecutado en Pernambuco el comandante de artilleria Agustín Becerra y Cabalgante por el delito de desafecto al emperador del Brasil, y hallándose en el patíbulo dirigió á los espectadores la alocución siguiente. «Mis amigos: no debeis pensar que me deshonra verme en este patíbulo pues que mi conciencia nada me acusa. Nunca Cometí crimen contra mi prógimo, ni contra la divinidad, siempre desempeñé los deberes de la religion. Defendí mi amada patria y por ella me sacrifiqué á fio de libertarla dé un tirano que cada vez usa mayor despotismo, y causa estravios. Todas las veces que me fue posible hacer bien á mis subalternos tuve en ello la mayor gloria y nunca orné mal por bien. El dia 22 de agosto del año pasado intentando el gefe del ejercitó patriota marchar para el Arrecife, á fin de acabar con todos los europeos portugueses, por no ser justo, le dije, que si tal hiciera pelearía contra él, y en su consecuencia desistió de sus intenciones. Todo Pernambuco sabe la verdad de este caso.⁵⁷

57 El Sol (México) 3/8/1825 in <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446> acceso 15/03/2025

A notícia relata a execução e aponta como delito ser o major contrário ao Imperador ressaltando ter ele dito publicamente que defendeu sua pátria contra um déspota tirano. E que nos combates procurou proteger os portugueses no Recife, evitando que fossem massacrados e continua,

(...) mi mayor deseo fue siempre vivir ó morir libre, y procurar la felicidad de todos mis conciudadanos hastam de aquellos mismos que ahora me traen á este terrible lugar. (...) no deis crédito á lo que dicen estos padres impostores que van conformes con el emperador de quien debeis desconfiar, porque estoy cierto que ha de hacer vuestra desgracia. Vosotros por ignorantes tolerais que se os afirmen los fierros de la esclavitud; pero sabed que yo tengo mas placer de morir libre en esta horca, que vivir esclavo como vosotros, y que tengo la gloria en mi muerte, porque muero como hombre libre.” (Oriente de Jalapa)⁵⁸

A circulação de informações sobre as punições aos rebeldes, com relatos dramáticos das execuções, como foi o caso do norte-americano J. Rodgers contribuíram em alguma medida para dar uma dimensão da violência como o Império do Brasil travava seus adversários que que ousaram pegar em armas e propor projetos alternativos e esses relatos chegaram a diversos lugares nos Estados Unidos e México, por exemplo. Em 1º de agosto de 1825, o periódico El Sol⁵⁹, mexicano, trouxe um extrato do Freemans Journal, da Filadélfia, informando a execução de um cidadão americano, bastante conhecido em Nova Iorque – no Freemans Journal afirma-se que a carta foi recebida em 27 de abril – e apresenta uma narrativa dramática do dia 12 de abril quando Rodgers, Nicolao[sic] e Lamonte [sic] foram executados publicamente no Recife, ocasião que teria provocado comoção entre a comunidade

58 El Sol (México) 3/8/1825. Republicando Oriente de Jalapa. <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446> acesso 15/03/2025

59 El Sol (México), 1/8/1825. <https://hndm.iib.unam.mx/consulta/publicacion/visualizar/558075bf7d1e63c9fea1a446?pagina=558a34797d1ed64f16a6424d6&palabras=Rodgers> acesso 15/03/2025.

estadunidense⁶⁰ na capital Pernambucana. Interessa-nos o fato de a notícia chegar à Filadelfia e depois até o México. Esse indício, somado a muitos outros, sinaliza para uma circulação atlântica da Confederação do Equador que a situa em um outro espaço para além do território do nascente Estado Nacional brasileiro.

Os limites das províncias e as fronteiras nacionais foram transpostas pelas notícias - por vezes simplesmente repetidas, mas também resumidas e modificadas trazendo novos aspectos como comentários de interlocutores que devem ser relacionados a determinados quadrantes políticos.

O periódico *Águila Mexicana*, de 10 de julho de 1825, em sua coluna 'Pernambuco' também apresenta 'Estracto del papel de Filadél ia titulado, Freemans Journal',

El 12 de este mês [abril] á las 8 de la mañana era el día que se habia fijado para la ejecucion de los tres desgraciados. Estos procedimientos causaron el mayor asombro en todos los anglo americanos que se hallaban en la ciudad. Sus amigos le visitaron el 11; estava muy tranquilo, habló con mucha jorosidad sobre varios assuntos, criticaba á los que pasaban por la calle, y cuando ya no le quedaban mas que 22 horas de vida nos aseguró que cumplido aquel tempo moriria gustoso, porque moria por una causa gloriosa. Nosotros no vamos á morir por haber quitado la vida á nuestros compañeros, añadió, moriremor porque no hemos pensado como el emperador. (...) Al día siguiente (...) Los ajusticiados pasaron muy cerca de mí, Rodgers caminando con paso sossegado llevaba muy erguido el cuello como si se gloriase de la causa que arrastraba al patíbulo. (...) Rodgers se poso en medio, Nicolou á la derecha y Lemont á la izquierda (...) Cuando los soldados iban á descargar, Rodgers los detuvo con su voz y rogo al capitan hiciese acercar algo mas á los soldados. Despues mandando hacer fuego él

60 FITZ, 2025. Aborda a trajetória do comerciante estadunidense Joseph Ray que teria se envolvido nas duas revoltas mais expressivas de Pernambuco no início do século XIX colocando-o como um revolucionário que transitava por esse mundo entre Philadelphia e Recife no qual estabeleceu relações com o líder confederado Manuel de Carvalho. FITZ, 2014 Apresenta a experiência do *mulato* republicano Emiliano Mundrucu nos Estados Unidos mas também aborda a trajetória de James Rodgers, norte-americano executado na repressão à Confederação do Equador, principalmente pp. 172-174.

mismo, Nicolou cayó muerto, y Rodgers que aunque acribillado de ballazos todavia se conservaba sentado con Lamonte, enseñó á los espectadores su capote cubierto de tiros, rogando despues á los soldados que por el amor de Dios les acabasen pronto. A la segunda descarga ambos cayeron muertos; entonces los soldados acercandose á los cadáveres hicieron la última descarga sobre ellos. Nunca se han publicado los discursos que pronunciaran. (...) El dia antes de esta ejecucion el consul anglo-americano de aquella residência dió órden á los capitanes de los barcos de su nacion de que no tremolasen los pabellones de sus buques durante la ejécución de justicia

A dramaticidade da cena, com detalhes do cortejo, posicionamento dos justiciados, falas não registradas, fuzilamento e nova carga de tiros além dos navios norte-americanos que não deveriam astear o pavilhão estadunidense contribuem para formar uma narrativa inclinada a J. Rodgers posto que enfrentou seu suplício com altivez, de cabeça erguida e isso foi ressaltado na matéria do periódico. Relato publicado por uma alegada testemunha ocular e que circulou nos jornais dos Estados Unidos e do México contribuindo com a construção de uma imagem de vítimas do autoritarismo do governo imperial.

Nos periódicos ainda é possível encontrar relatos que estabelecem conexões entre eventos pernambucanos e da região do Prata, recomendando assim observar um contexto temporal, político e espacial mais amplo para uma análise que apresenta múltiplas relações pois notícias circularam em periódicos sobre as guerras no Sul e sinalizaram para o que ocorria em Pernambuco. Conforme publicado no *El Piloto* (Buenos Aires), 10 de novembro de 1825⁶¹, na sessão Brasil, mencionava-se insurreição e república em Pernambuco,

Por el paquete de Montevideo sabemos que una fragata americana que arribó a aquel puerto poco antes de su salida, dio la noticia de haberse insurreccionado la provincia de Pernambuco, declarándose en República; que el emperador con noticia anticipada de la sublevación que se meditaba, envió dos batallones para conservar el orden,

61 *El Piloto* (Buenos Aires), 10 de novembro de 1825. in GARCIA, 1976 - Tomo I p.466

pero estos a su llegada tomaron el partido de los republicanos, y se constituyeron auxiliares en vez de enemigos.

A compreensão de que havia no primeiro quartel do século XIX uma significativa circulação de notícias na imprensa estrangeira americana do Atlântico Revolucionário relatando eventos do Brasil, desde 1808 até a Confederação do Equador, reafirma a importância do desenvolvimento de pesquisas para estabelecer suas dimensões políticas e espaciais. A escolha por coligir periódicos desde 1808, passando por 1817, Vintismo e Constitucionalismo até a Independência e a Confederação do Equador, se justifica para compreensão da existência relações políticas e comerciais complexas e significativas para além do espaço brasileiro e, também, para além de marcos temporais tradicionais que restringiram as análises a apenas momentos próximos a 1824. Compreender a construção de relações entre interesses de diversas naturezas, expressos nos periódicos, nos auxilia a observar que a Confederação do Equador pode se problematizada a partir de novas bases documentais.

Ao reconhecer que a imprensa no século XIX é objeto de pesquisas consistentes na historiografia da Confederação do Equador, a proposta de analisar a produção periódica americana estrangeira contribui para a construção de uma compreensão mais complexa na qual se pode observar a existência de relações econômicas e políticas, circulação de pessoas e mercadorias, entre os nascentes Estados americanos que tiveram em suas revoluções e movimentos políticos simultaneamente elementos revolucionários internos e externos originários das experiências políticas alternativas aos modelos que se consolidaram nos Estados nacionais, naquele momento, ainda em formação.

Seção II

**Imprensa, Circulação
Cultural e Construção
da Memória Nacional**

Produção e circulação de rumores na imprensa brasileira do Primeiro Reinado: considerações teórico-metodológicas e notas de pesquisa (1824-1826)

Fabiula Paulo de Freitas Manhães

Desde tempos longínquos, o exercício do poder esteve atrelado à posse e ao gerenciamento da informação. Exemplos da relevância das comunicações podem ser identificados no império romano, quando o governante Augusto estabeleceu um complexo sistema de correios movimentado por cavalos e carruagens. Naquele período, inclusive, já havia recursos e estratégias que garantissem a legitimidade e a confidencialidade das mensagens. Assim, o próprio Augusto fundou a prática de incluir datas e horários exatos em cartas e demais documentos importantes. Para evitar vazamentos e deturpações durante os longos e tortuosos trajetos entre remetente e destinatário, apenas um mensageiro tinha acesso ao conteúdo. A preocupação era tamanha que se tinha por hábito escrever somente um resumo da informação a ser comunicada. O restante, a parte substancial da mensagem, era entregue oralmente.¹

¹ PETTEGREE, Andrew. *The invention of news: how the world came to know about itself*. New Haven/CT: Yale University Press, 2014. p. 19.

Com o advento da Modernidade e a criação da imprensa, a perspectiva sofreria uma inflexão. Se antes a confiabilidade da informação era assegurada pela dimensão verbal, agora o impresso assumiria a função de testemunha sólida e perene. A Revolução Francesa foi, provavelmente, o evento mais marcante no que diz respeito ao estabelecimento dos impressos enquanto ferramentas privilegiadas para o exercício da comunicação crítica. Naquele contexto, como bem pontuado por Robert Darnton, o jornalismo torna-se ator de destaque no campo da política e nas decisões do Estado. Não impressiona que os revolucionários de então reservassem um dia específico de seu calendário para a celebração da opinião pública – agora alçada à condição de “juíza dos tempos” e “poder executivo da nova sociedade”.² A entrada em voga do sistema de comunicação impresso, contudo, não representou o evanescer dos instrumentos informativos pretéritos. Pelo contrário, pode-se identificar um amálgama entre as novidades e os meios já utilizados. A investigação dos processos culturais, políticos e comunicacionais ao longo das independências ibero-americanas oferece instigantes vestígios dessa mescla.

Em clássico estudo sobre as veredas revolucionários no mundo hispano-americano a partir de 1808, François-Xavier Guerra observou o papel crucial performado pelos impressos no delineamento de espaços públicos de discussão política. Jornais, panfletos, folhetos e pasquins não somente dotavam a sociedade civil de notícias sobre as frenéticas mutações vivenciadas no interior do colapsado império espanhol; fazia-se, a partir deles, uma legítima pedagogia política. As novas ideias, mormente oriundas do pensamento iluminista, eram divulgadas por sujeitos que objetivavam superar o arcaísmo predominante no “universo

2 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15; KOSLLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. p. 53.

mental” dos membros da monarquia hispânica.³ É lícito afirmar, a partir disso, que a revolução engendrou-se pelas letras. Mas seria um erro reduzir sua feitura a elas.

O aspecto iletrado do fenômeno revolucionário deve ser destacado, especialmente tendo-se em vista as altas taxas de analfabetismo nas sociedades ibero-americanas da época. Dedicando-se aos últimos anos do século XVIII na então Venezuela colonial, Cristina Soriano detectou a configuração de espaços públicos de debate que não dependeram da pré-existência de um mercado editorial. Sendo a leitura compreendida como uma atividade pública e compartilhada, a oralidade não perdia sua primazia em detrimento da circulação de impressos. Por outro lado, a tipografia, nas análises de Soriano, não aparecia como recurso *sine qua non* à cristalização do sistema de comunicação moderno na região. A produção de textos manuscritos, afinal, era intensa e garantia o espraio de mensagens sediciosas, que contribuíram para o arranjo do movimento revolucionário na capitania-geral venezuelana.⁴ Desse modo, torna-se patente o entrecruzamento de estratégias e dispositivos que propiciavam a chegada de notícias, ideias e prognósticos a diferentes estratos da população. Fosse para a alta elite ou para o povo comum que vivenciou a travessia do Antigo Regime à Modernidade, a informação figurou como arma política empunhada para diferentes fins.

Ao voltarmos nossas lentes à marcha independentista brasileira, a relevância da imprensa e das trocas no âmbito da opinião pública faz-se igualmente importante, ainda que a partir de características distintas. Diferentemente do espaço hispano-americano, no qual a presença de universidades católicas tornou o acesso a materiais impressos mais

3 GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensaio sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 1992. p. 227-229.

4 SORIANO, Cristina. *Tides of revolution. Information, insurgencies, and the crisis of colonial rule in Venezuela*. Albuquerque/NM: University of New Mexico Press, 2018. p. 50.

comum, a América portuguesa sofreu restrições incisivas. Para além da ausência de instituições de ensino superior e de um aparato educacional organizado, a proibição de tipografias na colônia dificultava o contato com o universo letrado. A proximidade com ideias de certas naturezas, afinal, era perigosa – vide o exemplo venezuelano investigado por Cristina Soriano. Assim, aparelhos estatais como o Desembargo do Paço e a própria Santa Inquisição cumpriam, por meio de instrumentos de censura, a tarefa de barrar o desenvolvimento de uma esfera de discussão política que colocasse em risco as relações de subserviência entre metrópole e colônia.⁵ Evidentemente, as ações administrativas da monarquia não davam conta de frear tais processos de maneira absoluta. A importação e o comércio clandestino de livros, jornais e demais impressos possuem um sem-número de registros. Não seria errôneo apregoar que as táticas de censura, em muitos casos, surtiam efeito contrário: quanto mais proibição, maior era o interesse por tão perniciosas leituras.⁶

Compreende-se, dessa maneira, que a circulação de ideias na América lusitana esteve por muito tempo relegada à atividade particular. Era comum, por exemplo, o compartilhamento de livros por parte de indivíduos proprietários de bibliotecas privadas.⁷ O panorama se alteraria a partir da transferência da família real de Bragança para o Brasil, em 1808, quando se evadiam das perseguições de Napoleão Bonaparte. Na ocasião, o príncipe regente, D. João, trouxe consigo as principais instituições político-administrativas do império português, incluindo a Real Biblioteca e a Impressão Régia. Foi nos prelos da última que se produziu o primeiro jornal em solo brasileiro, denominado *Gazeta*

5 ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 136.

6 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. Acervo*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 123-138, 1995, p. 125-126.

7 CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas/SP, 2001. p. 104-105.

do Rio de Janeiro, cuja edição inaugural data de 10 de setembro de 1808. De verve oficialista e noticiosa, a *Gazeta* divulgava documentos oficiais, como decretos, e notícias importantes relativas à casa imperial. Em Londres, porém, circulava um periódico que pode similarmente ser considerado o primeiro de origem luso-brasílica – ainda que confeccionado no outro lado do Atlântico. Tratava-se de *Correio Braziliense*, folha redigida por Hipólito da Costa, intelectual nascido na Colônia do Sacramento, região então pertencente ao império português. *Correio*, todavia, se diferenciava de *Gazeta* a partir de um traço seminal: seu conteúdo crítico, intencional e ostensivamente político.⁸

Com a Revolução Constitucionalista do Porto, iniciada em agosto de 1820, operou-se um alargamento dos espaços públicos de debate no mundo luso-americano. Foram as ações das Cortes de Lisboa e do rei D. João VI responsáveis por oferecer aporte jurídico à circulação de impressos e à liberdade de publicação nos domínios imperiais. Conquanto tais iniciativas tenham ampliado as raias de uma opinião pública letrada e afinada aos ditames da Modernidade, as práticas de censura, o segredo de Estado e os labirintos da oralidade permaneceram como forças comunicacionais sensíveis no Brasil. Ao se proclamar a Independência, algumas províncias – algumas em maior grau, como a capital Rio de Janeiro, e outras de forma modesta, como Bahia, Maranhão e Minas Gerais – possuíam cenas públicas de debate e circuitos impressos em formação. Os meandros desse cenário, contudo, eram ainda marcados por burburinhos, rumores e todo tipo de comunicação falada. Como notou Marco Morel, a incipiente atividade tipográfica brasileira “era como uma ilha num mar de oralidade”. As trocas recíprocas entre tais dimensões, desse modo, eram inevitáveis.⁹

8 LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 13-17.

9 MOREL, Marco. Palavras além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. *Aceruo*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 63-80, 2010, p. 68.

Este artigo representa um esforço na direção de se compreender as dinâmicas comunicativas no Primeiro Reinado brasileiro. Especificamente, propomos passos iniciais para a análise da produção e da circulação de rumores na imprensa do pós-independência, entre 1824 e 1826. Trata-se, ao fim e ao cabo, de um ensaio teórico, metodológico e historiográfico, cujo objetivo precípua é apresentar referências, aportes e exemplos que, até o momento, guiaram nossas incursões investigativas. Para o cumprimento dessa tarefa, o texto será estruturado de modo a não se perder a conexão entre os contextos e temas históricos apreciados e o arsenal bibliográfico sugerido. Assim, na primeira seção, debruçar-nos-emos sobre o pano de fundo político e social do Primeiro Reinado, particularmente a partir da caracterização de tal período enquanto tempo de crise. Já na segunda e derradeira parte apresentaremos estudo de caso sobre um rumor difundido pela cena pública brasileira no período em tela. Entremeados aos dois subcapítulos estarão os debates teórico-metodológicos que consideramos essenciais.

Em suma, intentamos rastrear e planificar os elementos necessários para a realização de um trabalho historiográfico delicado – afinal, o rumor, ontologicamente, representa um elo entre o mundo da oralidade e o exercício da escrita, sendo que o primeiro é diretamente inacessível ao historiador do Oitocentos. A imprensa, portanto, é entendida como chave de leitura viabilizadora de interpretações sobre o funcionamento do universo informacional brasileiro na década de 1820. Sinalizamos, por fim, que as páginas seguintes apresentam discussões que compõem uma pesquisa maior, ainda em curso. Dessa maneira, algumas perguntas não serão imediatamente respondidas. Buscamos, em última instância, cooperar com o aprofundamento da seara acadêmica voltada à história das comunicações no Brasil do século XIX, ainda que, num primeiro momento, tal contribuição se efetue mais por questionamentos do que por conclusões.

Edificar em meio ao caos: a função da informação em tempos de crise

São muitos os fatores que caracterizam o Primeiro Reinado brasileiro como tempo de crise. As dificultosas e tensas declarações de adesão ao projeto político de D. Pedro I, *perse*, demonstram os obstáculos que se imporiam aos arquitetos do Estado nacional. Na Bahia, as tropas do general Madeira de Melo e parte das elites locais contestavam a legitimidade do governo pedrino, pleiteando a manutenção dos laços com a metrópole.¹⁰ O caso da província Cisplatina, por seu turno, descortina o caráter fragmentado e nada coeso do arranjo territorial e político do Brasil no momento de sua independência. A região, outrora colônia de Espanha, acoplava-se fragilmente ao novo império, sendo mantida pelas forças castrenses de Carlos Lecor, um militar português. A resolução dos litígios em torno de sua posse foi dramática: a Guerra da Cisplatina, envolvendo Brasil e Províncias Unidas do Rio da Prata, amplificou as convulsões que levariam, posteriormente, à abdicação de D. Pedro.¹¹ Ademais, a Confederação do Equador, iniciativa republicana encetada por grupos do Norte, foi signo da heterogeneidade dos interesses políticos do período.¹²

Em síntese, longe de atrair aceitação e unanimidade, o governo instalado no Rio de Janeiro sob a égide da monarquia constitucional bragantina enfrentou desafios intensos. Decisões do gabinete e do próprio imperador eram frequentemente questionadas por grupos

10 TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

11 Sobre a questão cisplatina e seus impactos durante os primeiros anos do Brasil independente, ver PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2012; PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.

12 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

oposicionistas e, por vezes, por figuras ligadas ao *establishment*. São ilustrativas as rugas entre José Bonifácio de Andrada e Silva e D. Pedro. O então Ministro de Negócios demitiu-se de suas funções no contexto da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi crivada por disputas, descentendimentos e indefinições entre monarca e deputados. Factualmente, o decurso e o desfecho da Constituinte foram alguns dos mais cristalinos sinais das dificuldades enfrentadas pelo novo império ao pelejar pela manutenção da governabilidade. Uma verdadeira batalha entre soberanias se instalou ao longo das reuniões¹³: a sobrepujança pertenceria ao Legislativo ou ao Executivo? As querelas não foram resolvidas e terminaram com a dissolução do Congresso pelas mãos do monarca. A redação da Constituição, por sua vez, ficou a cargo do Conselho de Estado, que a outorgou em 25 de março de 1824. Conforme a arguta percepção de João Paulo Mansur, as tensões no interior da Constituinte eram manifestações das divergências entre as elites políticas do país e o próprio governo imperial. Ao fim e ao cabo, os poderes constituintes não tiveram a prerrogativa de constituir; primou-se, nesse caso, pela centralização das decisões de Estado em torno da efígie pedrina.¹⁴

Nota-se, a partir do exposto, que a formatação da crise efetuou-se sob distintas frentes. Théó Lobarinhas Piñeiro sumarizou o delinear de tal cenário incluindo, para além dos empecilhos políticos, as razões econômicas. Segundo o autor, as tratativas acordadas com Grã-Bretanha e Portugal, principalmente o Tratado de Paz e Amizade (1825) que reconheceu a independência da ex-colônia, intensificaram a oposição a D. Pedro, pois foram vistos como danosos aos interesses brasileiros. Assim, a conjugação entre autoritarismo, decisões políticas questionáveis e dilemas financeiros *ad infinitum* abriram caminho para que a governança

13 LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte*. Ensaios de História Política e de História Cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 63.

14 MANSUR, João Paulo. “Com a minha espada, defenderia a Constituição se fosse digna do Brasil e de mim!” Leviatã, Argos e liberalismos na Assembleia Constituinte de 1823. *Almanack*. Guarulhos, n. 32, 2022, p. 27.

do príncipe bragantino colapsasse.¹⁵ A apreciação do Primeiro Reinado, entretanto, também deve considerar seu cariz inventivo. Nessa época, afinal, parte considerável da máquina de Estado do Brasil imperial foi testada e forjada. São exemplos a própria Constituição de 1824, o Código Criminal e o Supremo Tribunal de Justiça.¹⁶

O Primeiro Reinado, portanto, foi o momento primordial de edificação do Estado nacional brasileiro. Tal processo deu-se pela construção e atualização da aparelhagem administrativa e jurídica e, outrossim, pela urdidura de narrativas, imagens, discursos e sentimentos que sustentassem o novo corpo político. Sendo as nações e as nacionalidades constructos sociais e políticos, faz-se mister a execução de uma gama de esforços criativos. Quem de fato *pertence* àquela nacionalidade? O que faz dela singular? Como serão fomentados os apelos emocionais necessários para se assegurar a devoção dos cidadãos à causa nacional? As respostas para tais perguntas são complexas, mutáveis e, sobretudo, artificiais. Não há qualquer traço de naturalidade na forja de uma identidade nacional.¹⁷ No processo de emancipação e formação dos Estados nacionais ibero-americanos, uma série de dilemas se colocavam diante dos artífices da nova ordem. Como lidar com a miríade de identidades e fórmulas de pertencimento desenvolvidas ao longo de séculos de colonização? De que modo reunir territórios e povos tão heterogêneos em torno de um novo ideal, referido como nacional? A coexistência de tendências centrífugas e de múltiplas identidades políticas foi, sem dúvidas, uma adversidade sobre a qual buscaram triunfar múltiplos sujeitos envolvidos em projetos nacionais.¹⁸

15 PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil império. *Passagens*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 130-152, 2010, p. 136-137.

16 RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141.

17 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

18 CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810.

Perante as lacunas e as incertezas do contexto, a atuação dos homens de letras foi essencial. Os produtos da imprensa de circunstância, como jornais, panfletos e folhetos, não objetivavam simplesmente noticiar os fatos em conformidade com a aceleração daqueles tempos; mais do que isso, os discursos produzidos e divulgados por tais veículos buscavam dar conta da transitoriedade preenchendo vazios comunicacionais. Nesse sentido, apresentamos o primeiro alicerce de nossa proposta teórico-metodológica. Referimo-nos aos trabalhos de Marcela Ternavasio. Na obra *Los juegos de la política*, a historiadora argentina evidenciou a precariedade dos substratos informacionais detidos pelos realizadores dos processos revolucionários na América espanhola. Em outras palavras, suas constatações demonstram que grande parte das decisões e estratégias políticas pensadas e executadas por aqueles atores históricos fundamentaram-se em cálculos imprecisos, conhecimentos parciais e especulações. Para formular suas hipóteses, Ternavasio acentuou a importância de se considerar os modos de apreensão do tempo disponíveis àqueles indivíduos.¹⁹ Adicionamos a essa observação o fator tecnológico e as condições logísticas de então. A circulação de notícias e saberes ocorria de modo lento, afinal, uma viagem transatlântica se arrastava por meses. Já a produção dos impressos era realizada em tipografias cuja operação não era veloz o suficiente para reproduzir os fatos da ordem do dia em tempo real.

Diante de tais características, a comunicação no limiar do século XIX mostra-se como um objeto de estudo melindroso ao historiador que se propõe a examiná-lo. Como apreender um fenômeno social tão

Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. Buenos Aires, n. 1, p. 71-92, 1989. Ver também JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 127-175.

19 TERNAVASIO, Marcela. *Los juegos de la política. La independencia hispanoamericana frente a la contrarrevolución*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021. Localização 78-88 (e-book).

fugaz? Os meios de acesso eleitos para nossa pesquisa, quais sejam, os jornais circulantes no Brasil durante o Primeiro Reinado, representam uma importante e viável possibilidade de compreensão dessa matéria – mesmo que de modo imperfeito. Precisamente no que concerne aos rumores, a investigação torna-se ainda mais desafiadora. Muitas vezes iniciados ou profusamente alterados pela via da oralidade, os boatos eram constantemente reproduzidos e comentados pelos redatores de periódicos do recorte aqui explorado. Rastrear suas redes de criação e circulação demanda do pesquisador incursões por conjuntos documentais de diferentes naturezas, como evidenciaremos em nosso estudo de caso.

Mas, ao fim das contas, como concebemos o rumor nesta pesquisa? É importante notar que, assim como outras modalidades de informação, os rumores devem ser historicizados. Desse modo recorreremos aos aportes metodológicos propostos por Quentin Skinner com o fito de assegurar uma contextualização precisa de nossos objetos de estudo. Apesar de não ter dedicado seus trabalhos especificamente a esse tópico, Skinner desenvolveu longas reflexões e procedimentos voltados ao estudo da História do Pensamento Político. Para nossos objetivos, têm relevo e enorme serventia as proposições do historiador britânico sobre os limites das linguagens políticas e as intenções de seus autores. O método do Contextualismo Linguístico – cujas bases também foram assentadas por intelectuais como John Pocock e Anthony Pagden – prevê a reconstrução do vocabulário político disponível quando da produção dos textos políticos do passado. Em termos amplos, o investigador deve munir-se de largo montante de informações, detalhes e nuances sobre a “linguagem normativa” que regia os jogos discursivos nos quais os sujeitos analisados se inseriam.²⁰

20 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 12.

A metodologia analítica sugerida por Skinner, em suma, viabiliza uma “visão interna” do que os autores pretéritos pretendiam expressar com seus escritos. Assim, tanto suas falas explícitas quanto seus silenciamentos podem ser compreendidos como atos de fala, isto é, performances linguísticas intencionais, dotadas de carga política. A linguagem, nesse sentido, é uma ação passível de ingerência na realidade concreta.²¹ Ao abordarmos a imprensa do pós-independência brasileiro, o resgate do vocabulário que guiava suas manifestações discursivas pode ser realizado tanto por meio das próprias fontes da época quanto da vasta bibliografia sobre ela produzida. Os preceitos liberais e constitucionais eram, sem sombra de dúvidas, a substância das discussões públicas em voga durante o Primeiro Reinado.²² Os debates em torno da liberdade de imprensa e de suas balizas, *per se*, refletem a tônica do pensamento político ali dominante. A Constituição, por seu turno, surgia como coluna vertebral dos projetos e prognósticos divulgados pela imprensa. Até mesmo personagens apologistas de posturas mais conservadoras, como os chamados áulicos, tinham o constitucionalismo como horizonte, e, ao mesmo tempo, freio de suas pretensões na arena política.²³

Na seção seguinte buscaremos demonstrar, a partir da análise de rumores e prognósticos dos periódicos *Abelha do Itaculumy* e *O Spectador Brasileiro*, a operação prática dos limites de linguagem acima referidos. Embora conscientes das “regras do jogo”, determinados sujeitos históricos as tensionavam frequentemente. Mas por quais razões? O que se pretendia ao se colocar em xeque um vocabulário político cujas

21 SKINNER, 1996, p. 13-14; SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Sobre os métodos históricos. Algés/Oeiras: Difel, 2002. p. 3.

22 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p. 84-85.

23 Como demonstrado por Arthur Ferreira Reis ao investigar os projetos políticos áulicos no Rio de Janeiro entre 1824 e 1826. Cf. REIS, Arthur Ferreira. *Anarquistas e servís: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro (1824-1826)*. São Paulo: Publicações BBM, 2022. p. 56.

violações, em muitos casos, poderiam gerar perseguições e represálias?²⁴ Argumentamos que tais atos de fala eram motivados pela necessidade de se atender uma demanda ampla: a construção do Estado nacional brasileiro. Para isso, os redatores cujas obras examinamos tramaram projetos políticos identitários que tinham como substância, entre outros elementos, os rumores.

Estudo de caso: a mobilização de rumores por *Abelha do Itaculummy* e *O Spectador Brasileiro*

Abelha do Itaculummy foi inaugurado em 12 de janeiro de 1824. Publicado em Ouro Preto, a então capital da província de Minas Gerais, era produzido pelos prelos da Oficina Patrícia de Barbosa & Cia. Seus redatores, até o momento, são desconhecidos – embora haja especulações nesse sentido.²⁵ No contexto de sua publicação, *Abelha* foi

24 Vide as trajetórias de figuras como Luiz Augusto May e João Soares Lisboa. O primeiro, redator do jornal *A Malagueta*, foi espancado e levado a interromper sua atividade editorial temporariamente devido a desavenças com o gabinete de D. Pedro I. Sobre tal personagem e sua polêmica atuação pública, Cf. PIRES, Myriam Paula Barbosa: *Um camaleão oitocentista: imprensa e política na construção da biografia de Luiz Augusto May* (Portugal/Londres/Brasil, 1810-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Soares Lisboa, por sua vez, escreveu a folha *Correio do Rio de Janeiro*. Ao referir-se a D. Pedro como “puro democrata”, foi processado e perseguido. A situação reforça nossa compreensão sobre as raías discursivas que tais indivíduos não poderiam extrapolar. Cf. FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2017.

25 Rodrigo Fialho discute sobre a possibilidade de envolvimento do padre José Joaquim Viegas de Menezes na redação de *Abelha*. SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “tipos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)*. Tese (Doutorado em História) – UERJ, Rio de Janeiro, 2011. p. 91. Viegas de Menezes foi uma figura de proa no desenvolvimento da atividade tipográfica em Minas Gerais. Adquirindo conhecimentos sobre impressão e edição em Portugal, iniciou os mesmos trabalhos na então capitania em 1807, ao publicar um poema de Diogo Pereira de Vasconcellos. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Quarto volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 501-502.

o único periódico redigido em Minas, fato que chama atenção por conta do teor do periódico: tratava-se de uma folha áulica, comprometida com uma ferrenha defesa da monarquia constitucional e da imagem pública do imperador. Wlamir Silva, por isso, o denomina como o “campeão pedrino” na região mineira.²⁶ Compreende-se, assim, que apesar de não podermos afirmar que os leitores da província tinham acesso somente a essa linha discursiva, a preponderância da vertente áulica naquele momento era significativa. O quadro era similar ao da Corte, na qual havia baixa confecção de periódicos na mesma época. Lá foi redigido o segundo jornal aqui investigado, *O Spectador Brasileiro*.

Spectador foi a primeira iniciativa pública de Pierre Plancher em solo brasileiro. Nascido na França, atuava como redator e comerciante na praça fluminense, tendo fundado, ali, a Livraria Plancher. Aportando no Brasil em 1824, o escritor-empresário desenvolveu relações sociais importantes, com destaque para seus laços com a casa imperial. Plancher exibia tal proximidade ao identificar-se nos rodapés de seu jornal como “Livreiro-Impressor de Sua Majestade Imperial”.²⁷ A edição inaugural de *Spectador* veio a lume em 28 de junho de 1824. Similarmente a *Abelha*, o periódico de Plancher era um entusiasta da monarquia bragantina sob D. Pedro. Opositora das revoluções de seu tempo, a folha abriu campanha contra iniciativas consideradas anárquicas, como a Confederação do Equador.

Neste estudo, debruçar-nos-emos sobre um tópico interpretado por *Abelha do Itaculmy* e *O Spectador Brasileiro*: um rumor concernente às vilas paulistas de Taubaté, Pindamonhangaba e São Luís. Com o exame da abordagem direcionada a essas temáticas pelos jornais em lide, objetivamos evidenciar a utilização de rumores com intencionalidade

26 SILVA, Wlamir. A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro *Abelha do Itaculmy* (1824-1825). In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal: ANPUH, 2013, p. 4.

27 Mais informações sobre a trajetória de Plancher estão presentes em MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). 2. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016. p. 22-29.

política. Esse entendimento baseia-se em outro referencial teórico elencado para nossa pesquisa, nomeadamente, a obra de Tamotsu Shibutani. O sociólogo nipo-americano criou uma vasta gama de ferramentas analíticas para o estudo dos rumores – partindo de seu aspecto psicológico, passando pelas motivações para tal fenômeno e chegando às suas consequências para a sociedade. Na hipótese por ele alentada, os rumores são atos de cunho coletivo, articulados com a finalidade de resolver demandas sociais²⁸. Assim, estabelecemos uma ponte entre as proposições de Shibutani e Skinner para sustentar nossa argumentação. A construção do Estado nacional e o forjamento de uma identidade política para o Brasil, ao fim e ao cabo, eram demandas urgentes na vida política do Primeiro Reinado. Nesse sentido, as tramas narrativas urdidas pelos redatores a partir dos rumores e da boataria eram respostas a essas urgentes demandas.

O rumor acerca de uma curiosa solicitação das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e São Luís foi publicado pela primeira vez na edição de número 165 de *O Spectador Brasileiro*. A notícia chegou por meio de um correspondente anônimo, que rogava ao redator que inserisse sua consternada carta no jornal com o intuito de alertar o público sobre tendências “criminosas” que se avolumavam na província de São Paulo. Segundo o autor da correspondência, as vilas supracitadas teriam expedido, por meio do juiz de paz de Taubaté, um pedido para que D. Pedro abandonasse a Constituição imperial e instalasse um governo absolutista.

Em abono d'esta Província de S. Paulo, rogo a V. m. queira dar lugar no seu precioso Periódico Spectador Brasileiro a essa cópia, que nos veio à mão, e que lhe transmito, por achar ser útil coisa contra os pérfidos planos dos facciosos, que para seus fins pretendem fazer duvidosa a Constitucionalidade do nosso Imperador. Sou etc.

Cópia. Muito estimei não ser essa Vila de Guaratinguetá envolvida nos tão criminosos, como vergonhosos ludíbrios para esta Província, ainda

28 SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised News. A sociological study of rumor*. New York/Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, Inc., 1966, p. 17.

há pouco tão louvada, e engrandecida; sendo perpetrados infelizmente pelas desgraçadas Câmaras de Taubaté, S. Luiz de Piratininga, e Pindamonhangaba, pérfidas, perjuras a Deus, à Nação, e mesmo a S. M. I.! Em que crimes lamentáveis não precipita os homens estúpidos, e ignorantes a podre adulação, e o sórdido egoísmo!! Mil graças sejam dadas ao Imortal Imperador pelos seus Decretos fulminadores contra tais, e tão vis demagogos, dignos d'exemplar castigo; fazendo-se por eles ainda mais amável, e merecedor do nosso bom conceito sobre a sua Constitucionalidade, boa fé, e Cristianismo.²⁹

Já *Abelha do Itaculamy* reproduziu partes do ofício-resposta assinado por Estevão Ribeiro de Rezende, então Ministro dos Negócios do império.

Foi presente a S. M. o Imperador o Ofício do Juiz de Fora da Vila de Taubaté, de 5 do corrente, com as Atas das Câmaras da dita Vila, e das de S. Luiz, e Pindamonhangaba, que por certidão acompanharam o referido Ofício: e fincando o Mesmo Senhor Inteirado, pelo seu conteúdo de que aquelas Câmaras desejam ver substituído ao Governo Constitucional o da Monarquia Absoluta: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, responder ao Juiz de Fora, para o participar às ditas Câmaras, que tais Representações bem que se reconheçam filhas de amor, e fidelidade à Sua Augusta Pessoa, e da firme e justa persuasão de que S. M. só tem por alvo em Suas Resoluções a prosperidade do Império, e a maior ventura de Seus Súditos, nunca serão atendidas, por serem opostas à Constituição solenemente jurada por todos os Povos do Brasil, e pelo Mesmo Soberano Chefe da Nação, que só com aquele Sagrado Código Quer e Há de governar (como há pouco Declarou expressamente sobre idêntica rogativa do Cabildo de Montevideú). Continuando a promover, por Seus incessantes desvelos, o melhoramento dos diferentes ramos da pública administração, para elevar, como ardentemente Deseja, este vastíssimo País ao estado de grandeza, e opulência a que o chamam seus destinos, pelo Regime Constitucional felizmente adotado, e que terá sempre na Sua Augusta Pessoa o mais firme Defensor. Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1825. – Estevão Ribeiro de Rezende.³⁰

29 PLANCHER, Pedro. Sr. Redator. *O Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 165, p. 3-4, 24 ago. 1825.

30 ARTIGOS de ofício. *Abelha do Itaculamy*. Ouro Preto, ano 2, n. 66, p. 1, 2 jun. 1825.

Os excertos, ainda que extensos, aclaram a situação: a linguagem normativa do constitucionalismo não era tão hermética quanto se poderia presumir inicialmente. Ao nos depararmos com a curiosa demanda, fomos impelidos a cotejá-la com os relatos de outras fontes, objetivando a reunião do maior contingente possível de indícios sobre o assunto. Tendo em vista a escassez de periódicos no recorte temporal em tela, recorremos a documentos oficiais produzidos pelas repartições públicas da província de São Paulo. Ao longo de nossas consultas arquivísticas, detectamos um ofício escrito por Lucas Antônio Monteiro de Barros, presidente da província de São Paulo entre 1824 e 1827. A mensagem era dirigida ao Desembargo do Paço e datava de 1º de julho de 1825 – o que condizia com a datação apresentada pelos jornais ao divulgarem a notícia. Lia-se:

Senhor = Imediatamente que recebi a Provisão de 4 [ou 11?] de junho próximo passado pela qual V. M. I. suspendendo ao Bacharel Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro do exercício do Lugar de Juiz de Fora da Vª de Taubaté, por ter chegado à Sua Imperial Presença haver ele dado criminosos, escandalosos sáfios, contrários ao atual sistema de Governo, e à Constituição do Império Determina que parta sem demora para essa Corte; transmite ao mencionado Bacharel cópia da referida Provisão, para se dar pronta execução, e pelo ofício incluso que ele me dirigiu consta ter já se afeiçoado [ilegível] ao Vereador mais velho no dia 25 do sobredito mês, o que ficava a partir para essa Corte em obediência das ordens de V. M. Imperial.³¹

Observa-se que o ofício não faz menção literal aos mesmos eventos relatados por *Abelha* e *O Spectador*. Todavia, o teor da mensagem de Monteiro de Barros aponta para uma situação bastante semelhante. É mister notar que tanto os periódicos quanto o presidente de província tacham os pedidos das vilas do Vale do Paraíba como criminosos e

31 OFÍCIO de Lucas Antônio Monteiro de Barros ao Desembargo do Paço. *Fundo de governo da província de São Paulo*, livro E00723, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1 jun. 1825.

insultuosos. Suas falas recaem veementemente sobre a violação do pacto constitucional subjacente à solicitação. Confrontados com esses dados, formulamos algumas constatações e questionamentos.

Primeiramente, nos deteremos sobre a definição da notícia em análise enquanto rumor. Optamos por enquadrá-la nesse marco teórico por não termos encontrado outras fontes que sustentassem direta e incisivamente a ocorrência das reclamações por absolutismo. Embora o ofício de Monteiro de Barros referencie a questão de modo tangencial, não foram encontradas referências literais, similares às noticiadas por Plancher e pelos escritores anônimos de Ouro Preto. Ademais, ainda por conta da diminuta atividade tipográfica no Brasil entre 1824 e 1826, as únicas menções localizadas ocorreram nas folhas *Diário Fluminense*, *Grito da Razão* (Salvador) e *O Universal* (Ouro Preto). Nessa toada, tendo em vista a imprecisão das informações, a falta de detalhes e, sobretudo, a baixa ressonância em outros veículos e documentos do período, compreendemos a suposta requisição absolutista do interior paulista como um rumor. Mas, se o rumor é aqui concebido como ação coletiva destinada à resolução de demandas, a qual delas os jornais investigados buscavam responder?

É incontornável, como postulou Skinner, considerarmos o contexto no qual os redatores optaram por divulgar o tópico em lide. Como mencionado alhures, as crises políticas foram uma constante no Primeiro Reinado brasileiro. Uma das mais delicadas facetas desse torvelinho foi, precisamente, a construção da imagem pública de D. Pedro I enquanto monarca liberal, moderno e afinado com os ditames do constitucionalismo – por ser imperador, ele não possuía foro excepcional para as regras dos jogos linguísticos vigentes. Eventos como a dissolução da Constituinte de 1823, a dura repressão à Confederação do Equador e as frequentes retaliações a opositores públicos colocavam em xeque tal retrato. Essas, aliás, foram as principais razões para que a imprensa crítica se afugentasse a partir dos últimos meses de 1823

e só recobrasse o fôlego em 1826, quando da retomada dos trabalhos da Assembleia Geral.³² Destarte, o cenário de publicação de *Abelha* e *Spectador* era perpassado pela necessidade de “asseamento” da imagem do imperador, maculada, então, por decisões tidas como autoritárias e flertes com o despotismo.³³

Argumentamos, a partir do exposto, que a mobilização do rumor acerca dos requerimentos por absolutismo em São Paulo era componente de um projeto político identitário. Um dos fios condutores de tal plano era a operação de “limpeza” da reputação de D. Pedro perante a opinião pública. Nessa leitura, os redatores pretendiam vincular a figura do monarca a ideais considerados positivos para o vocabulário político predominante: compromisso com o pacto constitucional, devoção aos preceitos liberais e transparência na comunicação com os novos cidadãos brasileiros. Assim, concebemos a veiculação do rumor não como somente mais uma notícia no rol de tarefas dos redatores. Tratava-se, mais profundamente, de uma escolha editorial, coadunada a objetivos políticos tateis. Afinal, seria por meio do projeto político identitário e da legitimação do governo pedrino que se operaria as engrenagens do incipiente Estado nacional brasileiro. O rumor foi substância de uma linha narrativa que, muito mais do que informar, intencionava dotar um corpo político com elementos então faltantes – identidade, estabilidade política, união interna e legitimidade frente ao concerto internacional.

Considerações finais

O estudo dos rumores na imprensa do Primeiro Reinado é uma vereda investigativa aberta e promissora. Trabalhos dedicados à

32 REIS, 2022, p. 60-61. Ver também SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 114.

33 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro enquanto político. In: KERN, Arno Alvarez (org.). *Sociedades Ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 275-276.

temática foram realizados, porém há vastas possibilidades de pesquisa no horizonte dos acadêmicos de História.³⁴ A proposta aqui desenvolvida, como aclarado nas páginas acima, ainda está em progresso e, portanto, passará por reconsiderações e alterações. Intentamos, com este texto, oferecer uma mirada sobre os principais aspectos teóricos, metodológicos e historiográficos que guiam, até o momento, nossas reflexões.

Sutil e escorregadio, o rumor é objeto de análise instigante e, de certo modo, perturbador. Tal percepção nos acomete principalmente ao tentarmos definir o que se configura *ou não* em rumor. Os dilemas relativos à escassez de fontes e à inacessibilidade do registro oral, embora reais, são impulsionadores para a emergência de novos questionamentos, abordagens e métodos. Considerar o rumor enquanto ato de fala e escolha editorial intencional nos permite retirar do labor periodístico estigmas de neutralidade e “inocência”, tão flamulados pelos redatores coetâneos. A História do Pensamento Político, destarte, tem no exame da produção e da circulação de rumores uma via legítima e promissora para o acesso aos universos mentais e aos desafios políticos vivenciados pelos sujeitos que buscaram, cada um a seu modo, edificar o Estado nacional brasileiro.

34 PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. *História*. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 307-329, jul.-dez., 2014; MACHADO, André Roberto de A. As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

“Laço[s] de comunicação”: a imprensa, os correios e a circulação de notícias no Brasil imperial (1820-1840)

Raphael Guilherme Santorio Silva

Introdução

Na edição do periódico *O Farol Paulistano* do dia 3 de maio de 1830, entre as cartas inseridas pelo redator na seção de correspondências, encontra-se o relato de um leitor, assinado sob o pseudônimo “Um amigo dos habitantes de Porto Feliz”, acerca de “um fato interessante, e patriótico [que] acaba[va] de ter lugar” naquela vila, localizada na Província de São Paulo. O correspondente narra que havia um boato difundido entre a população “de que o resto de uma facção absolutista pretendia pôr tudo em jogo para que não se reunisse a Assembleia Geral Legislativa e se proclamasse o despotismo”. No entanto, os “corajosos e liberais habitantes daquela Vila zombavam de semelhante boato”, posto que estavam “convencidos de que não existirá no Brasil um homem tão louco, que intente tramar um crime cujo final resultado será a justa e devida punição de sua nefanda maldade”. Ocorre que, certo dia, o rumor se manifesta objetivamente a partir de um acontecimento inesperado que suspende uma prática, ao que tudo indica, rotineira daquela localidade:

(...) como é de costume reunirem-se muitos Cidadãos nos dias, em que ali chega o correio, já para lerem todos os Periódicos da Corte, e desta Cidade [São Paulo], já para se comunicarem as notícias recebidas por cartas particulares, sucede que assim praticaram ultimamente...: mas eis que chega a mala do correio, e, aberta ela, não se acha uma só carta, ou folha da Corte, nem desta Cidade; apenas se acham três, duas de S.[ão] Carlos, e uma do Administrador do correio de Itú, em que contava que nesta Vila não se tinha recebido cartas, nem papéis Públicos. Esta novidade causa um choque imenso nos habitantes de Porto Feliz: clamam que é verdadeiro o boato; que o Despotismo foi proclamado; que é preciso resisti-lo sem perda de tempo; todos juram não sobreviver à queda da liberdade. O movimento cresce com o concurso dos Cidadãos: uns avisam aos outros em seus Engenhos, e assim sucessivamente todo o povo se apresenta com presteza na Vila. Compram-se todas as armas que haviam nas lojas; outros já chegam armados de suas fazendas; e a Vila inteira se põe em uma forte atitude defensiva.¹

Somado ao boato que havia sido espalhado nos dias anteriores, a interrupção abrupta do acesso a notícias, ocasionada pela suposta indisponibilidade dos canais regulares de informação habituais, despertou um sinal de alerta na população, que imediatamente passou a discutir meios de compreender o que havia ocorrido, bem como ponderar se a preocupação se fazia necessária. Assim, estes:

(...) Consultam sobre as medidas a tomar, e assentam em mandar um Cidadão de confiança à Vila de Itú, para dar parte de sua resolução, ver o estado desta, e vir a Cidade saber se os Constitucionais precisam socorro: o portador parte, e ao chegar a Itú encontra 1 pedestre, que à toda pressa levava novamente outra mala do correio para Porto Feliz, tendo já deixado na mesma Vila de Itú as cartas, e papéis, que a esta se destinavam, e que por um engano se tinha deixado de enviar a ambas as Vilas. Conhecido o engano volta o portador, e com a leitura das cartas, e papéis públicos fica a Vila de Porto Feliz alegre, e satisfeita: depõe imediatamente as armas, e até se arrependem de ter pensado que seria possível verem-se ameaçados com a escravidão.²

1 *Farol Paulistano*, n. 348, 03/05/1830.

2 *Ibidem*.

O excerto acima se constitui enquanto um demonstrativo das práticas de leitura nos anos iniciais do oitocentos. Possibilitam a compreensão do ambiente de profundas transformações políticas experienciadas pelos indivíduos, que assimilaram, por meio das interações cotidianas das comunidades nos mais diferentes pontos do território brasileiro, as rupturas e permanências nos anos posteriores à Independência. A investigação dos materiais produzidos pela imprensa, compreendidos como fonte e objeto de pesquisa, permite o dimensionamento dos processos de transmissão de informações entre localidades. Distantes, em diferentes níveis — por fatores espaciais, temporais e tecnológicos —, arraiais, vilas e cidades eram conectados pela ação de agentes sociais diversos, que elaboravam estratégias e/ou usufruíam de expedientes variados para concretização do envio e recebimento das novidades do cotidiano.

O fluxo de informações e a emergência dos espaços públicos

A disponibilidade de meios para a obtenção de informações regulares e confiáveis, por meio dos fluxos de correspondências e notícias proporcionados pela implementação de uma infraestrutura postal capaz de viabilizar a disseminação da imprensa periódica no dia a dia dos lugares — tanto os de maior centralidade regional quanto os mais remotos — transformou a vivência dos indivíduos no início do século XIX. Os meios de comunicação possibilitaram a interação de uma ampla gama de experiências locais que, antes limitadas pelos percalços espaciais e temporais do cotidiano, passaram a elaborar aproximações por meio de dispositivos de interlocução variados. As conexões à distância produzidas pelos sujeitos oportunizaram uma visão coletiva da vida social.

A análise das fases do que o historiador Robert Darnton designa como “circuito das comunicações”, que viabiliza a circulação de

mensagens, notícias e ideias, permite a compreensão dos processos de difusão que permeiam o estabelecimento das relações entre autores e o público leitor. Em cada uma das fases desse circuito, agentes atuam na definição de estratégias que podem favorecer ou prejudicar os giros de informação entre as localidades, a depender dos interesses — coletivos ou individuais, públicos ou privados — em jogo. Assim, esses processos perpassam procedimentos relativos às esferas política, econômica e cultural, próprios das sociedades em que se inserem.³ Nos propomos, no presente artigo, a examinar os meios de distribuição dos impressos, de modo a contemplar os correios como canal institucional e regular de provisão comunicacional.

A hipótese que exploramos é a de que os sistemas postais desempenharam uma função imprescindível no processo de emergência e afirmação dos espaços públicos nos centros urbanos provinciais ao longo das décadas de 1820 e 1830. As agências postais, fixadas pelo território no início do século XIX, se constituíam como locais de “estreitamento dos laços de sociabilidade” entre pessoas que se dirigiam aos estabelecimentos à procura das novidades transmitidas por meio de correspondências e/ou materiais impressos.⁴ Argumentamos que, ao fomentar as trocas, os correios estimularam o processo de integração dos espaços públicos, formalizado por meio da circulação de impressos, que produziam interações à distância mediante relações existentes e/ou formadas entre redatores de várias localidades.

Nesse sentido, nos aproximamos das formulações teóricas de Benedict Anderson, que compreende gazetas, periódicos, jornais, panfletos, entre outros materiais tipográficos, como produtos culturais, mediadores das comunicações entre indivíduos à distância, de forma

3 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 122-149.

4 CASTRO, Pérola M. G. B. *Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX (1829-1865)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2021, p. 60.

a operar enquanto instrumento de integração territorial. Em suas circulações regulares, os impressos proporcionaram a mitigação dos percalços causados por fatores geográficos e tecnológicos, presentes sobretudo em sociedades pouco industrializadas, como o Brasil do início do oitocentos. A imprensa, no desempenho da função de aproximação dos sujeitos, apresenta dois tipos do que o autor denomina como “vínculos imaginários”: a coincidência cronológica, a partir do momento em que se constitui “plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea” de pessoas que experienciam vivências em espaços geográficos distintos que, conectadas por meio da circulação de impressos, passam a se identificar enquanto inseridas em uma mesma identidade comunitária; e a relação entre o jornal, enquanto “forma extrema” do livro, por sua característica intrinsecamente efêmera, e o mercado, que suscita uma obsolescência cotidiana dos produtos dos prelos. Há, dessa forma, uma questão cerimonial na leitura dos jornais, que possibilita o estabelecimento de vínculos silenciosos, e ao mesmo tempo conscientes, entre produtores e consumidores.⁵

Foi em sentido semelhante, ciente das distinções entre os jornais e os livros, que o redator do *Astro de Minas* argumentou, a fim de ressaltar a importância da publicação periódica como “órgão” da opinião pública “mais certo e invariável”. Ao fazê-lo, nos fornece evidências acerca das práticas de leitura em florescimento naquele momento e a função exercida pelos periódicos no fomento das discussões nos espaços públicos:

(...) de todos os órgãos da opinião pública o mais certo e invariável é, sem dúvida, a publicação diária; (...) Por que motivo perseguem tanto os Déspotas a liberdade de imprensa diária? Donde vem que os Povos tanto despendem com ela? Por que aumentasse com a Liberdade de um país o número de suas obras quotidianas e semanárias? O grosso dos

5 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008, p. 57-70.

homens não sofre a leitura de longas páginas, e discussões profundas, mas gosta de em poucas linhas saber o que vai pelo mundo, e por seu turno discorrer em os negócios contemporâneos; bem apositados a este fim são os diários, eis o porque o povo muito os estima.⁶

A imprensa periódica, portanto, era espaço propício para as práticas de sociabilidade entre indivíduos, tanto geograficamente distanciados quanto os que se reuniam nos ambientes urbanos para discutir as novidades. Se constituía, portanto, enquanto um canal relativamente consistente de comunicação, que possibilitava a aproximação das pessoas no cotidiano. Essas potencialidades fornecidas pela palavra impressa foram amplamente exploradas por parte dos agrupamentos políticos atuantes na imprensa. Os instrumentos de comunicação favoreciam o estabelecimento de relações constantes dos representantes — inseridos nos cargos das instâncias político-administrativas locais, provinciais e nacional — com o eleitorado. Esta dinâmica, contava com o papel fundamental de mediação dos redatores, que poderiam ser pessoas ligadas aos atores políticos formais ou eles próprios os representantes no exercício das funções públicas eletivas.

Nesse sentido, a consideração da política e da cultura como esferas intimamente relacionadas, demonstra a necessidade de um exame das ações institucionais mediante análise concomitante das interações destas com os componentes culturais que regulam as práticas desenvolvidas pelos agentes sociais.⁷ À vista disso, nos propomos aqui a compreender a argumentação mobilizada por atores políticos, inseridos nos espaços formais e informais de discussão política, que pautaram a circulação dos produtos culturais impressos, assim como seus impactos no processo de integração e formalização de uma unidade territorial.

6 *Astro de Minas*, n. 24, 12/01/1828.

7 PUJOL, Javier-Gil. *Tiempo de política*. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna. Barcelona. Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006, p. 397-421.

Para nortear nossa discussão, partimos de uma proposta, que sugeria a concessão de isenção do porte cobrado sobre periódicos, diários, gazetas e panfletos nas agências dos correios, apresentada na Câmara dos Deputados. A pauta mobilizou opiniões de políticos e redatores em torno dos impactos da livre circulação de impressos pelo território brasileiro a partir da gratuidade das tarifas pagas para expedição e recebimento desses materiais via sistemas postais. Nos debates travados em torno dessa proposição, foram utilizados argumentos que apontavam para efeitos políticos, econômicos e culturais que a medida poderia proporcionar.

Os impactos projetados tinham em vista o estímulo do ambiente de crescente interesse pelos produtos das oficinas tipográficas naquele momento. Este movimento, germinado pelo processo de Independência, ganhou novos desdobramentos com o início das atividades da Assembleia Geral da Corte, bem como dos Conselhos de Governo e Conselhos Gerais de Província, a partir de 1826, que proporcionou o florescimento de possibilidades renovadas de mobilização da opinião pública em torno de novos temas da vida política. O clima de expectativa com as atividades legislativas, suscitou o interesse de redatores e leitores, que se constituíam, cada vez mais, enquanto elementos de interferência ativa nos assuntos cotidianos ocorridos de norte a sul.⁸ Dessa forma, as práticas de sociabilidade eram cada vez mais difundidas, sendo observada entre indivíduos privados que se reuniam em público — nos espaços oferecidos pelas praças, livrarias, tipografias, cafés, etc. —, reflexo de “uma preocupação coletiva em relação ao político”⁹.

8 LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

9 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais — A cultura política na independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 36.

O ambiente cultural no qual estavam inseridos os indivíduos no período de transição política do início daquela centúria, portanto, foi profícuo para a propagação de temáticas, modelos, modos, e convenções que, ao longo do Primeiro Reinado continuaram a ser repetidos, interiorizados e mesmo redefinidos, de modo que possibilitaram o afloramento de culturas políticas surgidas em torno de ideias e comportamentos fornecidos pela experimentação cotidiana nos espaços da paisagem urbana. Assim, podemos argumentar que a imprensa em circulação ativa e constante desempenhou função primordial na estruturação desses espaços de discussão política não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas também nas áreas provinciais, de maneira que devem ser compreendidas como um dos mais importantes “vetores de socialização política” disponíveis.¹⁰

A proposta que sugeria a concessão de isenção no porte pago sobre as folhas periódicas nas agências de correio veio a público em 9 de maio de 1828, quando o deputado mineiro padre José Bento Leite Ferreira de Melo pediu a palavra para apresentar sua argumentação:

É bem sabido, que havendo já no Brasil bastantes folhas periódicas, não temos ainda colhido delas todos os frutos que era de esperar, pelos embaraços que se encontram nos correios de uma para as outras províncias, por isso julgo que podiam ser francos os portes destas folhas, porque é bem pouca a diminuição nos direitos. Há ainda outra circunstância, e é, que os periódicos estrangeiros não pagam nada, quando os nacionais pagam metade do porte, e por esta razão mando à mesa a resolução para que as folhas estrangeiras fiquem pagando o que pagavam as nacionais (apoiados), não pagando estas porte algum.¹¹

Ferreira de Melo chama atenção para a profusão de impressos em atividade naquele momento, de modo a mencionar vagamente os

10 BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (orgs.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 356-357.

11 BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro de 1828*. Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, Tomo I, 1876, p. 36.

benefícios que a ampliação das condições de circulação desses produtos, com a remoção dos percalços que as restringiam, poderia acarretar. As distâncias representavam o fator de maior limitação ao acesso a informações rápidas, seguras e regulares entre as localidades. Vencê-las cotidianamente era tarefa árdua, que apenas os sistemas postais, mesmo com toda a precariedade operacional, poderiam viabilizar de forma eficiente e constante aos usuários.

Os valores cobrados nas agências levavam em conta o cálculo baseado na distância entre os locais de envio e de recebimento das correspondências e o peso de cada uma das remessas a serem transportadas pelos pedestres, o que podia resultar, muitas vezes, em portes onerosos a serem pagos no momento da retirada das correspondências no local de destino. A resolução proposta tinha o intuito de diminuir os impactos produzidos pelo percalço econômico nas comunicações interprovinciais, mediante concessão de isenção plena de porte aos impressos publicados no Brasil. A compensação viria da cobrança de meio porte sobre as publicações produzidas fora do país, que eram isentas do pagamento.

As primeiras tarifas específicas sobre os produtos impressos foram estabelecidas no fim do século XVIII, momento em que os correios passaram por uma política de reestruturação e ampliação abrangente sob alçada direta da Coroa portuguesa. Esta tomou de volta para si a administração dos serviços postais dos domínios ultramarinos, que ficou a cargo do Ministério da Marinha e Ultramar, conduzido à época por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Por quase dois séculos o ofício de correio-mor do reino e das cartas do mar foi administrado pela família Gomes da Mata, que adquiriu o domínio patrimonial do ofício por 70 mil cruzados em 1606.¹² A despatrimonialização ocorreu em 1796, em meio a uma

12 SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel: disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa* (c. 1650–c. 1750). Brasília: UnB (Tese de Doutorado), 2018.

política ampla de reformas institucionais levadas a cabo com objetivo de conter o enfraquecimento econômico, que posicionava o império ultramarino português em condição de debilidade e vulnerabilidade frente aos concorrentes europeus desde a segunda metade dos anos setecentos. Nesse contexto, o território português da América passou a despertar interesse central pelo potencial de reabilitação que oferecia ao Erário Régio. Os correios passaram a ser contemplados enquanto instrumento de promoção do processo de racionalização do espaço e do tempo das comunicações, que promoveria maior eficácia e celeridade na gestão dos interesses econômicos e políticos entre o reino e os domínios ultramarinos.¹³

O projeto estruturado por Dom Rodrigo foi instituído através do Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798 e retificado por avisos e instruções posteriores¹⁴. No documento fica claro o objetivo visado de impulsionar: a territorialização do poder político, de modo proporcionar maior agilidade das ações governamentais; os interesses comerciais, com a promoção da circulação das correspondências particulares entre as praças do império; e os interesses econômicos de arrecadação do Erário, que planejava extrair rendas do serviço prestado mediante cobrança de tarifas sobre as remessas de correspondências particulares remetidas via correios. A medida era vista como um estímulo político e econômico, que possibilitou a criação de novas fontes de receita por meio de um sistema autossustentável e, ao mesmo tempo, lucrativo de arrecadação de impostos.¹⁵

Em meio aos esforços de edificação de uma rede postal abrangente, que articularia Lisboa, à época centro gravitacional do império, com

13 GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. *O controle do fluxo das cartas e as reformas de Correio na América Portuguesa (1796 – 1821)*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutorado), 2019, p. 38-69.

14 Alvará de 20 de janeiro de 1798. In: PORTUGAL. *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maignrense, 1828, p. 479 – 482.

15 GUAPINDAIA, 2019, p. 103-148.

localidades estratégicas dos domínios ultramarinos portugueses — em meio aos quais destaca-se os domínios americanos —, podemos observar uma preocupação com a circulação de informações destinada a um público mais abrangente. Esta ficou clara a partir do Aviso de 14 de março de 1801, onde ficou determinado que autos, processos, gazetas, jornais, e outros papéis impressos que circulassem pelos correios pagariam apenas metade da taxa de porte estabelecida. Ficou estipulado, ainda, que as folhas estrangeiras estariam totalmente isentas de quaisquer cobranças para entrada no Brasil.¹⁶ Ao que tudo indica, o aviso reiterou e ampliou a abrangência de uma situação que ocorria desde poucos meses após o início da operação dos sistemas postais, posto que a Gazeta de Lisboa anunciava a concessão da isenção parcial da tarifa de transporte aos materiais impressos em 2 de novembro 1798, desde que “as ditas Gazetas forem ali entregues de sorte que se conheçam por tais, livres de quaisquer outros papéis”¹⁷.

A medida aponta para o papel que os correios deveriam desempenhar na execução de funções particulares e públicas, posto que a disseminação de notícias auxiliaria na construção de uma unidade política, econômica e cultural, que poderia servir “à construção coletiva de referenciais comuns de pertencimento”¹⁸. Dessa forma, podemos compreender a relação de contiguidade entre os sistemas postais e os produtos culturais impressos, mediante a integração não apenas dos mercados e instâncias administrativas do império, mas também dos espaços de discussão pública, mesmo que ainda sob constante censura.

A cobrança de meio porte sobre os produtos impressos e autos de processos que circulassem via correios foi reiterada pelo Aviso

16 Aviso de 14 de março de 1801. In: PORTUGAL. *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, p. 683 – 684.

17 *Gazeta de Lisboa*, n. 44, 02/11/1798.

18 FORTUNATO, Thomáz. *Topologias do tempo: a formação da rede dos correios no Brasil (1796-1829)*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 2023, p. 154.

de 8 de maio de 1809¹⁹. Este aviso foi emitido em meio às medidas que empreenderam uma reorganização da rede postal no contexto das reformas realizadas pela administração joanina, em ocasião das novas necessidades decorrentes da transferência da Corte para a cidade do Rio de Janeiro, novo centro de poder do império português. Os regulamentos que edificaram as operações postais pelo território brasileiro continuaram a ser utilizados como normativas após a outorga da Constituição de 1824, o que aponta para permanências político-administrativas mesmo após a concretização do processo de ruptura com Portugal.²⁰

No contexto de transição do processo de independência, a Assembleia Constituinte, com intuito de estimular a circulação do *Diário da Assembleia*, franqueou o pagamento do porte pago nos correios a todos os assinantes do impresso. No debate realizado durante a sessão, foi reiterado por parte dos deputados que, a despeito dos ônus assumido pela “economia da fazenda” para a implementação da medida, era “a maior circulação do *Diário* para a instrução pública, o objeto que merecia mais atenção da assembleia”²¹. Em 1826, a Câmara dos Deputados oficiou ao governo para que emitisse uma ordem que excluía os Diários da Câmara e do Senado, assim como anteriormente os da assembleia, de quaisquer cobranças de porte nos correios. Foi acrescentada ainda a disposição de que fossem estabelecidas correspondências com as províncias para facilitação das assinaturas do público.²² As providências emanadas para a promoção da circulação desses diários demonstram a percepção dos agentes políticos em relação aos impressos,

19 Aviso de 8 de maio de 1809 [Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio]. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 10-15.

20 CASTRO, 2021, p. 26-67.

21 BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro de 1823 [Assembleia Constituinte]*. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C^a, Tomo I, 1876, p. 155-157.

22 BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro de 1826*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, Tomo II, 1874, p. 38.

compreendidos como instrumento de promoção da instrução pública acerca dos atos institucionais do governo e das legislaturas.

A análise das ações coletivas como resultado de múltiplas decisões individuais e interdependentes, promovidas por grupos sociais compostos por uma justaposição de indivíduos, que compartilham características e ocupam lugares semelhantes em determinado campo social²³, possibilita o dimensionamento dos atos do deputado Ferreira de Melo em benefício da circulação de impressos. A inserção da proposta em um quadro de interesses abrangente, proporciona uma visão ampliada das conexões entre atores políticos em diferentes níveis.

A pauta acerca da concessão de isenção tarifária aos produtos culturais impressos proposta pelo deputado mineiro não era, portanto, totalmente inédita e sem precedentes. Entretanto, sem dúvida os impactos institucionais e sociais que poderiam resultar da disposição seriam mais extensos que o das medidas anteriormente discutidas. Em setembro de 1827, o próprio Ferreira de Melo havia posto em discussão uma representação do comerciante mineiro Baptista Caetano de Almeida. Este conterrâneo de província do parlamentar, com quem nutria profundos laços econômicos e afinidades políticas, solicitava isenção da cobrança de porte nas agências dos correios e de direitos nas alfândegas e portos secos, a impressos e livros remetidos à Biblioteca Pública que havia fundado na vila de São João del-Rei²⁴. O requerimento teve parecer favorável da comissão de instrução pública e da comissão auxiliar de fazenda, sendo votado em plenário pelos deputados na sessão de 22 de outubro, que deliberou pela generalização da medida a todas as bibliotecas públicas do império.

23 GUERRA, François-Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: ANDRÉS GALLEGÓ, José (org.). *New History, Nouvelle Histoire: hacia uma nueva historia*. Madrid: Actas, 1993.

24 BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C^a, Tomo V, 1876, p. 11.

A relação de proximidade entre Ferreira de Mello e o comerciante era de conhecimento público em Minas Gerais. Caetano de Almeida era o responsável pela publicação do periódico *Astro de Minas*, que circulou a partir da vila de São João del-Rei entre os anos de 1827 e 1839, sendo vinculado a deputados da chamada costa esquerda da Câmara dos Deputados, da qual José Bento fazia parte, e a outras publicações longevas de destaque durante as décadas de 1820-1830 com as quais constituíam conexões políticas. Destacamos, entre as de maior circulação, os periódicos: *O Universal* (1825-42), de Ouro Preto, cujos principais responsáveis eram José Pedro Dias de Carvalho e Manoel Soares do Couto, que contavam com a colaboração direta do deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos; *Astréa* (1826-32), de Antônio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e João Clemente Vieira Souto, publicada na cidade do Rio de Janeiro; naquela mesma localidade, a *Aurora Fluminense* (1827-1835) de Evaristo Ferreira da Veiga; e o *Farol Paulistano* (1827-31), publicado na cidade de São Paulo sob responsabilidade do deputado José da Costa Carvalho. O próprio padre Ferreira de Mello estabeleceu uma tipografia em seu reduto de origem, a vila de Pouso Alegre, de onde circulou, a partir de 1830, o periódico *Pregoeiro Constitucional* (1830-1832) sob sua responsabilidade e redação.²⁵

Estas publicações possuíam expressiva legitimidade perante a opinião pública, de modo que formalizaram uma base de oposição moderada ao governo e seus aliados nos espaços formais e informais de discussão política. No limite, somados a outras forças e fatores políticos, os atores por trás destas publicações foram figuras ativas nas pressões que levaram à abdicação de Dom Pedro I em 1831²⁶. O

25 SANTORIO, Raphael Guilherme Silva. *Impressos, correspondentes e a opinião pública: circulação e sociabilidade nos espaços públicos entre Minas Gerais e a Corte (1820-1833)*. Juiz de Fora: UFJF (Dissertação de Mestrado), 2024, p. 86-153.

26 RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2011, p. 286-331.

deputado mineiro, portanto, possuía vínculos políticos extensos com redatores de publicações independentes de localidades diversas, o que possivelmente esteve implicado na pauta proposta na Câmara dos Deputados em 1828.

É possível que as conexões políticas de Ferreira de Melo tenham sido fundamentais para a recepção que a resolução teve na imprensa por um dos mais destacados redatores do período. Evaristo Ferreira da Veiga, por meio das páginas d' *Aurora Fluminense*, teceu elogios à proposta e ao proponente “cujos sentimentos patrióticos são dignos de estima”:

A necessidade que o Brasil tem de que as luzes se comuniquem por meio dos jornais em todos os pontos não é desconhecida por pessoa alguma, e os obstáculos, que nascem das localidades, e distância já não são de pequena monta. Junta-se a eles o oneroso porte, que pagam nos Correio as Folhas impressas, que aumentando em demasia o seu preço frustra as Províncias de receberem facilmente os Periódicos da Corte, e a Corte de saber o que vai pelas Províncias. (...) Os benefícios que hão de nascer de uma tal providência não são talvez ainda bem avaliados; mas lance-se os olhos sobre o estado de incomunicabilidade e de isolamento, em que parecem estar as diferentes partes do Brasil; e o laço de comunicação, que podem formar as Folhas políticas circulando livremente de uns para outros pontos; e então se conhecerá a sua transcendência, e extensos resultados.²⁷

O redator compreendia a medida enquanto forma de estimular a propagação de notícias e ideias por meio dos jornais, sobretudo por auxiliar na diminuição dos “obstáculos” causados por fatores geográficos e tecnológicos diversos, como a condição das estradas, as questões climáticas, as formas empregadas para a condução das malas, entre outros motivos que poderiam interromper, atrasar e até mesmo fazer com que a informação fosse perdida. Esses fatores, por conseguinte, podiam afetar diretamente o valor das tarifas cobradas para a condução

27 *Aurora Fluminense*, n. 54, 11/06/1828.

das malas, de modo a inviabilizar a comunicação entre os usuários do serviço e até mesmo a continuidade das operações postais.²⁸ A isenção do pagamento dos portes poderia estimular o volume maior de circulação de informações, ao fornecer uma alternativa para reduzir a influência desses percalços no cotidiano das localidades, que passariam a observar melhores possibilidades de estabelecer “laço[s] de comunicação” por meio de ações de trocas mútuas mediante a circulação de impressos.

A circulação de impressos e integração dos espaços públicos

A dispensa de cobranças de porte sobre os materiais impressos nas agências poderia refletir em uma maior integração territorial entre as províncias dispersas, de maneira a promover a dinamização das relações entre indivíduos afastados pelo tempo e espaço. A regularidade dos serviços postais, asseguraria a constituição de vínculos importantes para a formação de uma experiência comunitária entre regiões ainda permeadas pelos latentes localismos políticos, econômicos e sociais. O quadro fragmentado da circulação de notícias traçado no trecho acima demonstra como a vida social, bem como questões de cunho político-administrativas, permaneciam ainda em um estado insatisfatório. Dessa forma, resultavam em obstáculos cotidianos para efetiva execução de serviços por parte de agentes públicos e sujeitos privados²⁹.

Em correspondências de leitores publicadas n` *Aurora* eram relatados incômodos constantes com as comunicações entre as “Províncias do Norte” e a “Capital do Império”. Sob o pseudônimo “Um Brasileiro”, um leitor questionou a falta de ações que facilitassem as relações com as províncias do Ceará, Maranhão, Piauí e Pará, ao indagar

28 GUAPINDAIA, 2019, p. 195-299; FORTUNATO, 2023, p. 240-339.

29 SILVA, Ana Rosa Cloclot da. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack braziliense*, n. 2, p. 43-63, 2005.

se “não merecem os habitantes” daquelas localidades “que suas vozes cheguem à nossa Assembleia Legislativa e ao Trono Imperial?”. Complementou o argumento com uma interpelação retórica em tom de denúncia: “Este isolamento daquela porção será sistema? Será esquecimento? Se é sistema não o entendemos; se é esquecimento, deve reputar-se criminoso”.³⁰ Assim, o estímulo à ampliação da regularidade das trocas de informações poderia vir a possibilitar a mitigação dos distanciamentos, que restringiam a experiência no dia a dia da população que compunha os arraiais, vilas e cidades.

Alguns meses depois Ferreira da Veiga voltou a argumentar sobre a proposta do colega deputado. Na ocasião, expôs as insatisfações com o fluxo de informações entre as regiões do território brasileiro, defendeu a função que a imprensa tinha naquela conjuntura e quais poderiam ser os impactos da proposta no cotidiano da população:

É uma medida conveniente no estado de isolamento, em que gemem as Províncias, para que se facilite, com a circulação dos Impressos, a comunicação entre os povos dos diferentes lugares do Império. Os Jornais de Minas, e de S. Paulo chegam aqui por preço oneroso, que desanima de se fazer a sua assinatura, e o mesmo sucede com os da Corte para aquelas Províncias, que assim ficam privadas de saber os acontecimentos públicos, de estar ao fato dos trabalhos, e atos dos seus Representantes, das ordens do Governo, etc. Quanto aos periódicos do Norte do Brasil, quase apenas os conhecemos de nome, a tal ponto que é pela atividade e energia, que pôs o Vice-Presidente do Maranhão em os perseguir, que veio à nossa notícia a existência de 3 Jornais daquela Cidade. As publicações periódicas são hoje uma necessidade dos Povos civilizados; apresentando em limitado espaço e com certa concisão o essencial das boas doutrinas, eles são os Mestres daquela classe de pessoas, que não tem tempo, nem estão no caso de recorrer a outras fontes de mais sisuda instrução; acompanhando o estado, e modificações da sociedade, os Jornais estão sempre em dia com as precisões da população, e se ocupam com as questões e interesses do momento, que sucedem sem cessar, reclamando contra a prepotência, em favor do oprimido, ou patenteando os abusos de qualquer gênero, que obstam ao bem, e melhoramentos sociais. (...) No Brasil, onde os

30 *Aurora Fluminense*, n. 38, 28/04/1828.

Representantes do Povo tem tão poucos meios de se instruírem das necessidades e votos dos seus Constituintes, os Periódicos, (digamolo assim) deveriam receber um prêmio para incentivo, em vez de se porem obstáculos à sua livre circulação.³¹

O redator concebia a atividade da imprensa periódica nos mais variados pontos do território enquanto instrumento de auxílio da publicização dos atos governamentais. As interlocuções estabelecidas entre redatores e eleitores à distância proporcionavam o impulsionamento da instrução pública acerca das atividades de instâncias de participação política locais, provinciais e nacional. Os impressos em circulação, portanto, eram canais de comunicação aos quais os “Representantes do Povo” poderiam recorrer para melhor compreensão das demandas dos “Constituintes”, assim como estes recorriam ao mesmo meio para acompanhar os trabalhos daqueles a quem seus votos delegaram funções temporárias de representação. Dessa forma, percebe-se como os impressos eram contemplados como veículos de comunicação direta entre as partes, no desempenho do papel de mediador da dinâmica entre cobranças e prestações de contas. Procedimento este fundamental para atestar a legitimidade dos atores políticos perante a opinião pública.

A característica física dos produtos culturais impressos produz reflexo direto na relação dos leitores com esses produtos culturais. Suportes de uma literatura do cotidiano, os jornais são materiais de rápida obsolescência, que são substituídos por novas edições, com seleções e recortes mais recentes feitos por redatores e/ou editores dessas publicações com “o essencial das boas doutrinas”, o que poderia estimular ou interromper, de uma hora para a outra, as expectativas do público envolvido no anseio por novidades. O viajante Robert Walsh, em suas andanças pela Comarca do Rio das Mortes no interior da província de Minas Gerais em 1828, observou que “quando chega o correio a São

31 *Aurora Fluminense*, n. 86, 01/09/1828.

José, ou outro lugar semelhante, as pessoas encham a agência em busca de seus jornais, enquanto se comprimem por trás deles para ler também as notícias”. Relatou ainda a ânsia pelas trocas de informações ao longo dos caminhos percorridos, nos quais verificou que “as pessoas, por mais humildes que sejam, sempre se mostram prontas a receber ou prestar informações úteis”.³² Esses elementos são demonstrativos da disseminação de culturas políticas mediante a circulação de impressos, que auxiliava na elaboração de práticas culturais em torno da leitura, individual ou coletiva, dos produtos das oficinas tipográficas em trânsito entre localidades.

As agências dos correios eram pontos conhecidos pela população nas áreas urbanas provinciais. Instaladas nas ruas principais ou em suas proximidades, eram locais de convergência para os quais as pessoas se dirigiam em busca das novidades, que poderiam ser direcionadas por suportes como cartas, jornais, livros, panfletos, folhetos, etc. Nesse sentido, esses estabelecimentos “desempenharam importante papel na constituição dos espaços públicos e na estruturação da paisagem urbana, orientando a vida cotidiana das comunidades”, lugares que possibilitavam a recepção, o envio de notícias e a elaboração de relações de sociabilidades diversas, “práticas consideradas fundamentais para a formação da opinião pública”³³.

As transformações recentes, em decorrência do processo de liberalização política do Brasil, produziram reflexos diretos nas formas de comunicação entre os sujeitos, sobretudo com a ampliação da livre circulação de impressos. Dessa forma, os correios passaram a se tornar elemento essencial para a estruturação e afirmação dos espaços públicos provinciais. Os apelos pela ampliação e a melhoria da rede postal surgiam frequentemente como demanda dos usuários cada

32 WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, Volume II, 1985, p. 139.

33 CASTRO, 2021, p. 60.

vez mais ávidos por novidades. Esse foi tema de uma correspondência publicada no periódico *O Universal*, da cidade de Ouro Preto, assinada sob uso do pseudônimo “O Observador Paraopebano”, que versava sobre a mobilização dos habitantes do arraial de São José do Paraopeba:

A antiga solidão, os lutos, as tristezas misturadas com o silêncio servil que experimentei na primavera de meus dias combinados com as luzes, alegria, e linguagem franca de nossos tempos faz-me cuidar que estamos inteirados da nossa felicidade. Quanto mais revolvo na memória e combino essas duas ideias — passado e presente — tanto mais me embelezo e torno agradecido mil graças ao Deus dos Deuses por ter-me dado a felicidade de nascer neste tempo. Quando vejo o patriotismo tão radicado por todas as partes considero então essa felicidade duradoura. Ainda mesmo os lugares menos povoados são onde arde o farol do patriotismo. Não quero mais para confirmação desta asserção senão o Arraial de S. José onde fui testemunha do patriotismo com que aqueles habitantes enfiados de sofrer a demora de Periódicos pelos Tropeiros concorreram para haver um Correio pago à custa dos moradores desta Aplicação, e como a Ilustre Câmara do Ouro Preto propôs um Correio por entre eles e por isso dispensável o seu, julgaram empregar as expensas oferecidas a assinaturas de Periódicos para todos desta Aplicação ler; e mesmo para aqueles que não saibam ler pediram ao Cidadão José Gonçalves do Amaral que exerce o emprego de mestre particular no dito Arraial para ler em certas horas: este compelido pelo amor da civilização, cedeu oferecendo-se pronto.³⁴

Na correspondência, o uso de metáforas que evocam os sentimentos contrastados, mediante comparação entre os ambientes de um passado rememorado e um presente em experimentação, demonstram o entusiasmo com as transformações políticas. A ação de indivíduos que experienciavam as formas de sociabilidade vivenciadas nos espaços públicos, impulsionaram a legitimação de instituições e práticas políticas que consolidavam as mudanças do início do século XIX. Dessa forma, como expresso no relato acima, a “antiga solidão”, os “lutos” e as “tristezas misturadas com o silêncio servil” experimentados

³⁴ *O Universal*, n. 667, 02/11/1831.

no passado, em contraste com as “luzes, alegria e linguagem franca” daqueles “tempos”, produziam uma percepção da “felicidade” experienciada naquele contexto. A palavra impressa em movimento constante e regular por meio dos sistemas postais, possibilitava, assim, a radicação do “farol do patriotismo”, de forma a atender os anseios da população que necessitava de informações para a concretização das atividades políticas, econômicas e culturais.

A liberdade de circulação da imprensa, portanto, era contemplada pelos agentes enquanto uma expressão dos tempos de liberalização política do início do século, que passava a ser cada vez mais presente entre os habitantes dos pontos mais afastados do território brasileiro. As leituras coletivas realizadas nos espaços públicos das praças, agências de correios, entre outros locais destinados a essas práticas, proporcionavam, além de uma forma notável de contornar a questão do analfabetismo, a constituição de laços mediante as sociabilidades desenvolvidas no ato de apropriação dos conteúdos. Essas práticas oportunizavam tanto a criação de vínculos entre os habitantes de uma mesma localidade, reunidos naqueles lugares específicos, quanto entre indivíduos distanciados pelos percalços do espaço e do tempo, que passavam a desenvolver a noção da simultaneidade dos acontecimentos diários nas diferentes partes do território brasileiro.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto do deputado José Bento Leite Ferreira de Mello foi encaminhado ao Senado, que também emitiu parecer favorável. Entretanto, mesmo com a aprovação de ambas as casas do legislativo, o projeto não foi sancionado. Na reunião do Conselho de Estado de 4 de julho de 1829, D. Pedro I rejeitou “uniformemente” a medida, sob a justificativa de que a concessão de isenção aos periódicos poderia vir a causar desfalques nos rendimentos dos correios, “quando suas despesas tanto se haviam aumentado para

que desta Repartição se tirassem os melhores resultados em benefício público”³⁵.

O veto do imperador, apesar da alegação prática mobilizada enquanto argumento, pode ser interpretada como uma medida que visou antever prejuízos políticos. Naquele momento, as disputas travadas na opinião pública acerca dos rumos do governo antagonizavam os partidários do imperador e os núcleos partidários de oposição — reunidos sobretudo na costa esquerda da Câmara, composta por um núcleo expressivo estruturado durante a primeira legislatura. A atuação deste grupo na imprensa era preponderante, posto que reuniam periódicos de significativa circulação, que impulsionaram nomes importantes para a composição da segunda legislatura³⁶. Os sensíveis assuntos mobilizados por políticos e redatores — em trânsito entre os espaços formais e informais de discussão —, em defesa da devida aplicação das conquistas civis firmadas e garantidas pela Constituição de 1824, de reformas que ampliassem as prerrogativas da Câmara dos Deputados e a independência do poder Judiciário, e prol da redução dos poderes do imperador, muito possivelmente foram levados em conta quando da tomada de decisão sobre a concessão da isenção de porte aos impressos³⁷.

Entre o período de discussão da proposta do deputado Ferreira de Mello e o veto do imperador, veio à luz o Decreto de 5 de março de 1829, que regimentava as atividades da Administração Geral dos Correios. Documento, este, responsável por uma profunda reforma na organização dos sistemas postais em funcionamento³⁸. Nele ficaram reiteradas as disposições de regulamentações anteriores de que: as

35 BRASIL. *Atas do conselho de Estado (Segundo Conselho de Estado, 1823 - 1834)*. Brasília: Senado Federal, volume 2, 1973, p. 70.

36 RODARTE, 2014, p. 51-167.

37 BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado em História), 2004, p. 24-82.

38 CASTRO, 2021, p. 93-119.

gazetas, periódicos e jornais impressos dentro do império estariam isentos de porte se fossem dirigidos a bibliotecas públicas; impressos remetidos a particulares pagariam somente meio porte, desde que fossem enviados “sem capa, presos com tiras de papel, de maneira que se possa conhecer que dentro não vão cartas”; os impressos de fora do país ficariam submetidos aos mesmos regulamentos, sob cobrança de taxas específicas a depender do local de origem³⁹.

Em maio de 1830, durante as atividades da segunda legislatura, a proposta voltou a ser discutida pelos parlamentares, em meio a outras propostas vetadas pelo imperador na primeira legislatura, conforme o trâmite previsto na Constituição 1824. Novamente, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Na ocasião, o redator Evaristo Ferreira da Veiga, deputado eleito mediante legitimidade reconhecida perante a opinião pública por sua notória atuação n`*Aurora Fluminense*, solicitou a palavra no plenário para tecer argumentos sobre a importância da proposta em discussão:

Todos sabemos a vantagem que se tem colhido da circulação dos periódicos liberais, e de todos os periódicos em geral; todos nós sabemos que o Brasil de 30 difere muito do de 26, e para isso tem concorrido muito os jornais. Se, pois, a sua circulação nos serve para a melhor instrução dos povos, que não tem por hora grande soma de ilustração, para que deixamos de tomar este meio indireto de a favorecer? (...) Sabemos o que o poder obra, e que por esta maneira se vai promover a circulação, e até desses periódicos servis contra a liberdade; mas, entretanto, a causa é tão boa, que não devemos deixar de dar toda publicidade, porque a arma dos periódicos liberais, é tão excedente que rebenta na mão dos servis. (...) devemos nos lembrar que, segundo as distâncias consideráveis que existem no Brasil, nós devemos procurar facilitar as comunicações a essas associações de desejo, e de vontade de opinião, que tem estabelecido a civilização ao ponto que vemos hoje. Nós vemos na Europa, onde as comunicações são fáceis, onde há meios de associações públicas, casas de educação em todos os pontos, que muito se promove a circulação de jornais; e

39 Decreto de 5 de março de 1829. In: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 221.

então como nós, que temos ainda tantos obstáculos, que a poucos anos lançamos fora os ferros do despotismo, não havemos de facilitar todos os meios para a circulação de jornais?⁴⁰

No discurso proferido pelo deputado é possível apreender como os agentes políticos compreendiam a circulação impressa como instrumento de transformação dos espaços públicos. A “instrução dos povos”, evocada enquanto justificativa favorável ao franqueamento de porte, traz à tona a concepção dos produtos culturais impressos como ferramenta de ação, intervenção e, mais do que isso, de ascensão política. O fluxo de periódicos, diários, gazetas, panfletos, assim como de outros materiais produzidos pelas oficinas tipográficas, favorecia a ilustração dos sujeitos, de modo a possibilitar o contato com notícias e ideias que, amplamente publicizadas, oportunizaram a elaboração das “associações de desejo” — desenvolvidas por meio do estreitamento das sociabilidades entre indivíduos privados, que, reunidos em público, tanto nos espaços formais quanto informais de discussão, poderiam pautar suas opiniões no debate público.

A própria trajetória de Evaristo Ferreira da Veiga é um exemplo evidente da proporção atingida pela palavra impressa àquela altura. Este havia sido eleito deputado por de Minas Gerais com 212 votos. Naquela província contava com o apoio de seus irmãos Bernardo e Lourenço, estabelecidos na vila de Campanha, onde obteve quase metade dos votos que lhe alçaram à Câmara dos Deputados por Minas. Contudo, a maior parte dos votos vieram da soma dos resultados de colégios eleitorais, possivelmente alcançados pelos holofotes que suas atividades de redação lhe proporcionaram. Curiosamente, Ferreira da Veiga só viria a conhecer a província pessoalmente anos mais tarde, na

40 BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C^a, Tomo I, 1876, p. 117.

oportunidade em que visitou seus irmãos no ano de 1836, um ano antes de sua morte.⁴¹

Assim, a promoção da circulação dos produtos culturais das oficinas tipográficas, poderia proporcionar uma maior integração territorial, ao aproximar, mesmo que de forma abstrata, populações distanciadas por percalços do mundo material. Tendo sido amplamente defendida pela costa esquerda na Câmara dos Deputados e na imprensa, a proposta pelo franqueamento do porte dos impressos nas agências dos correios seria sancionada apenas no ano seguinte, quando, após as pressões que levaram D. Pedro I a abdicar do trono, os deputados de oposição passaram a encabeçar o governo após a formação da Regência Trina Permanente. Esta fora composta — além do senador Francisco de Lima e Silva — por outras duas figuras vinculadas a publicações periódicas: José da Costa Carvalho, responsável pela publicação do *Farol Paulistano*; e João Braúlio Muniz, que possuía conexões estreitas com os redatores do periódico *Farol Maranhense* em sua província de origem e com a *Astréa* na Corte.

41 SANTORIO, 2024, p. 152.

Bibliotecas populares nas páginas dos periódicos cariocas (1870 - 1889) ¹

Marcelo A. M. Domingues

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras civilizações, as bibliotecas fazem parte do cotidiano social, e o sentido de guarda ou custódia dos livros prevaleceu por muito tempo, “[...] resultante do princípio de que a biblioteca foi instituída para armazenar e preservar os documentos a fim de garantir a continuidade da evolução cultural”². Mais que simplesmente locais para depósito de livros, as bibliotecas, ao longo dos séculos, foram se convertendo também em espaços fundamentais de acesso ao conhecimento. Neste sentido, é imprescindível refletirmos sobre as bibliotecas e suas variadas tipologias. Pois, ao pensarmos em leitura e suas práticas também devemos ponderar sobre as formas de acesso aos materiais de leitura (livros, periódicos, folhetos, etc.).

Uma vez que os livros costumavam ser artigos caros, e sua aquisição era restrita àqueles em condições financeiras de fazê-lo,

1 Este texto é uma versão atualizada e expandida do trabalho apresentado no 33º Seminário Nacional de História da ANPUH, e que consta em seus anais.

2 TARGINO, Maria das Graças. Evolução conceitual da biblioteca. **Cadernos de Biblioteconomia**, [S.l.], v. 8, p. 59-64, 1984. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/64113>. Acesso em: 12 out. 2023. p. 62.

o surgimento de bibliotecas de acesso coletivo³ foi uma opção para aqueles que desejavam nutrir seu hábito de leitura por prazer/lazer, ou como maneira de instruir-se. Bibliotecas circulantes⁴, por subscrição⁵, públicas⁶, populares. Diversas foram as tipologias que surgiram ou ganharam força principalmente ao longo do século XIX. Uma explicação para tal fenômeno foi o aumento do número de leitores ao longo do oitocentos em consequência, no mundo ocidental, de uma crescente alfabetização da população; novos leitores que liam, sobretudo, jornais e ficção⁷.

Este trabalho se atentará às chamadas *bibliotecas populares*, comuns no século XIX e que, no Brasil, teve um período de ascensão e declínio nas duas últimas décadas do Império brasileiro (1870 e 1880)⁸. Logo, o objetivo aqui é apontar qual era a opinião pública veiculada nos periódicos cariocas da época.

Frisamos que a perspectiva histórica com a qual trabalhamos aqui é a História Política, considerando que “não há acontecimento que

3 Denominamos como tais, aquelas bibliotecas destinadas a uma dada coletividade, como o nome sugere. Não utilizamos o termo *pública* para que não cause qualquer confusão no leitor.

4 Como bibliotecas circulantes (também chamadas de *bibliotecas volantes*) entendemos a tipologia de biblioteca que, muitas vezes estava instalada em um veículo/meio de transporte, que possibilitava sua circulação por lugares diversos, ofertando materiais de leitura a diferentes pessoas, por isso seu nome (*circulante/volante*).

5 Esse tipo de biblioteca diz respeito àquela biblioteca cujo acervo e espaço é custeado por meio de contribuições financeiras dos próprios leitores, por meio de subscrições (mensais, anuais, etc.) ou da compra de quotas (neste caso, os leitores seriam sócios da biblioteca).

6 Como biblioteca pública, entendemos a tipologia de biblioteca que é para uma dada coletividade e, geralmente, é custeada com recursos governamentais.

7 LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org). **História da leitura no mundo ocidental**. 2v. São Paulo: Ática, 1998.

8 SCHAPOCHNIK, Nelson. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência da Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870 – 1889. **Historia y Espacio**, [S. l.], v. 14, n. 51, 2018. Disponível em: https://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/7275. Acesso em: 12 mar. 2023.

seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade [...]”⁹. Sob esta ótica, entendemos que a criação de bibliotecas populares ao longo do período abarcado não foi um acontecimento político por si só, o foi em vista da repercussão que teve por meio da veiculação de informações sobre esses espaços na imprensa periódica da época. De certo modo, se tratou de um acontecimento político na medida em que mobilizou uma sociedade.

BIBLIOTECAS E SOCIEDADE

O estabelecimento de bibliotecas está diretamente ligado tanto ao ambiente social, quanto ao desenvolvimento social¹⁰. Esses fatores são determinantes para que haja a criação de instituições como a biblioteca: ela é um produto, não a base de uma sociedade; como tal, seu propósito surge sempre a partir de uma demanda da sociedade a qual integra, nunca nasce dela mesma¹¹. Deste modo, “a criação e o desenvolvimento de bibliotecas depende, assim, da forma como se desenvolvem os fatores que atuam no processo sociocultural”¹².

Há três parâmetros que influenciam na criação de bibliotecas: a sociedade e suas instituições; o papel da biblioteca em atender às necessidades sociais; a disseminação da informação e conhecimento¹³. Nesse sentido, concerne ao primeiro parâmetro a ideia de que a sociedade como um todo - ou cada um dos diversos grupos sociais que

9 JULIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: Novas Abordagens**. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1995. p. 184.

10 EGAN, Margaret. The library and the social structure. In GERARD, David (ed.). **Libraries in society: a reader**. London: Clive Bingley, 1978.

11 REITH, David. The library as a social agency. In: ROGERS, A. Robert.; MCCHESENEY, Kathryn. **The library in Society**. Littleton, CO: Libraries unlimited, Inc., 1984.

12 GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista de Escola de Biblioteconomia da UFMG**, [Belo Horizonte], v. 11, n. 1, 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36404>. Acesso em: 2 abr. 2023. p. 20.

13 REITH, 1984.

a compõem -, assim como as instituições por ela mantidas, o impulso para a criação de bibliotecas. Isso leva ao segundo parâmetro: a força propulsora de fundação de uma biblioteca parte de uma demanda que visa atender a uma dada necessidade social. O que, por fim, traz em seu bojo o terceiro parâmetro: essa necessidade pode ser entendida como a assistência a uma demanda de informação e conhecimento, de modo que a biblioteca cumpra seu papel de disseminação do conhecimento.

À vista disso, podemos dizer que a biblioteca possui algumas funções, como: repositório, disseminação da informação e educação¹⁴. A primeira e a segunda estão diretamente relacionadas: a biblioteca é um espaço de custódia documental, onde tipologias documentais diversas são armazenadas com a finalidade de serem consultadas pelos usuários¹⁵ - a biblioteca guarda ao mesmo tempo em que dá acesso. Concomitantemente, sua função educacional - e aqui podemos acrescentar uma função cultural - existe em virtude da salvaguarda e disseminação do conhecimento; a biblioteca é o ambiente onde se aprende (os usuários têm acesso ao saber ali disposto) e se apreende (eles também são introduzidos aos códigos culturais e tradições da sociedade em que vivem). Ressaltamos, todavia, que as funções da biblioteca estão sujeitas ao sistema de valores de uma dada sociedade¹⁶.

Essa observação é importante para compreendermos que bibliotecas não se criam como tais sem que haja um motivo. Antes, elas são constituídas a partir de um dado objetivo determinado por uma sociedade ou grupo social. Por sua vez, tal objetivo ou demanda, só surge a partir do momento que a sociedade ou o grupo social toma consciência de si. Não é a biblioteca que cria a consciência de grupo, esta

14 REITH, 1984.

15 Os leitores de uma biblioteca.

16 LANDHEER, Bartholomew. **Social functions of libraries**. Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 1957.

precede aquela, de modo que “a biblioteca é o resultado do crescimento de uma dose coletiva, que por sua vez a estimula”¹⁷.

No que concerne ao caso aqui apresentado – as bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro – pelo que foi verificado nos periódicos da época, adiantamos que sua criação (e manutenção) se tratava de uma demanda social. Segundo os textos veiculados nos periódicos oitocentistas, era imperioso que houvesse um espaço de *instrução pública* (para além do espaço escolar, e que, de certa forma o fosse complementar), que pudesse educar as classes pobres, *populares*.

ESPAÇOS DE LEITURA NO CONTEXTO OITOCENTISTA DO RIO DE JANEIRO

A vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi um fator que possibilitou o aumento do acesso à leitura, de modo que esse crescimento pode ser compreendido pelo viés do processo de urbanização para remodelar a cidade em uma Corte¹⁸. A cidade começou a ser transformada não somente na sede da Corte portuguesa, como em um núcleo emissor de civilização para outras regiões do país, de modo que “enquanto Corte e capital do Império, seu espaço urbano deveria refletir o *projeto civilizatório* de matriz europeia [...]”¹⁹. Neste sentido, podemos pensar que tal projeto incluía, por exemplo, a instalação de instituições artísticas e culturais, tais como, museus, bibliotecas, teatros, escolas de arte, dentre outras.

17 LANDHEER, 1957, p. 212.

18 CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. Quem eram os leitores cariocas do século XIX? **Interfaces**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 40-50, 2015. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/3693/2759. Acesso em: 10 nov. 2024.

19 BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9555/9555_1.PDF. Acesso em: 01 set. 2022. p. 59.

Com essa mudança no estatuto político da cidade, era necessária uma transformação na qual o espaço urbano se adequasse a sua nova função e que também contribuísse para sua mudança de significado²⁰. Assim, no decurso do século XIX os espaços de leitura foram se multiplicando, como consequência de uma necessidade premente da sociedade em instruir-se ao mesmo tempo em que se inseria nas mudanças daquele século²¹.

É interessante pensarmos que “de maneira geral, o Rio de Janeiro assistiu, ao longo do século XIX, à proliferação de bibliotecas que não pertenciam a particulares, e que, mesmo estabelecendo restrições aos seus acervos, via de regra, pretendiam atingir uma coletividade de leitores”²². A sociedade carioca, portanto, viu a multiplicação de *espaços de leitura*²³ no oitocentos. Deste modo, podemos dizer que esses espaços, para além da prática da leitura, também se constituíram como locais de sociabilidade da vida urbana na Corte imperial brasileira.

Vários desses espaços de leitura eram divulgados nas páginas dos periódicos cariocas. A título de ilustração, examinando o *Almanak Laemmert* em anos diferentes, percebemos que ele informava a respeito das bibliotecas e gabinetes de leitura existentes no município da Corte²⁴. De acordo com o que foi veiculado pelo periódico, vemos que o número de estabelecimentos de leitura, na Corte, cresceu ao longo do período imperial. Eram 6 em 1844, 7 em 1870 e 17 em 1889²⁵. Depois, notamos

20 AZEVEDO, André Nunes. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade**. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext, 2002.

21 CASTRO, 2015.

22 AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. **Leitura, Teoria**, Campinas, n. 32, p. 12-20, 1998. p. 5.

23 Como tal, estamos denominando o conjunto de espaços que promoviam a leitura (incluindo aqui bibliotecas, gabinetes, salões, etc.).

24 ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1844-1889. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

25 Esse número, conjecturamos, pode ter sofrido variações ao longo dos anos.

que, para além dos espaços que, presumimos, destinavam-se à leitura por prazer, surgiram aqueles vinculados às instituições culturais, de ensino e militares. Isso denotou uma necessidade de salvaguarda documental e de disseminação informacional dessas instituições.

Não podemos deixar de salientar uma certa organicidade na abertura, mas também no fechamento desses espaços. No decorrer dos anos alguns espaços iniciaram, outros tantos encerraram suas atividades. Os motivos podem ser os mais diversos. No entanto, podemos supor que o maior problema fosse o financeiro, considerando que algumas instituições não possuíam espaços próprios (devendo arcar com aluguel), precisavam comprar materiais de leitura, assim como o compromisso com outros custos (funcionários, manutenção do espaço, etc.). E, quando se trata de instituições que dependiam de subscritores, é possível que elas não contassem com um número de leitores que suprisse as demandas financeiras. Ou seja, manter um espaço de leitura era algo que demandava não apenas boa vontade em agradar aos leitores; como qualquer instituição, o funcionamento desses locais dependia de um aporte financeiro que fosse suficiente para a realização de suas atividades.

De todo modo, pensar em espaços de leitura no contexto do século XIX, no município do Rio de Janeiro, é sim ter em mente uma variedade interessante de espaços. No entanto, devemos considerar que parte desses espaços não garantia acesso gratuito aos seus materiais de leitura. É a partir desse ponto que podemos refletir sobre a importância e o papel desempenhado pelas bibliotecas populares.

BIBLIOTECAS POPULARES E OS PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX

Após o recenseamento de 1872, a imprensa imperial noticiava sobre bibliotecas populares como forma de “[...] reverter as trevas da ignorância e promover, simultaneamente, a fé nos livros e no conhecimento para o povo, num verdadeiro programa de regeneração

moral da população”²⁶. As notícias veiculadas nos periódicos daquele momento podem ter indicado uma demanda social, uma reivindicação pelo acesso a materiais de leitura – fosse como lazer ou instrução.

Onde, porém, estariam disponíveis os materiais de leitura para aqueles que não dispunham de condições financeiras para aquisição? Dada a conjuntura oitocentista brasileira, as possibilidades que se apresentavam eram os gabinetes de leitura, as bibliotecas públicas e as bibliotecas populares. Os gabinetes de leitura, em geral, exigiam contribuições financeiras – muitos deles seguiam o modelo de subscrição. Restavam, então, as outras duas possibilidades. Por uma questão de escopo, nos atentaremos a pensar sobre as bibliotecas populares.

As bibliotecas populares começaram a ser implementadas ao longo do século XIX em diversos países ocidentais. Para além de espaços de guarda de livros, essas bibliotecas eram também vistas como uma forma de popularização da leitura e instrução da população.

Cabe observarmos que “as bibliotecas públicas no Brasil vão implantar-se e desenvolver-se durante o século XIX. Não que não existissem antes, mas de um modo geral eram vinculadas a conventos e ordens religiosas e o acesso a elas era restrito”²⁷. A partir disso ponderamos que, na verdade, possivelmente se tratavam de bibliotecas de uso coletivo em instituições privadas ou religiosas, e não bibliotecas públicas no sentido que o oitocentos começou a cunhar.

Ressaltamos que entre 1870 e 1889, a imprensa brasileira também noticiou “[...] a instalação de 69 bases institucionais de leitura que se intitulavam bibliotecas populares, incluindo também algumas associações cujos fins previam a criação de bibliotecas desta natureza”, sendo 56 entre 1870 e 1879, e 13 entre 1880 e 1889²⁸. Consideramos,

26 SCHAPOCHNIK, 2018, p. 205.

27 BESSONE, Tania. As Bibliotecas Cariocas: o Estado e a Constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 59.

28 SCHAPOCHNIK, 2018, p. 207.

porém, que “[...] o processo de implantação de bibliotecas populares não atingiu a totalidade das províncias [...]”; Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais concentraram a fundação desses espaços²⁹. Além disso, a fundação de bibliotecas populares foi mais forte no interior das províncias, devido à presença de espaços diversos nas capitais³⁰.

As bibliotecas públicas e populares

Muito embora os conceitos de biblioteca pública e biblioteca popular se entrecruzem ou mesmo se confundam algumas vezes, é necessário realizarmos uma breve distinção entre essas tipologias de biblioteca, para que prossigamos com nosso objetivo.

Inicialmente, devemos pensar que a biblioteca é uma agência social que depende dos objetivos da sociedade, de forma que ela segue as mudanças sociais, ela não cria essas mudanças³¹. Sob esta ótica, a sociedade implementa bibliotecas a partir de suas necessidades.

Deste modo, observamos que ao longo da história das bibliotecas, algumas necessidades básicas, universais e contínuas impulsionaram o estabelecimento dessas instituições³². Logo, elencamos as seguintes premências para a criação de bibliotecas: preservar documentos governamentais; dar suporte à instrução religiosa e moral; promover a educação formal; providenciar e facilitar acesso a materiais acadêmicos³³.

Alicerçados nesse pensamento, entendemos que a biblioteca seria, então, uma *experiência social*³⁴. Ao considerá-la como tal,

29 SCHAPOCHNIK, 2018, p. 208.

30 SCHAPOCHNIK, 2018.

31 SHERA, Jesse Hauk. **The foundations of the public library**: the origins of the public library movement in New England: 1629-1855. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

32 GATES, Jean Keys. The library in society. In: GATES, Jean Keys. **Introduction to librarianship**. New York: McGraw-Hill, 1968.

33 GATES, 1968.

34 PLANAS, Javier. Las bibliotecas populares y obreras como objetos de la historia. **Historia y Espacio**, [S. l.], v. 14, n. 51, 2018. Disponível em: <https://historiayespacio>.

compreendemos que a biblioteca não apenas tem um propósito de existência, como também que não há neutralidade nas funções que desempenha. Uma biblioteca não é uma instituição passiva; antes, ela age ativamente no meio social em que se insere por meio dos serviços que oferece aos seus leitores.

Analisando a respeito da biblioteca pública, ponderamos que ela “[...] é um produto do século XIX e das mudanças sociais nas nações ocidentais, mais tarde adaptadas às condições sociais”³⁵. Isto é, as transformações sociais que ocorreram no Ocidente naquele momento - como a Revolução Industrial³⁶, por exemplo - constituíram forças propulsoras para a criação de bibliotecas abertas ao público em geral e que suprissem suas demandas informacionais, ao mesmo tempo em que funcionassem como espaços para a educação das massas. Em suma, podemos dizer que o contexto de meados do século XIX foi favorável à criação de bibliotecas públicas, inclusive, por haver interesse social a respeito da instalação desses espaços³⁷.

É importante atentarmos, porém, que “o significado de ‘biblioteca pública’ variou como instituição evoluída sob o impacto de mudanças econômicas e sociais, e adquiriu muitas implicações ao longo de sucessivos períodos de tempo”³⁸. Sob esta perspectiva, refletimos que o sentido do caráter *público* da biblioteca transformou-se ao longo do tempo, de forma que o que se pensava sobre biblioteca pública em inícios dos oitocentos não era a mesma coisa que em finais daquele mesmo século.

univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/6982. Acesso em 23 out. 2024.

35 SEAVEY, Charles A. Public libraries. In: WIEGAND, Wayne A.; DAVIS JR, Donald G. (eds.). **Encyclopedia of library history**. New York: Routledge, 2013. p. 518.

36 SEAVEY, 2013, p. 520.

37 SEAVEY, 2013.

38 SHERA, 1970, p. 157.

Nos EUA oitocentista, a título de exemplo, as predecessoras da biblioteca pública custeada com impostos foram as bibliotecas por subscrição e as bibliotecas populares, além da biblioteca circulante³⁹. No Brasil também houve essas tipologias de bibliotecas e, guardadas as devidas proporções do caso estadunidense, também podemos argumentar que elas cultivaram o caminho para que, mais tarde, surgissem iniciativas de bibliotecas públicas financiadas pelo governo.

Ressaltamos, assim, que havia bibliotecas de *acesso público* - coletivo - no Brasil, antes mesmo de haver bibliotecas públicas. Com isso, queremos dizer que seu acesso poderia ser *franqueado* ao público. Essa questão semântica é interessante para compreender que essas bibliotecas possivelmente não tinham acesso livre - como aquele em que se propõe a biblioteca popular.

Ao longo do século XIX algumas bibliotecas públicas começaram a surgir em determinados pontos do território brasileiro: “[...] primeiro na Bahia (1811) e depois em Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871)”⁴⁰. Além das citadas, também é possível enumerar: a Livraria⁴¹ Pública de São João Del Rey (1827), a Biblioteca Pública da Imperial Cidade de Ouro Preto (1831), ambas na província de Minas Gerais (Souza; Venâncio, 2016); a Biblioteca Pública provincial do Maranhão (1826/1831) (Marinho, 2008); e a Biblioteca pública do Pará (1871)⁴². Inferimos que essas iniciativas tenham apontado para um desejo de propagação da leitura (e de instrução) da população.

Todavia, alguns desses empreendimentos, ressaltamos, tiveram início com particulares. A Biblioteca Pública da Bahia, por exemplo, foi

39 SEAVEY, 2013.

40 FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro; Brasília: Tempo Brasileiro: INL, 1979. p. 22.

41 Na época, *livraria* e *biblioteca*, muitas vezes, eram termos usados como sinônimos.

42 COSTA, Elisangela Silva da; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. A Bibliotheca Publica do Pará: um sopro de civilidade na transição do império para a república na província do Pará. **Biblos**, [S. l.], v. 35, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12175>. Acesso em: 23 ago. 2023.

instituída por diligência do coronel baiano Pedro Gomes Ferrão, em 13 de maio de 1811, durante o governo do Conde dos Arcos. Diversos foram os subscritores que contribuíram com quantias em dinheiro, assim como doações de livros ou mesmo bibliotecas pessoais, para que ela pudesse ser estabelecida⁴³.

Eventualmente as forças governamentais tomaram para si a responsabilidade de criar e sustentar bibliotecas públicas. No Reino Unido, por exemplo, “as tendências populacionais, econômicas e de reforma política e social levaram ao surgimento de bibliotecas públicas em meados do século XIX”⁴⁴. Toda a conjuntura daquela nação nos oitocentos foi favorável ao nascimento desse tipo de biblioteca, de modo que por volta de 1850 vimos a instituição do *The Library Act*⁴⁵. Essa legislação foi uma extensão de uma lei de 1845 para que, além de museus, cidades com mais de 10 mil habitantes pudessem, por meio de impostos, estabelecer bibliotecas públicas⁴⁶. O *Library Act* não obrigava as cidades a estabelecerem bibliotecas públicas, antes, ele dava uma possibilidade de que fizessem isso e utilizassem impostos municipais para tal finalidade.

É válido frisarmos que o *Library Act* não foi instituído “[...] por causa das demandas da classe trabalhadora por bibliotecas custeadas por impostos; foi uma das muitas reformas sociais empreendidas como resposta ao rápido crescimento dos centros urbanos após a Revolução Industrial”⁴⁷. Para além de ter sido uma demanda de determinados grupos sociais, a fundação de bibliotecas públicas foi uma necessidade urbana, de formulação cidadina; uma maneira de constituir espaços de sociabilidade de um modo de viver cada vez mais urbano.

43 AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22782>. Acesso em: 28 ago. 2023.

44 SEAVEY, 2013, p. 524.

45 SEAVEY, 2013.

46 TOLZMANN, Dom Heinrich; HESSEL, Alfred; PEISS, Ruben. **The memory of mankind: the story of libraries since the Dawn of History**. New Castle: Oak Knoll Press, 2001.

47 LERNER, Fred. **Libraries through the ages**. New York: Continuum, 1999. p. 143.

No que concerne às bibliotecas populares, observamos que seu surgimento data, assim como a biblioteca pública, do século XIX. Nesse sentido, “a biblioteca popular é uma instituição relativamente nova e destinada a uma classe de leitores cujo acesso às fontes de conhecimento só foi oficialmente facilitado a partir da época da revolução Francesa” (Pinto, 1940, p. 18). Tolzmann, Hessel e Peiss explicam que “a Revolução [Francesa] teve dois resultados muito importantes para a história da biblioteca francesa: centralização do colecionismo de livros e o princípio de que livros deveriam ser acessíveis ao público geral”⁴⁸. Como vimos, este último princípio tomou proporções maiores, se espalhando para o restante da Europa e a América, culminando nas concepções de bibliotecas públicas e populares.

Ainda seguindo essa linha de pensamento, podemos refletir que os ideais de biblioteca popular e biblioteca pública são, de certo modo, oriundos do pensamento iluminista difundido durante a Revolução Francesa, que por sua vez teria criado uma demanda pela popularização da educação e cultura e, por consequência, do livro⁴⁹.

No Brasil imperial houve três vertentes distintas de fundação de bibliotecas populares: as iniciativas privadas (dos “beneméritos das letras”), as políticas públicas (como foi o caso fluminense com a Lei nº 1.650 de 1871⁵⁰) e as iniciativas de associações voluntárias (como as bibliotecas implementadas por lojas maçônicas)⁵¹. Essas formas de criação de bibliotecas populares, portanto, coexistiram ao longo do século XIX.

48 TOLZMANN; HESSEL; PEISS, 2001, p. 96.

49 GÓMEZ HERNÁNDEZ, J. La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares». De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner. **Revista General de Información y Documentación**, v. 3, n. 2, p. 55, 1 ene. 1993. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID9393220055A>. Acesso em: 03 jan. 2025.

50 Essa lei previa a criação de bibliotecas populares nas municipalidades da província, por meio do uso de impostos. De acordo com ela, sua alocação e gestão ficariam a cargo da Câmara Municipal de cada localidade.

51 SCHAPOCHNIK, 2018.

As bibliotecas populares, deste modo, eram aquelas voltadas para as classes menos favorecidas, e cujo acervo, geralmente, voltava-se para uma literatura instrutiva, assim como ao lazer (romances) e informação (jornais e revistas diversos). Ela era a biblioteca “nascida ou antes instituída, mui especificamente para fomentar e estimular o ensino e o gosto da leitura nas últimas camadas sociais, dotada de uma organização franca, liberal e toda nova”⁵². Em outros termos, designar uma biblioteca como *popular* era apontar para o perfil de usuários desses espaços⁵³. Considerando que bibliotecas atendem às necessidades informacionais de seus usuários, apontar para um perfil de leitores foi, também, uma forma de indicar os tipos de materiais/documentos que deveriam compor os acervos dessas bibliotecas.

Os periódicos oitocentistas e as bibliotecas populares

Na América portuguesa, a imprensa teve início a partir da criação da Imprensa Régia⁵⁴, com a chegada da Corte portuguesa, em 1808. No entanto, foi somente a partir da década de 1820 que “[...] a imprensa começou a ganhar relevância real para o debate público e o número de jornais aument[ou]”⁵⁵. Morel explica que “[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se insere”⁵⁶.

52 BIBLIOTHECAS. **O Movimento**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 117, p.1, 28 julho 1872. p. 1.

53 SCHAPOCHNIK, 2018.

54 A chamada “Impressão Régia” foi criada por meio do Decreto de 13 de maio de 1808.

55 GOUVÊA, Viviane. **Jornais e periódicos no século XIX**. [S.l.], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/temas-oitocentistas/jornais-e-periodicos-no-seculo-xix. Acesso em: 06 jan. 2025. *Online*.

56 MOREL, Marco. **Imprensa periódica no século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>. Acesso em: 05 jan. 2025. *Online*.

A imprensa periódica do século XIX é importante para compreendermos a respeito da circulação de ideias naquele contexto. Sobretudo porque, “a imprensa impunha-se como rigorosa forma retórica, seja em reforço de tribunais já existentes, seja ela própria como palco”⁵⁷. Ela era o lugar de propagação de ideias, na medida em que uma publicação poderia ser a indicação de uma ideologia, tanto de quem escreveu quanto de quem publicou o escrito. Assim, queremos dizer que a publicação de dado texto em um periódico denotava um determinado comportamento que ele expressava em relação a uma dada temática. Nesse sentido, entendemos que a imprensa “não se colocava como mero veículo, mas mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos”⁵⁸.

As fontes periódicas aqui apresentadas foram escolhidas conscientes que “a imprensa não informa a história [...]. Como outras fontes, fornece elementos cruciais para a compreensão do que foi feito, visto, vivido”⁵⁹. Como comentado anteriormente, a imprensa periódica foi uma forma de publicizar ideias diversas, uma delas foi a respeito das bibliotecas populares.

Consoante ao que já expusemos em outra oportunidade, segundo Schapochnik⁶⁰ a imprensa periódica brasileira, nas décadas de 1870 e 1880, passou a noticiar sobre bibliotecas populares e sua necessidade (assim como sobre a instalação desses espaços). No quadro a seguir, podemos visualizar textos e seus respectivos autores que foram publicados nos periódicos nas supracitadas décadas.

57 MOREL, 2006, *online*.

58 MOREL, 2006, *online*.

59 GOUVÊA, 2023, *online*.

60 SCHAPOCHNIK, 2018.

Quadro 1 - Textos sobre bibliotecas populares e os respectivos periódicos em que foram veiculados

Periódico	Título	Ano	Autor
A República	“As bibliothecas populares” ⁶¹	1871	Edouard de Laboulaye
A República	“As bibliothecas populares [continuação]” ⁶²	1871	Edouard de Laboulaye
Jornal do Comércio	“O Dr. Cunha Leitão e as bilbiothecas populares” ⁶³	1871	Não informado
Diário de Notícias	“Carta ao sr. Ministro do Império – Bibliothecas Populares” ⁶⁴	1872	Alfredo Moreira Pinto
Diário de Notícias	“Segunda carta ao sr. ministro do Império” ⁶⁵	1872	Alfredo Moreira Pinto
Diário de Notícias	“Terceira carta ao sr. ministro do Império” ⁶⁶	1872	Alfredo Moreira Pinto
Diário de Notícias	“Quarta carta ao sr. ministro do Império” ⁶⁷	1872	Alfredo Moreira Pinto
O Movimento	“Bibliothecas”	1872	Não Informado
A Nação	“As bibliothecas e o sr. Ministro do Império” ⁶⁸	1873	Valle
A Nação	“As bibliothecas e o sr. Ministro do Império” ⁶⁹ [continuação]	1873	Valle
A Nação	“Bibliothecas populares” ⁷⁰	1873	Não informado

61 LABOULAYE, Edouard de. As bibliothecas populares. **A República**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 60, Conferências Populares, 22 de abril de 1871, p. 2.

62 LABOULAYE, Edouard de. As bibliothecas populares [continuação]. **A República**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 61, Conferências Populares, 25 de abril de 1871, p. 2.

63 O DR. CUNHA LEITÃO E AS BIBLIOTHECAS POPULARES. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 320, 19 de novembro de 1871, Publicações a pedido.

64 PINTO, Alfredo Moreira. Carta ao Sr. Ministro do Império – Bibliothecas Populares. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 418, 2 março 1872a.

65 PINTO, Alfredo Moreira. Segunda carta ao Sr. Ministro do Império. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 421, 6 março 1872b.

66 PINTO, Alfredo Moreira. Terceira carta ao sr. ministro do Império. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 427, 13 março 1872c.

67 PINTO, Alfredo Moreira. Quarta carta ao sr. ministro do Império. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 434, 20 março 1872d.

68 VALLE. As bibliotecas e o sr. Ministro do Império. **A Nação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 229, 30 outubro 1873.

69 VALLE. As bibliotecas e o sr. Ministro do Império. **A Nação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 230, 31 outubro 1873.

70 BIBLIOTHECAS POPULARES. **A Nação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 44, p. 1-2, 20 de

A Instrução Pública	“Bibliothecas populares” ⁷¹	1873	Alambary Luz
A Nação	“O ultimo ato do Sr. Conselheiro Corrêa de Oliveira (da opinião conservadora)” ⁷²	1873	Não informado
Revista do Rio de Janeiro	“O relatório do bibliotecário da Biblioteca Municipal - A biblioteca recreativa” ⁷³	1876	Lino d’Almeida
A Escola	“A leitura” ⁷⁴	1877	D.C.
Jornal do Comércio	“Bases para a reforma da instrução primária e secundária do Município da Côrte, e desenvolvimento e elevação da mesma instrução em todo o Império, pelo Exm. Sr. Barão de Macahubas” ⁷⁵	1886	[José Carlos Pereira do Lago]

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa realizada nos periódicos disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Observando o quadro acima vemos que, de acordo com nossa busca e recuperação nas fontes consultadas, foram publicados 16 textos em oito periódicos diferentes⁷⁶ - desses textos, oito deles são continuações⁷⁷. Os jornais com maior número de publicações foram *A Nação* e *Diário de Notícias* com quatro textos cada um.

março de 1873. *A Nação*.

71 LUZ, José Carlos de Alambary. *Bibliotecas populares*. **A Instrução Pública**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 40, 5 de outubro de 1873, p. 361-362.

72 O ULTIMO ATO DO SR. CONSELHEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA (DA OPINIÃO CONSERVADORA). **A Nação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 249, Imprensa das Províncias, 24 de novembro de 1873.

73 D'ALMEIDA, Lino. O relatório do bibliotecário da Bibliotheca Municipal - a biblioteca recreativa. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1876, Bibliographia.

74 D. C. A leitura. **A Escola**, Rio de Janeiro, vol. 2, 1877.

75 LAGO, José Carlos Pereira do. Bases para a reforma da instrução primária e secundária do Município da Côrte, e desenvolvimento e elevação da mesma instrução em todo o Império, pelo Exm. Sr. Barão de Macahubas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 64, n.98, 8 abril 1886. Publicações a pedido, p. 2.

76 Em nossas buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, também localizamos um relatório que menciona bibliotecas populares. Contudo, neste texto optamos por nos atermos aos periódicos.

77 O ensaio de Edouard de Laboulaye, “As bibliotecas populares”, publicado em duas partes; o artigo de Valle, “As bibliotecas e o sr. Ministro do Império”, também publicado em duas partes; e as Cartas escritas por Alfredo Moreira Pinto.

Em geral o título dos textos recuperados deu o tom sobre a temática a ser tratada em cada um deles. A maioria deles (seis textos) foi direta e apresentou no título a temática das bibliotecas populares; quatro outros textos apresentaram em seus títulos a temática das bibliotecas de forma generalizada; os outros textos não deixaram explícito nos títulos que abordariam sobre bibliotecas ou bibliotecas populares – muito embora possamos deduzir, por exemplo, que o texto “A leitura” pudesse abordar algo nesse sentido.

Em relação à autoria dos textos, oito deles apresentaram autoria explícita, com nome completo do autor; dois apresentaram apenas um sobrenome; outro, as iniciais; em um, a autoria consta no título do texto; nos outros quatro textos não há menção à responsabilidade.

Já quando pensamos sobre o gênero textual das publicações, notamos que onze deles eram artigos ou ensaios, quatro eram cartas, e um deles não foi identificado um gênero textual⁷⁸.

Por meio dos textos recuperados, pudemos perceber que a década de 1870 foi aquela na qual houve maior clamor pelas bibliotecas populares nas páginas dos periódicos consultados, enquanto a década seguinte, de 1880, contou com menor publicação de textos sobre o mesmo assunto. De todos os 16 textos, somente um foi publicado na década de 1880. Essa diminuição no número de publicações sobre o assunto corrobora, em certa medida, a argumentação de Schapochnik⁷⁹ a respeito de um declínio dessa tipologia de biblioteca justamente na década de 1880. De certo modo, tal constatação vai ao encontro da sugestão do autor sobre um momento de ascensão e declínio de bibliotecas populares durante o Império. A ascensão teria ocorrido na década de 1870, e o declínio na década seguinte, de 1880. Vemos, desta forma, que esse momento entre

78 Em “Bases para a reforma da instrução primária e secundária do Município da Côte, e desenvolvimento e elevação da mesma instrução em todo o Império, pelo Exm. Sr. Barão de Macahubas”, o autor expõe suas ideias por meio de tópicos enumerados.

79 SCHAPOCHNIK, 2018.

a prosperidade e decadência das bibliotecas populares foi bastante curto – levando em consideração a teorização de Schapochnik⁸⁰.

Apontamos, ainda, que o pouco tempo de vida dessas bibliotecas foi notado e comentado em uma das publicações: “entre nós ainda não se compreendeu o valor real das bibliotecas populares, os tentames que por aí se disseminam não oferecem condições de estabilidade. Nascem e morrem como as flores, duram uma estação”⁸¹. Não conseguimos identificar, porém um motivo para que isso tenha ocorrido – e nem pretendemos fazê-lo aqui neste trabalho. No entanto, podemos supor que um dos motivos tenha sido a falta de apoio financeiro.

Quadro 2 - Textos recuperados na pesquisa e as ideias centrais que veicularam

Texto	Periódico	Ideia central
“As bibliothecas populares”	A República	A utilidade das bibliotecas populares em suprir necessidades de leitura de forma gratuita, contribuindo para a educação e exercício da cidadania.
“O Dr. Cunha Leitão e as bilbiotecas populares”	Jornal do Commercio	Bibliotecas populares como espaços de leitura, e também para exercício da cidadania.
Cartas ao sr. Ministro do Império	Diario de Notícias	A biblioteca como espaço de sociabilidade moralmente aceito; o livro como entretenimento edificante.
“Bibliothecas”	O Movimento	Bibliotecas populares como parte da instrução pública.
“As bibliothecas e o sr. Ministro do Império”	A Nação	Bibliotecas como complemento à instrução pública, forma de propagação do conhecimento e, por isso, auxiliar da formação do cidadão.

80 SCHAPOCHNIK, 2018.
81 D'ALMEIDA, 1876, p. 121.

“Bibliothecas populares”	A Nação	A biblioteca popular como meio de vulgarizar a instrução pública.
“Bibliothecas populares”	A Instrução Publica	Bibliotecas populares como forma de remediar a falta de instrução e criar necessidade de leitura.
“O ultimo ato do Sr. Conselheiro Corrêa de Oliveira (da opinião conservadora)”	A Nação	Bibliotecas populares como complemento à instrução pública.
“O relatório do bibliotecário da Biblioteca Municipal - A biblioteca recreativa”	Revista do Rio de Janeiro	A importância das bibliotecas populares no acesso aos livros, e estes como fator fundamental para o desenvolvimento da instrução pública.
“Bases para a reforma da instrução primária e secundária do Município da Corte, e desenvolvimento e elevação da mesma instrução em todo o Império, pelo Exm. Sr. Barão de Macahubas”	Jornal do Commercio	Diretrizes para que seja realizada a reforma da instrução pública na Corte. Um dos pontos é a criação de bibliotecas populares e museus pedagógicos.
“A leitura”	A Escola	A importância da leitura e o papel que as bibliotecas populares desempenham no acesso aos livros.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos periódicos consultados.

Em geral os textos expõem as bibliotecas populares, principalmente, como: espaços de leitura; lugar para acesso gratuito aos materiais de leitura⁸²; local para exercício (ou mesmo “aprendizado”) da cidadania/dos deveres cívicos; espaço de sociabilidade; parte/complemento da instrução pública. As exceções são: um texto que fala sobre a leitura e, por isso, toca na questão das bibliotecas populares; um texto que aborda um relatório institucional que elabora brevemente sobre a importância dessas bibliotecas; e uma publicação que aponta

82 Ainda que se falem em “livros”, sabemos que os acervos também eram constituídos por publicações periódicas como jornais e revistas, por isso falamos em “materiais de leitura”.

diretrizes para promover a reforma do ensino primário e secundário na Corte, onde um dos pontos é a fundação de bibliotecas populares.

Percebemos que há aspectos em comum nas publicações. Todas elas falam a respeito da importância das bibliotecas populares e o papel social que elas desempenham em favor das classes menos favorecidas. O principal ponto para notarmos e compreendermos a partir de todas essas publicações é: bibliotecas eram parte importante da estrutura social. Não é sem motivo que os textos, nesse sentido, apontam sua relevância para a instrução pública e promoção da leitura.

De acordo com DeNipoti, no Brasil do século XIX “[...] as bibliotecas assumiram um caráter de responsabilidade civilizatória, comparáveis à aura onisciente da biblioteca perdida de Alexandria. Comparáveis também à modernização do pensamento na qual a manutenção de bibliotecas tem um papel fundamental [...]”⁸³. Sob esta ótica, espaços como as bibliotecas eram vistos como essenciais para a inserção da nação na modernidade, de modo a providenciar o progresso. Em outras palavras, as bibliotecas, assim como as escolas, por exemplo, tinham uma função de prover aos indivíduos (leitores) inserção nos códigos morais e culturais da época, ao mesmo tempo em que os instruíam.

Naquela conjuntura, as bibliotecas populares desempenhavam, portanto, funções não somente de salvaguarda documental, mas principalmente de educação e cultura voltadas para as populações menos favorecidas. À vista disso, percebemos pelos textos consultados em nossa pesquisa que a instituição de bibliotecas populares se tratou de uma demanda social.

Deste modo, podemos dizer que no contexto oitocentista bibliotecas populares eram concebidas como espaços de instrução

83 DENIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. **Locus**: Revista de História, [S. l.], v. 8, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20567>. Acesso em: 19 abr. 2023. p. 95-96.

da população; símbolos da civilização e do avanço⁸⁴. Assim, elas eram de grande pertinência para a instrução e cultura da população menos abastada, de modo que era preciso iniciativas que as criasse e mantivesse.

Tendo em mente que diversas dessas bibliotecas eram estabelecidas por iniciativa privada, compreendemos o que Schapochnik⁸⁵ chama de “filantropia do saber” ou “elitismo benevolente”. O autor explica que a implementação de bibliotecas populares foi uma forma das classes dominantes inserirem as classes populares no processo de aculturação por meio do texto impresso – uma experiência que, naquele momento, já vinha acontecendo em outras partes do mundo ocidental. Nesse sentido, ainda seguindo o pensamento do autor, ele afirma que essa era uma estratégia de tutela, de forma que “[...] as bibliotecas populares eram em tese um dispositivo de controle”⁸⁶. Ou seja, a criação de bibliotecas populares não era mera generosidade, era uma forma de tutelar as classes populares de modo a introduzi-las no processo civilizatório da época; proporcionar instrução pública por meio de bibliotecas, em certa medida, fazia parte desse processo.

Sob esta perspectiva, podemos pensar na biblioteca como uma agência social que depende dos objetivos da sociedade na qual se insere, de modo que ela segue a mudança social, ela não cria essa mudança⁸⁷. Em se tratando de bibliotecas e leitura, essa mudança, podemos dizer, foi se intensificando a partir das revoluções Francesa e Industrial.

Conjecturamos, então, que o momento de frutificação dessa qualidade de bibliotecas (como também as bibliotecas públicas) tenha seguido uma espécie de movimento do mundo ocidental, que vinha acontecendo sobretudo desde o início do século XIX.

84 DENIPOTI, 2002.

85 SCHAPOCHNIK, 2018.

86 SCHAPOCHNIK, 2018, p. 211.

87 SHERA, 1970.

Esclarecendo que “nascida, ou antes instituída, mui especialmente para fomentar e estimular o ensino e o gosto pela leitura nas ultimas camadas sociais, dotada de uma organização franca, liberal [...]”⁸⁸, alguns dos textos consultados elencam quesitos para a constituição desse tipo de biblioteca. Em resumo, as publicações falam que o acervo, além de estar disponível gratuitamente, deve ser bem organizado, atualizado e precisa conter “materiais técnicos” (livros que não sejam voltados somente para o lazer, mas também para o aprendizado, afinal, era intenção que essas bibliotecas auxiliassem na instrução da população); nesse sentido, também expõem a necessidade de um catálogo (ferramenta indispensável para enumerar as obras que cada biblioteca possui, assim como para a organização do acervo); outro ponto importante diz respeito ao horário de funcionamento dessas bibliotecas, onde há a sugestão que elas estejam abertas entre às 9 da manhã e 3 da tarde, e entre 5 da tarde e 9 ou 10 da noite. Essa última questão é bastante interessante se levarmos em consideração que essa camada popular da sociedade trabalhava e, deste modo, não possuía o mesmo tempo livre ou de lazer que outros estratos sociais.

Bibliotecas populares, livros e instrução pública

Segundo as fontes que recuperamos para este trabalho, há dois motivos principais para a fundação de bibliotecas populares: o primeiro era dar acesso gratuito aos materiais de leitura (livros e periódicos); o segundo, vindo no rastro do anterior, como consequência, era favorecer a instrução pública das classes populares.

Parte das publicações fala sobre o preço dos livros e como isso dificultava o acesso a esses objetos e o conhecimento neles contido. D’Almeida, por exemplo, expõe sua opinião: “barateai o livro se quereis a

88 BIBLIOTHECAS, 1872, p. 1.

instrução popular desenvolvida [...]”; “disseminai bibliotecas populares, facilitai ao povo livros recreativos [...]”⁸⁹. Por esses dizeres percebemos o tom do que foi veiculado nos textos. Havia um clamor pela disseminação do conhecimento, e para que se ampliasse o acesso aos livros para as classes populares. E isso seria feito por meio do barateamento dos livros e pela criação de bibliotecas populares.

No entanto, não pudemos deixar de notar que há uma visão romantizada dos livros e seu poder de “livrar o indivíduo das garras da ignorância”, como se o simples acesso aos livros e ao conhecimento, por si só, fosse responsável por educar alguém. Nesse sentido, eram comuns pensamentos como: “livro é a razão” e “os livros são remédios”. Havia uma visão de que a leitura proporcionasse ao indivíduo conhecimento imediato sobre um assunto, que ela o instruiria automaticamente, que o introduziria na civilização e nos códigos morais da época. Não é nossa intenção imprimir julgamentos a esse respeito, afinal sabemos da importância da leitura; nosso intuito, todavia, é apontar o pensamento sobre o livro e a leitura veiculado nos periódicos de uma determinada época. Ao que parece, portanto, a posse de livros e a leitura eram vistos como algo positivo, que fariam bem ao ser humano.

No ensaio “As bibliotecas populares”, de 1871, o jurista francês Edouard de Laboulaye falava sobre os benefícios da educação para o exercício da cidadania. Segundo ele, uma das formas de instruir-se sem depender de outra pessoa é por meio das bibliotecas populares. Reconhecendo que nem todos poderiam adquirir livros, a finalidade desses espaços, diz Laboulaye, era suprimir as despesas de leitura, ou, pelo menos, diminuí-las.

Ele não estava sozinho em sua linha de pensamento. Aqui no Brasil, José Carlos Alambary Luz utilizava seu periódico, *A Instrução Pública*, para corroborar a reflexão de Laboulaye. Para o brasileiro, a instrução

89 D'ALMEIDA, 1876, p. 120-121.

não era função somente das escolas e professores, para que ela gerasse resultados seria necessário um complemento. Na visão de Luz (1873), as bibliotecas populares seriam a ferramenta ideal para remediar a falta de instrução popular no Brasil imperial. Desta maneira, como já comentado, essa qualidade de biblioteca seria um apoio à educação formal fornecida pela escola – Moreira Pinto (1872a), aliás, chama a biblioteca de uma “segunda escola”.

Por sua vez, o ensaio intitulado “Bibliothecas”, do jornal *O Movimento* (1872), afirmava que “há necessidade de abrir bibliotecas em todas as grandes cidades e em todos os povoados; disseminando o gosto pela leitura”. Essa perspectiva dava estofamento à discussão sobre a importância desses espaços. Além desse, outro ensaio, o “Bibliothecas populares”, do jornal *A Nação* (1873), colocava a biblioteca popular como uma forma de educação, justificando que “podem estas instituições, convenientemente organizadas, prestar à educação popular um concurso inestimável. Elas podem ser um excelente auxiliar à instrução das classes desfavorecidas, [...]”⁹⁰.

Ainda que não fosse um local de educação formal, como a escola, a biblioteca era pensada como um espaço educacional, sobretudo para as classes populares. Nesse sentido, vê-se que a opinião pública era favorável à instalação dessas instituições, vistas como instrumentos de auxílio à instrução pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos ainda cabe um questionamento: o que significou o clamor por (e também a instalação de) bibliotecas populares em pleno século XIX?

90 BIBLIOTHECAS, 1872, p. 1.

A publicação de textos diversos nos periódicos oitocentistas sobre a necessidade de criação e manutenção de bibliotecas populares evidenciou uma demanda daquela conjuntura social. A criação dessas bibliotecas sinalizou um esforço social para colocar em prática o desejo por esses espaços. No entanto, o pouco tempo que duravam essas instituições, a rapidez com que eram fechadas, denota que, muito embora houvesse um desejo e um esforço para a criação e manutenção dessas bibliotecas, talvez isso não fosse o suficiente. A brevidade do tempo de vida desses espaços – o pouco tempo em que houve uma ascensão e declínio – pode nos indicar que, possivelmente, não fosse a maioria da população, muito menos toda ela, que estivesse engajada nessa empreitada.

Nesse sentido, também ponderamos que: a biblioteca popular era o espaço, por excelência, onde as classes populares poderiam acessar materiais de leitura seja pra se instruir ou como forma de lazer; por esse motivo ela era pensada como um espaço de instrução (muitas vezes complementar à escola); para além da questão relacionada à instrução da população, a biblioteca era uma experiência social (por meio da leitura e instrução), a biblioteca era também um espaço de sociabilidade da vida urbana.

Salientamos ainda que a veiculação de determinadas ideias na imprensa revelou não somente sobre os interesses de quem publicou – fosse do próprio periódico ou do autor do texto –, como também evidenciou um interesse social na veiculação dessas ideias. Assim, quando falamos dos diversos gêneros textuais com informações sobre bibliotecas populares e sua relevância que foram veiculados na imprensa oitocentista carioca, queremos dizer que havia um interesse que esse tipo de informação fosse propagada. Em se tratando do assunto em questão, possivelmente foi uma forma de conseguir mais adeptos à ideia das bibliotecas populares, que mais pessoas apoiassem a causa.

Por meio das fontes recuperadas para este trabalho, pudemos perceber que as opiniões sobre as bibliotecas populares eram favoráveis, afinal, elas trariam como benefícios a popularização do conhecimento e da leitura, ao mesmo tempo e que serviriam como apoio à educação formal proporcionada pela escola.

Logo, lembramos que toda biblioteca é instituída com um propósito, de tal forma que não existe neutralidade em sua função ou existência. Deste modo, ao pensarmos na criação de bibliotecas populares devemos considerar que se tratava de uma demanda social com objetivo claro: instruir as classes populares. Por sua vez, a fundação dessas bibliotecas não era mera benevolência, provavelmente fazia parte de um projeto político – para além da instrução – de inserção das classes populares nos códigos culturais, sociais, morais e até mesmo cívicos do século XIX. Era uma maneira de introduzir as classes menos favorecidas no progresso e nos novos ideais de civilização do mundo ocidental.

A guerra contra o Paraguai: narrativas, imagens e cultura visual

Álvaro Saluan da Cunha¹

INTRODUÇÃO

A guerra contra o Paraguai (1864–1870) permanece como um dos episódios mais impactantes e controversos da história da América do Sul no século XIX. Recentemente, o conflito foi fonte de debates no Parlamento do Mercosul (PARLASUL)², reivindicando uma revisão da historiografia reunindo os quatro países envolvidos. Suas consequências extrapolaram o campo bélico, reconfigurando não apenas fronteiras geopolíticas, mas também estruturas sociais, práticas políticas e dispositivos de construção da memória. No Brasil, em especial, esse conflito consolidou um repertório imagético vigoroso que, por meio de periódicos ilustrados, litografias e coleções iconográficas, foi mobilizado não apenas para informar a

- 1 Pós-doutorando na Universidade Federal Fluminense. Doutor e mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor do Ensino Básico na Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. E-mail: asaluan@hotmail.com.
- 2 PARLASUL. *PARLASUL realiza sexta audiência pública sobre a Guerra da Tríplice Aliança*. Agência PARLASUL, [s.l.], 08 jul. 2022. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/20546/1/secretaria/parlasul-realiza-sexta-audi%C3%Aancia-publica-sobre-a-guerra-da-triplice-alianca.html>. Acesso em: 23 ago. 2025.

população, mas também para organizar uma narrativa visual da guerra que ainda hoje reverbera nas formas como o episódio é rememorado e ensinado.

Ao mesmo tempo em que a imprensa ilustrada dava rosto ao conflito em curso, o Estado e seus agentes civis e militares passaram a instrumentalizar essas imagens em estratégias de consagração simbólica e disciplinamento cívico, transformando o olhar sobre a guerra em um campo de disputa.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, cujo objetivo central é examinar as representações visuais da guerra contra o Paraguai na imprensa ilustrada brasileira oitocentista, com foco na atuação de dois dos mais destacados artistas gráficos do período, Henrique Fleiuss e Angelo Agostini, e na análise da coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, publicada na década de 1870.

Mais do que se debruçar sobre o conteúdo estético das imagens, a proposta é compreender como tais representações visuais funcionaram como dispositivos de construção simbólica da guerra, articulando discursos de poder, identidade e memória. Em outras palavras, investiga-se aqui de que modo a guerra foi desenhada, interpretada, apropriada e disputada não apenas nos campos de batalha, mas nas páginas dos jornais e nas molduras das litografias que circularam entre escolas, repartições públicas, bibliotecas e salões de exposição.

A hipótese que orienta esta investigação³ é a de que a visualidade produzida durante e após o conflito constituiu uma pedagogia política e

3 Este artigo é baseado nas pesquisas de mestrado e doutorado elaboradas entre 2017 a 2023, respectivamente intituladas *As litografias da coleção Quadros históricos da guerra do Paraguai na década de 1870: Projeto editorial e imagens* e *As batalhas nas páginas dos jornais: a guerra da Tríplice Aliança e a disputa editorial entre A Semana Ilustrada e A Vida Fluminense*, sendo ambas financiadas pela CAPES. Ambas estão disponíveis no Repositório de Dissertações e Teses da Universidade Federal de Juiz de Fora. CUNHA, Álvaro Saluan da. *As batalhas através dos periódicos: a guerra contra o Paraguai e as trajetórias de Henrique Fleiss e Angelo Agostini na imprensa entre 1864 1870*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. CUNHA, Álvaro Saluan da. *As litografias da coleção “Quadros*

moral que contribuiu ativamente para a sedimentação de uma memória oficial da guerra. Essa visualidade, forjada na tensão entre o traço do artista e os interesses do Estado, se materializou tanto nas gravuras de imprensa quanto nas composições litográficas da coleção citada, que foram amplamente difundidas como prêmios escolares, materiais instrucionais e presentes diplomáticos.

Ao analisar essas imagens em seu contexto de produção, circulação e recepção, o estudo procura demonstrar que elas não apenas ilustraram o conflito, mas o organizaram simbolicamente, oferecendo ao público uma forma específica de ver, sentir, receber e rememorar a guerra.

Nesse sentido, é fundamental considerar que a produção e a circulação dessas imagens se deram em um momento de reconfiguração do espaço público no Brasil imperial. A ampliação do mercado editorial, o crescimento das camadas letradas urbanas e a emergência de uma cultura política pautada na comunicação visual favoreceram a disseminação de periódicos ilustrados como a *Semana Illustrada*, dirigida por Fleiuss, e *A Vida Fluminense*, onde Agostini teve papel de destaque além de *O Diabo Coxo* e o *Cabrião*, publicados entre 1864 a 1867 em São Paulo.

Esses periódicos, por sua vez, desempenharam papel ambivalente na guerra: ao mesmo tempo em que reproduziam imagens heroicas dos feitos militares e exaltavam os comandantes do Exército e da Marinha, também veiculavam sátiras, denúncias e críticas aos abusos e contradições do esforço de guerra. Assim, a imprensa ilustrada aparece como arena de disputas, em que múltiplas narrativas visuais eram produzidas, veiculadas e negociadas diante de um público leitor cada vez mais sensível às linguagens da imagem.

históricos da Guerra do Paraguai" na década de 1870: projeto editorial e imagens. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Ambas podem ser encontradas no Repositório Institucional da UFJF: <https://repositorio.ufjf.br/>.

Por outro lado, a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, publicada no início da década de 1870, já após o encerramento do conflito, apresenta um projeto editorial e político totalmente distinto, produzido de forma aproximada ao que era observado nas pinturas históricas da época⁴. Organizada como uma série de fascículos que combinavam litografias baseadas em pinturas de artistas consagrados com textos laudatórios de cunho patriótico, a coleção foi incorporada pelo Estado imperial como instrumento de consagração da memória da guerra, sendo amplamente adquirida por órgãos oficiais, conforme mostram diversos relatórios do governo⁵.

Comprada com recursos públicos, distribuída a instituições civis e militares, empregada como prêmio escolar e exibida em espaços públicos, essa coleção materializou o esforço do Estado em fixar uma leitura heroica e moralizante do conflito, apagando suas contradições e violências. Nesse sentido, ela pode ser lida como um artefato exemplar daquilo que Pierre Bourdieu⁶ denomina “violência simbólica”: uma forma de imposição de significados sociais por meio de dispositivos aparentemente neutros ou consensuais.

A análise dessas imagens demanda, portanto, um olhar que vá além da estética. É preciso considerar a visualidade como linguagem política, como espaço de negociação de sentidos e como campo de embates ideológicos. Nesse aspecto, a História da Arte e os estudos da cultura visual oferecem ferramentas fundamentais para a compreensão

4 Essa afirmação se torna possível de ser feita não somente ao analisar a iconografia heroica das obras, mas também levando em consideração os artistas traduzidos por elas: Pedro Américo, Victor Meirelles e Eduardo De Martino, pintores conhecidos por suas pinturas históricas.

5 Essas informações estão disponíveis nos *Balanços da Receita e Despesa do Império*, encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esses documentos cobrem parte dos gastos declarados dos ministérios e outros órgãos de 1875 a 1883.

6 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

do papel das imagens na conformação das sensibilidades e das memórias coletivas.

Como propõe Georges Didi-Huberman⁷, toda imagem é também um gesto de montagem, de ocultamento e de revelação; é um campo de forças em que o visível e o invisível se entrelaçam. No caso da guerra contra o Paraguai, também era uma forma de definir o “eu” e o “outro”. Assim, ao analisarmos as gravuras dos periódicos utilizados ou os fascículos da coleção *Quadros históricos*, não estamos apenas diante de representações da guerra, mas de atos visuais que buscam organizar o mundo, instituir valores e fixar memórias.

Do ponto de vista metodológico, este artigo apoia-se em três pilares complementares. O primeiro é a análise iconográfica das imagens, considerando tanto sua composição formal quanto seu conteúdo simbólico e seus efeitos de sentido. O segundo é o estudo da circulação e da recepção dessas imagens, com base em fontes primárias como relatórios ministeriais, os *Balanços da Receita e Despesa do Império*, periódicos da época e registros de compra e distribuição dos fascículos litográficos. O terceiro é a articulação dessas análises com a historiografia da guerra contra o Paraguai e com os estudos sobre imprensa, memória e cultura visual. Essa abordagem permite compreender as imagens não como objetos isolados, mas como elementos inseridos em redes de produção, circulação e apropriação, marcadas por interesses políticos, disputas simbólicas e contextos institucionais específicos.

Com esse enquadramento, a estrutura do artigo se organiza em seis partes. Após esta introdução, o segundo capítulo examina as trajetórias de Angelo Agostini e Henrique Fleiuss na imprensa ilustrada durante os anos do conflito, destacando suas estratégias visuais, seus posicionamentos políticos e sua contribuição para a construção das narrativas iconográficas da guerra. Em seguida, o terceiro capítulo

7 DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história I*. São Paulo: Editora 34, 2010.

analisa em profundidade a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, explorando seu projeto editorial, sua circulação institucional e seus efeitos na fixação de uma memória visual disciplinada. O quarto capítulo apresenta os objetivos centrais da pesquisa, seguidos do quinto, que descreve a metodologia adotada. O sexto capítulo discute o conceito de cultura visual e suas implicações para a análise das imagens em questão.

Ao final do percurso, espera-se demonstrar que a guerra, embora encerrada nas trincheiras do século XIX, persiste nas molduras simbólicas que a circunscrevem. E que essas molduras, muitas vezes invisíveis, ainda hoje condicionam nosso olhar sobre o passado, definindo o que vemos, o que esquecemos e o que escolhemos lembrar.

ANGELO AGOSTINI E HENRIQUE FLEIUSS NA IMPRENSA ILUSTRADA

Durante o período da guerra contra o Paraguai, a imprensa ilustrada brasileira desempenhou papel decisivo na produção e difusão de imagens que serviram não apenas para informar, mas para interpretar, criticar e dar sentido ao conflito em curso. Dois nomes se destacam nesse cenário por sua atuação gráfica e editorial singular: Henrique Fleiuss e Angelo Agostini. Suas trajetórias, embora distintas quanto às estratégias visuais e aos posicionamentos políticos, convergem no reconhecimento da imagem como linguagem poderosa para intervir na vida pública, construir narrativas e influenciar sensibilidades.

Henrique Fleiuss, de formação artística sólida e inspirado pelas tradições do desenho acadêmico europeu, liderou um dos mais importantes jornais ilustrados do Brasil imperial. A *Semana Illustrada*, fundada por ele em 1860, operava como um veículo híbrido, combinando sátira política, atualidades, artes e ciência. Em meio à guerra, o periódico tornou-se plataforma para a glorificação do esforço militar brasileiro,

destacando a bravura das tropas, as vitórias em campo e a superioridade moral do Império frente ao inimigo.

Suas imagens costumam apresentar composição rigorosa, com enquadramentos equilibrados, domínio técnico do traço e predomínio de figuras masculinas em atitude heroica. Soldados em marcha, generais de perfil nobre, mapas de batalhas e cenas de triunfos compõem o repertório iconográfico que Fleiuss ajudou a cristalizar como marca visual da guerra.

Ao mesmo tempo, sua atuação não se restringiu a uma leitura acriticamente patriótica. Embora a maior parte de suas ilustrações fosse alinhada à política oficial, havia momentos em que o artista incorporava elementos de tensão, como a representação de soldados feridos, o retrato da devastação material e a figura do inimigo despojada de vestes militares, bestializado, o que exigia do leitor um posicionamento visual diante da alteridade. Tais escolhas não anulam sua função legitimadora do Império, mas revelam que mesmo imagens aparentemente neutras carregam ambivalências e potências críticas, ainda que sutis.

Já Angelo Agostini, de origem italiana e formação mais autodidata, apresenta uma linguagem gráfica mais ousada e experimental, fortemente influenciada pelas tradições do humor gráfico francês e pelas vanguardas visuais do século XIX. Desde sua atuação n'*A Vida Fluminense*, Agostini construiu uma trajetória de contestação à ordem imperial, utilizando a caricatura e a crônica visual como formas de intervenção direta no debate político. No entanto, nem por isso também deixou de cobrir a guerra e parte dos feitos dos soldados brasileiros, apresentando também imagens do Paraguai, mapas e esquemas explicativos.

Em relação à guerra contra o Paraguai, seu olhar retrospectivo foi marcado por ironia, crítica social e desconstrução dos discursos heroicos. Seus desenhos nem sempre exaltam a glória do combate, focando mais em revelar os custos humanos, as estratégias de recrutamento forçado, a violência contra populações civis e os descompassos entre os valores

proclamados e a realidade vivida nas trincheiras, características mais observadas em sua fase paulista.

Em termos práticos, Fleiuss operava dentro de um horizonte estético e político de consolidação da identidade nacional, buscando dar coesão simbólica ao projeto imperial. Já Agostini utilizava a imagem mais como instrumento de crítica e resistência, desvelando as contradições do mesmo projeto. A tensão entre esses dois olhares oferece ao pesquisador contemporâneo uma possibilidade rica de análise, pois revela a diversidade de perspectivas em disputa na imprensa oitocentista e a pluralidade de funções atribuídas à imagem. Mais do que meras ilustrações, as gravuras de ambos os artistas se configuram como atos visuais que produzem sentidos, mobilizam afetos e influenciam práticas discursivas.

É importante frisar que tanto Fleiuss quanto Agostini atuavam em ambientes editoriais que respondiam, ainda que de formas distintas, às demandas de um mercado de leitores em expansão. O crescimento da população alfabetizada nas cidades, o avanço dos transportes, o desenvolvimento das técnicas de impressão e a circulação de ideias liberais e republicanas, formavam o pano de fundo de uma cultura letrada em transformação, cada vez mais sensível às linguagens gráficas.

Nesse sentido, a escolha de temas, personagens e enquadramentos por parte dos ilustradores respondia tanto às suas convicções pessoais quanto às expectativas do público e às estratégias dos editores. As imagens da guerra, portanto, eram também produtos de um mercado simbólico em disputa, em que a visualidade era negociada entre interesses estéticos, políticos e comerciais.

Torna-se interessante explicitar aqui que a produção visual da época, em grande parte, se baseava em relatos orais, textos jornalísticos, correspondências de guerra e outras representações pré-existentes advindas do *front*. Ambos os personagens contavam com informantes

que viviam diariamente a guerra e enviavam, sempre que possível, croquis, relatos e outras informações que davam origem às gravuras.

Porém, a criatividade dos artistas era essencial para traduzir tais documentos para o papel. Nesse processo de mediação, a imaginação do artista desempenhava papel central, buscando criar uma visualidade que soasse verossímil aos espectadores, mas que era necessariamente uma tradução. A guerra que o público via nos jornais era, assim, uma guerra figurada, montada a partir de fragmentos e organizada conforme interesses diversos, ainda que baseada em relatos feitos por personagens *in loco*.

As trajetórias de Fleiuss e Agostini também revelam o entrelaçamento entre arte e política no contexto imperial. Ambos mantiveram relações com figuras públicas, participaram de projetos estatais e influenciaram o debate cultural de sua época. Fleiuss, por exemplo, teve seu Instituto Artístico alçado ao título de Imperial, algo que demonstrava sua proximidade à monarquia e a importância observada em seu negócio por D. Pedro II. Já Agostini, embora crítico feroz do regime, circulava entre grupos republicanos, abolicionistas e liberais, sendo frequentemente alvo de censura ou perseguição, motivo que, muito provavelmente, o fez mudar de São Paulo. Todavia, esse cenário no Rio de Janeiro mudaria radicalmente. De qualquer forma, essa inserção nos circuitos de poder e contrapoder confere às suas imagens uma densidade histórica que ultrapassa a estética e exige leitura contextualizada.

Ao confrontar as produções de Fleiuss e Agostini, torna-se evidente que a imprensa ilustrada não foi um espaço homogêneo de propaganda imperial, mas sim um território heterogêneo de disputa simbólica. Suas páginas abrigaram tanto as narrativas heroicas do Estado quanto as críticas às suas práticas; tanto os retratos idealizados da guerra quanto suas caricaturas mordazes. Essa ambivalência é uma das chaves para compreender o papel da visualidade na construção da memória da

guerra contra o Paraguai. Ela mostra que, antes de ser fixada como episódio consensual da história nacional, a guerra foi palco de embates interpretativos em que a imagem funcionava como campo de batalha.

Como apontam autores como Chartier⁸ e Burke⁹, as práticas de leitura e visualização no século XIX eram atravessadas por filtros culturais, sociais e políticos que influenciavam a recepção das imagens. O mesmo desenho podia ser lido como expressão de patriotismo ou denúncia de violência, dependendo do repertório do leitor, de sua posição social e de seu engajamento político. As imagens de Fleiuss e Agostini, nesse sentido, não apenas produziram sentidos, mas também foram apropriadas de maneiras distintas por seus públicos. Compreender essas apropriações é tarefa fundamental para qualquer pesquisa que se proponha a investigar a circulação das imagens no Império do Brasil.

Em síntese, o estudo das trajetórias de Henrique Fleiuss e Angelo Agostini na imprensa ilustrada revela que a guerra contra o Paraguai foi desenhada por múltiplas mãos, por olhares divergentes e por intenções contrastantes. Suas imagens oferecem aos historiadores e historiadoras não apenas uma janela para o passado, mas um campo denso de significados, tensões e silêncios que ajudam a entender como se forjam as memórias visuais de um conflito.

Ao invés de simplificar a narrativa da guerra, essas gravuras a pluralizam, evidenciando que a disputa pela representação foi tão importante quanto os confrontos nas trincheiras. Fleiuss e Agostini, com seus traços e tintas, fizeram da guerra um território visual em constante disputa, sendo fontes essenciais para se entender as questões da época.

A COLEÇÃO OS QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAI

8 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

9 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Bauru: EDUSC, 2004.

Enquanto a imprensa ilustrada construía imagens da guerra quase que em tempo real, sobretudo levando em consideração as limitações de transporte e comunicação da época, acompanhando os avanços e retrocessos do conflito, outra frente de representação se consolidava no pós-guerra: a produção de iconografias oficiais que buscavam fixar uma memória gloriosa e disciplinada da campanha militar.

Nesse contexto, destaca-se a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, concebida como um projeto editorial, artístico e pedagógico voltado à consagração do esforço bélico brasileiro por meio de imagens cuidadosamente produzidas, editadas e, posteriormente adquiridas e distribuídas pelo Estado imperial. Diferentemente da fluidez interpretativa das caricaturas e gravuras de imprensa, esses quadros propunham uma visualidade estável, monumental e monumentalizante da guerra, construída sob medida para o consumo patriótico, cívico e escolar, bem próxima aos cânones da pintura histórica.

Publicada em fascículos a partir do início da década de 1870, a coleção reunia litografias de grande formato baseadas em pinturas históricas de artistas consagrados, acompanhadas de textos explicativos e laudatórios. As imagens da coleção foram criadas a partir de pinturas encomendadas a artistas como Pedro Américo, Eduardo De Martino e Victor Meirelles, cuja formação acadêmica e prestígio institucional garantiam o alinhamento do conteúdo visual aos cânones da arte histórica europeia.

A escolha por litografias estrangeiras não se restringia a um critério de qualidade técnica; tratava-se também de conferir legitimidade estética ao projeto, inserindo a visualidade da guerra brasileira nos moldes do academicismo europeu, demonstrando a “civilidade” brasileira para o restante do mundo. Essa decisão reafirma o desejo dos autores e também do próprio Império de inscreverem essa narrativa

visual entre as grandes epopeias modernas, dotando-a de prestígio e permanência.

As cenas retratadas nos *Quadros históricos* obedecem a uma lógica de monumentalização que privilegia episódios de vitória, bravura e sacrifício heroico. Entre os temas representados, destacam-se a passagem de Humaitá, o cerco de Curupaiti, a rendição da cidade de Uruguaiana, dentre outras que demonstram o avanço e alguns dos êxitos das tropas brasileiras no Paraguai. Os personagens centrais geralmente são generais e oficiais em postura ativa, soldados em formação ordenada. A violência da guerra é elidida, estetizada e até mesmo suavizada: corpos tombados aparecem com nobreza, o sangue é totalmente contido e o sofrimento é, muitas vezes, convertido em expressão de coragem. Tudo isso, ao passo em que os inimigos são vistos como inferiores, bestializados, tratados pela imprensa da época e pela própria coleção como sendo a própria “barbárie”.

Essa estética do heroísmo não é apenas visual. Os textos que acompanham os fascículos desempenham papel crucial na organização da leitura das imagens. Escrito em tom elogioso, o discurso verbal explica, justifica e emoldura o que se vê, orientando o espectador a interpretar as cenas como expressões de virtude nacional. Utilizam-se expressões como “glória do Exército”, “valentia brasileira”, “sacrifício pelo Império”, em um vocabulário que não admite ambivalência nem crítica. A coleção trata-se, pois, de um aparato simbólico completo: imagem e palavra articuladas, ainda que nem sempre conexas, para produzir uma memória controlada da guerra, apta a ser difundida como verdade cívica.

A circulação dessa coleção também merece destaque. Documentos oficiais da época revelam que o governo imperial adquiriu centenas de exemplares da obra com recursos públicos, utilizando verbas do orçamento do Ministério da Guerra e do Ministério do Império. Esses exemplares foram distribuídos a escolas públicas e privadas, bibliotecas, câmaras municipais, repartições administrativas e unidades militares.

O objetivo era duplo: premiar o mérito escolar com uma obra de valor estético e formar nos jovens uma consciência patriótica alinhada à história oficial. A iconografia da guerra, assim, era mobilizada como ferramenta pedagógica, instrumento de disciplinamento simbólico e reforço dos valores imperiais. Não por acaso, os quadros passaram a decorar paredes de salas de aula, repartições públicas e sedes de governo, conferindo à guerra um lugar de destaque no imaginário coletivo.

Essa apropriação institucional da coleção é reveladora de uma política de memória que operava por meio da visualidade. Em um contexto em que os relatos escritos tinham alcance limitado, e em que os monumentos físicos eram escassos, as imagens impressas se tornavam veículos eficazes para fixar interpretações e consolidar consensos. A coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai* funcionava, portanto, como um monumento portátil: uma galeria visual do passado nacional que podia ser exibida, folheada, presenteada e ensinada. Sua portabilidade e reproduzibilidade ampliavam seu alcance e reforçavam sua função memorialista.

A análise dos conteúdos da coleção revela, no entanto, não apenas um esforço de glorificação, mas também mecanismos sutis de apagamento e silenciamento. A ausência de representações do inimigo paraguaio como sujeito complexo, a exclusão de cenas de violência sexual ou de massacres civis, o sumiço das populações negras e indígenas enquanto participantes diretos da guerra, tudo isso denuncia uma política visual seletiva, voltada à construção de uma memória oficial homogênea. Mesmo as figuras dos voluntários da pátria, tão exaltadas em discursos orais, aparecem em segundo plano ou como massa indistinta, enquanto os oficiais brancos, educados e aristocráticos são os grandes protagonistas da narrativa visual.

A guerra, nesses quadros, é sobretudo uma guerra das elites. No entanto, é também a guerra dos que não foram vistos nas imagens,

sendo este um indício essencial de ser observado ao se interpretar tais representações.

Comparada à produção gráfica de Angelo Agostini ou mesmo à ambivalência de Henrique Fleiuss, a coleção *Quadros históricos* representa o polo oposto da disputa visual. Enquanto os periódicos ilustrados operavam com a efemeridade da notícia e a liberdade do traço autoral, os fascículos litográficos buscavam fixar uma verdade histórica perene, refratária à crítica. O próprio suporte físico da obra, papel de alta gramatura, encadernação elaborada, impressão em grandes dimensões, reforça sua vocação monumental. Esses elementos convergem para um projeto político mais amplo: o de construir uma iconografia nacional legitimadora da ordem imperial, na qual a guerra contra o Paraguai ocupa posição fundacional.

É possível perceber, assim, que a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai* não foi apenas um produto artístico ou editorial, mas um dispositivo aproveitado pelo Estado, sendo articulado com as estratégias de construção da memória oficial e de consolidação simbólica do Império. Como tal, ela precisa ser compreendida em sua complexidade: como documento histórico, como artefato pedagógico, como instrumento ideológico e como objeto de disputa. Ao mesmo tempo em que pretendia pacificar o passado, oferecia ao presente uma narrativa visual que excluía dissensos e produzia identidade.

Essa operação de construção visual da memória da guerra encontra paralelo em outros contextos históricos. Basta lembrar das campanhas iconográficas promovidas por Napoleão Bonaparte na França ou da litografia patriótica nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão. Em todos esses casos, o Estado se valeu da imagem como meio de fundar uma história oficial, estetizando a violência, heroificando os líderes e apagando as contradições. O Brasil imperial não foi exceção. A coleção *Quadros históricos* insere-se nessa tradição de uso político da arte, reafirmando o poder da visualidade na disputa pelas memórias sociais.

Em síntese, a análise da coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai* revela uma operação articulada de produção simbólica da guerra como epopeia nacional. Com base em imagens academicamente legitimadas, textos laudatórios e estratégias de distribuição estatal, essa coleção construiu uma memória visual autoritária, centrada no heroísmo das elites militares e no silenciamento das experiências marginais.

Diferente das múltiplas vozes da imprensa ilustrada, os *Quadros históricos da Guerra do Paraguai* oferecem uma narrativa unívoca, que ainda hoje exige leitura crítica. Ao investigar esse conjunto iconográfico, o presente estudo busca evidenciar os mecanismos de seleção, exclusão e fixação da memória operados pelas imagens, compreendendo-as como atos políticos que moldaram e ainda moldam o modo como o Brasil lembra sua guerra mais sangrenta.

OBJETIVOS DAS PESQUISAS

A investigação das representações visuais da Guerra do Paraguai parte da convicção de que as imagens não são meros reflexos da realidade, mas mediadoras ativas da experiência histórica, dotadas de agência na construção de sentidos, afetos e memórias coletivas. Nesse contexto, a pesquisa busca compreender não apenas a produção iconográfica do período, mas também os modos como essas imagens foram produzidas, circuladas e disputadas em diferentes esferas sociais, políticas e institucionais. Trata-se de um estudo situado na interseção entre história da arte, cultura visual, historiografia da guerra e práticas discursivas da imprensa oitocentista.

O objetivo geral é analisar criticamente as representações visuais da guerra veiculadas na imprensa ilustrada brasileira e na coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, entendendo como contribuíram para narrativas hegemônicas, disputas simbólicas e memórias públicas sobre

o conflito. Parte-se do reconhecimento de que a guerra se desdobrou também como fenômeno comunicacional e imagético, no qual diversos atores buscaram moldar percepções por meio da linguagem visual.

A partir desse eixo central, derivam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os principais temas, personagens e enquadramentos iconográficos nas gravuras de Henrique Fleiuss e Angelo Agostini, considerando inserções editoriais, posicionamentos políticos e estratégias de comunicação com os leitores em periódicos como *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense*.
2. Analisar a estrutura e os propósitos da coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, abordando dimensões estéticas, pedagógicas e ideológicas, bem como os episódios escolhidos e a articulação entre texto e imagem como dispositivo de normatização simbólica.
3. Investigar os processos de circulação e recepção das imagens, com atenção à distribuição institucional, uso escolar, exposição pública e apropriações sociais diversas.
4. Refletir sobre os usos políticos da imagem no século XIX, considerando a iconografia da guerra como instrumento de construção identitária, legitimação de poderes e organização do passado nacional.
5. Contribuir para o aprofundamento dos estudos de cultura visual no Brasil, combinando análise iconográfica e iconológica, estudo da recepção e leitura crítica das fontes visuais em articulação com textos escritos e documentos oficiais.

Esses objetivos respondem a lacunas na historiografia sobre a Guerra do Paraguai. Embora os estudos tenham crescido nas últimas décadas, ainda são raras as pesquisas que abordam sistematicamente as representações visuais produzidas durante e após o conflito. Muitas

vezes, tais imagens aparecem apenas como ilustrações secundárias, sem problematização de seus códigos e funções. Ao colocá-las no centro da análise, este trabalho propõe reconhecer a visualidade como fonte privilegiada para compreender a cultura política e a memória social do século XIX.

A pesquisa articula diferentes escalas de análise: das escolhas formais dos artistas às políticas editoriais dos jornais, da cena representada ao contexto de circulação, da imagem ao imaginário coletivo. A imagem é entendida como ponto de convergência de forças múltiplas, envolvendo decisões estéticas, interesses institucionais e recepções sociais. Nesse processo, destaca-se a agência de ilustradores, editores e mediadores culturais. Figuras como Fleiuss e Agostini atuaram de forma ambígua: ora alinhados ao projeto imperial, ora resistentes por meio da sátira e da crítica visual. Suas escolhas revelam negociações complexas em um campo simbólico marcado por tensões e disputas.

Outro aspecto essencial é a análise dos silenciamentos e apagamentos operados pelas imagens. Toda representação torna algo visível ao mesmo tempo em que oculta. No caso da Guerra do Paraguai, pouco se veem mulheres, negros e indígenas como sujeitos históricos; estetiza-se a violência e a morte, enquanto cenas de devastação civil são minimizadas. Mapear essas ausências é tão relevante quanto interpretar o que foi representado, pois revelam os limites do visível e do narrável em um regime de visualidade específico.

Os objetivos aqui delineados também possuem uma dimensão ética e política. Ao investigar como a guerra foi representada e ensinada por meio das imagens, busca-se refletir sobre seus usos contemporâneos, em especial na educação histórica, e sobre as implicações para a construção de uma memória mais plural e crítica. Em um contexto em que disputas por narrativas históricas ainda mobilizam afetos e políticas, visitar a iconografia da guerra é um gesto de responsabilidade intelectual, que

visa desconstruir mitos fundacionais e iluminar as múltiplas camadas de sentido que compõem o passado visual da nação.

METODOLOGIAS UTILIZADAS

A presente pesquisa situa-se no campo da História da Arte e da Cultura Visual, partindo do entendimento de que as imagens são documentos históricos plenos, capazes de expressar relações de poder, mediações discursivas e disputas simbólicas. Com esse pressuposto, adota-se como metodologia a análise iconográfica e iconológica das representações da guerra contra o Paraguai, em especial as gravuras publicadas na imprensa ilustrada por Henrique Fleiuss e Angelo Agostini, bem como a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*. As imagens são tratadas como construções visuais que articulam regimes de memória e identidade em um espaço marcado por interesses estéticos, políticos e mercadológicos.

A análise fundamenta-se nos pressupostos de Erwin Panofsky¹⁰, que propõe três níveis interpretativos. O primeiro, descritivo, identifica os elementos formais da cena, observando figuras, gestos, cenários e objetos, considerando a materialidade e os códigos visuais. O segundo, iconográfico, reconhece temas e narrativas, relacionando-os ao repertório cultural e simbólico da época. O terceiro, iconológico, busca interpretar os valores e visões de mundo que estruturam a produção e a recepção das imagens. Esse percurso, no entanto, é articulado às especificidades da cultura visual oitocentista, especialmente às condições técnicas, editoriais e comerciais que moldaram a circulação das representações.

No caso das gravuras de Fleiuss e Agostini, a análise observa a inserção das imagens nos periódicos ilustrados, sua localização na

10 PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

página, o diálogo com textos editoriais e as estratégias de comunicação com os leitores. Já para os *Quadros históricos*, o enfoque recai sobre o projeto em sua totalidade, investigando os critérios de seleção dos episódios, a linguagem visual, os sentidos pedagógicos e patrióticos e suas formas de distribuição. Essa abordagem permite compreender como as imagens se tornaram instrumentos de monumentalização da memória do conflito.

O trabalho também dialoga com os debates contemporâneos da cultura visual, inspirando-se em autores como W. J. T. Mitchell¹¹, Georges Didi-Huberman¹² e Peter Burke¹³. Nessa perspectiva, as imagens não apenas refletem a realidade, mas participam de sua constituição, produzindo sentidos que interferem na memória coletiva, nos processos de subjetivação e na formação de identidades sociais e nacionais. Por isso, as representações visuais da guerra são compreendidas não como ilustrações complementares, mas como enunciados históricos dotados de autonomia e potência.

Para a análise, constituiu-se um corpus documental composto, de um lado, por gravuras publicadas entre 1864 e 1870 em periódicos como *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense* e, de outro, pelas litografias da coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*. A seleção considerou critérios como protagonismo no imaginário visual da guerra, diversidade temática, circulação pública e relevância simbólica para a memória do conflito. Cada imagem é examinada em relação a seu contexto de produção, considerando autoria, meio de publicação, momento histórico e discursos que a atravessam.

O exame abrange elementos compositivos, personagens, cenários, gestualidade, códigos iconográficos e recursos de luz e sombra, além do

11 MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want?* The lives and loves of images. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

12 DIDI-HUBERMAN, 2010.

13 BURKE, 2004.

uso de símbolos e alegorias como bandeiras, armas, cavalos, figuras femininas, que estruturam um léxico visual compartilhado. Nesse processo, busca-se compreender como as imagens operaram como dispositivos pedagógicos e ideológicos, orientando a leitura dos fatos e contribuindo para narrativas legitimadoras. Privilegiam-se as tensões entre visibilidade e silêncio, observando o que foi enfatizado e o que permaneceu ausente.

No tocante à imprensa ilustrada, os jornais são tratados como artefatos culturais inseridos em dinâmicas de mercado editorial, estratégias políticas dos editores e expectativas dos leitores. O estudo considera não apenas as imagens, mas também crônicas, poemas, relatos de batalha e anúncios, compondo um quadro mais amplo da cultura gráfica do período. Já a coleção *Quadros históricos* é investigada sob a perspectiva da institucionalização da memória visual, com base em documentos como relatórios ministeriais e registros de distribuição em escolas e repartições. Tais fontes revelam os objetivos oficiais de consolidar uma memória heroica e civilizatória do conflito.

A metodologia inclui ainda o diálogo com fontes secundárias, artigos, dissertações, teses e catálogos, que tratam da iconografia da guerra, dos artistas e das políticas imperiais de memória. Essas referências situam a análise nos debates historiográficos contemporâneos e permitem problematizar a recepção e reatualização das imagens em diferentes momentos históricos.

Por sua natureza, a pesquisa assume caráter interdisciplinar, articulando História, Arte, Comunicação e Antropologia Visual. Essa perspectiva amplia a compreensão das imagens em sua dimensão estética e social, valorizando sua polissemia e reconhecendo-as como atravessadas por disputas interpretativas. Mais do que buscar sentidos fixos, o trabalho procura evidenciar a ambiguidade e a instabilidade próprias das representações visuais.

Em síntese, a metodologia combinar rigor iconográfico, leitura crítica do contexto histórico e atenção às condições editoriais e institucionais que moldaram a circulação das imagens. A imagem é tratada como documento denso, no qual se condensam discursos, afetos, memórias e poderes. É nesse horizonte que se inscreve a análise das representações visuais da Guerra do Paraguai, contribuindo para uma história crítica da visualidade e da memória no Brasil oitocentista.

A CULTURA VISUAL

A guerra contra o Paraguai, ao longo de suas múltiplas frentes, diplomáticas, militares, econômicas e simbólicas, revelou-se também como um campo fértil para o florescimento de um regime de cultura visual que se consolidava no Brasil oitocentista. A visualidade, nesse contexto, não era um simples adorno à narrativa histórica, mas uma forma constitutiva de produção de sentido e de mediação das experiências de guerra. Gravuras, litografias, caricaturas, retratos, alegorias e mapas compunham um repertório visual que informava, educava, comovia e disciplinava. A imprensa ilustrada e projetos iconográficos como a coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, materializam de maneira exemplar esse processo, cada uma à sua maneira, evidenciando o papel da imagem na construção do imaginário nacional e na disputa pelas memórias do conflito.

O conceito de cultura visual, tal como formulado por autores como Nicholas Mirzoeff¹⁴ e Peter Burke¹⁵, implica reconhecer a centralidade das imagens na vida social, bem como os modos como elas são produzidas, consumidas e interpretadas em diferentes contextos históricos. Mais do que suportes iconográficos, as imagens integram sistemas de significação

14 MIRZOEFF, Nicholas. *Uma introdução à cultura visual*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

15 BURKE, 2004.

que envolvem práticas materiais, tecnologias de reprodução, regimes de visibilidade, afetos e disputas políticas. Assim, entender a guerra contra o Paraguai enquanto fenômeno visual é compreender também os modos como o olhar foi treinado, guiado e disciplinado por instituições, editoras, escolas e aparatos do Estado imperial.

No caso da imprensa ilustrada, essa cultura visual se manifesta pela combinação entre a linguagem gráfica e o discurso jornalístico, compondo uma estética própria da modernidade oitocentista. Os jornais não apenas relataram os acontecimentos do *front*, mas traziam certa carga de dramatização visual. Os traços vigorosos de Angelo Agostini e as composições mais convencionais de Henrique Fleiuss ofereciam ao público cenas da guerra que oscilavam entre a exaltação patriótica e a crítica, seja ela velada ou explícita, ao projeto imperial.

O leitor da época não consumia essas imagens passivamente: ele lia, interpretava, reagia e debatia sobre. Algumas destas imagens eram exibidas nas vitrines das tipografias, comentadas em cafés e salões, recortadas e colecionadas. A visualidade impressa, nesse sentido, integrava um circuito de práticas culturais que articulava o sensível ao político. Como lembra W. J. T. Mitchell¹⁶, as imagens são “seres vivos” que agem no mundo, que interpelam o espectador, que produzem efeitos. Não há, portanto, neutralidade na imagem: toda representação é também uma tomada de posição.

A cultura visual da guerra se manifestava, ainda, pela mobilização de gêneros iconográficos consolidados, como a pintura histórica, adaptados ao formato gráfico e ao circuito editorial. Nas páginas dos periódicos, cenas de batalhas, retratos de comandantes, panoramas de fortalezas e representações alegóricas da nação compunham um mosaico que informava o público e simultaneamente o educava visualmente. Os artistas selecionavam ângulos, valorizavam heróis,

¹⁶ MITCHELL, 2005.

atenuavam ou evidenciavam certos incômodos, a depender da posição ideológica. Nesse processo, a guerra tornava-se imagem e, como imagem, tornava-se memória.

É preciso destacar que a cultura visual da guerra operava segundo diferentes regimes de visualidade, que não raro entravam em tensão. De um lado, havia a visualidade monumentalizante dos projetos oficiais, que buscavam fixar a guerra como epopeia nacional. A coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai* é um exemplo evidente dessa vertente: suas litografias, inspiradas quase que em sua totalidade por pinturas ou esboços acadêmicos, apresentam a guerra como campo de honra, glória e sacrifício nobre. Os corpos tombados aparecem compostos, os soldados formam fileiras harmônicas, os generais apontam com altivez para o horizonte. A violência é estética, o sofrimento é disciplina, o caos é apagado em nome da ordem visual.

De outro lado, havia também a visualidade crítica, satírica e fragmentária da imprensa ilustrada, especialmente nas mãos de Agostini. Suas caricaturas exploravam o grotesco, o desproporcional, o escancarado. Mostravam o desespero dos soldados, o sofrimento dos civis, a hipocrisia das elites. Ao invés da harmonia compositiva, o que se via era o desconcerto, o exagero, o confronto. Essa estética do dissenso, ao mesmo tempo em que divertia, também desconstruía os discursos oficiais, oferecendo outras possibilidades de ver e, portanto, de pensar a guerra.

Entre esses dois polos, encontravam-se zonas de ambivalência e negociação. Henrique Fleiuss, por exemplo, transitava entre a ilustração factual e a representação alegórica, produzindo imagens que, embora alinhadas com o discurso imperial, também revelavam fissuras, ambiguidades e tensões. Em algumas gravuras, a glória do Império divide espaço com o sofrimento dos soldados, a disciplina militar com o imprevisto do campo de batalha. Essa ambivalência é característica de

uma cultura visual que, longe de ser homogênea, era atravessada por múltiplos interesses, sensibilidades e vozes.

Outro aspecto importante da cultura visual da guerra foi sua instrumentalização pedagógica. As imagens não apenas informavam: elas ensinavam. Nas escolas, a coleção *Quadros históricos* era utilizada como premiação ou ornamento, presenteando estudantes de destaque ou decorando salas de aula, servindo de base para lições de moral cívica. O imaginário visual da guerra, nesse caso, era mobilizado como estratégia de formação nacional, moldando o olhar das novas gerações para uma leitura específica do passado: a leitura do sacrifício heroico, da unidade nacional, da legitimidade imperial. A imagem, aqui, cumpria sua função disciplinadora.

Esse uso pedagógico da imagem não se dava de forma neutra. Ele se articulava com uma política de memória promovida pelo Estado, interessada em consolidar uma narrativa única sobre o conflito. Ao privilegiar determinadas cenas e silenciar outras, ao destacar certos personagens e omitir outros, essa cultura visual contribuía para a construção de uma memória seletiva da guerra, na qual a presença de negros, indígenas, mulheres e soldados rasos era extremamente reduzida ou, em raros casos, estetizada. A guerra era narrada e mostrada aos espectadores como façanha única e exclusivamente das elites.

Contudo, é preciso notar que mesmo essas imagens normativas não estavam imunes a reapropriações, leituras desviantes e usos imprevistos. A cultura visual é, por definição, um campo de tensões. Como aponta Georges Didi-Huberman¹⁷, a imagem nunca se fecha totalmente em um sentido: ela escapa, resiste, se desloca. A iconografia da guerra, por mais controlada que fosse, era também espaço de ambiguidade, de abertura ao olhar do outro, de fissura no monumento. E é nesse espaço da fissura que o historiador da visualidade deve operar,

17 DIDI-HUBERMAN, 2010.

buscando os sinais do dissenso, as brechas da representação, os gestos interrompidos.

Por isso, compreender a cultura visual da guerra contra o Paraguai é também reconhecer seus silêncios e ausências. O que não foi mostrado? Quem não foi representado? Que cenas foram sistematicamente evitadas? As imagens oficiais evitam retratar a devastação de cidades paraguaias, os cadáveres empilhados, os corpos famélicos, as violências sexuais. A iconografia do sofrimento, quando existe, é sempre mediada por um olhar compassivo e disciplinador. Não há espaço para o grito, o desespero ou a insubordinação. A imagem produzida é a do heroísmo, da nobreza da dor, da disciplina da morte.

Ao colocar essas imagens em confronto com relatos de época, cartas, diários e testemunhos, a pesquisa revela a distância entre a visualidade representada e a experiência vivida. A cultura visual, nesse sentido, não é reflexo do real, mas sua operação simbólica. Ela seleciona, organiza, estetiza. E, ao fazê-lo, constrói memórias, silencia dissidências e legitima poderes.

Em suma, a guerra contra o Paraguai foi, também, uma guerra de imagens – seja ideologicamente ou mercadologicamente. Travada não apenas com espadas e canhões, mas com lápis, buris e prensas tipográficas. A cultura visual que dela emergiu foi um campo de disputa em que se enfrentaram projetos políticos, sensibilidades sociais e regimes de memória. A análise dessa cultura visual, como propõe ambos os estudos aqui apresentados, permite compreender a força das imagens na constituição do imaginário nacional, e convida a olhar criticamente para os modos como vemos e lembramos os conflitos do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação das representações visuais da guerra contra o Paraguai, centrada nas produções de Henrique Fleiuss, Angelo Agostini e

na coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, revelou a centralidade da imagem na construção das memórias sociais, políticas e afetivas do conflito. Mais do que batalhas ou decretos, a guerra foi também um campo de disputas visuais, em que gravuras, caricaturas e litografias organizaram percepções, afetos e narrativas em torno da experiência bélica.

Entre os suportes disponíveis no Brasil oitocentista, a imprensa ilustrada emergiu como espaço privilegiado de enunciação. Jornais como *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense* convocaram os leitores a se engajarem simbolicamente no esforço de guerra. Por meio das imagens, o público se tornava espectador de batalhas, cúmplice de vitórias e testemunha da dor, transformando a guerra em espetáculo visual e instrumento de mobilização ideológica. Contudo, esse processo não foi linear: exaltavam-se heróis e feitos militares, mas também surgiam caricaturas que expunham atrasos logísticos e contradições do discurso imperial. A visualidade, portanto, configurou-se como espaço de tensões entre adesão e crítica.

Esse caráter ambíguo também se manifestou nos diferentes regimes de visualidade. A coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguai*, apoiada pelo Estado e destinada às escolas e repartições, procurou cristalizar uma narrativa oficial do conflito. Os episódios selecionados, os heróis enaltecidos e os silêncios impostos revelam uma pedagogia visual orientada a disciplinar o olhar, reforçando uma memória épica e civilizatória. A estética academicista, a idealização dos corpos e a ordenação das cenas conferiram às gravuras função doutrinadora. Assim, a cultura visual do período não apenas registrava o acontecimento, mas também produzia uma versão autorizada do passado.

A análise crítica dessas imagens mostra, contudo, o quanto elas também selecionavam e hierarquizavam a dor. Ausências significativas marcaram a produção: pouco se registrou da devastação civil no Paraguai, da participação de negros libertos, da violência contra mulheres ou da

precariedade dos hospitais de campanha. A iconografia, ao esteticizar o horror, delimitava o que era representável, organizando a memória coletiva tanto pelo que mostrava quanto pelo que silenciava.

Esse olhar crítico foi orientado por uma abordagem que combina a iconologia panofskiana às contribuições da cultura visual e da história das sensibilidades. A imagem é compreendida não como simples fonte documental, mas como tecnologia de poder, espaço de enunciação e de silenciamento. Nesse sentido, compreender a cultura visual da guerra é compreender também como o Brasil do século XIX via a si mesmo e delineava sua identidade nacional em meio ao sangue, à glória e ao papel impresso.

Nesse processo, artistas como Fleiuss e Agostini foram mediadores centrais. O primeiro, mais alinhado ao projeto imperial, representava a guerra como expressão da ordem e do progresso, exaltando feitos militares, mas sem perder o tom jocoso. Por sua vez, Agostini, ao explorar a caricatura, ampliava os limites da crítica social e do riso político, expondo contradições do Império, em um periódico que se autointitulava “joco-sério ilustrado”. Ambos, ainda que por caminhos distintos, participaram da disputa simbólica em torno da guerra, contribuindo para a formação de um repertório visual que permanece presente em arquivos, livros e estudos historiográficos.

A pesquisa também destaca a necessidade de reconhecer a imagem como objeto legítimo da história. As gravuras não apenas documentaram a guerra, mas a constituíram como acontecimento simbólico e herança cultural, além de apresentar o pensamento vigente de parte da sociedade da época. A cultura visual oitocentista, marcada por periódicos ilustrados, coleções litográficas e álbuns comemorativos, fundou um regime de visibilidade que ainda hoje opera em livros didáticos, exposições e documentários. Muitas dessas imagens circulam sem contextualização crítica, reforçando visões naturalizadas do passado. Reinterpretá-las é, portanto, também um gesto de responsabilidade

historiográfica, capaz de romper automatismos da memória e abrir espaço para leituras mais complexas e plurais.

Essa reflexão amplia o campo da cultura visual da guerra, permitindo múltiplas abordagens: do estudo material das gravuras ao exame dos afetos que mobilizaram, passando pelas estratégias narrativas dos artistas e pelos usos pedagógicos. A visualidade revela-se, assim, terreno fecundo para compreender tanto o passado quanto as disputas atuais por memória e identidade.

Por fim, os desdobramentos da pesquisa apontam para novos caminhos, como o estudo da recepção contemporânea dessas imagens no campo da educação histórica, da museologia e das práticas curatoriais. Como circulam hoje? Que sentidos despertam? Que silêncios ainda perpetuam? Ao reconhecer a guerra como também construída pelas imagens, reafirma-se a necessidade de escutá-las em sua linguagem própria, capaz de iluminar zonas de sombra, desconstruir mitos e reinscrever os sentidos do vivido. A guerra foi desenhada, e é por esse traço persistente que seguimos convocados a reinterpretá-la na história do Brasil.

A imprensa maranhense e a efeméride do centenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil

Lucas Gomes Carvalho Pinto¹

O início do século XX foi um período inundado por comemorações relativas as efemérides. As celebrações dessas datas ocorriam pelos mais variados meios, mas o principal eram as exposições. Esse costume teve seu apogeu no mundo ocidental a partir da segunda metade do século XIX quando foram realizadas as chamadas exposições universais tais como a Exposição Internacional de Paris de 1889 que celebrava o primeiro centenário da Revolução Francesa e a Exposição Internacional de Chicago de 1893 que rememorava o quarto centenário da chegada dos europeus a América (MOTTA, 1992, p. 66).

O Brasil não ficou de fora dessa moda já que além de participar de eventos internacionais como Exposição Internacional de Londres

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Mestre no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduado em História (licenciatura) pela UEMA. Bolsista pelo Programa de Bolsa de Mestrado e Doutorado da UEMA - Modalidade Doutorado. Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (UEMA), do Laboratório de Estudos do Maranhão Imperial (UFMA) e do Grupo de Pesquisa Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX (FCRB).

de 1862², o país também realizou as suas próprias. No início do século XX as duas maiores foi a Exposição Nacional de 1908 que celebrava o centenário da Abertura dos Portos, e a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 (MOTTA, 1992, p. 66). Essa última chama nossa atenção pois frente ao desafio de comemorar o centenário surgiu uma geração de intelectuais da década de 1920 que se incumbiu da tarefa de pensar a nação formulando novas interpretações sobre esse tema e renovando as anteriores. O principal veículo utilizado por esses intelectuais foi a imprensa (MOTTA, 1992, p. 18).

Levando-se em consideração que tal efeméride levantou a discussão sobre essa questão nas mais variadas regiões brasileiras, o Maranhão não ficou ausente. No caso maranhense, a independência está muito associada a duas datas específicas: o 7 de setembro e a data de sua adesão a independência: 28 de julho de 1823. O período de 1922 a 1923, portanto, fora propício para se relembrar no referido Estado temas recorrentes a sua emancipação política bem como o de sua inserção na nação.

Apesar de não possuir uma exposição específica para o assunto aos moldes do que ocorreu no Rio de Janeiro, a efeméride do centenário da adesão do Maranhão à Independência do Brasil foi comemorada no estado de diversas formas. No presente trabalho buscamos entender como essas celebrações foram abordadas pela a imprensa maranhense

2 De acordo com os autores Ana Paula Vieira Pinto e André Luiz Leme (2024, p. 117), a Exposição Internacional de Londres de 1862 foi uma das cinco exposições internacionais ocorridas no século XIX que contou com a participação brasileira – as outras quatro foram Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876) e Paris (1889). As exposições realizadas neste século serviam a um propósito de representação e propaganda de um determinado discurso civilizador que defendia a construção de uma visão positiva da modernidade e dissolução dos confrontos entre o centro e a periferia do capitalismo (PINTO e LEME, 2024, p. 118). No caso específico da Exposição Internacional de Londres de 1862, o governo brasileiro tinha por intenção sustentar algumas ideias particulares como a de que a união nacional foi possibilitada pela colonização portuguesa e que o Brasil representa várias possibilidades de modernização faltando apenas investimento em tecnologia e um impulso na imigração (PINTO e LEME, 2024, p. 121 e 123).

daquele período. Para tanto, o foco recairá sobre as notícias ou textos que abordaram esse assunto nos jornais *Diário de S. Luiz*, *Pacotilha* e *Folha do Povo*, três dos maiores periódicos maranhenses da época. Levamos em consideração no presente estudo que tais veículos midiáticos foram essenciais para a construção da ideia de que o Maranhão sempre esteve inserido na realidade brasileira. Por conta disso falaremos brevemente da relação entre nação, memória e independência para só então adentrarmos na imprensa.

A interpretação sobre adesão do Maranhão no início do século XX

De acordo com a clássica interpretação de Benedict Anderson (2008, p. 32), a nação é uma “comunidade politicamente imaginada” e limitada: imaginada pois mesmo os indivíduos das menores nações jamais conhecerão todos os seus membros; e limitada por que até a maior das nações possuem fronteiras que as separam de suas congêneres. Sobre esse assunto Marly Motta (1992, p. 1) nos diz que conceitos como os de “Pátria” e “Nação” passaram a fazer parte do universo simbólico ocidental a partir do final do século XVIII com a Revolução Francesa. A mesma autora amplia essa discussão ao dizer que a nação não é um conceito abstrato. O subsídio de Motta (1992, p. 2) para essa ideia é que a nação possui todo um universo simbólico que atende a necessidade de legitimação inerente do ser humano.

Ou seja, a nação possui uma série de símbolos como a bandeira, o hino, o brasão de armas e o selo nacional que são vistos por alguns autores como Milton Luz (2005, p. 14) como “as mais legítimas manifestações simbólicas de nossa nacionalidade”. Essas manifestações podem ser concretas, entretanto, existe um aspecto altamente abstrato que constitui a nação e que não pode ser escamoteado. Trata-se da memória, em especial a memória coletiva, isso porque essa é indispensável a cultura humana e também é onde se coloca elementos que identificam o

ser de forma social e histórica (MOTTA, 1992, p. 5). Michel Nicolau Netto (2021, p. 3), contribui com esse assunto ao dizer que a naturalização da relação da nação com a História e a memória pode ser remontada a no mínimo o século XIX com a obra de Renan³ na França sendo que foi apenas na segunda metade do século XX que tal naturalização foi reconhecida por historiadores.

Ao tratarmos da relação da memória com a nação, um dos principais autores nesse quesito é o francês Pierre Nora. Para esse, a história, a memória e a nação, mais do que uma circulação natural, mantiveram uma “circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático” já que a definição presente do nacional demandava uma justificativa através do passado (NORA, 1993, p. 11). É nesse contexto que o autor lança o conceito hoje clássico de “lugares de memória”. Em sua definição, lugares de memória são objetos ao mesmo tempo “simples e ambíguos, naturais e artificiais” que remetem ao passado (NORA, 1993, p. 21) que surgem quando não há mais memória espontânea, fazendo o papel de defesa de uma memória ameaçadas (NORA, 1993, p. 13). Ou seja, para uma nação existir e se constituir de fato como tal é uma condição *sine qua non* a criação ou o reforço de “lugares de memória”. Esse conceito junto ao de “tradição inventada” elaborada pelo historiador inglês Eric Hobsbawn, a saber: conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que visam manifestar valores ou normas através da repetição que liguem o presente ao passado (HOBSBAWN, 2008 p. 9) fez com que a já citada autora Marly Motta interpretasse o 7 de setembro como um “lugar de memória” vinculada a criação da nação brasileira (1992, p. 6).

3 Trata-se do historiador francês Ernest Renan que desde a segunda metade do século XIX até os nossos dias vários de seus escritos – sobre múltiplos assuntos tais como relações entre religião e política, a origem dos nativos brasileiros, a escravidão, a constituição de uma nação etc. – foram lidos e debatidos no Brasil inclusive por personalidades ilustres como D. Pedro II e Joaquim Nabuco (RUDI, 2016, p. 195).

O Maranhão também é um espaço com uma memória própria e com “lugares de memória” particulares que podem remeter a sua própria História e/ou a de sua integração a um espaço maior que é o Brasil. Um destes “lugares de memória” trata-se do 28 de julho. Simbolizando a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, essa data se viu imersa em polêmicas e contestações. Isso se deve a forma com que o Maranhão esteve inserido no processo de construção da nação brasileira no século XIX.

Em razão das características peculiares da então província/capitania, sua relação com o resto do Brasil em especial com o governo sediado no Rio de Janeiro ocorreu de forma separada⁴. Desde pelo menos a época da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o Maranhão possuiu uma relação mais estreita com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Isso ocorreu porque, a partir das ações da companhia, a então capitania se viu inserida em um novo contexto econômico ao deslocar sua produção para o mercado externo o que fez com que deixasse de ser uma região periférica para se inserir no comércio atlântico. Por conta disso diante do rompimento de laços luso-brasileiros, o Maranhão ainda se manteve ligado a Portugal, só partindo para a esfera de influência do Império do Brasil a partir do já abordado 28 de julho de 1823.

Devido a forma com que esse processo ocorreu, por muito tempo o Maranhão ganhou a pecha de província separatista. Para Marcelo Galves (2015, p. 26) esse rótulo gerou um certo desconforto da historiografia maranhense em tratar desse tema já que foi elaborada a ideia de que

4 Trata-se do Estado Colonial do Maranhão criado pela Carta Régia de 13 de junho de 1621 que dividira a América Portuguesa em duas partes: o Estado do Brasil ao sul e o Estado do Maranhão ao norte. Este último ia do Cabo de São Roque até as terras que os portugueses conquistavam na Amazônia. Com capital em São Luís e em certos períodos em Belém o Estado do Maranhão “foi extinto, recriado e dividido” várias vezes (GALVES; FARIA, 2024, p. 597). Esse argumento como se verá mais adiante será usado por Luís Antônio Vieira da Silva na obra *o História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* (1862).

houve um atraso na adesão do Maranhão (GALVES, 2023, p. 4). Era esta a interpretação que vigorava quando houve o lançamento da primeira obra dedicada exclusivamente a esse tema, o *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* de Luís Antônio Vieira da Silva publicada em 1862 (ABRANTES e MATEUS, 2023, p. 25). Para Vieira da Silva (1972, p. 23-25) essa adesão tardia está relacionada a questões como o fato de que a América Portuguesa por muito tempo fora dividida em dois estados coloniais distintos. Entretanto o referido autor defende que a postura a favor de Portugal não fora o suficiente para abafar o sentimento de independência que nascia entre os maranhenses.

Para Marcelo Galves (2015, p. 31) com Viera da Silva inaugura-se a interpretação de que houve uma “libertação do Maranhão” o que foi reforçado por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nós podemos perceber o reforço dessa ideia dentro desse instituto justamente no início do século XX, quando esse por ocasião da comemoração do centenário da Independência publica um dicionário temático. Trata-se do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB)⁵ obra voltada ao público leigo que de acordo com Bruno Costa (2022, p. 517 e 518) foi promovida pelo IHGB a partir de uma comissão criada em 1914⁶ e visava evidenciar o destino histórico comum do Brasil e de seus vizinhos americanos. Para tanto o IHGB fabricou modelos e questionários que servissem como guia para esta obra e os remeteu a todos os estados brasileiros (COSTA, 2022, p. 518). Entretanto apenas

5 “A exemplo do que já havia ocorrido na França, com a publicação do *Le Grand Dictionnaire Universel du Siècle XIX*, editado por Pierre Larousse” (COSTA, 2022, p. 518).

6 A data de criação dessa comissão é significativa pois representa também o início da Primeira Guerra Mundial e por consequência o final do período conhecido como *Belle Époque*. Para Marly Motta (1992, p. 27), esses dois eventos tiveram um grande impacto na intelectualidade brasileira já que despertou um “sentimento de urgência frente à resolução dos problemas nacionais” além de fazer com que a sociedade europeia deixasse de “fascinar a maioria daqueles que a viam como modelo inegável da modernidade a ser conquistada”.

sete responderam: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (COSTA, 2022, p. 519).

Na parte referente ao Maranhão desse dicionário, assinada por José Ribeiro do Amaral⁷, ao abordar história da Independência, é dito que após a separação ocorrida em 7 de setembro de 1822, o Maranhão, “como se demorasse em reconhecer a autoridade do jovem imperador” (IHGB, 1922, p. 200) só assim o fez de forma pacífica em São Luís no paço da Câmara Municipal sob os auspícios do almirante britânico Lorde Thomas Cochrane. Essa calma da capital era contrastada com o que o autor chama de “pequenos encontros” entre as tropas portuguesas e os “independentes” no interior da província, mais precisamente em Caxias e em Itapecurú-Mirim. Ao final Amaral apresenta o trecho de um relato de um escritor contemporâneo que ele não especifica a identidade e que diz que os maranhenses “suspeitosos dos filhos da antiga Metrópole” facilmente se abalavam e se insurgiam contra os lusitanos (IHGB, 1922, p. 200).

Como se percebe durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, a interpretação principal sobre o processo de adesão do Maranhão a esse evento, que pode ser inferido do discurso oficial do IHGB era este: o de uma província que demorou a aderir, mas cuja a população lutava contra os portugueses. Mesmo sabendo que o referido dicionário tinha por finalidade apresentar um panorama geral do Maranhão reiterando outros assuntos como geografia, fauna, flora, riquezas minerais e etc. e que a História apresentada trata-se

7 José Ribeiro do Amaral (1853-1927) foi um historiador e escritor maranhense. Em sua carreira profissional obteve destaque como professor e diretor do Liceu Maranhense; diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite; diretor da Imprensa Oficial; colaborador do Diário Oficial do Estado e etc. além de instituir a cadeira Nº 11 da Academia Maranhense de Letras. Para os propósitos do presente trabalho cabe destacar que além de ser membro do IHGB, também foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Disponível em: https://www.academiamaranhense.org.br/inf_aml/jose-ribeiro-do-amaral/. Acesso: 28/07/2025.

de uma síntese pode se supor que o autor se restringiu a mencionar a Independência dessa forma justamente por esse ser um tema sensível a sua época⁸. Levando-se em consideração esse cenário avaliaremos agora como as comemorações do centenário da adesão foi abordada na imprensa maranhense.

Comemoração da adesão à Independência na imprensa do século XX

No início do século XX, período do escopo do presente trabalho, o jornalismo no Maranhão já pode ser caracterizado como uma atividade moderna por possuir elementos como: a presença de um verniz industrial empresarial com a atividade de jornalistas profissionais; a alta tiragem das edições; a separação entre opinião e informação; a inserção de grandes ilustrações e imagens; etc. (MATOS, ARAÚJO, 2022, p. 173). Isso se deve porque os periódicos aqui abordados fazem parte do que Matos e Araújo (2022, p. 172) chamam de segunda fase da imprensa maranhense que se iniciou na década de 1880. Essa por sua vez é marcada por características que os mencionados autores chamam de “ventos da modernidade” como ilustrações e maior periodicidade⁹.

Com isso em vista passaremos para forma com que a imprensa maranhense abordou as celebrações do centenário. Como já fora dito por mim em outro trabalho (2024, p. 221) as primeiras notícias em torno das comemorações do centenário a aparecerem no periódico *Diário de S. Luiz*, ocorreu em sua edição 161 de 24 de julho de 1923. Essas dão conta da

8 Tema sensível é aqui abordado pela perspectiva de Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (2018, p. 142) que o interpreta como assuntos carregados “de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum”.

9 Um dos jornais que aqui será analisado, o *Pacotilha*, é considerado como um dos mais importantes desse período por representar a transição da imprensa mais artesanal característica dos primeiros tempos dessa atividade no Maranhão por uma mais moderna (MATOS, ARAÚJO, 2022, p. 172).

organização de um jogo de futebol entre os times Luso-Brasileiro e o F. A. Club e, em um artigo denominado *A Tocantina*, reconhece-se o esforço do governo do Estado para o reinício da construção da estrada de ferro Coroatá-Tocantins para “comemorar condignamente a grandiosa data da adesão à independência” (*Diário de S. Luiz*, n. 161, 24 jul. 1923, p. 3).

De acordo com Aldo Tavares Ribeiro (2021, p. 88), a Tocantina tratava-se da junção dos ramais ou troncos de ferrovias que possuíam como ponto zero a velha estrada São Luís-Caxias que partia do povoado de Coroatá e seguia até a ribeira do rio Tocantins. Ainda de acordo com esse mesmo autor o seu projeto se originou na época do governo de Eduardo Olímpio Machado e possuía a função de ligar os mercados maranhenses com outras praças de comércio localizada em Goiás, Piauí e Bahia. Para nossos propósitos interessa saber que observações nos jornais que criticassem a ausência do poder político em torno da construção de ferrovias equivaleria a criticar o governo por não trazer a modernidade (RIBEIRO, 2021, p. 17), algo que se repetirá em outro trecho selecionado mais adiante.

Entretanto a discussão em torno das comemorações dessa efeméride pode ser remontada a algumas edições anteriores do mesmo jornal como a de número 153 de 14 de julho de 1923 que apresenta um longo artigo que se divide em várias edições denominado *O 28 de Julho na Câmara Federal*. Este texto apresenta os debates parlamentares sobre tornar em feriado as datas de adesão do Maranhão e de Pará à Independência do Brasil e afirma que as bancadas dos dois estados entraram em greve quando a Comissão de Justiça da Câmara rejeitou a proposta de tornar esses dias em feriados, ao mesmo tempo que concedia tal *status* a data de adesão da Bahia. É interessante notar que as duas bancadas se defendiam da acusação de “vadiagem” e que o cerne de seu argumento era que as datas representavam dois significados: a inserção dos dois estados na nação e a expulsão dos invasores estrangeiros (*Diário de S. Luiz*, n. 163, 26 jul. 1923, p. 2) bem ao

modo de como a historiografia “oficial” vinha tratando este tema como vimos tópico anterior¹⁰.

Já na edição 162 do referido jornal de 25 de julho de 1923 há um edital conclamando atos religiosos para a comemoração da efeméride entre os dias 28 de julho a 5 de agosto¹¹. Em relação ao dia 28 de julho, o edital assim diz:

Dia 28 de Julho. -- Rezaremos em nossa Santa Igreja Metropolitana uma missa às 7 horas da manhã, para distribuição de uma grande comunhão geral a todos os fiéis de ambos os sexos e de todas as idades e condições sociais. Apelamos, pois, para o zelo, patriotismo e boa vontade de todos os nossos prezadíssimos sacerdotes seculares e regulares, vigários, curas e capelães afim de que instem com os devotos frequentadores de seus templos para que tomem parte neste público e sublime ato religioso que feito com sincera piedade, há de atrair com certeza, inumeráveis bênçãos celestiais para a família e a sociedade maranhense (*Diário de S. Luiz*, n. 162, 25 jul. 1923, p. 3).

A presença da Igreja Católica nas comemorações do centenário do 28 de julho no Maranhão não pode ser vista como um simples aspecto religioso em um ato cerimonial. Tal inferência se sustenta no estudo das relações entre a Igreja e as efemérides no Brasil durante a Primeira República. De acordo com o autor Gerson Galo Ledezma Meneses (2010, p. 15) durante as a realização dos festejos cívicos relacionados ao Centenário da Independência ocorrida no Rio de Janeiro em 1922 a posição do Vaticano foi de elogio ao país entendendo que “a festa

10 O argumento da “vadiagem” era importante para aquele contexto, pois paradoxalmente mesmo com o feriado decretado, a *Pacotilha*, jornal que analisaremos mais a frente noticiou que: “Sabemos que algumas casas comerciais têm desrespeitado os dias feriados, obrigando os seus empregados a trabalhar de portas cerradas. Consta-nos também que outros pagam 50\$ para se conservarem abertas” (*Pacotilha*, n. 178, 30 jul. 1923, p. 01).

11 Assinado por “Octaviano, Arcebispo do Maranhão” (*Diário de S. Luiz*, n. 162, 25 jul. 1923, p. 3). Possivelmente trata-se de Otaviano Pereira de Albuquerque, arcebispo de São Luís do Maranhão entre 1922 a 1935.

serviria para manter proximidade e reviver a chama do catolicismo no Brasil” (MENESES, 2010, p. 15).

Para além disso a Santa Sé endossava a interpretação de que a Independência ocorrera no Brasil de forma pacífica. Já o discurso do Núncio Apostólico Monsenhor Francisco Cherubini designado para comparecer a este evento se utilizava de figuras históricas como D. Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva e personalidades da época do centenário como Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco e o próprio presidente Epitácio Pessoa para estabelecer uma espécie de continuidade entre os três momentos políticos da história brasileira – Colônia, Império e República (MENESES, 2010, p. 16 e 17).

Esse contexto é importante pois ao mesmo tempo que a Igreja Católica seguia as resoluções do Concílio Vaticano I (1869-1870) que condenava ideias liberais como a separação entre a Igreja e o Estado, a República entrou em confronto com a Santa Sé justamente por causa desse tema (MENESES, 2010, p. 17). Nesse contexto, os festejos do centenário foram utilizados pela Igreja para defender a ideia de que o Brasil “não poderia construir uma identidade própria sem o catolicismo como centro da fé e, inclusive, da Nação” (MENESES, 2010, p. 18) chegando a oferecer suporte religioso ao governo.

No Maranhão a situação parece ter sido um reflexo do que ocorreu na então capital nacional haja vista que conforme apresentado no trecho acima, o edital para missa de comemoração ao 28 de julho apela para temas como por exemplo o “patriotismo”. O referido edital logrou êxito pois como veremos adiante, no número 178 do periódico *Pacotilha* de 30 de julho de 1923, esse ao relatar os festejos do dia da adesão diz que:

A missa campal, que abriu o dia 28 com chave de ouro, foi concorridíssima. No altar, artisticamente armado no pátio do Sé, celebrou o arcebispo, perante enorme assistência de autoridades, famílias, escolas, corporações religiosas, grande massa popular; após o

ato religioso, dirigindo-se o antistite aos maranhenses, numa alocução carinhosa e eloquente. (*Pacotilha*, n. 178, 30 jul. 1923, p. 1).

Já o jornal *Folha do Povo* (MA) que circulou de 1923 a 1927 e cujo o primeiro número saiu justamente no dia do centenário da adesão a Independência apresenta um artigo intitulado *As Festas do Centenário* que será reproduzido aqui na íntegra por resumir a programação dos festejos dessa data específica:

As festas do Centenário

Hoje, ao transpor do século, houve salvas em vários pontos da cidade e repicaram os sinos de todas as igrejas.

As 7 horas, em frente à Catedral, o exmo. Sr. D. Otaviano celebrou uma missa grandemente concorrida.

- As bandas de música do 24º Batalhão de Caçadores e do Corpo Militar do Estado fizeram um passeio na cidade.

- O sr. Presidente do Estado deu recepção oficial em Palácio, as 13 horas, havendo em seguida uma sessão cívica da Academia Maranhense de Letras e Faculdade de Direito, presidida pelo dr. Godofredo Viana, Presidente do Estado.

- Após essa sessão foi recebido em Palácio o glorioso “raidman” Souza Bispo.

- Hoje à noite haverá cinema ao ar livre, na Avenida Maranhense, cortejo popular do operariado e espetáculo de gala no Teatro Artur Azevedo.

- O Instituto Gomes de Souza realizou hoje, às 8 horas, uma sessão cívica.

- Amanhã será aberta a Exposição.

- As casas Berringer e Exposição ornamentaram artisticamente as frentes dos seus estabelecimentos (*Folha do Povo* (MA), n. 1, 28 jul. 1923, p. 3).

Voltando ao número 163 de 26 de julho de 1923 de o *Diário de S. Luiz* há uma coluna em que se lê:

O CENTENARIO DO MARANHÃO

A 27 deste falará na câmara o sr. José Bonifácio da Costa, representante mineiro e descendente dos Andradas, saudando o Maranhão. O sr. Domingos Barbosa responderá a saudação. (*Diário de S. Luiz*, n. 163, 26 jul. 1923, p. 4).

Esse parágrafo deve ser destacado porque a presença de um dos descendentes dos Andradas ia além de uma simples rememoração. Isso porque de acordo com Marly Motta (1992, p. 16) houve durante a Primeira República e em especial durante o centenário da Independência, uma reelaboração da imagem de José Bonifácio de Andrada e Silva. O motivo para tal atitude era que a República se viu diante da difícil tarefa de conciliar uma data cívica já consolidada no calendário nacional, mas vinculada a monarquia como era o 7 de setembro, com o novo regime instaurado em 1889. Para isso os republicanos tiveram que inventar novas tradições com o objetivo de deixar claro que a República não era algo fortuito ocorrido em virtude das vicissitudes do destino, mas que se prefigurava desde eventos antigos como a Independência, ou até anteriores a esta (MOTTA, 1992, p. 13).

Nos primeiros tempos do novo regime, os republicanos, portanto, se dividiam sobre a data que representava o início da nação: o 7 de setembro ou o 15 de novembro, com alguns aventando até o 7 de abril, data da abdicação de D. Pedro I (MOTTA, 1992, p. 14). Por fim o 7 de setembro prevaleceu porque “já estava fixado na memória nacional” (MOTTA, 1992, p. 15). O corolário disso foi a elaboração de uma nova interpretação para essa data com a imagem de D. Pedro I sendo execrada em detrimento à de José Bonifácio (MOTTA, 1992, p. 16). Este representaria a síntese das correntes que construíram o Brasil, sacrificando a república, mas em prol de algo maior: a estabilidade ou mesmo a existência da pátria (MOTTA, 1992, p. 16). Cabe enfatizar que para a já citada Marly Motta (1992, p. 22) a ressignificação da imagem de Bonifácio como ao mesmo tempo liberal e conservador, possuidor de uma visão de longo prazo, único representante de uma tendência que buscava implementar uma política baseada em leis científicas, defensor da ordem e da centralização política etc. se deve a uma parte específica da intelectualidade brasileira: a paulista.

Voltando ao *Diário de S. Luiz*, o número 165 que fora publicada justamente no dia do centenário tratou-se de uma edição comemorativa. Repleta de textos laudatórios destacaremos aqui apenas alguns. O primeiro se intitula *1823-1923 Ao heroico Maranhão, na data do Centenário da sua Independência, modesta homenagem do Diário de S. Luiz* e é de autoria de José Domingues. Esse texto é interessante pois ao mesmo tempo que comemora a adesão do Maranhão e sua entrada para a união faz críticas ao seu presente como percebemos no seguinte trecho:

É verdade que não possuímos, incorporadas a nossa vida social, as prodigiosas conquistas da ciência moderna, não temos nas nossas cidades o luxo e o estrépito industrial dos centros europeus e americanos, não vemos o nosso mapa cortado de ferrovias e linhas aéreas; mas temos um passado limpo, nobres exemplos de civismo a oferecer à admiração dos que interrogarem a nossa história, sem sermos indigentes, no clássico concerto das nações (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 1).

Como não podia deixar de acontecer em um texto que apela para o sentimento cívico e o passado glorioso maranhense, o autor destaca grandes nomes da literatura nacional provenientes do Maranhão:

O maior poeta lírico nacional, Gonçalves Dias, é maranhense, e um dos três príncipes da moderna poesia nacional, Raimundo Correia, abriu os olhos à vida em Mangunça; entre os prosadores, de maior fulgor, destaca-se logo João Lisboa, ainda não ultrapassado na elegância e torneio da frase e em acuidade e profundidade dos conceitos, a ficção literária representada por nomes do brilho de Aluísio Azevedo e Coelho Neto, que por si só bastariam para honrar uma literatura. E, como síntese geral de nossa potência intelectual, Gomes de Souza, o Souzinha, no dizer de Euclides da Cunha a mais completa celebração brasileira do Século, jurista, médico e poeta, legando-nos sobre o cálculo infinitesimal páginas que ainda hoje sobranceiam toda a matemática (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 1).

O culto a imagem idealizada de poetas, em especial de Gonçalves Dias no contexto da comemoração de uma data cívica como a adesão

do Maranhão não pode ser enxergado como algo contingente. Isso ocorre porque, de acordo com Wendell Sousa (2016, p. 70) com a República, diante da sua secularização, coube aos vultos do passado assumir um papel no quadro cívico através da sacralização. No contexto maranhense, o primeiro nome evocado pelo o que o autor chama de “hagiografia cívica maranhense” foi o de Gonçalves Dias (SOUSA, 2016, p. 70).

Por conta disso houve um reforço da memória deste poeta através de práticas institucionalizadas, ritos e textos (como por exemplo o trecho do jornal aqui mostrado) que tinham como objetivo atingir uma perspectiva coletiva (SOUSA, 2016, p. 71). É nesse sentido que intelectuais maranhenses como Barbosa de Godois ao biografá-lo o apresenta como alguém que deveria ser tomado como exemplo e copiado e também como um ser predestinado chegando até mesmo a relacionar “o seu nascimento a Independência do Brasil, ocorrida meses antes, como um fator determinante na sua escrita” (SOUSA, 2016, p. 71). Ainda na visão de Wendell Sousa, rememorar Gonçalves Dias promove uma continuidade com o passado, mais especificamente com a “ideia de passado glorioso sintetizado na *Athenas Brasileira*” (SOUSA, 2016, p. 77).

Retornado aos jornais, não só de Gonçalves Dias se falou na época. Outro ilustre homem de letras do período conhecido como “*Athenas Brasileira*” foi lembrado. Trata-se de Odorico Mendes como se percebe na seguinte citação:

Sonetos Maranhenses

Comemorando também, de maneira condiga, a data de 28 de julho que assinala o primeiro centenário de nossa independência política, a Távola do Bom Humor houvesse por bem reeditando os “Sonetos Maranhenses”, cuja circulação fará nesta cidade, naquele dia.

É uma valiosa contribuição que essa próspera sociedade faz aos grandes, festejos projetados, por isso que é um livro de incontestável valor literário, recordando vultos desde Odorico Mendes até ao mais novo bardo da geração que se levanta.

Convém, todavia, que todos saibamos corresponder aos esforços desses moços infatigáveis, ajudando-lhes para que jamais esmoreçam a frente de belos empreendimentos. (*Diário de S. Luiz*, n. 163, 26 jul. 1923, p. 4).

Manuel Odorico Mendes como se sabe, foi um poeta, deputado, publicista e membro do IHGB que se destacou com a tradução para o português de obras clássicas da literatura ocidental como a *Ilíada*, a *Odisseia* e a *Eneida* (SALGADO, 2017, p. 220). O peso de seu nome era tamanho que foi sua biografia que abriu a clássica obra de Antonio Henriques Leal *Pantheon maranhense* (SALGADO, 2017, p. 221). Para além de seu reconhecido trabalho literário, Odorico Mendes teve uma “atuação política da mais alta ordem” no recém-formado Império do Brasil em virtude da escrita sobre temas como o “caráter nacional, liberdade de imprensa, democracia, constitucionalismo, soberania, identidade nacional” (BOTELHO, 2017, p. 11). Com este *status* e reconhecimento nacional não é de se estranhar que a sua memória, assim como a de Gonçalves Dias, tenha sido exaltada em uma grande data cívica como a aqui abordada.

Outra publicação desta mesma edição trata mais especificamente da história do Maranhão e se intitula *NO DOCORRER DE 424 ANNOS: Ligeira síntese histórica do Maranhão* sendo de autoria de Rubem Almeida. Este artigo se destaca por remontar o início da História do Maranhão ao ano de 1499 uma vez que aceita “Ojeda ou Pinzón como os primeiros europeus que aqui aportaram” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2) e por dividir a História do Maranhão em fases. São estas: 01 – a do *abandono* (1490-1539) porque após a chegada dos europeus “nada se fez em benefício das terras descobertas”, 02 – o período de 1539 a 1594 marcada por “tentativas malogradas para à sua colonização”; 03 – o período de 1594 a 1681, marcada pela chegada dos franceses e conquista dos portugueses quando “parece-nos razoável afirmar, que verdadeiramente começamos a ter história”, 04 – a que vai de 1681

até a independência, trata-se do “Maranhão revolucionário” marcado pela Revolta de Beckman, 05 – a do Maranhão imperial e a 06 – e a da democracia iniciada após a proclamação da República (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2).

A divisão da História maranhense proposta por Rubem Almeida se assemelha muito ao que consideramos como a “História oficial” do Maranhão daquela época. Isso porque a proposta por ele apresentada se coaduna com ao IHGB que nós discutimos quando apresentamos o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Nesta obra, tomada aqui como a síntese do pensamento do instituto que o elaborou, Ribeiro do Amaral divide a História maranhense em tópicos tais como “ocupação francesa”; “invasão holandesa”; “revolução de Bequimão” e “Balaçada” (IHGB, p. 287-290).

Para o presente trabalho os dois períodos mais importantes dos apontados por Rubem Almeida são o quarto e o quinto. O quarto período tem sua relevância pois na opinião do autor a expulsão dos holandeses e a Revolta de Beckman “bastam para mostrar os princípios de independência que já orientavam o povo” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2). O quinto pois ao falar justamente da Independência, o autor diz que um dos primeiros gestos do Maranhão nesse período foi aderir à Independência, fato que em sua visão “já era um aviso para o acontecimento que há um século, e no dia de hoje se verificou” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 2).

Nós sabemos que a questão da Independência era um assunto que gerava certa comoção, principalmente em um momento de efeméride como o aqui estudado e Rubem Almeida parece ter tentado tomar posição nesta seara. Isso porque ele afirma peremptoriamente que havia no Maranhão um “espírito de independência” que ele reconhece que se implantou através de “grandes lutas”, mas isto é por ele justificado já que “a grandeza do esforço é justamente o melhor título de glória dos que por ela pugnaram” (*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul.

1923, p. 2). A presença deste trecho em um texto laudatório como o aqui apresentado só pode ser decorrente da defesa de uma determinada interpretação. À parte disso, destaca-se como uma sutileza do texto remontar o início da História do Brasil a 1499 e não ao tradicional 1500.

Já no periódico *Pacotilha* (1910-1938), a edição 177 publicada no dia do centenário foi uma edição comemorativa. Logo em sua primeira página há um texto intitulado *A adesão a Independência* que no cabeçalho diz o seguinte:

Comemorando o centenário da adesão do Maranhão a independência nacional a “Pacotilha” estampa na sua edição especial de hoje o texto dos documentos oficiais que ficaram dos últimos dias do Maranhão colônia, representações da câmara, atas, proclamações, etc. (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 1).

Assim o jornal apresenta trechos de *O Conciliador*¹², o primeiro jornal maranhense, que apresenta ofícios emitidos pela Junta de governo do Maranhão saudando o governo de D. Pedro I, bem como extratos da *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão*¹³ sobre o mesmo tema.

12 *O Conciliador do Maranhão* foi o primeiro periódico maranhense e circulou de forma bissemanal, entre 15 de abril de 1821 a 23 de julho de 1823 em um total de 212 edições. Seus redatores eram José Antônio da Cruz Ferreira Tezo (o Padre Tezinho) e Antônio Marques da Costa Soares, figuras próximas ao governador do Maranhão à época: Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822). Tendo sua primeira edição impressa após a adesão do Maranhão à Revolução do Porto, o jornal fora publicado com o incentivo do governador e se tornou um grande periódico para os padrões de sua época como demonstra sua longevidade, regularidade e número de assinantes. As suas assinaturas além de abranger o Maranhão, também se estendiam ao Ceará, Piauí, Grão-Pará, Portugal e Inglaterra (GALVES, 2024a, p. 243 e 244).

13 *A Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão* foi um periódico impresso na Tipografia Nacional do Maranhão, em São Luís, entre 1823 e 1825, com o expediente do novo governo instituído com a adesão do Maranhão ao Império do Brasil (GALVES, 2024b, p. 412). *A Pacotilha* se utilizou de suas edições antigas nas comemorações do centenário possivelmente por que a referida gazeta “foi responsável pela reprodução de importantes registros, desde 26 de julho de 1823, da movimentação que culminou com a adesão do Maranhão à Independência e das primeiras medidas de controle e organização da nova ordem provincial” (GALVES, 2024b, p. 412).

Outro texto de essencial importância para o presente artigo e que fora publicado por *Pacotilha* nesta edição tratasse de um que tem por título *O 28 de Julho* de autoria de Luiz Viana (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4). Esse celebra a atitude do congresso federal em decretar feriado nesta data, fato conforme já mostrado foi discutido também no periódico *Diário de S. Luiz* em edições precedentes a esta data; recorre a obra de Oliveira Viana publicada na introdução do *Recenseamento do Brasil*¹⁴ edição de 1922 e a *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)* de Luís Antônio Vieira da Silva para falar de História do estado; e celebra não a entrada do Maranhão para a união, mas sim o espírito de união e fraternidade (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4).

É de se sublinhar que Luiz Viana assim como outros autores que escreveram em periódicos sobre o centenário, se viu na necessidade de apresentar uma justificativa para a pecha de separatista que o Maranhão possuía. Para Viana, no Maranhão havia em maior grau o que chama de “fatores dissolventes da comunhão nacional”, desses, o que tinha maior peso era o que denomina de “o valor centrífugo do coeficiente geográfico” (*Pacotilha*, n. 177, 28 jul. 1923, p. 4).

Já a edição 178 da *Pacotilha* publicada em 30 de julho de 1923 nos oferece um olhar mais amplo sobre as comemorações justamente porque ela descreve de forma resumida os festejos do centenário ao longo dos três dias anteriores. Em síntese, o jornal (*Pacotilha*, n. 178, 30 jul. 1923, p. 01) nos diz que no primeiro dia (28/07) houve uma missa campal, uma recepção do presidente do estado as autoridades locais; uma sessão cívica promovida pela Academia Maranhense e a Faculdade de Direito a execução de um hino cantado pelas alunas da Escola de Belas Artes, e outros eventos, tal como fora noticiado que aconteceria

14 Ainda em 1922, esta introdução seria publicada como livro por Oliveira Viana com o título de *Evolução do Povo Brasileiro*. Disponível em: <<https://brasilianadigital.com.br/colecao-brasiliana/obra/149/evolucao-do-povo-brasileiro>> Acesso: 06/05/2025

pelo número 1 da *Folha do Povo* (MA) (28 jul. 1923, p. 3) conforme mencionamos anteriormente.

No segundo dia (29/07) houve uma exposição de um pavilhão da Sociedade Maranhense de Agricultura de produtos agrícolas e da pecuária, da Companhia Fabril Maranhense que apresentou produtos industriais e também de produtos farmacêuticos. Nesse dia houve também a realização de uma “corrida de resistência da Estação ao Anil” e a partida de futebol entre o F. A. Clube o Luso Brasileiro que já fora anunciada em outros jornais, um passeio das forças públicas na Avenida Maranhense, e um desfile dos escoteiros maranhenses. Já no terceiro dia (30/07) houve a inauguração do edifício da Imprensa Oficial com direito a um retrato de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca¹⁵, considerado o “introdutor da imprensa no Maranhão”, uma exposição sobre a imprensa que contou com a presença do presidente do estado e do prefeito de São Luís.

Chama a nossa atenção que as comemorações do centenário da Independência no Maranhão contaram com a exposição de produtos agrícolas, pecuários e industriais que de acordo com *Pacotilha* (n. 178, 30 jul. 1923, p. 01) teve uma movimentação “colossal” de pessoas tendo vendido em um único dia cinco mil ingressos. Esses elementos são importantes pois Wendell Sousa ao analisar as comemorações do tricentenário de São Luís em 1912 nos mostra que as exposições de produtos agrícolas tinham de acordo com seus idealizadores a função de dizer que “os demais produtores deveriam seguir o exemplo dos

¹⁵ Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1780-1830) foi um militar português que governou o Maranhão entre 1819 e 1822. Com uma trajetória profissional e pessoal ligada ao Antigo Regime Português, em seu período a frente do governo maranhense presenciou momentos delicados como a vitória da Revolução do Porto em 1820 e a adesão do Maranhão a esse movimento. Tentando se equilibrar entre sua vinculação ao absolutismo e o novo ambiente constitucional, Fonseca manteve-se a frente do governo mesmo após a adesão, momento em que aproveitou para prender e deportar opositores e financiar o primeiro periódico e a primeira tipografia maranhense (GALVES; BASÍLIO, 2024, p. 391).

expositores” (SOUZA, 2016, p. 173). Apesar dessa ideia não vir explícita nos jornais, não é de se estranhar que a mesma interpretação seja equivalente para a exposição ocorrida no centenário da Independência.

Por fim convém indicar que por ocasião das comemorações também foi composto um hino do centenário da Independência no Maranhão por José Gregório dos Reis que também veio a ser publicado no *Diário S. Luiz* (n. 165, 28 jul. 1923, p. 5):

HINO DO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA DO MARANHÃO

Maranhão, Maranhão, pátria querida,/estrela do Brasil mais
refulgente,/para seres feliz eternamente,/tu tens o nosso amor e nossa
vida./ (Maranhão, Maranhão, pátria querida,/Bis/(Tu tens o nosso amor
e nossa vida! É o teu nome o lábaro sagrado,/ã cuja sombra nós nos
abrigamos,/seguros da vitória que esperamos/nas lutas do progresso
desejado./ (Maranhão, Maranhão, pátria querida/Bis/(Tu tens o nosso
amor e nossa vida! Só queremos ou louros divinos,/que se colhem
nos campos da ciência,/nos combates da sã inteligência,/na conquista
dos santos ideais./ Maranhão, Maranhão, etc./ Terra santa e gentil
da promessa,/dos sonhos de Moisés, terra divina,/formosa Canaã a
qual propina/riquezas sem iguais a Criação.../Maranhão, Maranhão,
etc./ (Prossegue, em teu futuro confiado,/ (sem descanso na busca do
tesouro,/Bis/(esse rico e famoso velo de ouro/(o qual Deus para ti tem
reservado!/Maranhão, Maranhão, etc.

Julho de 1923

José Gregório dos Reis

(*Diário de S. Luiz*, n. 165, 28 jul. 1923, p. 5).

A presença de um hino composto especificamente para esta celebração é importante pois de acordo com Aldo José Moraes Silva (2017, p. 52) os hinos possuem uma condição de ritual que lhe confere alguns atributos especiais cujo o principal seria o de criar ou recriar em uma condição específica “que restabeleceria os vínculos primordiais entre aqueles que o entoam”. Nada mais apropriado a uma celebração, podemos inserir esta canção como um “lugar de memória” criado à época de acordo com a interpretação elaborada pelo já aqui citado Pierre Nora.

Conclusão

Como podemos perceber a partir do exposto a cobertura midiática da comemoração do centenário da adesão do Maranhão à Independência foi ampla e diversa. Ao mesmo tempo que o festejo foi utilizado para criticar o presente como demonstra o texto de José Domingues no *Diário de S. Luiz* e para demandar a construção de obras públicas como o ramal de estrada de ferro conhecido como a “Tocantina”, houve também uma nítida tomada de posição diante de um debate histórico. Se fazendo valer das interpretações mais recentes da época como a do IHGB e a de Vieira da Silva, textos laudatórios como *NO DOCORRER DE 424 ANOS: Ligeira síntese histórica do Maranhão* de Rubem Almeida; e *O 28 de Julho* de Luiz Viana aproveitaram do visibilidade que o tema estava tendo diante da efeméride para reforçar uma linha interpretativa específica: a de que o Maranhão sempre fez parte do Brasil e só não aderiu de imediato devido a fatores adversos como a posição geográfica e ligações com a antiga metrópole.

Assim sendo, é possível dizer que as comemorações do centenário da adesão do Maranhão à Independência se constituiu em um lugar de memória que visava legitimar a ideia de pertencimento do Maranhão ao Brasil.

Referências

Impressos

Diário de S. Luiz - MA - (1920 a 1949)

Folha do Povo - MA - (1923 a 1927)

Pacotilha - MA - (1910 a 1938)

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Alhadeff Sampaio. Entre patriotas, libertadores e mercenários: as narrativas em disputa na historiografia da Independência no Maranhão. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; MATEUS, Yuri Alhadeff Sampaio (Orgs). *A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí*. São Luís: Editora UEMA, 2023, p. 23-56

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOTELHO, Yane Silva. *“O jus de governar já não se herda”*: Manuel Odorico Mendes e seu projeto de nação brasileira (1825-1833). 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Maranhão, 2017.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Comemorar a nação: o centenário da Independência do Brasil e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional. *Revista História Unisinos*, v. 26, n. 3, 2022, p. 516-529.

GALVES, Marcelo Cheche. A independência do Maranhão entre efemérides. *Almanack*, Guarulhos, n. 33. 2023.

----- *“Ao público sincero e imparcial”*: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

----- e BASÍLIO, Romário Sampaio. Fonseca, Bernardo da Silveira Pinto da. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2024. p. 391.

----- Conciliador do Maranhão, O. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2024a. p. 243-244.

----- e FARIA, Regina Helena Martins de. Maranhão. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2024. p. 597-600.

----- Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2024b. p. 412.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 13, p. 139-159, 2018.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

MATOS, Marcos Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade de. Apresentação: Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária. *Outros Tempos*, vol. 18, n. 32, 2021, p. 169-175.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. Brasil no I Centenário da Independência, 1922: Relações Internacionais com o Vaticano e Cultura Lusa como Mecanismo de Unidade Nacional. *História na Fronteira*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 3, p. 7-21, jul./dez. 2010.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NETTO, Michel Nicolau. A Memória Nacional Globalizada: As Condições Sociais de Produção Simbólica da Nação. *DADOS*, Rio de Janeiro, vol.64, 2021.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PINTO, Ana Paula Vieira e LEME, André Luiz. O “BRASIL PITORESCO” NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE LONDRES (1862). *Revista de Estudos de Cultura*. São Cristóvão (SE), v. 10, n. 24, Jan. Jun./2024, p.115-130

PINTO, Lucas Gomes Carvalho. A EFEMÉRIDE DO CENTENÁRIO DA ADESAO DO MARANHÃO: ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE INDEPENDÊNCIA E REVOLUÇÃO DO PORTO NA IMPRENSA DO SÉCULO XX. In: *Anais do VII Simpósio de História do Maranhão Oitocentista/ VII Simpósio Internacional em História Contemporânea: 1824/1964 entre Revoluções e Golpes*, 2024. p. 212-229.

RIBEIRO, Aldo Tavares. *FERROVIA SÃO LUÍS – TERESINA E A CIDADE DE CODÓ: história e memória a partir de 1895 a década de 1940*. São Luís, 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

RUDI, Thiago Augusto Modesto. Ernest Renan brésilien: dos papéis que um historiador francês teve no Brasil. *Dimensões*, v. 37, jul.-dez. 2016, p. 194-213.

SALGADO, Marcus Rogério. Três tradutores de poesia no Brasil do século XIX. *Elyra: Revista da Rede Internacional Lyracompoetics*. 9, 06/2017, p. 217-242

SILVA, Aldo José Morais. UM HINO PARA A CIDADE: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica* - Recife, n. 35.2, p. 51-74, Jul-Dez, 2017.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. *POLÍTICA, MEMÓRIA E CIDADE: As comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense pelos Franceses em 1912*. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Maranhão, 2016.

A contestação do patriarca da Independência: Joaquim Gonçalves Ledo, por Aurino Maciel (1923)

Lucas Cabral da Silva

Introdução

Analisar as escritas sobre os sujeitos que atuaram na Independência do Brasil incorre em um longo debate existente desde a historiografia oitocentista. Limitamo-nos, neste texto, a observar como Joaquim Gonçalves Ledo foi enaltecido a ponto de ser interpretado como o real promotor da Independência. Ou melhor, como o escritor alagoano Aurino Maciel publicou, um ano após o Centenário, em 1922, uma obra dedicada à sua figura. O título resume bem o seu argumento: *Gonçalves Ledo, o homem da Independência*. Em linhas gerais, Maciel sintetizou todo um debate cujo eixo era a invalidação do papel de José Bonifácio de Andrada e Silva. Não havia condições e espaço suficiente para dois “patriarcas da Independência” e, por conseguinte, estabelecia-se uma querela iconoclasta em relação à memória nacional¹.

¹ Numa leitura clássica, o problema foi abordado do ponto de vista de José Bonifácio em COSTA, Emília Viotti. José Bonifácio: mito e história. In: *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 61-130.

A origem do livro, resultante de uma palestra proferida na loja maçônica “Perfeita Amizade Alagoana” para a inauguração de um retrato de Ledo, em 1922, indica a vinculação e o caráter celebratório do texto. Mas a publicação, em si, não possuía o rigor de um estudo histórico, e o próprio Maciel assinalou sua pretensão secundária de elaborar uma análise histórica². A ressalva ajuda a delimitar a direção para a qual o alagoano buscava dirigir suas palavras. Tomando de empréstimo as considerações de Cybelle e Marcello de Ipanema sobre uma biografia publicada no final do século XX, Maciel enquadra-se numa construção narrativa demarcada por uma apologia extremada, edificando uma *ledolatria* que desprovia o personagem, por vezes, de sua historicidade³.

No fim, apesar de curta, com menos de cento e quarenta páginas, sua obra foi a primeira publicação cujo título levou o nome de Gonçalves Ledo. Ele reeditava uma argumentação desenvolvida por Francisco de Assis Cintra, que buscou destronar José Bonifácio de seu lugar sacramentado de *patriarca da Independência*. Ao longo do início da década de 1920, Cintra, ou em artigos de jornais, ou em livros, questionou o *pseudo-patriarcado* do Andrada, baseando-se em algumas documentações que ele afirmava ter descoberto, mas que nunca vieram a público⁴. Por enquanto, cabe apresentar Aurino Maciel em um contexto de revisitação pública da memória da Independência e da formação de um panteão nacional no qual se buscou discutir quem verdadeiramente havia sido o “homem da independência”. Claro, havia particularidades para o caso do sujeito defendido pelo escritor alagoano.

2 MACIEL, Aurino. *Gonçalves Ledo: o homem da independência*. Maceió: Livraria Fonseca, 1923, p. 132.

3 IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello. Bicentenário de Joaquim Gonçalves Ledo. *R. IHGB*. Rio de Janeiro, 334: 80, jan./mar., 1982.

4 Ver MACHADO, Felipe Luis Borges. *Assis Cintra: uma outra História*. O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Os adjetivos *radical* e *esquecido* talvez sejam apropriados para apresentar Joaquim Gonçalves Ledo sob a ótica de quem o descrevia de forma elogiosa e, no mínimo, sensacionalista. O primeiro adjetivo por se referir a um indivíduo que, junto do cônego Januário da Cunha Barbosa, redigiu o *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), um periódico de posição menos moderada nos debates públicos da Independência. Nascido no Rio de Janeiro, Ledo atuou nas folhas desse periódico, na maçonaria e no Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias⁵ em defesa de uma percepção que, embora não tão menos excludente, alargava o espaço de atuação dos cidadãos na vida política, sobretudo por meio da hegemonia do legislativo, do voto direto e da liberdade de imprensa. Portanto, não surpreende que o escritor alagoano tenha caracterizado seus pensamentos como “gritos”, além de representante de um “liberalismo épico”⁶.

Por outro lado, o adjetivo *esquecido* remete a uma operação biográfica intrínseca aos escritos que adotaram uma postura laudatória sobre Joaquim Gonçalves Ledo. Maciel replicou esse lugar-comum e sustentou que a Independência do Brasil possuiu três protagonistas centrais: d. Pedro I, José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo. A analogia desses nomes com outros que promoveram a Proclamação da República, em 1889, clarifica o papel atribuído a cada um. Se d. Pedro seria o “realizador”, como Deodoro da Fonseca, e Gonçalves Ledo o “foliculário incansável”, como Benjamin Constant, a José Bonifácio caberia um papel de mero “usufrutuário sem exemplo”. Ao principal ministro de d. Pedro, destinava-se uma função diminuta e de menor relevância⁷.

A escrita biográfica implica no reconhecimento da existência de uma política da memória, uma linha tênue entre o que deve ser lembrado

5 Para uma análise do que foi o Conselho de Procuradores, cf. RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: o quinto poder?* Brasília, Senado Federal, 1978.

6 MACIEL, 1923, p. 109-111.

7 MACIEL, 1923, p. 10.

e esquecido. Isto significa que há um manejo da memória, especialmente nos “[...] termos do que significar, do que lembrar, do que silenciar e do que esquecer acerca das vivências do sujeito a ser biografado”⁸. Apontar essa construção, passa por compreender que, para a valorização da memória de Gonçalves Ledo, tornava-se necessário sustentar uma versão antiandradina da história. Nas primeiras páginas de seu livro, o escritor alagoano exibiu o problema nos seguintes termos:

Enquanto o jovem imperador e o seu venerando valido passaram ao coruchêu da fama, glorificados transcendentalmente como patronos da nossa libertação, sendo, na realidade, puros comparsas decorativos, Joaquim Gonçalves Ledo, o pregresso olímpio do movimento, o fautor precípua da ação, que desdenhou as graças do poder e nada guardou para si além da unção consoladora de haver usado a sua virtude na edificação espiritual da pátria, ficou ensombrado pelo ouropel com que se engalanam as potestades encontradiças⁹.

Alçado a nome central do movimento que resultou na criação do Império do Brasil, reconhecia-se que antes disso, Joaquim Gonçalves Ledo havia sido “ensombrado” pela glorificação das figuras de d. Pedro e de José Bonifácio. A argumentação de Maciel exemplifica essa compreensão dele como um sujeito *esquecido*. Se, até àquela altura, d. Pedro e José Bonifácio haviam sido glorificados como “patronos” da emancipação, Ledo havia sido marginalizado na atribuição dos louros pelos fatos ocorridos em 1822. Tanto o imperador quanto seu ministro não passavam, na realidade, de “puros comparsas decorativos”. Nesse sentido, a centralidade de d. Pedro era questionada. Em contrapartida, Ledo, em um ato de abnegação, desdenhou do poder e seria aquele que contribuiu, por meio de sua virtude, para a edificação da pátria.

8 GONÇALVES, Márcia de Almeida. A morte e a morte da biografia. In: PINHA, Daniel; PEREZ, Rodrigo (orgs.). Tempos de crise: ensaios de história política. Rio de Janeiro: Editora Autograia, 2020, p. 70.

9 MACIEL, 1923, p. 11.

Aurino Maciel precisava retirar a fama de um para dá-la a outro. Clareava-se aos leitores a existência de um esquecimento por parte da história oficial, compreendida como, muito das vezes, favorável ao Andrada e falseadora dos fatos tais como ocorridos em 1822. O procedimento escancara as linhas de ação do autor e de um momento chave para a memória biográfica de Ledo, pois se trata do contexto em que se solidificou os principais *topoi* a respeito de sua trajetória e que reverberaram em escritas posteriores¹⁰. Dessa forma, o que um curto livro pode sinalizar sobre a memória de um indivíduo? Em outras palavras, quais são os significados que essa publicação representou cerca de um ano após o Centenário da Independência?

O Homem da Independência

Com ar altivo,
Com rosto ledó,
Já vi, no cume
D'alto penedo,
Subir da lama
Um Figurão,
Gritando ao Mundo:
Constituição¹¹.

A imagem de Joaquim Gonçalves Ledo durante a Independência foi associada a uma postura radical. Claro, tal epíteto remonta a outubro e a novembro de 1822, quando a circulação do *Reverbero* foi interrompida e aberta uma devassa contrária a ele e outros treze indivíduos. Formalizado o separatismo, faltava estabelecer os moldes do novo contrato social

10 VIEIRA, Luís Otávio. *Origens da imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 54.

11 *O Fim da Impostura*. Sátira publicada em duas partes n' *O Espelho*, 26 de novembro de 1822, n. 107.

que regeria o Império. Todavia, Ledo saiu derrotado¹². Acusado de *republicanismo*, deve-se recordar que, entre as vozes divergentes – dos defensores do absolutismo aos apoiadores de uma maior vontade popular – sempre se buscou no termo *radical* um artifício retórico a fim de “anatematizar os adversários, que imediatamente reuniam argumentos para rebater a ofensa recebida”¹³. No fim, a anátema sobre ele vingou e se desenvolveu toda uma construção sobre sua atuação na Independência o atrelando aos princípios da soberania popular e da Revolução Francesa, oposta ao moderado José Bonifácio¹⁴.

Dessa postura, Aurino Maciel comentou a primeira estrofe de uma sátira atribuída ao Andrada, logo após o ministro de Estado dos Negócios do Reino promover a devassa que ocasionou a fuga e o exílio de Ledo por cerca de um ano. Nessa sátira, Ledo apareceu de forma ridicularizada justamente pela sua suposta intransigência em defesa do movimento constitucional. Claro, Maciel replicou com uma nova transcrição, dessa vez com a defesa de Ledo dirigida a d. Pedro na qual ironizava a devassa e a acusação de buscar alterar a forma de governo para uma república. No trato documental, o alagoano se limitava a recorrer a sua principal referência. Nesse caso, Assis Cintra, em artigo na *Ilustração Brasileira*, denominava o curto espaço de tempo entre a interrupção das atividades maçônicas do Grande Oriente e a devassa como o início de “Uma ditadura em 1822”¹⁵.

A atribuição das 38 estrofes a José Bonifácio, a contundente crítica ao seu *modus operandi* e a transcrição na íntegra da defesa de Ledo, contudo, não era uma originalidade de Assis Cintra. Na verdade,

12 SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 187.

13 NEVES, Lucia Maria Bastos P., 2003, p. 415.

14 Exemplo dessa perspectiva e contemporânea ao Centenário da Independência pode ser localizada especialmente em FLEIUSS, Max. *Páginas de História*. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1924.

15 *Ilustração Brasileira*, n. 21, 13 de maio de 1922, p. 89. MACIEL, 1923, p. 82-89.

o responsável por isso foi Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua obra póstuma publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1917. Tanto o escritor alagoano quanto o seu contemporâneo crítico do Andrada referenciavam Varnhagen, sendo que Cintra o transcreveu e o utilizou como influência, visto que o visconde de Porto Seguro considerava a devassa como o principal indício, no primeiro mês de criação do Império, da instalação de um “sistema inquisitorial”. Apesar de redigido na década de 1870, o manuscrito original estava com anotações e presente no acervo do barão de Rio Branco até sua morte, cabendo então a uma comissão composta por sócios do IHGB a responsabilidade por sua publicação¹⁶.

A menção a Varnhagen é de suma importância para se pensar não apenas a historiografia de nossa emancipação política. A memória biográfica de Gonçalves Ledo, que sofreu com uma forte oscilação durante o século XIX¹⁷, era revitalizada postumamente pelas mãos de um dos principais historiadores do Oitocentos. Conforme observado por Lúcia Guimarães, subjacente à noção de *processo* originada em *Historia da Independencia* (1917), prevaleceu uma leitura que atribuiu uma relevada proeminência aos indivíduos que a historiografia optou por intitular de “grupo de Ledo”¹⁸. Fato que a parcialidade de Varnhagen foi manifesta e reconhecida por inúmeros de seus comentadores. Uma vez que, além de fundamentar sua narrativa por meio da coleta de testemunhos de desafetos de José Bonifácio, o visconde de Porto Seguro nutria antipatia pelo *patriarca* devido a um parecer que ele teria

16 Para a obra do visconde de Porto Seguro e o seu processo de publicação, cf. Relatório da comissão nomeada pelo presidente do Instituto [...]. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independencia. R.IHGB*, tomo LXXIX, parte I, 1917, p. 8-21.

17 VIEIRA, 2019, p. 48-49.

18 GUIMARÃES, Lucia. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 134-136.

emitido contrário a seu pai enquanto este administrava a fábrica de São João de Ipanema, em 1820¹⁹.

Existiu uma longa contestação a José Bonifácio como principal articulador da Independência. Isso data de pelo menos a década de 1830, concomitante à própria vulgarização de seu epíteto de *patriarca* quando, por ocasião da cassação de sua tutoria de d. Pedro II, Cândido Ladislau Japiassu o defendeu publicamente de um processo-crime movido pela Regência e o qualificou como “Pai da Pátria” e “Patriarca da Independência”²⁰. Mas, apesar de críticas, permaneceu reconhecido como o grande nome do movimento emancipador. Oliveira Lima, por exemplo, no início do século XX, avaliou em uma conferência que, embora alguns questionassem o patriarcado, ninguém arriscaria imputar a Bonifácio um papel secundário, pois calar o seu nome “seria o mesmo que falar da Reforma sem mencionar Lutero ou recordar o *Resurgimento* escondendo Cavour”²¹.

Em seus estudos acerca de José Bonifácio, Emília Viotti da Costa ressaltou a existência de diferentes versões andradinas, como a de Oliveira Lima, e antiandradinas entre a bibliografia que tratou do tema. Tais narrativas críticas colocavam figuras em paridade ou em oposição a ele, a exemplo de José Clemente Pereira²², um aliado de Ledo, denunciado na devassa e à época presidente do Senado da Câmara. No entanto, em razão do limitado escopo deste texto, abordamos apenas a percepção que influenciou Assis Cintra e, por conseguinte, Aurino Maciel. Como este último reconheceu, Cintra baseava-se em dois historiadores

19 CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 175.

20 COSTA, 1999, p. 106.

21 LIMA, Manuel de Oliveira. *O papel de José Bonifácio no Movimento da Independência*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907, p. 3-4.

22 Para um curto panorama biográfico, cf. NEVES, Lucia Bastos Pereira. José Clemente Pereira [verbete]. In: VAINFAS, Ronaldo [dir.]. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 426-428.

brasileiros: Varnhagen e Alexandre José de Melo Moraes²³. Então, para uma versão antiandradina cuja antítese de José Bonifácio era o maçom Gonçalves Ledo, destaca-se a relevância deste último historiador, visto que, ainda na década de 1870, descreveu o corredor do *Reverbero* como o “principal êmulo e inimigo de José Bonifácio”²⁴.

A sustentação de uma antinomia entre Gonçalves Ledo e José Bonifácio era um aspecto essencial na ressignificação de sua memória. Todavia, retirá-lo do pedestal, atribuir a fama de um ao outro, era um caminho minimamente difícil. Na altura do Centenário, o Andrada era tido como uma figura modelar para a política brasileira. Affonso Taunay, responsável pela reorientação do Museu Paulista e membro da comissão responsável por selecionar o projeto para o Monumento do Centenário, no Parque do Ipiranga, contribuiu para valorizar a imagem de Ledo. Mas não ofuscava a imagem de Bonifácio e tampouco recaía em uma *ledolatria*. Pelo contrário, o ministro de d. Pedro era visto com um duplo patriarcado, por ter sido o mentor da Independência e do abolicionismo nacional, quando no exílio publicou sua fala na Assembleia Constituinte a respeito da *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* (1825)²⁵.

Nesse sentido, o desafio de cimentar uma memória de Gonçalves Ledo como o homem da Independência passava, antes de qualquer análise biográfica propriamente dita, por uma completa deslegitimação de Bonifácio. O Andrada era uma figura que conseguiu transitar pela memória imperial e nacional. Avesso ao radicalismo, ele compôs, junto

23 MACIEL, 1923, p. 9.

24 MORAIS, A. J. de Melo. *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio* [...]. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1871, p. 413.

25 TAUNAY, Affonso. *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1922. Por sua vez, para ação dele como diretor do Museu Paulista e a valorização de Gonçalves Ledo, cf. OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. “Retrato ficcional e implicações historiográficas: a figura de Gonçalves Ledo na decoração interna do Museu Paulista”. In: _____ (Coord.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017, p. 115-157.

de Tiradentes e Benjamin Constant, uma trindade cívica nacional²⁶. Para tornar a tarefa de Aurino Maciel e de seu influenciador Assis Cintra mais complicada, a intelectualidade paulista apoiava sua entronização definitiva. Durante o Centenário, Bonifácio assumia uma dupla roupagem: era tanto contrário ao absolutismo quanto aos excessos democráticos do grupo de Ledo. Além disso, ressaltava-se naquele contexto a recomposição da nacionalidade, sua contrariedade à escravidão e, crucialmente, o fato de, como paulista, refirmar o discurso que inseria São Paulo como polo central da Nação, validando sua supremacia sobre a capital e a antiga Corte²⁷.

O objetivo aqui não é realizar uma análise do pensamento de Ledo, tampouco tratar dos pormenores da conflituosa disputa pelo poder com José Bonifácio. Interessa observar a forma como Maciel retratou Ledo. Primeiro, além da mencionada referência a seu “liberalismo épico”, detalhou que a forma como ele se expressava era condizente com o epíteto de *radical* que carregava. Da oposição entre o moderado e o exaltado, o escritor alagoano ressaltava que Ledo escrevia de maneira “entusiástica, enérgica, violenta, como o liberalismo que pregava”²⁸. Assinalado positivamente, haveria uma correspondência entre essa energia e as premissas liberais de seu pensamento, a exemplo da fala de Ledo no *Conselho de Procuradores* para a convocação de uma Assembleia geral de representantes para as províncias do Brasil²⁹.

Em momento algum Maciel se preocupou em desassociá-lo dessa postura enérgica. Verdade que sua obra apresenta limitações quanto

26 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 45. KÄFER, Eduardo Luis Flach. *Entre memória e história: a historiografia da Independência nos cem anos de emancipação*. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 36.

27 MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992, p. 107.

28 MACIEL, 1923, p. 102.

29 A documentação foi acessada por meio da transcrição de CINTRA, Francisco de Assis. *D. Pedro I e o Grito da Independência*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, p. 205-207.

a uma análise mais incisiva, com cerca das trinta primeiras páginas comentando individualmente de “alguns próceres da Independência”. Mas, em dada parte, trouxe um ponto de vista interessante no tocante a essa antinomia, pois deslegitimou o paulista compreendendo-o como uma figura avessa às ideias liberais, tido como “autocrata e realista de quatro costados” que não “suportava a numerosa democracia de Ledo”³⁰. Logo depois, completou seu exame afirmando que a “vasta bem-querença popular do bravo panfletário” não deixava o paulista descansar. Um oposto ao outro, não apenas nos comportamentos, mas também em termos doutrinários. Assim, anuiu com um contemporâneo ao considerar que o redator do *Reverbero* era o “arroubo”, a “audácia”, enquanto José Bonifácio, a “calma”, a “ponderação”. O primeiro representante de um “liberalismo ardente”, enquanto o segundo estava no campo dos “espíritos conservadores”³¹.

Para demolir a imagem de José Bonifácio e instaurar a *ledolatria*, os opostos narrativos de um e outro se encontravam. Dada à natureza polimorfa da narrativa mitológica³², Ledo era convertido basicamente em uma figura alegórica, num herói cujo processo se localizava entre as diferentes interpretações antiandradinas da Independência. Assim, embora a tentativa de autores como Maciel não tenha se concretizado, evidencia um certo esforço iconoclasta. Essa heroificação de Ledo, expoente máximo do discurso antiandradino, fica à mostra em suas folhas ao se imputar a José Bonifácio a responsabilidade pelo rompimento do “ritual da liberdade”:

[...] o seu ministério nem se pôde comparar àquela “tirania esclarecida” de Catarina da Rússia; quando os concidadãos começaram a falar em prerrogativas constitucionais, ele inaugurou a Lei marcial e o regime do calabrote.

Desatremara em toda linha. Obcecara-o a vontade de poder.

30 MACIEL, 1923, p. 79.

31 CORREIA, Viriato. *História da nossa história*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1920, p. 189.

32 GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15.

Homem de larguíssima concepção e em quem não se suspeitava, naquela idade austera de 60 anos, menor senso prático, graças ao manuseio dos livros que nunca abandonara, no trato dos povos civilizados com que demoradamente convivera e à contemplação presencial de mais de uma revolução política, cujas lições truculentas e atrozes deveram ter-lhe aproveitado, José Bonifácio conquistara para logo o ânimo fácil do jovem imperador que, por sinal, no exagero sentimental que o distinguia, lhe chamava muitas vezes de pai.

D. Pedro, malestreado de educação e mal sofrido de natureza, não teve capacidade para talhar-se a atitude plástica de guião da nova ordem estabelecida. Faltava-lhe, antes de tudo, a virtude medíocre do meio-termo, que José Bonifácio, impulsivo e voluntarioso, também não possuía.

A ignorância é por si só uma tirania inaturável, que ainda pode derivar para alguma complacência; porém, quando a sabedoria se delibera a tyrannizar, não admite competição.

Foi o quinhão de José Bonifácio na partilha do Império³³.

O caráter conflitivo do ministério andradino é realçado quando destacado os estudos de José Bonifácio. Veja-se que seu ministério não se compara à “tirania esclarecida” da governanta ilustrada russa, embora sua formação intelectual em solo europeu pudesse criar a expectativa de uma governança pautada no meio-termo, contrastando com a impulsividade e a natureza voluntariosa que marcaram sua atuação. Nos pequenos esboços biográficos que redigiu de alguns próceres do movimento de 1822, o autor descreveu a “vasta cultura de ciências naturais” adquirida por ele, bem como o seu reconhecimento pelos principais nomes de seu tempo, com publicações no campo da mineralogia e, inclusive, da poesia. Tratava-se, portanto, de um “grande letrado” que pertenceu à Academia das Ciências de Lisboa e foi reconhecido, décadas depois e na mesma instituição, por Latino Coelho no *elogio histórico* a Bonifácio³⁴.

33 MACIEL, 1923, p. 115.

34 Apesar de mencioná-lo, o escritor alagoano não listou em sua bibliografia o *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrade e Silva* lido por José Maria Latino Coelho, em 1877. MACIEL, 1923, p. 38-40.

Explorou-se igualmente a formação de Gonçalves Ledo, a exemplo de sua atuação como secretário na malsucedida criação da *Academia Fluminense das Ciências e das Artes*³⁵. No entanto, ele não possuía o renome nem os predicados educacionais de Bonifácio. Deste, distinguia-se o perfil científico e letrado do político. Tudo para validar a argumentação de que, embora digno de elogio como homem de letras, suas ações no ministério destoavam das premissas de um governo que prezava pela liberdade. Conforme Maciel sustentou, a ignorância resulta em uma “tirania inatural”, porém, quando a sabedoria se prontifica a tyrannizar, não tolera competidores³⁶. Sob essa ótica, obcecado pelo poder, o Andrada teria conquistado facilmente o ânimo de d. Pedro. Maciel compreendeu o recém-aclamado imperador como uma figura inerte, ignorando que o próprio Gonçalves Ledo buscou, no decorrer de 1822, junto de José Clemente Pereira e de Januário da Cunha Barbosa, essa privança em torno do príncipe regente e, posteriormente, monarca do Império do Brasil³⁷.

Em uma resenha saída na imprensa, comentava-se que Maciel desdenhava do *patriarcado* de José Bonifácio, destratava d. Pedro e aceitava somente “as versões favoráveis e exaltadoras do seu herói”. Por sua interpretação, o escritor foi descrito pelo entusiasmo diante do orador e publicista fluminense, ao ponto de ser “efusivo, enérgico, intolerante e excessivamente apressado, às vezes leviano”. Ademais, ainda que sua obra estivesse com uma “exposição clara” e o alagoano possuísse um “talento descritivo”, pecava na análise histórica, na ausência de estudos próprios e na pesquisa documental em arquivo, que, como comentado, restringia-se a transcrições encontradas em outros autores, particularmente Assis Cintra³⁸. Por sua vez, em outra

35 MACIEL, 1923, p. 106-107.

36 MACIEL, 1923, p. 114-115.

37 SOUZA, 1999, p. 99.

38 A. B. C.: *Política, Actualidades, Questões Sociaes, Lettras e Artes*. Ano X, n. 503, 25 de outubro de 1924, p. 4.

crítica literária, verificou-se uma displicência com a pesquisa histórica, carecendo das qualidades de um bom historiador³⁹.

Desprovido Ledo de sua historicidade, Maciel vinculava-o de forma antagônica a José Bonifácio. No fim, criava um herói, um personagem quase mítico. A apologia recaía em um culto ao herói, o que tornava a história da Independência compreensível pela biografia de grandes homens, com o reconhecimento de um em detrimento dos demais. Além disso, não deixou de se justificar diante de uma possível imputação a ele de iconoclastia:

Não será vesania iconoclasta, mania de exibição ou simples perversidade, como pretende mestre Oliveira Lima, concluir que, como homem público, no Brasil, o venerado conselheiro Andrada foi absolutamente indesejável. Não foi o homem do momento, o *homem ponte*, como Nietzsche o quisera. Foi um bárbaro, na significação etimológica do adjetivo: um estranho, um ádvena, um aleatório. Ledo, pelo contrário, educado sob as influências brasileiras, foi o nosso herói provincial, como lhe chamaria Carlyle. Na concepção carlyleana, herói não é somente aquele que, puxando da espada, como o famigerado João Grumete das histórias de Trancoso, de um só golpe mata sete [...] Herói é sobretudo aquele, bastante forte, que se supera a si mesmo [...] Nenhuma inteligência, antes dele, se multiplicou tanto em sonoros verbos e grandiosos trabalhos para a glória do Brasil⁴⁰.

A fama e os louros cabiam exclusivamente a Gonçalves Ledo. Inclusive, Maciel abre seu livro justamente aludindo ao título de outra publicação de Assis Cintra⁴¹, afirmando que passava a existir um ex-*Homem da Independência*, onde uma versão antiandradina da história se encontrava com a *ledolatria*⁴².

39 *O Mundo Literário*. Ano III, vol. IX, n. 26, 5 de junho de 1924, p. 223.

40 MACIEL, 1923, p. 122-123.

41 CINTRA, Francisco de Assis. *O Homem da Independência: história documentada de José Bonifácio, do seu pseudo-patriarcado e da política do Brasil em 1822*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

42 MACIEL, 1923, p. 9.

Uma tímida estrelinha de brilho humilde

A mobilização de Cintra contrária a José Bonifácio data de antes da publicação de seus livros. Durante 1920, ele travou uma dura disputa nas folhas do *Correio Paulistano* com João Lellis Vieira, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Entre as inúmeras réplicas e tréplicas, os leitores puderam observar sua posição pela destituição do Andrada e a atribuição do epíteto de *patriarca da Independência* a Joaquim Gonçalves Ledo. Claro, Lellis Vieira relutou e criticou as análises de Cintra. O cenário escolhido para o debate foi selecionado a dedo. Editado pelo modernista Menotti del Picchia, o *Correio Paulistano* contava em seu quadro com Plínio Salgado, Oswald de Andrade e o jovem Sérgio Buarque de Hollanda. Segundo Felipe Luis Borges Machado, o polemista Cintra buscou um lugar apropriado a fim de “exercitar seu ímpeto de demolidor de heróis”⁴³.

No ano seguinte e na iminência das comemorações do Centenário da Independência, Cintra publicou a obra que influenciou Aurino Maciel e que formalizava uma “historiografia primária” e “sensacionalista”⁴⁴. A preocupação do autor era intervir no debate público e na própria historiografia visando o remanejamento dos indivíduos centrais para a Independência e daquilo que se entendia como o panteão nacional. Segundo Cintra, os autores não faziam a pesquisa com o devido cuidado e paciência nos arquivos de Brasil e Portugal, limitando-se a repetir o que seus antecessores haviam dito. E isso não poderia ser compreendido como escrever “História”, mas contar histórias. Criticava justamente os historiadores que até então haviam escrito sobre os acontecimentos de 1822, que, sob a capa de um estudo, encobriam a verdadeira história:

Urge que se restabeleça a verdade majestosa nas páginas da História Pátria. Faltam apenas dois anos para o primeiro centenário de nossa independência, e ainda ninguém fez a justiça devida ao máximo herói

43 MACHADO, 2004, p. 36.

44 COSTA, 1999, p. 119.

da liberdade nacional. Esse não foi Pedro I, nem José Bonifácio. Foi o abnegado, o intemperato, o tenaz Gonçalves Ledo, para quem nossa pátria foi ingrata [...]»⁴⁵.

O ponto a se observar, a princípio, é a forma como Cintra construiu esse lugar-comum de Ledo como um injustiçado. Do ponto de vista biográfico e da *ledolatria*, significou que, durante todo o século XX, desde o Centenário, em 1922, a defesa da memória de Ledo foi constantemente reeditada sob a alegação de que ele havia sido marginalizado na história do Império. Conforme assinalou Luis Otávio Vieira, a revitalização promovida por essa versão da história da Independência apresentava o esquecimento de Ledo como uma novidade a cada novo ensaio biográfico sobre ele⁴⁶. Em segundo lugar, válido ressaltar que essa obra de Cintra se alicerçou menos na análise histórica de Ledo e mais na desmoralização de Bonifácio. Dessa forma, se estruturava com fortes traços a antinomia entre um e outro:

Não temos o prazer satânico da demolição. Não visamos destruições e sim reconstruções. Longe de nós a iconoclastia. Apenas proclamamos a verdade histórica, obscurecida até agora. Isso não é ser *iconoclasta*: é ser verdadeiro.

O que pretendemos demonstrar é que, nas páginas de nossa história, Bonifácio aparece como o rutilante sol, e Ledo, a tímida estrelinha de brilho humilde; mas, em verdade, a estrela de brilho tímido é muitas vezes maior que o sol majestoso. Há, de feito, no céu, estrelas que, como Arcturus (da constelação da Ursa), aparecem aos nossos olhos com um modesto brilho, sendo, entretanto, centenas ou milhares de vezes maiores que o sol, cognominado, impropriamente, o *astro-rei*. É apenas questão de proximidade. O que está mais próximo aos olhos aparenta mais [...]. Não julguemos, pois, José Bonifácio pelo brilho enganoso com que surge no céu de nossa política. O telescópio do historiador moderno não é mais a sabedoria autoral, e sim a lente poderosa da pesquisa nos arquivos públicos e particulares. E quem isto fizer tirará a certeza de que Gonçalves Ledo, estrela de brilho aparentemente humilde, Arcturus do céu político de nossa história, é,

45 CINTRA, 1921, p. 12.

46 VIEIRA, 2019, p. 54.

em verdade, maior que José Bonifácio, impropriamente chamado o sol da independência, rutilante e majestoso nas páginas dos historiadores do Brasil⁴⁷.

A longa transcrição se justifica. Evidente que a preocupação de Cintra em não se colocar na posição de iconoclasta revela uma luta, minimamente, vã. Nesta obra, independente de camuflar sua análise sob a roupagem de um estudo histórico, focou estritamente na invalidação do Andrada por meio de diferentes aspectos de sua vida. Por outro lado, sinalizar a equiparação de Ledo a uma “tímida estrelinha de brilho humilde” corrobora todo o exposto até aqui no tocante ao seu esquecimento e ao “brilho enganoso com que [José Bonifácio] surge no céu de nossa política”. Todavia, atenta-se para outro ponto: o que seria ou não o trabalho do historiador.

Quando Cintra afirmou que os trabalhos dos historiadores se limitavam à repetição do dito por seus antecessores, demandava, especificamente, a ida aos arquivos como pré-requisito para a elaboração de uma fidedigna história da Independência. Nas *Revelações históricas para o Centenário*, transcreveu um fragmento das *Memorias Politicas da Independencia*. Comentou que o material viria a ser publicado em breve por um comprador, adquirido das mãos de um alegado sobrinho denominado Alexandrino de Souza Ledo, em 1916⁴⁸. De algum modo, o manuscrito do pseudo-Ledo teria sobrevivido ao incêndio ocasionado por ele ao fim de sua vida, quando queimou todo seu acervo pessoal⁴⁹. Referenciado por Aurino Maciel como uma fonte redigida pelo próprio Ledo, o trecho se encontra, *ipsis litteris*, na publicação do escritor alagoano⁵⁰.

47 CINTRA, 1921, p. 14-15.

48 CINTRA, Francisco de Assis. *Revelações históricas para o Centenário*. Rio de Janeiro: Editora livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 154-156.

49 PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Elogio histórico geral dos sócios falecidos em 1847. *R. IHGB*, Tomo XI, 1848, p. 168-169.

50 MACIEL, 1923, p. 100-101.

A transcrição na íntegra elucida a questão do peso que as revelações sensacionalistas de Assis Cintra tiveram à época do Centenário. No entanto, abre o caminho para se perguntar o quanto dessa *ledolatria* foi necessária para a sedimentar a sua narrativa. Max Fleiuss e Affonso Taunay, dois historiadores que biografaram Ledo e estiveram ativamente envolvidos com as comemorações do Centenário, afirmaram, respectivamente, sobre a ausência dessas fontes e a impossibilidade da localização de qualquer documento que pudesse ter sobrevivido às chamas⁵¹. Apesar disso, Cintra divulgou um manuscrito incompleto cuja origem era minimamente duvidosa. Tratava-se de um documento apócrifo, empregado unicamente como uma forma de corroborar, por meio de elementos perdidos e inéditos, a tese do pseudo-patriarcado de José Bonifácio. Anos mais tarde, Carlos Rizzini e Helio Vianna questionaram a natureza do manuscrito e o seu valor histórico, porém, do ponto de vista dessa construção narrativa heroizante, talvez não importasse mais⁵².

Os efeitos dessas *Memorias* estavam na própria compreensão política de Gonçalves Ledo. O fragmento, além de mostrá-lo crítico a d. Pedro, trouxe ao público suas feições republicanas dentro da maçonaria, em 1820. Não era extenso, pelo contrário, contabilizava apenas uma página e meia. A transcrição pode ter dado origem a uma afirmação reiterada por diferentes biógrafos de Ledo do último quartel do século XX⁵³. Seu republicanismo se manifestava na recusa de um ministério, de um marquesado e ao título da ordem da Rosa. Supostamente, esse pseudo-Ledo possuía aversão às honrarias e graças concedidas dentro do sistema de valores monárquico. Mas, claramente, refere-se

51 FLEIUSS, 1924, p. 244-245; TAUNAY, 1922, p. 49.

52 RIZZINI, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988 [1946], p. 385. VIANNA, Hélio. *D. Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1967, p. 31.

53 VIEIRA, 2019, p. 36-37.

a suposições sem bases empíricas, com exceção de um manuscrito que nunca veio a público integralmente. Por fim, o documento preencheu lacunas em supostas incoerências, como o fato de ele ter se mantido fiel a uma monarquia liberal e comentando de jamais ter sido áulico, em referência a sua aproximação com d. Pedro durante o fim do I Reinado⁵⁴.

A reconhecida limitação da análise histórica de Aurino Maciel se une à fragilidade empírica de Assis Cintra. O primeiro não priorizava a análise histórica, embora tenha integrado, anos mais tarde, o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Por sua vez, Cintra, apesar de possuir relações com alguns dos sócios, não integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à época o espaço privilegiado de produção de conhecimento histórico⁵⁵. Cintra optava por um caminho independente, adotando uma postura bastante crítica ao campo em que buscava se inserir. Segundo Felipe Luiz Borges Machado, ele se colocava justamente no papel de deslegitimar o passado tal como recuperado e canonizado pelo IHGB⁵⁶.

Entre seus críticos, chama atenção a de João Ribeiro, professor da cadeira de História Universal do Colégio Pedro II (à época *Ginásio Nacional*), membro da Academia Brasileira de Letras e sócio do IHGB. Ele respondeu a uma matéria em que Cintra o mencionava e atribuía ele, após uma conversa entre os dois, certas proposições das quais discordava. O eixo do problema era a validade de uma fala apócrifa de Ledo transcrita nas *Atas da Maçonaria*. Coube, então, a João Ribeiro a função da “polícia do trabalho”, com o estabelecimento do que seria uma simples vulgarização ou uma pesquisa histórica. Não duvidou da existência das atas, mas argumentou no sentido de que o discurso, na verdade, era resultado de uma “invenção posterior e que não merece

54 CINTRA, 1923, p. 154-156.

55 GUIMARÃES, 2007, p. 116. GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 89-90.

56 MACHADO, 2004, p. 62.

crédito”⁵⁷. Uma crítica cabível às *Memorias políticas da Independencia*. Em linhas gerais, o problema era a conceituação do principal nome pela mobilização do *patriarcado* de Joaquim Gonçalves Ledo⁵⁸.

Sinalizar a fragilidade dessa construção se faz necessário para que seja possível distinguir os traços biográficos resultados de uma narrativa heroificada. Não que essa *tímida estrelinha de brilho humilde* não seja uma figura relevante no contexto da Independência ou que não tenha rivalizado com José Bonifácio. Inegável a centralidade de Ledo durante o biênio de 1821-1822, independentemente se nas folhas do *Reverbero*, na maçonaria ou no Conselho de Procuradores. Em obra seminal da historiografia da Independência e publicada alguns anos após o Centenário, Tobias Monteiro o caracterizou como a “alma” e o “intérprete de toda a agitação liberal do Rio de Janeiro”⁵⁹. Além disso, permite descentralizar o biênio 1821-1822, compreendendo as diferentes articulações de Ledo, como quando, durante a década Regencial, esteve entre os antigos liberais que se acomodaram à ordem monárquica, sofrendo críticas de liberais radicais que questionavam os privilégios da aristocracia e o trabalho escravo⁶⁰.

Considerações finais

O herói de Aurino Maciel, em grande parte resultado da leitura antiandradina de Melo Moraes, de Varnhagen, mas, especialmente, de Assis Cintra, era frágil historicamente. A revitalização de sua memória não lhe rendeu o patriarcado, com a obra do escritor alagoano sendo mais um corolário que a razão para essa recuperação. José Bonifácio se

57 *O Imparcial*, ano X, n. 1239, 4 de abril de 1922, p. 2.

58 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 72.

59 MONTEIRO, Tobias. *História do Império: A Elaboração da Independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, Editores, 1927, p. 684).

60 COSTA, 1999, 76-77.

manteve em sua posição ocupada desde a defesa de Candido Ladislau Japiassu, com a interpretação favorável ao Andrada recebendo um novo fôlego principalmente com os trabalhos de Otávio Tarquínio de Souza que, nas palavras de Emília Viotti da Costa, melhor retrataram sua figura humana⁶¹. Por sua vez, as biografias de Ledo se mantiveram reféns das tópicas discutidas durante o Centenário, replicando, especialmente, a antinomia com José Bonifácio e o seu esquecimento.

Acredita-se que o exame e o revisitar dessas discussões joguem uma luz sobre a dimensão da memória biográfica de Ledo. Especificamente, naquilo que se desejava lembrar e ressaltar, mas também esquecer, como a sua campanha de ampliação do espaço político ser marcada por nítidas exclusões⁶². Na tentativa da construção desse herói ou da derrubada de José Bonifácio, tanto por Maciel quanto por Cintra, que o influenciou, percebe-se a história como capaz de recompor o passado por meio de partes selecionadas, fragmentadas e, às vezes, até inventadas. As *Memorias politicas da Independência* são um bom exemplo. Em certas ocasiões, a história recorre a vestígios da memória, ou invenções que corroborem o passado desejado. Logo, pode tornar-se arbitrária e passível de múltiplas interpretações, recaindo na seletividade de quem a escreve⁶³.

Reconhecida suas limitações, a obra de Aurino Maciel se mostra um importante eixo reflexivo para se pensar a recuperação da memória de Gonçalves Ledo no âmbito do Centenário. Acima de tudo, uma publicação que condensou toda uma discussão formalizada por diferentes autores, embora nem sempre maçons, do que se pode compreender como uma *ledolatria*. Por fim, os traços de sua escrita são significativos dessa *heroificação*, sendo encontrados, cerca de cinquenta anos depois, em

61 COSTA, 1999, p. 120.

62 SOUZA, 1999, p. 194.

63 CANDAU, Joël. *Antropologia da Memória*. Trad. de Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, 75-76.

Nicola Aslan. Este outro biógrafo maçom acreditava que faltava uma uma escrita de vida adequada a Ledo, pois, com a exceção do insuficiente e curto livro de Maciel, prevalecia, ainda à época do Sesquicentenário da Independência, uma conspiração contrária a ele⁶⁴. Ou seja, o quadro biográfico permanecia inalterado, uma vez que ele continuou a ser entendido como um injustiçado, em consonância com o apresentado por Aurino Maciel em *Gonçalves Ledo: o homem da independência*.

64 ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora maçônica, 2v., 1975/1976.

Sobre os autores

Álvaro Saluan da Cunha - Pós-doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Ensino Fundamental II na Secretaria de Educação de Juiz de Fora. É doutor e mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com pesquisas centradas na cultura visual, na imprensa ilustrada oitocentista e na memória da guerra contra o Paraguai. É autor da tese *As batalhas através dos periódicos: a guerra contra o Paraguai e as trajetórias de Henrique Fleiuss e Angelo Agostini na imprensa entre 1864-1870* e da dissertação *As litografias da coleção “Quadros históricos da guerra do Paraguay” na década de 1870: projeto editorial e imagens*. Suas investigações destacam o papel das representações visuais na construção da memória histórica e das identidades políticas no Brasil imperial. E-mail: asaluan@hotmail.com.

Fabiula Manhães - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. Possui Mestrado pelo PPGH da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho aqui apresentado é parte da pesquisa de Doutorado em curso, provisoriamente intitulada “Neutralizar o caos e edificar a ordem: circulação de rumores sobre a Guerra da Cisplatina na imprensa periódica do Primeiro Reinado brasileiro (1824-1828)”, sob orientação do Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco. E-mail: fabiula.freitas99@gmail.com.

Gabriel de Abreu Machado Gaspar - Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, instituição onde também concluiu o mestrado e a graduação. Professor de História Moderna do curso de Licenciatura em História da Universidade Candido Mendes. Seus interesses de pesquisa concentram-se na história política e cultural do mundo luso-brasileiro entre os séculos XVIII e XIX, com ênfase na história do pensamento político, na circulação de livros e na difusão de ideias ilustradas e da economia política. E-mail: machado.ga18@gmail.com.

Leonardo Lima Breda - Licenciado em História pela Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (2019), e Mestre e Doutorando em História Política e Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Foi membro do corpo editorial da Revista Faces da História (e-ISSN: 2358-3878 - Qualis B1) entre os anos de 2020-2022 e da Revista História e Cultura (ISSN: 2238-6270 - Qualis A3), em 2023. É bolsista Capes-DS desde 2024 pela Unesp. Atua como pesquisador das seguintes áreas: História do Brasil (Império) com enfoque em História da Imprensa, História dos Intelectuais e História da Independência do Brasil. Detém especial interesse pela trajetória de Cipriano Barata (1762-1838) e de outros intelectuais brasileiros da primeira metade do século XIX. E-mail: leonardo.breda@unesp.br.

Lucas Cabral da Silva - Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição na qual também concluiu o mestrado, o bacharelado e a licenciatura. Integra o grupo de pesquisa Ideias, cultura e política na formação da nacionalidade brasileira, na linha de pesquisa História, cultura, poder e impressos, do Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais (UERJ). Possui interesse na história do mundo luso-brasileiro na primeira metade do Oitocentos, com especial atenção na

Independência do Brasil, história da imprensa, biografias, história do pensamento político e história do constitucionalismo. Sua pesquisa de doutorado versa sobre a trajetória de Joaquim Gonçalves Ledo. E-mail: lucrates1996@gmail.com.

Lucas Gomes Carvalho Pinto - Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA). Mestre no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduado em História (licenciatura) pela UEMA. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (UEMA). Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Tem interesses nos seguintes temas: Maranhão Imperial, Independência, Brasil Imperial, Circulação de Impressos, Revolução do Porto, Ensino de História, Memória, Identidade. E-mail: soulucasgomes@yahoo.com.br; lucaspinto.historiador@gmail.com.

Marcelo Augusto Mendonça Domingues - Bibliotecário (UNIRIO), mestre e doutorando em História pelo PPGH/UERJ. Seus interesses de pesquisa desdobram-se pelo campo da história do livro e das bibliotecas, especialmente durante o Brasil imperial e primeiro-republicano. Durante o mestrado elaborou estudo sobre a biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1895 e 1930. Atualmente desenvolve tese de doutoramento (financiada pela CAPES) sobre bibliotecas populares na província do Rio de Janeiro entre os anos de 1871 e 1889, a partir da Lei Provincial fluminense nº 1.650, de 21 de dezembro de 1871. A referida Lei previa a fundação de bibliotecas populares nas municipalidades fluminenses, que seriam geridas pelas respectivas Câmaras Municipais. E-mail: marceloaugusto.bibliotecario@gmail.com.

Marcelo de Sousa Neto - Bolsista de Produtividade em Pesquisa UESPI/FAPEPI. Editor-chefe da Editora da Universidade Estadual do Piauí e Presidente do Conselho Editorial da UESPI. É professor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, atuando na graduação e na Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória - UESPI/UFRJ). Professor Permanente da Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI (Mestrado e Doutorado). Coordenador de Área de História, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Coordenador do programa de extensão universitária “Capoeira, história, cultura e arte”. Líder do Grupo de Pesquisa em História e Educação – GPHED (UESPI/CNPq). E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

Nívea Carolina Guimarães - Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no CEFET-MG, campus Nepomuceno. Licenciada (2014) e bacharel (2015) em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Desde os projetos de iniciação científica, tenho me dedicado às pesquisas sobre as conexões entre a história do Brasil e de Portugal no pós-Independência, com ênfase no período contrarrevolucionário. Atualmente, desenvolvo a pesquisa de doutorado “O movimento contrarrevolucionário miguelista no Brasil (1820-1834)”, no Programa de Pós-graduação em História da UFOP, utilizando como fontes principais os periódicos do período regencial. Participei do Programa de Doutorado-sanduíche no exterior (PDSE-CAPEs), na Universidade Nova de Lisboa. Posso interesses nas áreas de História do Brasil Império, História da imprensa e práticas docentes. E-mail: niveacg@gmail.com.

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho - Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, cursa o Doutorado em História na mesma instituição. Interessa-se pelas áreas de História do Brasil, principalmente História do Brasil Império. Durante

a graduação, foi bolsista de iniciação científica tanto pelo CNPQ como pela FAPERJ. No mestrado, desenvolveu pesquisa sobre o pensamento político de frei Caneca. De um lado, defendeu que a trajetória do frade revela como ninharias eram as principais responsáveis pelas disputas políticas em Pernambuco entre 1823 e 1824. Do outro, mostrou os limites do republicanismo da Confederação do Equador. No doutorado, deu prosseguimento às inquietações surgidas ao longo da escrita da dissertação. Em outras palavras, se dedica a analisar quatro episódios da vida política do Primeiro Reinado para compreender os motivos de os brasileiros não terem adotado a forma republicana de governo em 7 de abril de 1831. E-mail: velho.phcarvalho@gmail.com.

Raphael Guilherme Santorio Silva - Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFJF) e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Silvana Mota Barbosa. Possui Licenciatura (2019) e Mestrado em História (2024) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante o Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP/UFJF/CNPq). Desenvolve pesquisas associadas aos seguintes temas de investigação: História da Imprensa; Circulação Impressa; Redes de Sociabilidade; Formação do sistema postal brasileiro; História de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX); História do Brasil Colonial; História do Brasil Império. E-mail: raphaelgss7@gmail.com

Roni César Andrade de Araújo - Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2004), especialista em História do Maranhão pela Universidade Estadual do Maranhão (2005), mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2008) e doutor em História, pelo Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA),

em 2023. É professor Associado I do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (CCH/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFMA). Foi pesquisador Bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Fundação Biblioteca Nacional (2020-2021), com o projeto de pesquisa “As propriedades do partido inimigo inquestionavelmente sujeitas à condenação: a política de aprisionamento de Lorde Cochrane no Maranhão e o caso da embarcação Pombinha”. É coordenador do Laboratório de Estudos do Maranhão Imperial (LEMI), cadastrado no GRPesq/CNPq, e membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Atua nas áreas de História Política, História e Imprensa, Cultura Política, Intelectuais e, principalmente, nas áreas de História do Brasil e Maranhão Oitocentista, com ênfase nas discussões sobre imprensa, construção da identidade nacional, guerras pela Independência, Primeiro Reinado e Regência. E-mail: roni.araujo@ufma.br.

Vinícius Carneiro de Albuquerque - Historiador. Mestre, com dissertação intitulada “Ceará 1824: A Confederação das Províncias Unidas do Equador contra o Império do Brasil”, sob orientação do professor Dr. István Jancsó. Doutorando em História pela USP, sob orientação do professor Dr. João Paulo Pimenta. Coordenador Geral da Licenciatura em História UNIP – EaD. Docente de História do Brasil Império. Docente de Educação Básica. Pesquisador LabMundi História/ IRI USP. “A contribuição da leitura da obra ‘Ideias em Confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)’ para a diferenciação entre evento e processo histórico na Independência do Brasil” in MARQUESE, Rafael de Bivar *et al.* (org.) Sistemas, tempos e espaços: o Lab-Mundi em dez anos de fazer historiográfico. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024. Colaborador no Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia, organizado pelos professores Cecília Helena Salles Oliveira e João Paulo Pimenta, com os verbetes verbetes

José de Alencar, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Tristão Alencar Araripe, Francisco Pais Barreto coautoria Paula Botafogo e Pe. Mororó.
E-mail: vinicius.albuquerque@uol.com.br.

* * * * *

Marcelo e Sousa Neto

Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI (Coordenação de História do Campus Clóvis Moura) e Professor do Programa de Pós-graduação em História do Brasil – UFPI.



Roni César Andrade de Araújo

Professor Associado I do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (CCH/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFMA).



* * * * *

“

Em tempos de profundas transformações nos sistemas de comunicação e de questionamentos sobre o papel da imprensa na vida democrática, esta coletânea oferece perspectiva histórica fundamental para compreendermos as raízes de dilemas contemporâneos. A análise das relações entre imprensa, poder e opinião pública no Brasil imperial ilumina aspectos duradouros da cultura política brasileira, contribuindo para debates atuais sobre liberdade de expressão, construção de consensos sociais e formação de identidades coletivas.